



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

COLONIALISMO, IMPERIALISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EUROPEU

Eduardo Barros Mariutti

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Econômicas – área de concentração:
Política Econômica, sob a orientação do
Prof. Dr. Fernando Antonio Novais.

*Este exemplar corresponde ao original
da tese defendida por Eduardo Barros
Mariutti em 05/12/2003 e orientada pelo
Prof. Dr. Fernando Antonio Novais.*

CPG, 05 / 12 / 2003

Fernando Antonio Novais

Campinas, 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

200400629

Novais, Fernando A.
(Fernando Antonio
Novais), 1953 -

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
TUNICAMP	
M3390	
V	EX
TOMBO BC/	56811
PROC.	16/11/104
C ☐	D ☒
PREÇO	12,100
DATA	19/01/2004
Nº CPD	

CM00193231-2

BIBID. 308778

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

M339c Mariutti, Eduardo Barros.
Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento economico
europeu / Eduardo Barros Mariutti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Fernando Antonio Novais.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Imperialismo. 2. Colonialismo. 3. Europa – Historia. I.
Novais, Fernando A. (Fernando Antonio). II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta tese, minha dívida para com o Professor Fernando Novais aumentou ainda mais. Sem a sua paciência, erudição e rigor este trabalho não poderia ser completado. Estou escrevendo estas linhas logo após os *Seminários em Homenagem a Fernando Novais* realizados no Instituto de Estudos Brasileiros. Em contato com seus antigos orientandos, percebi que a imagem que tenho deste historiador notável é compartilhada por todos que tiveram o privilégio de conviver com ele: Fernando Novais não é apenas um excelente orientador, mas um professor de raro talento e, acima de tudo, um grande humanista, capaz de influenciar não só a vida acadêmica, mas sobretudo a personalidade e a afetividade de seus alunos. Enfim, um verdadeiro mestre, ao qual sou muito grato.

Tenho também de agradecer aos meus pais que, através do seu apoio sempre incondicional, tornaram possível a minha felicidade e realização pessoal. Quanto à minha esposa, Lilian, tenho de agradecer pela sua paciência e tolerância: a fase final da elaboração de uma tese, por ser uma tarefa solitária e tensa, afeta toda a família.

Devo muito também ao estimado Professor João Manuel Cardoso de Mello, outro grande mestre, que teve um papel decisivo na minha formação intelectual e profissional. Aprendi muito em seus cursos e durante nossa convivência.

Gostaria de agradecer também a todos os meus colegas do IE pelos momentos de lazer e pela troca franca de idéias. Alguns destes colegas foram particularmente decisivos: os conhecimentos apurados de econometria de Luiz Paulo Ferreira Nogueiról foram muito valiosos para

mim, particularmente na análise do império luso-brasileiro. Sobre este mesmo tema contei também com a indireta - porém inestimável - colaboração de Mário Danieli Neto e de Adão Clóvis Martins dos Santos, amigos sempre dispostos a discutir, de forma alegre e descontraída, tais questões. Por fim, sou profundamente grato ao Alberto e à Cida, da secretaria da Pós-Graduação do IE, sempre atenciosos e muito eficientes.

São Paulo, 16 de Outubro de 2003

Índice

<i>Introdução e Definição dos Problemas Fundamentais.....</i>	<i>1</i>
De Milão à Madri: a inversão da tendência na historiografia sobre a formação do capitalismo.....	1
Periodização e delimitação do escopo da investigação.....	5
New Economic History e o emprego dos Contrafactuais.....	7
História Econômica e Retrospectiva Econométrica.....	13
<i>1 – A Perspectiva do Sistema-Mundo</i>	<i>19</i>
1.1 – O sistema-mundo moderno.....	21
1.1.1- Explicações civilizacionais	23
1.1.2 - Explicações conjunturais.....	27
1.1.3. - A dinâmica da economia-mundo moderna	28
1.1.3.1 – A controvérsia em torno dos ciclos de média duração.....	33
1.1.3.2 – O sistema interestatal.....	49
1.1.3.3 – O ciclo de hegemonias	54
1.1.3.4 – A Arena Externa	64
1.2 – Balanço	65
1.2.1 – Características epistemológicas da perspectiva do sistema-mundo.....	65
1.2.1.1 - Globalidade.....	65
1.2.2.2 - Historicidade.....	66
1.2.2.3 - Unidisciplinaridade	68
1.2.2.4 - “Holismo” ou totalismo	68
1.2.2 – A Influência da Teoria da Complexidade.....	70
1.2.3 – O Sistema Hermético.....	75
1.2.3.1 - A revolução burguesa.....	90
1.2.3.2 - Análise Lógico Genética e análise histórica: uma distinção necessária	93
1.2.3.3 - A Revolução Burguesa como processo de transformação global	95
<i>2 - A Perspectiva do Sistema-Mundo e o Congresso de Madri.....</i>	<i>99</i>
2.1 – A Crítica de Patrick O’Brien à perspectiva do Sistema-Mundo.....	109
2.1.1 – A Interpretação de O’Brien sobre a Escola do “Sistema Mundial”.....	109
2.1.2 - A Periferia e o desenvolvimento econômico da Europa	111
2.1.3 – A formação de capitais	113
2.1.4 – A periferia e a especialização da produção no centro.....	114
2.1.5 – O “tesouro americano” e o desenvolvimento econômico de longo prazo.....	117
2.1.6 – Argumentos Finais.....	120
2.2 – A Réplica de Wallerstein	122
2.3 – A Crítica de Wallerstein aos resultados do Congresso de Madri.....	125
<i>3 – Do Antigo Sistema Colonial ao Imperialismo</i>	<i>133</i>
3.1 – O Antigo Sistema Colonial e o predomínio do capital mercantil.....	134
3.2 – Interpretações do Imperialismo.....	143
3.2.1 – Interpretação liberal e social-democrata do Imperialismo	147
3.2.1.1 – J.A. Hobson.....	147
3.2.1.2 – Schumpeter.....	150
3.2.2 – Interpretações Marxistas do Imperialismo	153

3.2.2.1 – Lênin.....	153
3.2.2.2 – Rosa Luxemburgo.....	156
3.2.2.3 – Rudolf Hilferding	160
3.2.2.4 – Nikolai Bukharin	163
3.3 – O Imperialismo do Livre Comércio.....	167
3.4 – O debate contemporâneo: Patrick O’Brien e Immanuel Wallerstein.....	183
4 – O Império Português	193
4.1 – As consequências econômicas do império português na era do mercantilismo	197
4.1.1 – A Expansão do Mercado e o suporte do Estado	197
4.1.2 – A influência do Império sobre a Agricultura e a Indústria Portuguesa	200
4.1.3 – As funções e os Limites do Império Português na era do mercantilismo	213
4.2 – O Fim do Império Português na América: o significado econômico da Independência do Brasil	217
4.2.1 – Interpretações dos Historiadores Portugueses.....	217
4.2.2 – Do outro lado do Atlântico: as interpretações dos historiadores brasileiros.....	233
4.2.2.1 – A polêmica em torno da relevância do Mercado Interno Colonial.....	242
4.2.3 – Rumo à semi-periferia	252
Conclusão.....	257
Referências Bibliográficas	261
Apêndice.....	270
1 – Dados, Tabelas e Figuras.....	271
1.1 – Dados e tabelas utilizados por Kondratieff.....	271
1.1.1 – A Obra de Nikolai Kondratieff.....	273
1.2 – Dados Gerais.....	274
1.2.1 – Dados e implicações da Interpretação de C. K. Harley e N.F. Crafts	275
1.3 – Dados e Tabelas sobre o Império Português	276
1.4 – Gráficos e Figuras	278

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Flutuação dos Níveis de Preços por Atacado	35
Tabela 2 – Movimento dos Salários	36
Tabela 3 - Limites das Ondas.....	36
Tabela 4 – Pareamento dos Kondratieff com os ciclos hegemônicos	57
Tabela 5	57
Tabela 6 – Média das Taxas de Crescimento por Ano das exportações da Inglaterra e Gales.....	107
Tabela 7 – Estimativa do fluxo de lucros para os capitalistas britânicos envolvidos no comércio com a periferia	113
Tabela 8 – Retornos Marginais para os capitalistas britânicos envolvidos no comércio com a periferia.....	122
Tabela 9 – Território Colonial detido pelas potências européias (em milhões de Km ²).....	145
Tabela 10 – Comércio de Portugal com as Nações Estrangeiras (1776-1789).....	210
Tabela 11 - Exportação de Produtos Industriais Port. ao Brasil (1790-1807)	222
Tabela 12 - Data dos ciclos: Países e Séries	271
Tabela 13 - Estatísticas Seleccionadas: Mineração no Transvaal (1890-1913)	272
Tabela 14 - Produção de Ouro (Unidade: Milhares de Onças).....	272
Tabela 15 – O Desenvolvimento do Império Britânico (1700-1913).....	274
Tabela 16 – Distribuição das exportações do terceiro mundo (1815-1914)	274
Tabela 17 – Porcentagem das exportações dos Países Desenvolvidos aos Países do Terceiro Mundo	274
Tabela 18 – Contribuição p/ o crescimento da produtividade nacional, 1780-1860 (Grã-Bret.)	275
Tabela 19 – Exportações para o Exterior (1796-1807)	276
Tabela 20 – Exportação de Açúcar e Algodão para o Exterior (1796-1807).....	276
Tabela 21 – Exportação de Produtos Industriais Portugueses para o Brasil (1808-1831)	277
Tabela 22 – Exportação de Algodão para o Exterior (1808-1831).....	277
Tabela 23 – Exportação de Açúcar para o Exterior (1808-1831)	277

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do Império Britânico.....	102
Gráfico 2 – Variação dos Preços de Açúcar Branco entre diversas regiões (1796-1811)	250
Gráfico 3 – Exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil.....	281
Gráfico 4 – Exportações de Manuf. Port. Para o Brasil: Valores Retificados	282

Índice de figuras

Figura 1 – Rivalidade Interestatal	57
Figura 2 – O Declínio do Oriente e a Ascensão do Ocidente na visão de Andre Gunder Frank.....	278
Figura 3 – Situação Hegemônica	279
Figura 4 – Representação Gráfica dos Ciclos Hegemônicos (Wallerstein, Arrighi & Silver)	280

Resumo

O tema central desta tese de Doutorado é a relação entre o centro e a periferia na formação do capitalismo na historiografia recente. Partimos da idéia de que tal questão só pode ser pensada com base na distinção entre história econômica e retrospectiva econométrica. O trabalho está estruturado em torno do confronto entre a "perspectiva do sistema-mundo" e as interpretações dos cliometristas, as quais preponderaram no *XII Congresso Internacional de História Econômica* (Madri, 1998). Nos esforçamos para realizar uma reconstituição crítica deste embate teórico, com vistas a iluminar alguns aspectos cruciais, nem sempre contemplados de forma satisfatória como, por exemplo, a passagem do Antigo Sistema Colonial ao Imperialismo. Por fim, tentamos articular toda a discussão através de um estudo de caso: o colapso do Império Luso-Brasileiro e seus efeitos sobre a industrialização portuguesa.

Introdução e Definição dos Problemas Fundamentais

De Milão à Madri: a inversão da tendência na historiografia sobre a formação do capitalismo

No Congresso de Milão (1994), em meio à polêmica sobre o significado da Revolução Industrial, a eterna questão referente a lucratividade da exploração colonial ressurgiu com força. Na ocasião, o epicentro da discussão foi o choque entre duas tendências opostas: de um lado, os revisionistas que, desde o início dos anos 80, concentraram seus esforços na desconstrução do conceito de Revolução Industrial e, do outro lado, a resposta a este ataque, que envolveu uma reformulação das interpretações “tradicionais”, adequando-as às novas evidências e ao ambiente intelectual vigente. A interpretação “revisionista” começou a ser delineada no início dos anos 80. C. K. Harley questionou a taxa de crescimento das manufaturas estabelecida pelas “interpretações tradicionais”¹. N. F. Crafts, com base nas estimativas de Harley e nos cálculos de McCloskey², retificou os números sobre a magnitude do PNB britânico estipulados por P. Deane e Cole nos anos 60, abrindo margem para a crítica revisionista da Revolução Industrial.³ Em 1992, Crafts e Harley, escrevendo em conjunto, consolidaram a sua interpretação⁴ que, como já indicamos, acabou repercutindo no Congresso de 1994. O cerne do argumento de Crafts e Harley é que o termo Revolução Industrial deve ser substituído por dar a falsa impressão de que a Inglaterra, entre 1780 e 1860, experimentou uma fase de progresso tecnológico e de crescimento generalizado de suas atividades manufatureiras, quando na verdade a prosperidade e a inovação coube apenas ao setor têxtil, à produção de ferro e ao setor de transportes. Todo o resto – com exceção da agricultura – não experimentou nenhum progresso tecnológico.⁵ Logo, sob a ótica das transformações econômicas, este período nada teve de revolucionário.

¹ cf. C. Knick HARLEY “British Industrialization before 1841: evidence in slower growth during the Industrial Revolution” *Journal of Economic History* 42 No.2 (1982).

² Donald N. McCLOSKEY “The Industrial Revolution 1780-1860: a survey” in: R.C. FLOUD & D.N. McCLOSKEY (ed.) *The Economic History of Britain since 1700* Cambridge: Cambridge U. Press, 1981

³ cf. N.F. CRAFTS *British Economic Growth during the Industrial Revolution* Oxford: Clarendon Press, 1985.

⁴ cf. N.F.R. CRAFTS & C.K. HARLEY “Output Growth and the Industrial Revolution: a restatement of the Crafts-Harley view” *Economic History Review* 45 No. 4 (1992)

⁵ Os números e a metodologia destes estudos encontram-se no Apêndice cf. *infra* p.275

O contra-ataque coube a Maxine Berg, José Cuenca Esteban e José Jobson de Andrade Arruda que, no Congresso de Milão, em conjunto com outras comunicações, reiteraram a importância e a singularidade da Revolução Industrial e, também, destacaram o papel das colônias na promoção do desenvolvimento europeu. Todas as comunicações da seção C-31 do Congresso foram organizadas por Maxine Berg sob o título *Oceanic Trade, Colonial Weres and Industrial Development, 1600-1800*. David Landes também participou do Congresso e, na ocasião, em sintonia com as interpretações dominantes no Congresso, manteve a idéia - já anunciada em *Prometeu Desacorrentado* - de que as colônias *contribuíram* para o desenvolvimento econômico europeu e, particularmente, para a Revolução Industrial. No entanto, em *A Riqueza e a Pobreza das Nações*⁶, como destacou Jobson Arruda, há uma guinada radical: David Landes praticamente excluiu o peso do “sistema atlântico” na explicação sobre o sucesso da Revolução Industrial. Com isto, ele acompanhou a *inversão* da tendência historiográfica delineada no Congresso de Madri,⁷ que se materializou no *XII Congresso Internacional de História Econômica* (Universidade Carlos III – Madri, 24-28 de agosto de 1998). Neste congresso foi realizado um *balanço* sobre os custos e os benefícios do imperialismo para as sociedades européias mais ativamente envolvidas nestas aventuras (Portugal, Espanha, Holanda, França e Grã-Bretanha). A discussão englobou todo o período compreendido entre 1415 (conquista de Ceuta pelos portugueses) e 1974 (descolonização). O objetivo foi tentar *quantificar* a influência efetiva dos impérios para o desenvolvimento econômico de longo prazo das metrópoles. Para tanto, parte dos pesquisadores recorreram a hipóteses contrafactuais (*new economic history*) e a exercícios de história comparada. Embora existam diferenças de interpretação entre os pesquisadores que participaram do congresso, em termos gerais, o resultado final das discussões pode ser sintetizado da seguinte forma: o significado do império para o desenvolvimento econômico das metrópoles não foi tão importante como usualmente se pensa. Os vultosos lucros obtidos inicialmente com a pilhagem e com a exploração das colônias, assim como as vantagens indiretas (suprimento barato e regular de matérias primas, expansão e integração do mercado internacional, posição privilegiada da metrópole etc.), no longo prazo, não foram suficientes para cobrir os intensos e constantes investimentos requeridos para manter o império (defesa contra as potências

⁶ David LANDES *A Riqueza e a Pobreza das Nações* trad. port. 7ª. Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1998

rivais e contra as crescentes insurreições das populações nativas). Deste modo, a política de poder e o potencial conflitivo inerentes ao imperialismo fomentaram a rivalidade entre as nações, a qual resultou em onerosos conflitos, dos quais as duas guerras mundiais foram os mais expressivos. Em suma, pouco lucrativo na fase mercantilista e altamente custoso no período subsequente, o imperialismo consistiu muito mais em um fardo para a Europa Ocidental do que em um motor para o seu crescimento econômico.

*

Toda história é história contemporânea, afirmam Patrick O'Brien e Leandro Prados de La Escosura, sem citar a origem da frase que, como todos sabem, é de Benedetto Croce. Portanto, duas décadas após do término do processo de descolonização, o que explicaria o ressurgimento dos estudos sobre o imperialismo? Para estes autores, este interesse deriva de três grandes temas que têm preocupado os grandes líderes políticos da América do Norte e da Europa: (1) um clima de inquietude, provocado pela possibilidade de o centro de decisões estratégico-econômicas deslocar-se da Europa e América do Norte para a Ásia (China?); (2) os níveis de pobreza mundial alarmantes e a intensificação da polarização Norte-Sul; (3) os novos desafios que uma economia muito mais integrada e interdependente acarretam: as economias nacionais, regionais e locais fazem parte de uma *economia global*, de modo que o seu crescimento e suas flutuações dependem cada vez mais das operações em um mercado que transcende as fronteiras nacionais (a assim chamada "globalização"). Estes seriam os três grandes temas ou questões que teriam renovado o interesse sobre o imperialismo.⁸ Mas foram estas preocupações que realmente nortearam o Congresso de Madri? A própria análise de O'Brien e de Prados de La Escosura indica que não. Inicialmente, estes dois autores fazem um breve esboço das características principais da "teoria da dependência", da "perspectiva do sistema-mundo" e de alguns autores que tratam da relação entre o desenvolvimento da Europa e a evolução das demais civilizações (James Blaut, em particular), *sugerindo* que estas foram as primeiras respostas aos três temas supracitados. Com base nesta síntese, O'Brien e Prados de La Escosura destacam um elemento comum a todas estas interpretações: em graus variados, estas interpretações sugerem que o desenvolvimento europeu explica-se fundamentalmente pelo

⁷ cf. José Jobson de Andrade ARRUDA "David Landes, um historiador desacorrentado" *Economia e Sociedade* No. 12 (1999) p. 88-90

⁸ cf. Patrick O'BRIEN, P. & Leandro PRADOS de La ESCOSURA, "The Costs and Benefits for Europeans from their Empires Overseas" *Revista de Historia Económica* XVI, No.1 (1998) p. 32-3.

subdesenvolvimento ou bloqueio do desenvolvimento da Ásia, África, América Latina e da Europa Oriental.⁹ Esta discrepância foi preservada e acentuada pelos europeus por diversos métodos: pilhagem direta, manipulação do mercado e dos termos de troca, controle sobre o preço dos minérios e demais matérias-primas, interferência política direta sobre nações subdesenvolvidas (para preservar/intensificar esta condição etc.). Identificada esta suposta base comum, e em nome dos demais integrantes do congresso, eles prosseguem:

"Nossos artigos *confrontam estes argumentos* com base em estudos de caso que buscam analisar um espectro relevante de conexões entre economias nacionais européias e suas colônias e dependências (i.é. seus sistemas imperiais) ultramarinas. No entanto, os seus limites são 'repressivamente ocidentais', porque eles não envolvem o estudo das origens do imperialismo e não prestam atenção ao impacto (negativo e positivo) causado pela Europa sobre os territórios, recursos e populações indígenas da Ásia, África e das Américas. Eles estão confinados a uma análise dos custos e benefícios derivados dos Impérios em termos de desdobramentos macro-econômicos de longo prazo de uma pequena amostra de economias industriais européias de mercado hoje afluentes. (...)

O foco dos artigos é macro. Eles exploram mais as conexões entre o desenvolvimento econômico de nações inteiras e as suas "industrializações" do que a acumulação de riquezas feitas por cidades, igrejas, conquistadores, mercadores, soldados, marinheiros e aristocratas que fizeram fortuna com o imperialismo. Por volta da primeira metade do século XIX, economias industriais de mercado modernas, do tipo que agraciam hoje os seus habitantes europeus, já haviam surgido no continente. Mesmo antes deste tempo, economistas políticos já haviam analisado as conexões entre as cidades afluentes, as regiões avançadas e os países desenvolvidos da Europa Ocidental de um lado, e, de outro, os seus compromissos com o comércio oceânico, postos avançados marítimos e suas possessões coloniais. *Respondendo ao estímulo recente oferecido pelas hipóteses da escola do Sistema Mundial, seguramente é tempo de reavaliar as questões que são verdadeiramente dignas de respeito e retornar aos argumentos mais uma vez.* Quais eram estas conexões? Quais mecanismos que emanaram do comércio e do império promoveram o desenvolvimento de longo prazo da Europa Ocidental? Exatamente quão importante eram as relações entre as economias metropolitanas e as suas colônias? Não seria o caso de (como insistiram os oponentes do imperialismo e do mercantilismo desde o início das aventuras ultramarinas da Europa) que os compromissos com o império enfraqueceram as economias nacionais [da Europa], retardaram o seu desenvolvimento e, por fim, constrangeram o progresso europeu no sentido da constituição de sociedades industriais, urbanas e afluentes?"¹⁰

⁹ cf. *id;ibid* p. 33-5.

¹⁰ cf. *ibid* p. 35-7 (grifo meu).

Esta passagem revela, inequivocamente, a grande questão que fundamentou as discussões realizadas em Madri: o “imperialismo” beneficiou ou atravancou o desenvolvimento econômico europeu? Esta mesma citação revela, também, sem rodeios, a resposta: a dominação imperial atuou mais no sentido de constranger do que de beneficiar a industrialização e o desenvolvimento econômico das sociedades européias afluentes. Assim, é exatamente neste contexto que deveriam ser analisadas as preocupações com a ampliação do fosso entre as países ricos e o terceiro mundo, a integração e a complementaridade da economia mundial e a suposta ascensão econômico-estratégica da Ásia. No entanto, há mais do que isso. Um dos objetivos específicos da quantificação do papel do imperialismo na evolução da economia européia é, como dizem O’Brien e Prados de La Escosura, responder aos estímulos oferecidos pelas análises da “escola do Sistema Mundial”. Responder aos estímulos em que sentido? Trata-se, na verdade, de tentar *refutar* as interpretações derivadas da obra de Immanuel Wallerstein em primeiro lugar e, em segundo, combater todas as interpretações que estabelecem uma relação de causalidade – mesmo que tênue – entre o “imperialismo” e o desenvolvimento econômico europeu. É evidente que estas posições são explicitadas desta forma apenas por O’Brien e por Leandro Prados de La Escosura. Os demais autores que participaram do debate não expuseram as suas conclusões e seus objetivos com tanta radicalidade.¹¹

Periodização e delimitação do escopo da investigação

Um estudo desta natureza esbarra em uma série de dificuldades, particularmente no que diz respeito à periodização. Como os seis “casos” são tomados isoladamente e analisados em um intervalo de tempo de cinco séculos, O’Brien e Prados de La Escosura acreditam que a cronologia e os ciclos longos usados para a periodização “levantam uma plethora de problemas”, porque as “descontinuidades e as conjunturas variam de caso a caso.” Mas há um ponto de consenso relativo: a Revolução Francesa, as Guerras

¹¹ Patrick O’Brien e Leandro Prados de La Escosura reconhecem que o balanço que fizeram do Congresso não é unânime: “Nossa *introdução* – escrevem – baseia-se em seis estudos de caso nacionais e em discussões que ocorreram em Madri em 1997 [anteriores à seção A1 do XII Congresso Internacional de História Econômica]. Não pretendemos citar contribuições particulares às inferências e conclusões presentes neste ensaio. Nossa perspectiva representam uma elaboração baseada na interpretação dos artigos que se seguem [os 11 artigos que compõem o XII Congresso]. Eles não formam uma visão panorâmica (e muito menos uma síntese) e os

Revolucionárias e seus desdobramentos imediatos (1789-1825) representam um ponto de inflexão na luta entre as potências europeias pela proeminência no comércio mundial e pela aquisição de novos territórios. Mesmo levando em conta o período 1882-1903 - marcado pelo revivescimento da rivalidade entre as potências imperialistas - a luta direta pela conquista de novos territórios e pela manutenção e intensificação dos monopólios passou a efetivar-se progressivamente por intermédio de negociações diplomáticas. Após a Revolução Francesa, a França, Espanha, Portugal e Holanda perderam grande parte de seus territórios ultramarinos e, também, parte de sua capacidade de controle econômico sobre antigas colônias na África, Ásia e Américas. Portanto, por várias décadas, o interesse destas nações e os benefícios derivados do imperialismo diminuíram consideravelmente. Assim, por motivos "heurísticos" a história do imperialismo europeu foi dividida em duas eras ou épocas: os séculos que antecedem e que sucedem "a conjuntura precipitada pela Revolução Francesa". Estas duas eras são compostas por quatro períodos ou ordens: (1) *mercantilismo* (1412-1846), que se inicia com a captura de Ceuta pelos portugueses e perdura até a inauguração do *free trade*; (2) *liberalismo* (1846-1914), que tem início com a instauração do comércio livre e desemboca na eclosão da primeira guerra mundial; (3) *neomercantilismo* (1914-48), período que atravessa as duas guerras mundiais, e é marcado pelo conflito efetivo entre as principais potências imperialistas da Europa; (4) *descolonização* (1948-74), época caracterizada pela intensificação dos movimentos de libertação nacional, que culminou com a liquidação de praticamente todas as colônias. Esta periodização está diretamente ligada ao modo como o escopo do campo de investigação foi delimitado: "quando, como, onde e porque as sociedades europeias (e a Europa como um todo) ganharam ou perderam economicamente com as conexões políticas estabelecidas e mantidas (de forma mais forte ou mais fraca) com seus impérios nacionais são as difíceis questões confrontadas por este complexo e abrangente exercício em história econômica comparada e história da Europa. Para confinar a discussão, que é potencialmente atemporal e global em escopo, abstermo-nos de estendê-la geográfica e cronologicamente, assim como deixamos para consideração futura o impacto exercido pelo imperialismo europeu sobre outros continentes."¹² Trata-se, portanto, de um exercício de *história comparada*, onde são tomados 6 economias (Portugal, Espanha, Holanda, França, Grã-Bretanha e Itália) e seus

scholars que participaram conosco nesta aventura intelectual não concordarão necessariamente com todas as generalizações que tentamos derivar de seus trabalhos" "*The Costs...*" cit. p.29-30.

respectivos “impérios”. Só foram levados em consideração o papel do imperialismo para a “Europa”, e não a sua influência sobre as colônias e sobre os demais continentes. Há uma segunda delimitação: a ênfase recaiu sobre as regulamentações imperiais designadas para favorecer as metrópoles, que incidiram sobre os termos e as condições de comércio, exportações e importações, migração e sobre os fluxos de capitais. Foram também estimados os custos relativos de defesa das colônias. Em síntese: a idéia básica foi destacar a *política imperial*, um “subconjunto” dentro de um universo mais amplo, composto pela concatenação da política interna, estratégia geopolítica e pela política externa das metrópoles.¹³

New Economic History e o emprego dos Contrafactuais

As asserções contrafactuais são, supostamente, instrumentos eficazes na tarefa de medir os custos e benefícios de estratégias macroeconômicas realizadas no passado. Exatamente por isto, desde a sua formação, a *new economic history* sempre esteve às voltas com os problemas práticos e teóricos inerentes ao emprego dos contrafactuais na pesquisa histórica. No entanto, nem todos os integrantes do Congresso de Madri se entusiasmaram com este procedimento. Patrick O'Brien e Leandro Prados de La Escosura comentam esta dissonância:

“a maioria dos autores prudentemente evitaram qualquer busca sistemática da história contrafactual. Eles reconhecem, relutantemente, que o que teria ocorrido com o crescimento econômico de uma nação, caso o seu recurso ao império fosse estrangido por um abandono precoce da exploração colonial (...), não passam de suposições com base nas questões levantadas. Os economistas tendem a condenar a falta de um modelo [teórico] explícito e, sem dúvida, recomendariam aos historiadores envolvidos com este tipo de problema o uso de uma ‘caixa preta’ chamada teoria do equilíbrio dinâmico. No entanto, o que de

¹² cf. *Id; ibid* p. 30

¹³ O'Brien e Prados de La Escosura reconhecem as dificuldades subjacentes a este tipo de recorte, porque as políticas imperiais estiveram sempre relacionadas ao conjunto da política internacional perseguida pelos estados, mesmo depois do período de descolonização do pós-guerra. Das mais variadas formas e com vários graus de intensidade “(...) o envolvimento das nações com os seus próprios impérios (e com o das demais nações) influenciaram as políticas fiscais e monetárias, os dispositivos legais que envolvem os mercados nacionais de mercadorias, capitais e trabalho e, também, as atitudes e os padrões de comportamento subjacentes aos vários estilos de capitalismo que se desenvolveram ao longo da Europa. *As influências imperiais, externas e metropolitanas sobre as políticas, instituições e culturas que promoveram ou restringiram o desenvolvimento econômico mostraram-se difíceis de serem separadas e ainda mais difíceis de serem medidas.* Por isto, a inclusão de uma economia (como a Itália) com uma história de envolvimento limitado com suas próprias possessões ultramarinas ou com outros impérios nos pareceu heurísticamente importante.” *ibid* p. 31 (grifo meu)

mais importante emergiu deste exercício em colaboração foi a constatação de que o significado dos impérios para o desenvolvimento econômico nacional tomou várias formas ao longo do tempo e do espaço. Nós falhamos em encontrar um mapa de alta resolução, capaz de guiar-nos através das complexas paisagens da história dos impérios. Historiadores econômicos preocupam-se com fatos, cronologias e com a integridade contextual. Como os artigos indicam, eles permanecem comprometidos com os detalhes, com a localidade e com a contingência. Alguns celebram a ambigüidade e o paradoxo, e parecem mais inclinados a destruir do que em dispor-se à “grande teoria”. Eles rejeitam a análise contrafactual porque, infelizmente, esta meta-questão não pode ser especificada de um modo que possa gerar um consenso entre historiadores, crescentemente impressionados com a admissão da teoria do caos até mesmo nas ciências naturais (...).¹⁴

Esta passagem, além da referência aos contrafactuais, revela um dos problemas fundamentais discutidos no Congresso: a tensão entre a história econômica e a retrospectiva econométrica. Revela também a inclinação destes dois autores: a predileção pela retrospectiva econométrica em detrimento da *história* econômica.¹⁵ Ao longo de nossa pesquisa, debruçar-nos-emos sobre esta tensão, a qual explica grande parte das falsas questões por detrás do debate sobre o sistema colonial e o imperialismo. No entanto, no momento, discutiremos as características da análise contrafactual.

Como constata Jon Elster, recentemente, as constatações contrafactuais ganharam importância em duas disciplinas não relacionadas: história econômica e lógica filosófica. Nos dois casos, o interesse pelos contrafactuais está relacionado à *causalidade*: com a própria *noção* de causalidade, no caso do filósofo, e, no caso do historiador, com a *avaliação* da importância relativa das causas em determinados fenômenos.¹⁶ Discutiremos aqui apenas a função dos contrafactuais na história e nas ciências sociais. De acordo com Jon Elster, a primeira abordagem dos contrafactuais no âmbito das ciências sociais foi empreendida por John Stuart Mill onde, ao rejeitar o “método da diferença”, ele rejeitou também a possibilidade de empregar os contrafactuais no estudo da sociedade. A base de sua rejeição repousa em um argumento bem conhecido: não podemos *imaginar* a mudança de alguns aspectos particulares de uma sociedade enquanto os demais permanecem inalterados.¹⁷ Mas há, segundo Elster, uma

¹⁴ Patrick O'BRIEN & Leandro PRADOS DE LA ESCOSURA “The costs...” *cit.* p. 31-2.

¹⁵ Sobre esta distinção, *cf.* Eric HOBSBAWM “Historiadores e Economistas I”; “Historiadores e Economistas II” in: *Sobre História* trad., São Paulo: Cia das Letras, 1998. Retomaremos este tema logo à frente.

¹⁶ *cf.* Jon ELSTER *Logic and Society: contradictions and possible worlds* fac-símile autorizado, Michigan: UMI, 1993[ed. Orig.: John Wiley & Sons, 1978] p.175-6.

¹⁷ *cf. id; ibid* p. 178-9.

atitude “pré-teórica” complementar a esta que, ao invés de assumir que os contrafactuais são ilegítimos para o estudo da sociedade, sustenta que *todos os contrafactuais são igual e completamente legítimos*. Esta seria a posição de Max Weber, particularmente quando discute objetividade e a adequação causal nas ciências sociais.¹⁸

Deixaremos de lado as críticas de Elster a John Stuart Mill e a Max Weber. Retiraremos de seu texto apenas os elementos que nos interessam diretamente, particularmente as suas reflexões sobre a relação entre a História e os contrafactuais. A preocupação do historiador com a análise contrafactual deriva de uma tensão entre dois postulados: (1) em qualquer fenômeno histórico, algumas causas são mais importantes do que as outras, e qualquer *interpretação* histórica deve levar em conta o peso relativo das causas que determinaram um certo resultado; (2) a tessitura da história é caracterizada pela densidade “infinita”, de modo que as grandes clivagens e as especulações ao estilo “o que aconteceria se...” não fazem sentido. Estes são dois postulados que dificilmente podem ser conciliados, e que alimentam acirradas polêmicas sobre o *estatuto* da história como disciplina, e, também, sobre a possibilidade ou a forma com que a história pode dialogar com as ciências sociais. Mas, como salienta Elster, “(...) para uma disciplina não-experimental e não-comparativa, é difícil discutir a importância relativa das causas sem engajar-se em um tipo de pensamento experimental onde é necessário remover e separar sucessivamente cada uma das causas em questão e avaliar que diferença a ausência destas causas poderia provocar no fenômeno em questão. Alguns historiadores começaram a admitir, desde então, que sempre estiveram falando contrafactualmente sem reconhecê-lo, mas eu não sei se eles representam agora a maioria em sua profissão”.¹⁹ Neste sentido, a presença de um *certo tipo* de contrafactualização na história é muito maior do que usualmente se pensa.²⁰ Mas, evidentemente, existem limites à aplicação dos contrafactuais. Não há espaço para recuperarmos as digressões de Jon Elster sobre as implicações e as diferenças entre a “teoria” *ontológica* e a “teoria metalingüística” da contrafactualização. Estabeleceremos uma distinção simplificada, que, entretanto, servirá aos nossos propósitos: (a) *contrafactualização ontológica* (ou teoria dos mundos paralelos): diz respeito aos *mundos possíveis*. Eles são classificados como verdadeiros ou falsos de acordo com as características destes mundos (reais ou virtuais), do mesmo modo como uma constatação do tipo “a neve é branca” somente pode ser

¹⁸ cf. *ibid* p. 179-181

¹⁹ *Id;ibid* p. 176.

avaliada como verdadeira ou falsa se houver neve branca no mundo em questão. O ponto é, exatamente, o seguinte: nenhum detalhe é insignificante. Portanto, não há como modificar um conjunto de causas sem modificar todas as demais. Assim, qualquer mudança contrafactual, por menor que seja, implicaria, em um certo intervalo de tempo, a contrafactualização de todo o universo anterior e posterior àquele intervalo de tempo. Criam-se, portanto, mundos paralelos, completamente diferentes, *com relações causais diferentes*. Deste modo, na “teoria” ontológica, a noção de causalidade e o peso relativo das causas deve ser transposto aos mundos paralelos. Esta “teoria” interessa mais aos filósofos, pois o que sempre está em questão é a própria *causalidade*, e não o mundo real e os mundos paralelos;²¹ (b) *contrafactualização epistemológica/metalingüística* (ou teoria dos mundos ramificados): ao contrário da anterior, este tipo de contrafactualização faz assertivas sobre o mundo real como o elemento explanatório crucial, mais do que propriamente sobre as características dos mundos contrafactuais em si. Neste tipo de inferência contrafactual, quando empregada por historiadores, o que realmente interessa é explicar o *peso relativo* de determinadas causas ou fatores na determinação de um evento X. Para poder fazê-lo, o historiador precisa postular um mundo onde uma ou mais destas causas estejam faltando. Mas, ao contrário da “teoria ontológica”, não é necessário determinar rigorosamente as correlações causais no mundo contrafactual (não é ele que está em causa). Basta confrontar os dois (ou mais) mundos, e, deste modo, estimar o peso relativo das causas em questão.²²

²⁰ cf. Eric HOBBSBAWM, “Historiadores e Economistas: II” cit. p. 127-9.

²¹ cf. Jon ELSTER *Logic and...* cit. p. 181-2. Ainda de acordo com Elster, a dificuldade nesta “teoria” é que, excluindo os mundos que *não* são baseados em leis determinísticas, os mundos paralelos não possuem pontos em comum onde possam convergir ou divergir. Eles *sempre* correm paralelamente uns aos outros. É exatamente por isto que este tipo de contrafactualização não interessa (ou não deveria interessar) ao historiador: em última instância, os contrafactuais são construídos para examinar como as transformações nas características do mundo se refletem na cadeia de relações causais que o ordenam. Assim, neste caso, as características e a trajetória dos mundos paralelos não é o que interessa, mas sim a lógica inerente às cadeias causais, ou melhor, é a própria noção de causalidade é que está em questão cf. *ibid* p. 177.

²² cf. *ibid* p. 182-5. No entanto, para Jon Elster, as coisas não são tão simples assim. “O paradoxo básico dos contrafactuais – escreve Elster – pode ser referido como o paradoxo da *desimportância do inevitável*. Para avaliar a importância causal de algum evento histórico ou de algum fato social, a remoção mental deste elemento deve ser estática e dinamicamente legítima; por decorrência, qualquer elemento que não pode ser sujeito a este experimento mental é inerentemente incompatível com a avaliação causal.” *Ibid* p. 185. Ver, neste livro de Elster, suas importantes considerações sobre temas “clássicos” da investigação baseada nos contrafactuais, tais como as estimativas sobre o colonialismo na África (cf. *ibid* p. 192-6), os resultados econômicos dos Atos de Navegação (cf. *ibid* p. 201-3), a lucratividade da escravidão no sul dos Estados Unidos (cf. *ibid* p. 208-17) e, também, sobre a relação entre as estradas de ferro e o desenvolvimento econômico dos EUA (cf. *ibid* p. 204-8).

A primeira vista, a intenção de Patrick O'Brien e de Leandro Prados de La Escosura é, exatamente, criar contrafactuais para *estimar* o peso relativo do imperialismo na determinação do desenvolvimento econômico europeu. Se os propósitos destes autores se esgotassem nisto, pouco poderíamos objetar: a neste caso, a discussão não passaria da retomada, em maior escala, da polêmica iniciada nos anos 80 entre Lance Davis, R.A. Huttenback e Michael Edelstein.²³ Mas, na realidade, assim como os primeiros trabalhos que fundaram a *new economic history* (Robert Fogel, Stanley Engermann, etc.), o verdadeiro objetivo de O'Brien e de Prados de La Escosura é a busca do que poderíamos denominar como "*best past*" ou "*optimal counterfactual*"²⁴, que poderia revelar, por comparação, se o imperialismo realmente foi importante para o desenvolvimento europeu. Isto implica uma concepção muito particular do papel dos contrafactuais na pesquisa histórica: eles não representam apenas uma ferramenta útil para a construção de hipóteses e para análise normativa, mas podem ser utilizados como base para *análises positivas*. Este tipo de emprego dos contrafactuais representa uma das características principais da *new economic history* e, também, revela o pressuposto "oculto" desta corrente: quantificar é explicar. Este princípio, no âmbito de nossos interesses imediatos, atinge o paroxismo na obra de Patrick O'Brien²⁵ mas, em graus variados, está presente em boa parte dos artigos que constituem a seção A1 do Congresso de Madri.

O privilégio da dimensão quantitativa não é a única característica definidora da *new economic history*, também conhecida como cliometria. Na realidade, esta segunda designação faz mais justiça às características desta escola do que a primeira. Eric Hobsbawm vai direto ao ponto: "Isso nos remete à questão da cliometria, a escola que transforma a história econômica em econometria retrospectiva. Seria absurdo rejeitar como inadequadas a um segmento da história a quantificação e a aplicação de tais

²³ Cf. Lance DAVIS & R. A. HUTTENBACK *Mamon and the Pursuit of Empire: the political economy of British Imperialism, 1860-1912* Cambridge: Cambridge U. Press, 1986; M. EDELSTEIN "Realised Rates of Return on U.K. Home and Overseas portfolio Investment in the Age of High Imperialism" *Explorations in Economic History* 13 (1976); "Imperialism: Cost and Benefit" in: R. FLOUD & D. McCLOSKEY (eds.) *The Economic History of Britain Since 1700*, Vol.2 Cambridge: Cambridge University Press, 1994

²⁴ cf. Jon ELSTER *Logic...* cit. p. 192

²⁵ Ver, especialmente, "Balance Sheets for the acquisition, retention and loss of european empires overseas" *III Congresso Brasileiro de História Econômica* (Curitiba, 1999); the costs and benefits of British imperialism 1846-1914 "Past & Present No. 120 (1988); "The Impact of the Revolutionary and Napoleonic Wars, 1793-1815, on the Long-Run Growth of the British Economy" *Review* XII, 3 (1989); "European Economic Development: the contribution of the periphery" *Economic History Review* 2nd ser., XXXV,1

ferramentas estatísticas, matemáticas e outras. Quem não consegue quantificar, não consegue escrever história. Como já então anunciava August Ludwig Von Schlözer, esse ornamento da [Universidade de] Göttingen do século XVIII: a estatística é história estática, a história é estatística em movimento. Devemos saudar a notável contribuição dos cliometristas à mensuração na história e, certamente, no caso de Robert Fogel, sua impressionante engenhosidade e originalidade na busca e utilização de fontes e técnicas matemáticas. *Porém, a característica específica dos cliometristas não é essa, mas a de testar proposições da teoria econômica, na maioria, de inspiração neoclássica.*²⁶ No nosso caso particular, a proposição neoclássica que está sendo “testada” é, exatamente, a sua premissa fundamental: o pressuposto de que o mercado livre é a melhor forma de organização e alocação dos fatores de produção. Nos casos onde, de uma perspectiva puramente econométrica (relação custos/benefícios), o império “dava prejuízo”, o discurso sobre as virtudes do mercado surge naturalmente. Já nos casos em que a estrutura imperial era rentável (a Inglaterra no século XIX, por exemplo), os contrafactuais entram em cena: se estes recursos tivessem sido empregados na economia interna e nos mercados livres, o retorno *teria sido* muito maior, assim como os riscos e os custos teriam sido muito menores.²⁷ Neste contexto, a preocupação quase exclusiva à dimensão quantitativa é um simples desdobramento das bases em que a cliometria repousa: a teoria econômica neoclássica. Para os adeptos desta escola, este é o universo teórico em que toda reflexão deve desenvolver-se. Assim, toda discussão circunscreve-se apenas ao modo como os dados devem ser tratados: como organizá-los, quais instrumentos estatísticos são mais apropriados, como superar a falta ou a imprecisão dos dados sobre determinado período, como combinar dados setoriais e agregados, etc. Tudo parte da “teoria do equilíbrio dinâmico” e a ela retorna. Desse modo, em poucas palavras, podemos concluir que a construção dos modelos contrafactuais está orientada predominantemente para comprovar os pressupostos da economia neoclássica.²⁸

(1982); “The political economy of British taxation, 1660-1815” *Economic History Review* 2nd ser., XLI,1 (1988).

²⁶ Eric HOBSEBAWM “Historiadores e Economistas II” cit. p. 126 (Grifos meus).

²⁷ cf. Patrick O'BRIEN & Leandro PRADOS DE LA ESCOSURA “The costs...” cit. p. 65-74; 85-86.

²⁸ Mais uma vez, Hobsbawm expõe o cerne da questão: “Alguns destes modelos a história não pode ou não precisa utilizar, exceto, por assim dizer, como controles mentais. Não consigo ver muita relevância para a história – *aquilo que de fato aconteceu* – para a construção de modelos de economias possíveis ou imaginárias. Os econométricos às vezes estão menos testando as teorias quanto descrevendo como seria o mundo caso as teorias estivessem corretas.” “Historiadores e Economistas II” cit. p. 123.

História Econômica e Retrospectiva Econométrica

Um dos eixos fundamentais desta pesquisa é a distinção entre História Econômica e Econometria Retrospectiva. É através dela que poderemos compreender com mais clareza o choque entre as interpretações apresentadas no Congresso de Madri e, principalmente, o contraste entre estas interpretações e a perspectiva do sistema-mundo. Para melhor compreendermos esta distinção, faremos um breve esboço da constituição da Economia como disciplina científica, *um processo estreitamente ligado com a consolidação do capitalismo*. Da crítica dos preceitos mercantilistas, pouco a pouco, começou a surgir uma modalidade de reflexão prestes a adquirir um estatuto próprio: a Economia Política. Este discurso só pôde estruturar-se como uma *problemática definida* após a consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra: a partir do momento em que capital industrial passou a dominar a economia britânica e preparou a sua expansão em escala mundial, a reflexão nos moldes mercantilistas tornou-se subitamente impossível. Diante deste quadro, é perfeitamente plausível identificar em Adam Smith o ponto de ruptura decisivo com o mercantilismo e de inauguração de uma problemática nova, cuja expressão mais geral é sintetizada pelo conceito de *sociedade econômica*,²⁹ i.é, uma sociedade composta por indivíduos lutando por seus interesses pessoais, onde as relações “econômicas” consistem no princípio de sociabilidade básico. O protagonista mais característico desta modalidade de reflexão é o *homo economicus* de Adam Smith. De fato, este é exatamente o substrato da Economia Política: em maior ou menor grau, estes são os elementos invariantes que, a despeito das inúmeras discrepâncias que separam os grandes economistas clássicos, formam a problemática que envolve estes pensadores.

²⁹“O conceito de sociedade econômica – escreve Luiz Gonzaga BELLUZZO – é o resultado das transformações ocorridas na Europa Ocidental, que culminaram com a Revolução Industrial, na Inglaterra, e a Revolução Francesa, no Continente. As três últimas décadas do século XVIII assistiram à eclosão de uma revolução – econômica e política – cujos contornos se esboçaram séculos antes. O renascimento do comércio comprometera a base econômica do feudalismo, já desgastada desde as Cruzadas pelo depauperamento e até pelo extermínio físico da mão-de-obra. O processo de formação dos Estados nacionais solapara o poder político dos senhores feudais, cada vez mais centralizado nas mãos do soberano; as monarquias nacionais cimentavam pouco a pouco o mosaico inarticulado do poder feudal. A Reforma dispensara a mediação da Igreja nas relações entre Deus e os Homens, e conciliara os trabalhos seculares com a salvação da alma. Finalmente, a dúvida cartesiana libertara a razão e, dessa forma, despertara o sujeito de sua submissão objetiva a uma ordem revelada.” *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política* 3ª. Ed.; Campinas: Unicamp/IE, 1998 p. 21.

É necessário darmos mais alguns passos. Numa modalidade de reflexão deste tipo, as explicações tendem a se apoiar em axiomas referentes à natureza do homem: propensão à troca, luta pela liberdade, a razão, etc. Isto não é fortuito, pois deriva da *problemática* em que se move a economia política: ao negar a história e reduzir todas as determinações sociais a um mero epifenômeno, ela precisa encontrar uma base para fornecer dinamismo à explicação, assim como, num paradoxo aparente, para preencher as suas eventuais lacunas. Tudo o que não se encaixa na interpretação tende a ser considerado como um “desvio” ou uma anomalia. Apesar de conter um alto grau de cientificismo, a Economia Política, como pode ser inferido das observações anteriores, não era capaz de desvincular-se da política e, de certa forma, da moral. As interpretações - como já adiantamos - ainda precisavam de apoios “externos”, de postulados derivados de outras áreas do conhecimento. Isto se torna particularmente visível na discussão em torno do *valor*, componente peculiar da reflexão clássica e motivo de repúdio pela economia moderna, que qualifica esta antiga preocupação como “metafísica” e pré-científica.³⁰ É importante notar como esta discussão alimentou a forte agitação social que marcou o século XIX. Desde o princípio deste século, os “socialistas utópicos” já estavam identificando o crescimento da pobreza com as transformações econômicas derivadas da Revolução Industrial. Certos elementos que gravitavam em torno da polêmica sobre os fundamentos do valor eram potencialmente explosivos, pois abriam margem a uma interpretação calcada na identificação entre lucro e exploração, principalmente depois de Ricardo. Embora este autor, no final das contas, operasse ainda no interior do precedente Smithiano, i.é., de que o *preço* de qualquer mercadoria se resolve nas 3 formas de rendimentos, a saber, salário, lucro e renda da terra; Ricardo inova ao assumir que estas três variáveis não são *independentes*.³¹ Ao demonstrar que o aumento da renda da terra implica uma dedução dos lucros, base do argumento em prol da industrialização e da teoria das vantagens comparativas, Ricardo acabou revelando também que há uma antinomia entre salário e lucro, o que forneceu um forte instrumental teórico que alimentou a luta do movimento operário, originando inclusive a curiosa vertente dos “socialistas ricardianos”. No entanto, longe do mundo acadêmico, a Economia Política transformase em uma “arma do proletariado” com Marx, após o desenvolvimento do conceito de mais-valia. Este conceito foi apresentado por este autor em suas intervenções nas sessões do

³⁰ Cf. Luiz G. BELLUZZO *Valor...* cit. p. 93 e segs.

³¹ cf. *Ibid* p. 53

Conselho Geral da Associação Internacional de Trabalhadores (primeira internacional), realizadas de 20 a 27 de junho de 1865³² e, de forma mais elaborada, em 1867 com a publicação de *O Capital*.

Assim, depois de Ricardo e de Marx, o conteúdo conflitivo implícito na teoria do valor trabalho tornou-se inextinguível. Concomitantemente, como uma espécie de reação, a ortodoxia clássica começou a ganhar contornos mais definitivos com a chamada “revolução marginalista”. Durante a década de 1870 a teoria do valor-trabalho foi duramente atacada por autores como Karl Menger, Stanley Jevons e Léon Walras que, cada um a seu modo, passaram a fundamentar o valor das mercadorias em princípios subjetivos ou sensoriais, tais como a utilidade ou a satisfação por elas proporcionada. Na prática, as considerações sobre o valor estavam sendo excluídas do âmbito da reflexão econômica que, para estabelecer-se como uma ciência positiva, devia abandonar qualquer proposição “metafísica”. Surge então a *economia*: uma ciência dotada de um objeto claramente delimitado, supostamente isenta de “deformações ideológicas” ou “princípios metafísicos”, apta a formular *leis gerais*.

A *Econometria Retrospectiva* é um ramo da *Ciência Econômica*: respeita, portanto, os limites do objeto desta. Deste modo, a retrospectiva econométrica envolve apenas os aspectos do comportamento humano qualificados como “econômicos”, deixando de lado todos os demais. Isto fica particularmente nítido se nos lembrarmos que a *new economic history* é também conhecida pelos seus próprios adeptos como *cliometria*. Esta designação revela o grau e a natureza da clivagem do objeto: só faz parte de seu campo de reflexão o *que pode ser medido*. Assim, por princípio, todos os aspectos “não-econômicos” devem ser descartados ou considerados como influências externas. “É plausível que os economistas – escreve Hobsbawm – possam concordar quanto ao valor da história para a sua disciplina, mas não que os historiadores concordem quanto ao valor da economia para a sua. Em parte, isso se deve ao fato de que a história abarca um campo muito mais amplo. Como vimos, uma desvantagem óbvia da economia como matéria que lida com o mundo real é o fato de que ela seleciona como “econômicos” alguns e apenas alguns aspectos do comportamento humano e deixa os demais para outrem. *Na medida em que seu objeto é definido por exclusão, os economistas nada podem fazer a respeito, por mais conscientes que sejam de suas*

³² Esta exposição foi publicada pela primeira vez em um folheto, em Londres, no ano de 1898.

*limitações.*³³ Já a *História* não pode excluir de antemão nenhuma dimensão da história humana: o máximo que ela pode fazer é privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros. Neste sentido, pode haver especialização na história, mas nunca a ponto de sacrificar a totalidade. Assim, como salienta Hobsbawm, mesmo o campo especializado da história econômica é mais vasto do que o campo da economia tal como ela é definida convencionalmente: os modelos, métodos, técnicas e “modos de discussão” da economia podem ser utilizados pelos historiadores, mas a sua análise não pode ficar confinada a tais modelos e, sobretudo, tais modelos não podem obliterar a sua busca para destacar o que cada fenômeno tem de *específico*.³⁴ Portanto, há um duplo encadeamento que caracteriza a história: a busca pela especificidade e a insistência na *totalidade*. Este duplo encadeamento repousa na verdadeira peculiaridade da história, que é a *reconstituição* do passado. É exatamente por isto que a história *sempre* é total.³⁵

Resta ainda uma observação a ser feita sobre a diferença entre a história econômica e a econometria retrospectiva. A esmagadora maioria das reconstruções da história do pensamento econômico caracterizavam de forma *evolutiva* a formação da economia como disciplina: o ponto de partida desta evolução é uma reflexão *não-científica*, ligada à prática e às questões de poder (mercantilismo), que vai sendo progressivamente refinada e culmina em um pensamento científico, isento de juízos de valor e com um objeto claramente delimitado, que prescinde de bases metafísicas. O grande problema desta perspectiva é a tendência a julgar as primeiras etapas do pensamento econômico como equívocos. Este julgamento só faz sentido em uma

³³ “Historiadores e Economistas II” cit.p. 122.

³⁴ *Ibid* p. 122-3. Particularmente inúteis para a história são os modelos extremamente gerais e, deste modo, universalmente aplicáveis: “De modo semelhante, também é possível e usual formular modelos tão gerais que possam ser universalmente aplicáveis, mas à custa da banalidade. Assim, seria possível demonstrar que o comportamento dos aborígenes australianos de maximizar as utilidades (definidas em um sentido suficientemente geral) pode se revelar mais racional do que o dos modernos homens de negócios. Isso não é surpreendente e interessante. Admitimos que todos os membros das ‘economias’ de classe, desde os bosquímanos até o Japão contemporâneo, podem ser inseridos em tal classe porque possuem certas características comuns. Porém, o que interessa ao historiador é o que eles não têm em comum e por que, e até que ponto essas diferenças explicam os destinos muito diferentes dos povos que permaneceram caçadores-coletores e dos que desenvolveram economias mais complexas” *ibid* p. 123-4 (grifo meu).

³⁵ Fernando Novais, em entrevista recente, expôs este ponto com clareza: “Há uma diferença entre História Econômica e economia retrospectiva, entre História Social e sociologia retrospectiva. Há uma diferença, a diferença está em que, para o historiador, o objetivo final é a reconstituição da memória e para o cientista não é a reconstituição, essa é a diferença. A discussão sobre História total e não-total, a meu ver, é um equívoco. Toda História é total. Por quê? Não é porque a História toma este tipo de dado ou aquele, é porque o seu objetivo é a reconstituição. E a reconstituição não pode deixar de ser total.” In: J. G.V. de MORAES & J. M. REGO *Conversas com Historiadores Brasileiros* São Paulo: Editora 34, 2002 p. 124-5.

perspectiva retrospectiva e essencialmente ahistórica. A história econômica não pode proceder deste modo, exatamente porque uma de suas bases fundamentais de apoio é a *historicização dos conceitos* criados pelo pensamento econômico. Assim, nesta perspectiva, a reflexão dos mercantilistas revela características importantes do período em que ela foi produzida e, portanto, não pode ser julgada por critérios estabelecidos em um período posterior, formados sob outras bases e em conformidade com novos interesses. O procedimento dos historiadores interessados neste tema é, exatamente, estabelecer os vínculos entre o pensamento – no caso, o mercantilismo – e a realidade que produziu suas categorias principais. Os conceitos criados pelos mercantilistas correspondem exatamente às características específicas do capital comercial e da era da acumulação primitiva de capitais.³⁶ A consolidação do capitalismo – a Revolução Industrial – exigiu a readequação da análise e, portanto a criação de novos conceitos. Foi exatamente o que fizeram os pensadores que criaram a Economia Política Clássica. No entanto, com a difusão da industrialização no século XIX e a derrota das contestações mais diretas à sociedade burguesa que marcaram o final deste século possibilitaram a “revolução marginalista”, que *eterniza* o capitalismo, naturaliza o mercado, elimina as classes e o choque de interesses da reflexão econômica. Logo, ao fundamentar-se na historicização dos conceitos, a história econômica dá substância à periodização e, o que é mais importante, destaca a todo momento o vínculo entre as transformações no plano do pensamento com a mudança das bases materiais e da correlação das forças das classes em luta. A perspectiva econométrica, pelo contrário, ao partir do presente³⁷ como critério

³⁶ Na introdução à reedição do principal livro do Visconde de Cairu, Fernando NOVAIS e José Jobson de Andrade ARRUDA expuseram este argumento: “José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, é consensualmente apreciado como o primeiro economista brasileiro, no sentido de introdutor da economia política entre nós e, portanto, o pai fundador de nossa ciência econômica. Nada temos, evidentemente, contra tal consagração que, aliás, nos parece perfeitamente merecida; mas, gostaríamos de convidar o leitor para refletir brevemente sobre os pressupostos desta caracterização. Ela implica, desde logo, considerar-se a famosa *dismal science*, uma ciência exata a exemplo da física ou da química. É esta visão que lastreia a imensa maioria das histórias das idéias, das doutrinas ou do pensamento econômico que se iniciam com a *Riqueza das Nações*; ou, quando muito, dizem algumas platitudes a respeito dos pensadores ‘pré-adamitas’; os pensadores que versaram esses assuntos na Idade Moderna, desde o século XV, merecem, às vezes, um capítulo intitulado ‘erros dos mercantilistas’. Mas se, como historiadores, considerarmos a economia política uma ciência social, então a sequência temporal das idéias econômicas começará a ser vista em correlação aos contextos históricos, dentro dos quais se formularam e sobre os quais incidiram. *O mercantilismo, por exemplo, talvez pudesse ser entendido como a ‘teoria econômica’ da transição para o capitalismo*. Nesse sentido, provavelmente, o bispo Azeredo Coutinho levasse a palma de tanta glória, isto é, a de ter sido o primeiro economista brasileiro” *Introdução* in: LISBOA, José da Silva, Visconde de Cairu. *Observações sobre a Franqueza da Indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil* Brasília: Senado Federal, 1999 p.9-10.

³⁷ Na realidade, a retrospectiva econométrica parte de um presente *estilizado*, onde elementos importantes da realidade são dissolvidos em um mercado livre ubíquo e auto-regulado.

para a análise do passado, é necessariamente anacrônica e incapaz de revelar os interesses particulares que um raciocínio supostamente científico cristaliza.

É dentro deste quadro teórico geral que nossa reflexão ficará circunscrita. Dividimos a exposição em 4 capítulos, onde cada um deles apresenta um elevado grau de autonomia, mas que tentamos articular. No primeiro capítulo discutiremos a chamada “perspectiva do sistema-mundo”. Analisaremos a trajetória desta corrente teórica desde a sua formação - meados da década de 1970 – até a sua conformação atual, destacando as suas características fundamentais. No capítulo 2, com base na reflexão anterior, reproduziremos o confronto entre a perspectiva do sistema-mundo e a linha historiográfica geral definida no Congresso de Madri. Neste capítulo retraçaremos a origem desta tensão – que é muito anterior ao debate – e destacaremos os principais pontos de discórdia. No capítulo 3 discutiremos um tema crucial: a passagem do Antigo Sistema Colonial ao Imperialismo. Para fazê-lo, tivemos de reconstituir as interpretações clássicas do imperialismo para, a partir delas e de seus desdobramentos, articular os principais problemas teóricos subjacentes à tensão entre a interpretação que predominou no Congresso de Madri e a perspectiva do Sistema Mundo. Além disto, neste capítulo prepararemos o terreno para o capítulo subsequente, o mais importante de todos, onde, através de um estudo de caso - o império português na fase final do mercantilismo – exploraremos a repercussão deste debate na historiografia luso-brasileira.

1 – A Perspectiva do Sistema-Mundo

A chamada "perspectiva do sistema-mundo" começa a consolidar-se como uma corrente autônoma do pensamento na segunda metade dos anos 70 e, desde então, ela tornou-se indissolúvelmente ligada ao nome de Immanuel Wallerstein, vinculação que é reconhecida tanto pelos adeptos desta linha de pensamento quanto por seus adversários. Isto porque, apesar da preocupação com o caráter transnacional do capitalismo remontar pelo menos à segunda metade do século XIX, há quase um consenso de que a publicação do primeiro volume de *The Modern World-System* (1974) demarca o surgimento de uma nova modalidade de reflexão, com uma problemática razoavelmente definida e um campo conceitual próprio. Discutiremos aqui as principais características desta perspectiva de análise. Para tal, basear-nos-emos predominantemente na obra de Wallerstein, por um motivo simples: todas as variantes da perspectiva do sistema-mundo estão relacionadas a esta obra, por aproximação ou por distanciamento relativo. Antes, porém, retrataremos brevemente o contexto em que ela ganha corpo.

Ecoando um célebre princípio materialista, Wallerstein reconhece que a análise do sistema-mundo³⁸ tomou forma nos anos 70 somente porque as condições para a sua emergência já estavam amadurecidas. Os primeiros impulsos neste sentido ocorrem nos 25 anos posteriores a 1945, quando os cientistas sociais da Europa e dos Estados Unidos "descobrem" o Terceiro Mundo como uma realidade que não se encaixa perfeitamente na estrutura das ciências sociais herdada do século XIX. Como uma espécie de primeira resposta à esta inadequação, os "estudos de área" ganharam força, trazendo consigo preocupações epistemológicas: os seus adeptos afirmavam que as "teorias" das ciências sociais não dizem respeito apenas à Europa e à América do Norte, mas podem também ser utilizadas para o estudo das demais regiões do globo, embora não de forma imediata, pois estas áreas apresentam peculiaridades que não podem ser desprezadas. Não é

³⁸ Wallerstein - assim como os principais autores inspirados em sua perspectiva analítica - resiste ao termo *teoria* do sistema-mundo por dois motivos principais. Em primeiro lugar, como se pode notar já em *The Modern World-System I*, sua abordagem fundamenta-se principalmente na crítica dos pressupostos das ciências sociais existentes. cf. Immanuel WALLERSTEIN *The Modern World-System I* Nova York: Academic Press, 1974 p.9-11; *Unthinking social science* Cambridge, Mass.: Polity Press, 1991 p.1-4;237-56. Em segundo, ainda é cedo demais para teorizar de forma séria. Em suas próprias palavras: "Eu tenho considerado o trabalho dos últimos 20 anos e de mais alguns que virão como o trabalho de limpar a vegetação rasteira, para que possamos construir um aparato mais adequado para as ciências sociais." I. WALLERSTEIN "The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis" *Review XXI*, No.1 (1998) p.103. Portanto, em seu entender, não há ainda uma *teoria* do sistema-mundo em geral, e nem do sistema-mundo capitalista.

difícil notar a tensão que se situa na raiz deste tipo de análise. "Argumentar que- escreve Wallerstein - as condições são as mesmas e argumentar simultaneamente que elas são diferentes não é a coisa mais fácil de se fazer. Entretanto, os adeptos dos estudos de área encontraram uma solução engenhosa, e mais plausível, para o aparente dilema. Eles basearam os seus trabalhos em uma perspectiva que já se encontrava difundida entre as ciências sociais, [a idéia de que](...) existem estágios pelos quais a sociedade atravessa (e que, portanto, as demais sociedades atravessarão), e que estes estágios representam um progresso evolucionário."³⁹ Portanto, a resposta mais imediata ao impasse criado pela constatação das peculiaridades do Terceiro Mundo foi a formulação do que se convencionou denominar *teoria da modernização*. De acordo com esta perspectiva, todos os estados apresentam simultaneamente um conteúdo geral e singular: o caráter geral reside na seqüência de estágios a serem atravessados, enquanto o caráter particular é definido pelo estágio em que cada Estado se encontra no momento, por suas diferenças com relação aos Estados desenvolvidos (que representam a unidade de referência) e, também, pelo tempo gasto para passar de um estágio para outro. Segundo Wallerstein, um dos grandes impulsos à análise do sistema-mundo proveio exatamente da crítica dos pressupostos subjacentes à esta interpretação: em primeiro lugar, a crítica da idéia de que os Estados representam a unidade operacional da sociedade; que atuam de forma autônoma e não são afetados por fatores externos às suas fronteiras. Em segundo lugar, a crítica à existência de uma lei geral de desenvolvimento social (i.é, os estágios e sua seqüência) que, inevitavelmente, conduziria as sociedades atrasadas ao estágio em que se encontram as nações desenvolvidas. Assim, sem nenhum exagero, podemos argumentar que a análise do sistema-mundo tomou forma, inicialmente, por oposição à teoria da modernização, a qual, segundo Wallerstein, ficou muito desgastada após a "a revolução mundial de 1968",⁴⁰ cujo *resultado principal* foi uma desilusão generalizada com os resultados dos movimentos antisistêmicos (movimentos de libertação nacional,

³⁹ I. WALLERSTEIN "The Rise..." cit. p. 104

⁴⁰ No mundo marcado pela Guerra Fria, as implicações político-estratégicas da teoria da modernização eram claras: haviam apenas dois modelos a serem seguidos pelos "países atrasados": o dos EUA ou o da URSS. No entanto, "(...) estas implicações políticas foram objeto de uma rejeição furiosa por parte dos revolucionários de 1968. Foi um salto relativamente curto para eles (...) negarem as premissas epistemológicas [da teoria da modernização]. Isto criou uma atmosfera mais receptiva ao tipo de protesto que a análise do sistema-mundo representava. É importante lembrar esta intenção original da análise do sistema-mundo, o protesto contra a teoria da modernização, se quisermos entender as direções que ela tem tomado desde então." I.WALLERSTEIN. "The Rise..." cit. p. 106. Grifo meu. Ver também *Unthinking...* cit. p.:266-72; G.

movimento comunista e a social-democracia) e com a sua perspectiva de futuro: a criação de uma sociedade mais igualitária e mais democrática.⁴¹ Mas esta desilusão, ao contrário do que se deveria esperar, abalou fortemente o pilar fundamental da ideologia liberal: a crença na inevitabilidade do progresso.⁴² Este quadro de descontentamento e de desilusão geral, em conjunto com a criação de uma base institucional,⁴³ favoreceu a consolidação e o desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo.

1.1 - O sistema-mundo moderno

Há uma forte correlação entre a formação do sistema mundial capitalista e o estabelecimento da ciência “moderna”. No intuito de nos aproximarmos mais rapidamente do nosso problema, restringiremos um pouco mais esta afirmação: há uma conexão entre a consolidação de uma economia-mundo baseada no modo de produção capitalista no “Ocidente” em expansão (±1640-1815) e a constituição das *ciências sociais* (±1850-1914(45?)), isto é, a formação de um domínio específico do conhecimento, dividido em disciplinas supostamente autônomas (antropologia, ciência política, economia, geografia, história e sociologia) e, também, a criação de um aparato institucional capaz de preservar e fomentar a especialização do conhecimento. Isto ocorre em conjunto com a conversão da economia-mundo europeia em um empreendimento realmente global (1815-1917), que reforça a divisão do conhecimento estabelecida no núcleo do sistema e a impõe sobre praticamente todo o planeta. Esta correlação fica ainda mais nítida se levarmos em conta a grande questão que subjaz a *todas* as disciplinas das ciências sociais: explicar a ascensão do “Ocidente”, isto é, explicar o processo geral do qual as próprias ciências sociais são uma expressão.⁴⁴ Este fenômeno recebeu diversas denominações, tais como expansão da Europa, origem da modernidade, transição do feudalismo ao capitalismo e, mais recentemente, “milagre europeu”. Cada uma destas denominações reflete, em graus

ARRIGHI “Capitalism and the Modern World-System: rethinking the nondebates of the 1970’s” *Review* XXI, 1 (1998) p. 114-6

⁴¹ cf. I. I. WALLERSTEIN “Typology of crisis in the World-System” *Review* VII, 4 p. 587-92.

⁴² cf. I. I. WALLERSTEIN *After Liberalism* Nova York: New York Press, 1995 p. 232-271; *Utopistics* Nova York: New York Press, 1998 p. 6-33; “Social Science and Contemporary Society: the vanishing guarantees of Rationality” *Papers* – Fernand Braudel Center, 1997; “Globalization or the Age of Transition? A long-term view of the trajectory of the World-System” *Papers* – Fernand Braudel Center, 1999

⁴³ O núcleo institucional da perspectiva do sistema-mundo é composto principalmente pelo *Fernand Braudel Center* (1976) – Universidade Estadual de Nova York em Binghamton (dirigido por Wallerstein), o periódico *Review* (1977) e a seção *Political Economy of the World-Systems* da *American Sociological Association*.

variados, a referida divisão do conhecimento em disciplinas e, também, o conflito entre modalidades de reflexão distintas, que iluminam certos aspectos da realidade ao mesmo tempo em que obscurecem os demais. Deixaremos momentaneamente de lado as questões referentes à legitimidade da clivagem da realidade em setores autônomos, aos quais corresponderiam disciplinas específicas, para nos concentrarmos na própria discussão em torno da origem do capitalismo/modernidade.

É difícil encontrar quem discorde que o Ocidente foi o palco de uma transformação singular na história da humanidade. Contudo, só há consenso relativo se nos situarmos neste elevado grau de generalidade. Qualquer refinamento da análise traz à tona controvérsias acaloradas. O que é o Ocidente? Quais são as suas fronteiras espaciais e temporais? A ascensão do Ocidente se deu em função do declínio de outros sistemas sociais ou, pelo contrário, ele floresceu endogenamente e, deste modo, induziu o resto da humanidade a seguir os seus passos? O que determinou esta transformação, isto é, que forças dinamizaram o processo: a luta de classes? O progresso técnico? A radicalização e a difusão de uma tendência à racionalização da ação social, que se materializou inicialmente na ampliação da rede comercial e, depois, na secularização de todas as esferas da ação social? Esta é uma pequena amostra das intrincadas questões que tem sido incessantemente debatidas desde, pelo menos, a formação das ciências sociais. Existem ainda explosivas questões derivadas: (1) sobre o sistema social que precedeu o capitalismo, designado predominantemente como "feudalismo": Quais foram as suas características fundamentais? O feudalismo apresentava alguma dinâmica própria? Se possuía, como ela operava, ou melhor, com que aparato conceitual podemos apreendê-la? O feudalismo é uma especificidade da Europa? O capitalismo resulta de sua crise? O que determinou esta crise? (2) sobre os padrões de desenvolvimento distintos no interior da Europa: porque a Inglaterra - e não a França ou a Holanda - acabou tomando a dianteira do processo? A sua trajetória se deu às expensas dos demais estados ou decorreu fundamentalmente das peculiaridades da sociedade inglesa? Há um movimento comum da Europa Ocidental, que se expressa de forma ligeiramente diferenciada em algumas regiões, ou, pelo contrário, o Ocidente é composto por um conjunto de Estados diferentes que trilham caminhos paralelos, que podem convergir ou divergir ao longo do tempo, mas cada um deles possui uma lógica própria (múltiplas "transições")? (3) sobre

⁴⁴ cf. I. WALLERSTEIN. *Unthinking...* cit. p. 7-22; "The West Capitalism and the Modern World-System" *Review* XV,4 (1992) p. 561-3; "The Challenge of Maturity: whiter Social Science" *Review* XV,1 (1992).

as demais regiões “civilizadas” do mundo: porque a China, a Índia e o mundo islâmico não conseguiram transitar ao capitalismo antes do que a Europa, já que, em alguns aspectos, estas civilizações eram mais desenvolvidas? Um estudo sobre a formação do capitalismo / origem da modernidade / ascensão do Ocidente deveria contemplar simultaneamente a multiplicidade de questões acima referidas. Isto é possível? Os adeptos da perspectiva do sistema-mundo – Wallerstein em particular – suspeitam que não. Pelo menos não enquanto as tensões não resolvidas que se encontram no âmago das ciências sociais não forem realmente enfrentadas. Deste modo, a melhor maneira de apresentarmos a posição de Wallerstein sobre este problema é partir de sua reflexão sobre dois tipos de interpretação sobre a ascensão do Ocidente: as explicações civilizacionais e as “conjunturais”.

1.1.1- Explicações civilizacionais

Dentro desta categoria podemos incluir todas as interpretações que, em alguma medida, repousam no princípio de que a singularidade do desenvolvimento ocidental iniciado no século XVI (XVII ou XVIII) decorre de algum elemento estrutural ou de alguma característica civilizatória que remonta a um fenômeno muito mais antigo. Assim, este legado representaria o fator que tornou possível ao Ocidente trilhar um caminho vedado às demais civilizações do século XVI.

Das interpretações civilizacionais, a proposta por Max Weber é uma das mais conhecidas. Logo no primeiro parágrafo de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber anuncia a grande indagação que, em maior ou menor medida, perpassa toda a sua obra: a qual conjunto de fatores pode ser atribuído o fato *desomente* na civilização ocidental terem florescido fenômenos culturais dotados de significado e de valor universal?⁴⁵ Antes de nos preocuparmos com a resposta sugerida por Weber, é necessário prestar mais atenção no raciocínio que o levou a formular desta maneira a questão: sabendo de antemão que o capitalismo surgiu no Ocidente, Weber isolou algumas das suas características mais importantes. Em seguida, após estudar diversas civilizações, ele identificou nelas alguns elementos comuns ao capitalismo moderno. Aqui reside o ponto decisivo: mesmo apresentando algumas características similares às da sociedade moderna, *o capitalismo não floresceu nestas civilizações*. Logo, conclui Weber,

estas características compartilhadas não constituem a *variável decisiva*, capaz de explicar a originalidade do desenvolvimento ocidental. Nos moldes em que é feita esta constatação, o desdobramento do raciocínio é quase automático: a especificidade do Ocidente repousa, em grande medida, na sua *herança judaico-cristã*, a qual tomou uma forma peculiar no século XVI com a Reforma e a emergência da ética Protestante. Este *ethos*⁴⁶ peculiar forneceu um apoio normativo aos empreendedores capitalistas que foi decisivo na formação do capitalismo moderno: por fundamentar-se em uma conduta racional ascética derivada da idéia de vocação, o capitalismo configura uma *individualidade histórica*⁴⁷ que não se confunde com a eterna e onipresente *auri sacra fames*. Assim, para nossos propósitos, ao invés de aprofundarmos a nossa síntese sobre a interpretação de Weber, temos de reter o seu conteúdo civilizacional: *o suposto valor e significado universal dos fenômenos culturais da Civilização Ocidental estão profundamente ligados à sua remota origem cristã*.

Mas, como nos lembra Wallerstein, as interpretações civilizacionais também são utilizadas por autores marxistas. Neste caso, o exemplo mais evidente é a interpretação de Perry Anderson sobre o declínio do absolutismo e a transição ao modo de produção capitalista. Como veremos, para evidenciar o caráter civilizacional do argumento de Anderson é necessário levar em conta a sua insistência em afirmar que o capitalismo só pode ter emergido inicialmente do modo de produção feudal (ou, pelo menos, que o feudalismo *favorece* este tipo de desenvolvimento) e que este modo de produção preponderou somente na Europa e no Japão.⁴⁸ Esta constatação é feita com um propósito bem delineado: investir contra a tendência de parte da historiografia marxista em universalizar o feudalismo, isto é, em transpor um conceito derivado do passado da Europa para explicar a história das demais formações sociais. Curiosamente, esta investida representa uma das características mais positivas da interpretação de Perry Anderson e, ao mesmo tempo, um de seus pontos mais vulneráveis. Vamos nos deter um pouco mais neste aspecto. Em primeiro lugar, é necessário tomar a sua definição de feudalismo: este modo de produção é definido “originalmente” pela *unidade orgânica* entre

⁴⁵ cf. Max WEBER *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* trad., São Paulo: Pioneira, 1994 p.1

⁴⁶ Sobre o significado particular que este termo ganha na explicação de Weber, cf. *A Ética...* cit. p. 31 e segs.

⁴⁷ “Se puder ser encontrado algum objeto ao qual este termo [espírito do capitalismo] possa ser aplicado com algum significado compreensível, ele apenas poderá ser uma individualidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica, *que unimos em um todo conceitual do ponto de vista de um significado cultural*.” Max WEBER *A Ética...* cit. p. 28. Grifos meus.

⁴⁸ cf. Perry ANDERSON *Lineages of the Absolutist State* Londres: Verso, 1979 p. 401-3.

a economia e a dominação política na esfera da *aldeia*, uma unidade que se distribuía em uma cadeia de *soberanias parcelares*.⁴⁹ Este amálgama entre a esfera econômica e a política é que garantiu o dinamismo ímpar da Europa e que, ao mesmo tempo, invalida teoricamente a tendência em transformar o feudalismo em um “oceano onde virtualmente todas as sociedades podem receber o seu batismo”.⁵⁰ Mas, e o Japão? Ambos não compartilhavam esta característica decisiva? O próprio Anderson faz para si esta pergunta e, em sua resposta, finalmente, o elemento civilizacional entra em cena. Apesar do “ciclo comum do feudalismo”, a Europa teve algo que faltava ao Japão: o legado da Antigüidade clássica. A despeito do elevado nível de urbanização, da circulação monetária e do direito desenvolvido, o Império Romano não foi capaz de, por si só, transitar ao capitalismo e entrou em colapso. O seu declínio engendrou o modo de produção feudal que, embora caracterizado pelo predomínio do setor rural e pela parcelarização da “propriedade” e da soberania, preservou alguns elementos do período romano. Mas preservou como? Para responder a esta questão, com um certo grau de retórica, Anderson apresenta uma formulação um tanto enigmática: “Qual é, então, a especificidade da história européia, que a separa tão radicalmente da história japonesa, a despeito do ciclo comum do feudalismo, que de outro modo as teria unido fortemente? A resposta seguramente repousa na herança da Antigüidade clássica. O Império Romano, em sua forma histórica final, não era apenas naturalmente incapaz de transitar por si só ao capitalismo. O próprio avanço do universo clássico o condenou à uma regressão catastrófica, de uma magnitude tal que não existe nenhum outro exemplo real nos anais da civilização. O mundo social muito mais primitivo dos primórdios do feudalismo foi o resultado deste colapso, internamente preparado e externamente completado. Então, após uma longa gestação, a Europa Medieval liberou os elementos de uma lenta transição ulterior ao modo de produção capitalista, no início da era moderna. Mas o que tornou possível a singular passagem da Europa para o capitalismo foi a *concatenação da Antigüidade com o feudalismo*. (...) A “vantagem” da Europa sobre o Japão repousa em seu antecedente clássico, que mesmo após a Idade das Trevas não desapareceu “atrás” de si, mas sobreviveu, em certos aspectos básicos, à sua frente.”⁵¹ Em *Passages from Antiquity to Feudalism* (1974), Perry Anderson tende a identificar basicamente o legado romano com a preservação da Igreja Católica, um instituição que conseguiu sobreviver ao

⁴⁹ cf. *id; ibid* p. 19.

⁵⁰ *Id; ibid* p. 3

colapso do império, ajustando-se às grandes transformações que a ruralização da sociedade e a dispersão do poder político implicavam. Anderson *sugere* que o sucesso da Igreja esteve diretamente ligado à sua capacidade de administrar, por um período relativamente longo de tempo, uma contradição fundamental: o conteúdo igualitário do cristianismo e a estrutura extremamente hierarquizada da sociedade feudal.⁵² No entanto, em *Lineages of the Absolutist State*, Perry Anderson não deu continuidade a esta frutífera linha de argumentação, pois passou a privilegiar o papel desempenhado pelo princípio romano de propriedade quiritária, que ressurge na Europa Ocidental durante a crise do feudalismo.

Immanuel Wallerstein faz menção a outras explicações civilizacionais,⁵³ mas seria excessivo reconstituir aqui todas elas, pois, tendo em vista as nossas preocupações centrais, esboçar as características gerais destas interpretações é mais relevante do que apresentar um vasto inventário. Se levarmos este tipo de interpretação às últimas conseqüências, como salienta Wallerstein, poderemos constatar um pressuposto que, geralmente, não é apresentado com a devida clareza:

“Obviamente, qualquer ocorrência histórica possui raízes imediatas cuja derivação pode ser traçada retrospectivamente *ad infinitum*. Entretanto, se acreditarmos que a transformação crucial ocorreu a 500-2500 anos antes, estamos apresentando uma explicação genético-cultural que, efetivamente, diz que o desenvolvimento do capitalismo/“modernidade” no Ocidente, e no Ocidente em primeiro lugar, foi algo “inevitável” devido ao seu sistema civilizacional anterior. Mas, entretanto, se acreditarmos que por volta de 1300+ não há nenhuma razão para supormos que o que iria ocorrer 200 anos depois estava inscrito em trajetórias históricas de longo prazo, mas pelo contrário, que era “conjuntural”, estaríamos livres para avaliar a sensatez das escolhas históricas que foram realizadas, e liberados do caráter auto-realizável e auto-congratatório das explicações civilizacionais.”⁵⁴

Assim, como podemos notar na primeira parte desta citação, a especificidade é, no limite, identificada com *inexorabilidade*: o florescimento do capitalismo moderno não foi somente uma via de desenvolvimento exclusiva do Ocidente, mas também, em certa medida, foi algo inevitável. Formulando nestes termos o problema, temos a impressão de que as

⁵¹ *id;ibid* p. 420-1.

⁵² Immanuel Wallerstein – e muitos outros críticos (como Teshale Tibebu, por exemplo (*cf.* “On the question of Feudalism, Absolutism and the Bourgeois Revolution” *Review* XIII,1 (1990)) - não faz justiça a esta dimensão do argumento de Perry Anderson.

⁵³ *cf.* I. WALLERSTEIN “The West...” cit. p. 592-99

⁵⁴ *Id;ibid* p. 590

transformações em pauta fazem parte de um *lento processo de maturação* que, partindo de raízes profundas contidas em um sistema social anterior, culmina invariavelmente no estabelecimento do capitalismo. Em suma: as tendências capitalistas já estavam *contidas* na baixa Idade Média (ou até muito antes), de modo que a explicação sobre a formação do capitalismo é, na verdade, uma explicação sobre como estas tendências conseguiram florescer no século XVI (XVII, XVIII ou XIX), rompendo as barreiras que constrangiam o seu desenvolvimento. Já a segunda parte da citação nos oferece um outro modo de encarar o problema, que, como veremos, nos leva a examinar outro *típo* de explicação.

1.1.2 - *Explicações conjunturais*

Uma divisão radical entre as interpretações civilizacionais e conjunturais seria totalmente despropositada, pois desviaria a nossa atenção do rico espectro que medeia os dois extremos. Além do mais, o modo como Wallerstein caracteriza as interpretações “conjunturais” só faz sentido em sua relação com as explicações civilizacionais acima esboçadas. Tomemos a idéia do embrião capitalista que supostamente estava contido na porção ocidental da Europa Medieval. Muitos autores insistem que os mesmos *traços capitalistas* presentes nesta região particular podem ser encontrados em praticamente todos os sistemas sociais conhecidos. Mas eles só germinaram no Ocidente, e por este motivo, o Ocidente representa o principal referencial para a explicação. Assim, deste ponto de vista, *devido à circunstâncias especiais*, somente a Europa Ocidental foi capaz de romper os inúmeros constrangimentos à maturação do capitalismo. Cada explicação diferente enfatiza um ou alguns constrangimentos principais, selecionando algum ou alguns fatores contingentes que foram responsáveis pela liberação dos impulsos capitalistas, mas o princípio básico é sempre o mesmo: um conjunto excepcional de circunstâncias atua sobre as tendências de longo prazo que modelavam o sistema social anterior ao capitalista, destruindo-as ou transformando-as em um novo conjunto de tendências, as quais são mais favoráveis à plena manifestação do capitalismo⁵⁵. A questão muda de figura, mas não completamente: os fatores enfatizados pelas interpretações civilizacionais como responsáveis pela ascensão do Ocidente por volta de 1500, que remontam a um período anterior, são realmente importantes, e devem ocupar um lugar de destaque na interpretação. Todos estes fatores são necessários, mas não

suficientes. A condição ou as condições suficientes surgem de forma involuntária e contingente, entre 1250 e 1450, período que muitos autores qualificam como a “crise do feudalismo”, embora tal caracterização não seja consensual. Assim, o resultado do declínio do feudalismo foi uma das possibilidades dentre várias, e que, no calor dos acontecimentos, este desdobramento peculiar era *intrinsecamente impossível* de ser antecipado. Esta é exatamente a posição de Wallerstein sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, isto é, sobre a *formação do sistema-mundo moderno*: “É interessante notar – escreve Wallerstein – quais questões não foram formuladas, ou raramente formuladas, no século XIX ou desde então. Não foi perguntado por que este fenômeno (independente de como o chamarmos) não ocorreu muito antes na história humana, digamos mil anos mais cedo? Não foi perguntado se houve alguma alternativa histórica plausível à esta “transição” ou desenvolvimento particular. (...) *Toda a discussão está de fato centrada na premissa de que o que quer que tenha ocorrido tinha de ter ocorrido*(...). Se utilizarmos a analogia de uma explosão causada por uma massa crítica ou uma conjunção particular de variáveis, a questão se esta “explosão” foi intrinsecamente necessária ou historicamente “acidental” torna-se uma questão intelectual real, que deve ser resolvida *antes de se construir um edifício teórico completo para as ciências sociais históricas baseado em uma “transição” inevitável*.”⁵⁵ Não é à toa que o primeiro capítulo de *The Modern World-System I* é intitulado “Prelúdio Feudal”. Desta perspectiva podemos compreender o ambicioso mote de Wallerstein: articular a perspectiva sincrônica com a perspectiva diacrônica, tentando elucidar a complexa interação entre acaso e determinação.

1.1.3. - A dinâmica da economia-mundo moderna

Não há espaço para reproduzirmos a dimensão historiográfica da interpretação de Wallerstein sobre a formação do sistema-mundo moderno. No entanto, as linhas básicas que a delimitam foram esboçadas nas seções anteriores, e o mesmo pode ser dito do que discutiremos daqui em diante. Comentaremos neste momento a *dinâmica* do sistema-mundo já constituído, suas contradições e as categorias que foram forjadas para apreendê-lo. Preliminarmente, teremos de levar em conta a *categoria* sistema-mundo em

⁵⁵ cf. I. WALLERSTEIN “The West...” cit. p. 599-600.

⁵⁶ *Ibid* p. 561-2. Grifos meus.

seu grau máximo de generalidade. Wallerstein define sistema-mundo como um sistema social que possui limites (potencialmente variáveis), estruturas, regras de legitimação e um certo grau de coerência. É dinâmico, pois os grupos que existem em seu interior estão constantemente envolvidos em uma luta para modelar o sistema em seu proveito. Sinteticamente: o que caracteriza um sistema-mundo é o fato da sua dinâmica ser, em grande medida, interna (auto-contida).⁵⁷ Deste modo, o próprio sistema representa a *unidade* em torno da qual *qualquer* análise deve estruturar-se. Isto posto, podemos prosseguir. Uma economia-mundo é um sistema-mundo que não é englobado por nenhuma entidade política unitária. Ao longo da história, tendencialmente, as economias-mundo vivenciaram dois desfechos distintos: (a) desintegração; (b) transformação em um *império-mundo*, isto é, em uma economia-mundo envolvida por uma única estrutura política. Esta transformação geralmente ocorre de duas maneiras principais: a economia-mundo pode desenvolver uma estrutura política unitária capaz de envolvê-la completamente ou, então, ser anexada a um império-mundo em expansão. Mas a economia-mundo capitalista – isto é, o sistema-mundo moderno – não trilhou nenhum destes caminhos. Ela não se desintegrou, não formou uma entidade política unitária e não foi conquistada por nenhum império-mundo. Como veremos, Wallerstein sugere que esta é exatamente a sua especificidade e o segredo de sua força.

Como já sugerimos, o sistema-mundo moderno é uma *economia-mundo capitalista*: com este termo estamos descrevendo tanto a sua *estrutura formal* quando o seu *modo de produção*, já que ambos são inseparáveis. Esta economia-mundo é regida por uma “lei do valor”, que determina a distribuição da maior parcela do excedente para aqueles que dão prioridade à diretriz fundamental do sistema: a acumulação incessante de capitais. Assim, *acumular por acumular* – isto é, o capital como valor que valoriza a si próprio – representa o princípio nuclear que orienta todo o sistema e lhe confere *sentido*. Isto não quer dizer que todos os seus membros operam implacavelmente com base nesta “lei do valor”. Mas, em consonância com os fundamentos do sistema, todas as instituições

⁵⁷ Wallerstein reconhece que a precariedade desta definição é, de certo modo, inevitável: “O leitor pode pensar que a utilização da expressão “em grande medida” é um exemplo de subterfúgio acadêmico. Admito que não posso quantificar. Provavelmente nunca ninguém poderia fazê-lo, dado que a definição está baseada em uma hipótese contrafactual: se o sistema, por qualquer motivo, ficasse isolado de todas as forças externas (o que, na prática, nunca acontece), a definição implica que o sistema continuaria a funcionar substancialmente da mesma maneira.” *The Modern World-System I* cit. p.347.

da economia-mundo capitalista são designadas para recompensar materialmente os que aderem ao seu princípio básico e, indiretamente, para punir os que não o fazem.⁵⁸

O sistema-mundo moderno configura um *todo espaço-temporal*, cujo escopo espacial coincide com o eixo da divisão social do trabalho que integra as suas partes constituintes. Este eixo se materializa em uma complexa *cadeia de mercadorias* onde, para cada processo de produção, existem alguns vínculos para diante e para trás, responsáveis pela interdependência da rede planetária de valorização do capital. Por intermédio desta rede, diversas formas de controle e de remuneração do trabalho são subsumidas ao capital: o trabalho compulsório (e o infantil), as cooperativas de produtores independentes e as economias familiares semiproletarizadas (onde o salário é a menor parcela das diversas fontes de renda da família) são alguns exemplos. O fato é que a multiplicidade de regimes de trabalho que convivem com o salariedade não deve ser encarada como um mero anacronismo, ou como um resquício pré-capitalista. O seu papel na valorização do capital é análogo ao exercido pelas disparidades geográficas entre zonas de salários elevados/baixos salários, criadas artificialmente pelo controle internacional sobre a mobilidade da mão de obra: o recurso ao trabalho compulsório e ao emprego da força de trabalho parcialmente convertida em mercadoria ajuda a estabelecer limites às reivindicações dos trabalhadores assalariados com maior poder de barganha. Assim, podemos notar que a divisão do trabalho que articula a economia-mundo não é somente ocupacional, mas sobretudo regional: ela reflete uma *hierarquia* de tarefas que demandam níveis distintos de qualificação e de capitalização, determinando assim a transferência extensiva da mais-valia da periferia para o centro.⁵⁹

Mas o quadro é um pouco mais complexo. Entre o centro e a periferia da economia-mundo existe uma zona intermediária, razoavelmente favorecida pela divisão mundial do trabalho: a semi-periferia, que geralmente envolve áreas que outrora faziam parte do centro do sistema, embora a conversão de regiões periféricas em semiperiféricas não seja incomum. Wallerstein confere bastante importância à esta categoria: “a semiperiferia, entretanto, não é um artifício de pontos de corte estatísticos, nem uma categoria residual. A semiperiferia é um *elemento estrutural necessário numa economia-*

⁵⁸ Cf. I. WALLERSTEIN “Typology of crisis...” cit. p. 584-5; “The West...” cit. p. 566-80; “The Modern World-System and Evolution” *The Journal of World-System Research* 1,19 (1995) p. 3-5

⁵⁹ cf. Terence HOPKINS & I. WALLERSTEIN “Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800” in: Immanuel WALLERSTEIN *The Essential Wallerstein* Nova York: New Press, 2000 (originalmente publicado em *Review X* (1986)).

mundo. Estas áreas têm um papel paralelo ao representado, *mutatis mutandi*, pelos grupos comerciais intermediários em um império. (...) Estas áreas intermediárias (como os grupos intermediários em um império) desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam, de outro modo, dirigir contra os Estados do centro, contra os grupos que operam em seu interior e por intermédio de seu aparelho de estado.⁶⁰ Assim, os estados semiperiféricos combinam características dos dois extremos que polarizam a economia-mundo capitalista. Desta maneira, eles exercem um papel específico: atuam como zonas periféricas para os estados do centro e, simultaneamente, como centro com relação à periferia. Esta posição intermediária ocupada pela semiperiferia reduz a tensão entre os extremos e, deste modo, ajuda a preservar o sistema-mundo moderno. Em outro texto, Wallerstein desenvolve um pouco mais este raciocínio: “O sistema-mundo capitalista precisa de um setor semi-periférico por duas razões: uma primariamente política e outra político-econômica. A razão política é muito direta e até mesmo elementar. Um sistema baseado na recompensa desigual precisa estar constantemente preocupado com a rebelião dos elementos oprimidos. Um sistema polarizado com um pequeno setor distinto de status elevado e de rendimentos elevados confrontado com setor relativamente homogêneo de baixo status e baixo rendimento que inclui a maioria avassaladora dos indivíduos leva rapidamente à formação de classes *für sich* e à luta aguda e desintegradora. O principal meio político capaz de evitar estas crises é a criação de setores “intermediários”, que tendem a acreditar que estão melhores do que os debaixo, ao invés de pensar que estão piores do que o setor superior. *Este mecanismo óbvio, operacional em todo tipo de estrutura social, possui a mesma função em sistemas-mundo.*”⁶¹ Mas, além disto, a semi-

⁶⁰ I. WALLERSTEIN *The modern...* cit. 349-50. Grifos meus. Fernand BRAUDEL, ao mesmo tempo em que critica Wallerstein por estar “hipnotizado” pelo século XVI, reconhece a importância da semi-periferia: “Assim, através de todos os avatares políticos da Europa, por causa deles ou a despeito deles, constituiu-se precocemente uma ordem econômica européia, ou melhor, ocidental, ultrapassando os limites do continente, utilizando as suas diferenças de voltagem e as suas tensões. Bem cedo o “coração” da Europa viu-se cercado por uma semiperiferia próxima e um periferia longínqua. Ora, essa semiperiferia que oprime o coração, que o obriga a bater mais depressa – o norte da Itália em redor de Veneza nos séculos XIV e XV, os Países Baixos em torno de Antuérpia – é talvez a característica essencial da estrutura européia. Ao que parece, não há semiperiferia em torno de Pequim, de Delhi, de Ispahan, de Istambul, até de Moscou.” *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII* vol.3, trad., São Paulo: Martins Fontes, 1996 p.45

⁶¹ Immanuel WALLERSTEIN “Dependence in an Interdependent world” in: *The Capitalist World-Economy* Cambridge: Cambridge U.P., 1979 p. 69. A razão “político-econômica” é um pouco mais complexa e, sobretudo, controversa: a semi-periferia torna o sistema-mundo capitalista *tri-modal*, fato que *eleva* a possibilidade de transferir o capital de setores declinantes para os setores em ascensão, enfrentando deste modo a combinação entre o progresso tecnológico incessante e a elevação da remuneração do trabalho nos

periferia exerce uma função dinamizadora. Nos períodos de contração econômica, quando a luta para açambarcar um quinhão do excedente mundial em declínio se intensifica, alguns estados semiperiféricos podem tirar proveito de sua constituição híbrida e ameaçar o centro do sistema.⁶²

Tomaremos agora o escopo temporal do sistema-mundo moderno. A duração de *qualquer* sistema-mundo está ligada à três “períodos” que devem ser distinguidos: a sua gênese; o período de “funcionamento normal” (relativamente longo) e o seu declínio. A gênese e a derrocada de um sistema-mundo caracterizam-se pelo fato de seus desdobramentos serem *intrinsecamente imprevisíveis*. O período de desenvolvimento regular, pelo contrário, é presidido por contradições internas que modelam a sua evolução. Assim, o argumento que se segue só diz respeito a este período. A evolução do sistema-mundo moderno apresenta duas dimensões interrelacionadas: (a) *tendências seculares*: derivam das contradições fundamentais do sistema e estão diretamente relacionadas à sua *duração*. Representam, portanto, uma das chaves para a apreensão da *estrutura* do sistema-mundo moderno, embora estas tendências sejam, à primeira vista, mais sujeitas à indeterminação do que os ritmos cíclicos que comentaremos em seguida. A tendência secular – ou logística – é, na bibliografia específica recente, fortemente associada ao movimento dos preços em intervalos de 150-300 anos, que compõe o famoso – e ainda inexplicado – padrão secular de inflação e deflação. Apesar do esforço intenso dos adeptos da perspectiva do sistema-mundo, os estudos sobre este tema ainda não renderam resultados satisfatórios.⁶³ Wallerstein, por sua vez, identifica três (sub)tendências que, combinadas, supostamente explicariam grande parte da dinâmica das tendências seculares: (i) a pressão dos níveis reais de remuneração do trabalho sobre os custos de produção (a resultante do conflito entre capital e trabalho); (ii) o custo progressivo dos insumos materiais (não só o preço de compra das matérias primas, mas sobretudo os custos de sua transformação, do tratamento dos resíduos e, sobretudo, da proteção ambiental); (iii) a elevação da pressão tributária, que deriva da intensificação da rivalidade interestatal e do custo da preservação da estabilidade social

estados centrais. Esta diversificação desvincula as crises econômicas das crises políticas e, também, favorece a expansão do sistema por preservar as *trocadas desiguais* cf. *Ibid* p. 69-71. Retornaremos a esta discussão no capítulo 3.

⁶² cf. I. WALLERSTEIN “Semiperipheral Countries and the Contemporary World Crises” in: *The Capitalist World-Economy* cit. p. 96-101.

⁶³ cf. *Research Working Group on Cyclical Rhythms and Secular Trends* (R.W.G.C.R.S.T) “Cyclical Rhythms and Secular Trends of the Capitalist World-Economy” *Review* II,4 (1979).

no interior dos Estados (resposta às demandas sociais, repressão e cooptação de movimentos contestatórios etc.). Estas três tendências interagem a todo momento, impondo obstáculos à acumulação. A superação destes obstáculos intensifica a luta de classes, a tensão entre as classes e os aparelhos de estado e, por fim, fomenta a rivalidade interestatal. Produzem, portanto, as complexas linhas de força que moldam a trajetória do sistema.⁶⁴ (b) *ciclos conjunturais* ou *ritmos cíclicos*: são processos cíclicos que, simultaneamente, influenciam e são influenciados pelas tendências seculares. Na economia-mundo capitalista, os ciclos conjunturais mais importantes comportam-se de forma análoga aos ciclos de Kondratieff. Duram cerca de 50 anos e são constituídos por duas fases: expansão e contração. No entanto, Wallerstein concebe este tipo de ciclo de forma bastante particular. Para tornar mais clara a peculiaridade de sua interpretação, faremos uma breve recapitulação da bibliografia sobre o tema.

1.1.3.1 – A controvérsia em torno dos ciclos de média duração

A vasta bibliografia sobre os ciclos econômicos derivou dos estudos sobre a flutuação dos indicadores quantitativos da vida social: da suspeita de que o movimento dos indicadores não é aleatório, mas que, em certa medida, apresenta um padrão ou padrões discerníveis. A idéia de ciclo pressupõe, portanto, a existência de uma estrutura ou de estruturas, responsáveis pela manifestação dos padrões. É exatamente neste ponto que, como veremos adiante, a discussão se torce mais acalorada. É importante notar que o próprio comportamento desta bibliografia também é “cíclico”. Nos períodos socialmente definidos como “bons tempos”, o estudo dos ciclos econômicos tende a ser ofuscado pelas considerações sobre o progresso ininterrupto supostamente proporcionado pela economia capitalista. Mas, na adversidade, a situação se inverte: nas mais variadas perspectivas teóricas e orientações ideológicas, o interesse pelos ciclos ressurgue com vigor, reabrindo antigas polêmicas e inaugurando novas. Os anos 30 são um bom exemplo disto, mas talvez nada ilustre melhor este fato do que a volumosa e variada bibliografia sobre o tema que foi produzida nos anos 70 e 80, disparada pelo “choque do petróleo”. Andrew Tylecote vai um pouco mais longe: “Foi a depressão dos anos 30 que atraiu a atenção dos economistas ocidentais para o trabalho de Kondratieff - porque ele previu o que eles não previram; e (o que era ainda melhor) porque ele também havia

⁶⁴ cf. I. WALLERSTEIN “Globalization or...” cit. p. 6-12

previsto que haveria um fim para a crise, e um novo *boom* viria com o tempo. E aqui, paralelamente às flutuações do desenvolvimento, vemos um ciclo intelectual aparecendo. Durante o *boom* é entre os marxistas que a teoria encontra adeptos, atraídos pelos tempos de infortúnio que recairão sobre o capitalismo. Os economistas capitalistas zombam deles por causa do seu *wishfull thinking*; mas quando eles acertam, parte dos zombeteiros são convertidos, lembrando, para o seu conforto, de que a mesma teoria que previu o declínio previu também o *boom* posterior. O inverso também é verdadeiro: alguns marxistas acham difícil tolerar uma heresia que sustenta que o que eles louvam como a agonia de morte do capitalismo não é na verdade, um ponto terminal.”⁶⁵

Há uma variedade de ciclos curtos e médios: Kitchin (2-3 anos); Juglar (6-10 anos); Kuznets (15-25 anos) e os ciclos de Kondratieff (45-60 anos).⁶⁶ Muitos estudiosos questionam a existência destes ciclos, argumentando que eles são *inerentemente implausíveis*, isto é, incompatíveis com uma orientação realmente científica. Para outros, menos céticos, os ciclos podem até existir, mas até o momento não foi realizada nenhuma demonstração adequada de sua manifestação, seja por falta de dados suficientes e confiáveis, seja por falta de um aparato teórico convincente. O debate não é menos intenso entre os autores que aceitam a existência dos ciclos econômicos: neste caso, as divergências concentram-se na *duração* dos ciclos, sua dinâmica básica e na existência ou não de uma sincronia entre ciclos de diferentes durações. Nesta controvérsia, o ciclo que desperta maior ceticismo é, exatamente, o ciclo de Kondratieff.⁶⁷

Começaremos esboçar os contornos deste debate com base nas considerações do próprio Nicolai Kondratieff.⁶⁸ O seu ponto de partida foi a reflexão de alguns

⁶⁵ Andrew TYLECOTE *The Long Wave in the World Economy* Londres: Routledge, 1993 p. 11-2. Ver também Immanuel WALLERSTEIN “Kondratieff Up or Kondratieff Down?” *Review* II, 4 (1979) p. 662-3.

⁶⁶ Uma boa síntese sobre a dinâmica destes ciclos curtos pode ser encontrada no clássico livro de J.A. SCHUMPETER *Business Cycles* Vol.I, Reimp., Filadélfia: Porcupine Press, 1982 p. 161-174. Outro excelente resumo encontra-se em BRAUDEL, F. & SPOONER, F. “Prices in Europe from 1450 to 1650” in: *Cambridge Economic History of Europe* Vol. VI Cambridge: Cambridge U.P., 1972 p. 430-442. Ver também Christopher FREEMAN “Introduction” (p. xiii-xxxvi) in: *Long Wave Theory* Cheltenham: Elgar Publishing Co., 1996; Andrew TYLECOTE *The Long Wave...* cit. Cap. 1(p.7-35)

⁶⁷ cf I. WALLERSTEIN “Long Waves as Capitalist Process” *Review* VII,4 (1984) p. 599-60

⁶⁸ cf N.D. KONDRATIEFF, N.D. “The Long Waves in Economic Life” *Review*, II, 4 (1979). Este artigo foi publicado integralmente apenas em Russo (1925). Foi publicado parcialmente em alemão (1926) e depois em Inglês, em 1935 (Incluimos no apêndice deste trabalho uma relação da obra de Kondratieff cf. *Infra* p.273). Depois desta data surgiram traduções em várias línguas (como, por exemplo, a tradução espanhola publicada em *Revista de Occidente* (1946)). A “teoria” de Kondratieff deu origem a um amplo debate na então U.R.S.S., que envolveu Trotsky e outros economistas soviéticos (Sujanov, Bogdanov, etc.). Esta polêmica foi abruptamente encerrada por Stalin que, em 1930, enviou Kondratieff à Sibéria, onde ele morreu pouco tempo depois. Uma síntese deste debate encontra-se em Ernest MANDEL *O Capitalismo Tardio* trad. port., São

economistas sobre os ciclos econômicos de 7 a 11 anos. A estes ciclos “intermediários”, Kondratieff sobrepôs as suas *ondas longas*,⁶⁹ que, de acordo com suas estimativas, apresentam uma duração média de 50 anos. O autor compôs, com base em diversas séries de indicadores econômicos (níveis de preço por atacado, taxas de juros, variação de salários nominais, produção e consumo de carvão e ferro-gusa, etc.), alguns gráficos que, em sua opinião, demonstram a manifestação de flutuações regulares na economia capitalista, caracterizadas pela alternância de movimentos de ascensão e de declínio. Segundo Kondratieff, estas oscilações não podem ser explicadas por fatores exógenos ao capitalismo, *mas somente como o reflexo de um padrão cíclico inscrito na essência da economia capitalista*.⁷⁰

Inicialmente, vamos retomar parte das evidências fornecidas por Kondratieff. Discutiremos em primeiro lugar os níveis de preço por atacado. Kondratieff utiliza, basicamente, dados da Inglaterra, França e EUA, obtidos em diversas fontes.⁷¹ A despeito dos pequenos desvios e irregularidades, a flutuação dos níveis de preços nestes três países assumem a forma de ondas “longas”, representadas na tabela abaixo (Tabela 1):

Tabela 1 – Flutuação dos Níveis de Preços por Atacado⁷²

	Ascensão	Duração (anos)	Declínio	Duração (anos)	Ciclo Total (anos)
1ª. Onda	1789-1814	25	1814-1849	35	60
2ª. Onda	1849-1873	24	1873-1896	23	47
3ª. Onda	1896-1920	24	1920-	-	-

Observando a tabela, podemos notar que os movimentos dos níveis de preço do período compreendido entre 1870 e o início da década de 1920 (quando o artigo de Kondratieff foi publicado) compuseram 3 ciclos. Na ocasião, o último ainda não estava completo. O primeiro foi o mais longo (60 anos) e o segundo durou apenas 47 anos. Vamos examinar agora as flutuações dos salários, ainda com base nos dados de Kondratieff:

Paulo: Abril Cultural, 1982 p.85-95. Quanto à bibliografia sobre Kondratieff e o “debate russo” cf. Kenneth BARR “Long Waves: A Selective, Annotated Bibliography” *Review* II, 4 (1979) p.684-691.

⁶⁹ Devido à terminologia usada por Kondratieff e, também, pela nítida preferência dos economistas pelos ciclos curtos, os ciclos de Kondratieff tendem a ser considerados como ciclos ou ondas longas. No entanto, se levarmos em conta a hipotética existência das tendências seculares, que possuem uma duração muito maior (150 anos), os ciclos de Kondratieff seriam mais bem qualificados como ciclos de *média duração*.

⁷⁰ cf. N.D. KONDRATIEFF “The Long...” cit p.543-4.

⁷¹ cf. *ibid* p. 524.

⁷² Adaptado de N. KONDRATIEFF “The Long...” cit. p. 523-525

Tabela 2 – Movimento dos Salários⁷³

	Primeiro Ciclo		Segundo Ciclo		Terceiro Ciclo	
	Início da Ascensão	Início do Declínio	Início da Ascensão	Início do Declínio	Início da Ascensão	Provável Início do Declínio
Trabalhadores Agrícolas (Ing.).	1790	1816	1844	1874	1897	1921
Trabalhadores Têxteis (Ing)	-	1810	1850	1874	1890	-
Mineiros (Fra)	-	-	1849	1874	1895	-

Esta pequena amostra das séries utilizadas por N. D. Kondratieff é suficiente para ilustrar as suas conclusões:

- (1) Os movimentos das séries examinadas desde o final do século XVIII exibem *ciclos longos*. Este caráter cíclico não pode ser atribuído a um eventual resultado acidental dos métodos estatísticos usados, pois as ondas apresentam a mesma periodicidade nas séries mais importantes examinadas.
- (2) Há séries onde o caráter cíclico manifesta-se somente no nível das médias (ele cita os preços por atacado como exemplo (Tabela 1))
- (3) Nas diversas séries examinadas, os pontos de inflexão das ondas correspondem de forma mais ou menos aproximada.
- (4) Apesar das pequenas variações dos pontos de inflexão nas diversas séries e do fato do método de análise estatística permitir um erro de 5 a 7 anos na determinação dos pontos, os limites mais prováveis que delimitam os ciclos podem ser demarcados de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 3 - Limites das Ondas

1ª. Onda	<i>Ascensão:</i> 1780/90 – 1810/17
	<i>Declínio:</i> 1810/17 – 1844/51
2ª. Onda	<i>Ascensão:</i> 1844/51 – 1870-75
	<i>Declínio:</i> 1870/75 – 1890/96
3ª. Onda	<i>Ascensão:</i> 1890/96 – 1914-20
	<i>Declínio:</i> 1914-20

- (5) O fato das séries examinadas comportarem-se de forma cíclica não prova que um padrão similar pode ser encontrado em todas as demais séries de dados. Isso

⁷³ Adaptado de *ibid* p. 533.

sequer é fundamental para provar a existência das ondas “longas”: nem todas as séries precisam apresentar um padrão cíclico.

- (6) Os limites das ondas acima estabelecidos (Tabela 3) são baseadas em séries de dados internacionais mas, apesar de pequenas variações, elas correspondem aos ciclos apresentados pelos países *capitalistas* da Europa e, também aos EUA⁷⁴

Até o momento, não fornecemos nenhuma pista do modo como Kondratieff explica a *dinâmica* dos ciclos, pois este é o ponto mais obscuro de suas reflexões. Não resta dúvida que esta lacuna se explica em parte pelo caráter pioneiro⁷⁵ deste tipo de pesquisa, pela a escassez da dados empíricos disponíveis e, podemos até dizer, pela carência de recursos teóricos para enfrentar o problema. A cautela com que ele finaliza o seu texto mais conhecido é digna de nota:

“Em vistas desta circunstância – escreve Kondratieff - e considerando também as razões positivas apresentadas acima, pensamos que, *com base nos dados disponíveis, a existência de ondas longas com caráter cíclico é bastante provável.*

Ao mesmo tempo, acreditamos estarmos certos ao afirmar que as ondas longas, se existirem, são um elemento muito importante e um fator essencial ao desenvolvimento econômico, um fator que cujos efeitos podem ser encontrados em todos os principais campos da vida econômica e social. (...)

Ao afirmarmos a existência das ondas longas e ao negarmos que elas derivam de causas aleatórias, também temos a opinião que as ondas longas derivam de causas que são inerentes à essência da economia capitalista. Isto naturalmente nos leva à questão da natureza destas causas. Estamos totalmente cientes da dificuldade e da grande importância desta questão, mas no esboço

⁷⁴ cf. N. KONDRATIEFF *ibid* p. 532-5. Ver Tabela 12, no Apêndice (p. 271)

⁷⁵ Neste ponto, julgamos necessário fazer uma breve referência ao debate sobre a legitimidade de associar o nome de Kondratieff aos ciclos “longos”. Christopher FREEMAN, recentemente, retomou o problema: “Como no caso dos ciclos de Juglar, foi Schumpeter (1939) o responsável pela designação dos ciclos com duração de 40-60 anos como “ciclos de Kondratieff”, nome com que eles ainda hoje são geralmente conhecidos. No entanto, ao contrário dos ciclos de Kuznets, onde a designação não é controversa, no caso dos ciclos longos isto representa uma injustiça, que deve ser atribuída a um acidente histórico. Se Van Gelderen (1913) não tivesse escrito o seu longo artigo em holandês e sob o pseudônimo de J. Fedder e, mais do que isso, não o tivesse publicado em uma revista socialista, mas sim em uma revista de economia, é bastante provável que Schumpeter os tivesse nomeado de “Ciclos de van Gelderen” ao invés de “ciclos de Kondratieff”. O próprio Kondratieff só tomou conhecimento da publicação de van Gelderen vários anos após a sua própria pesquisa e depois de suas principais publicações.” *Introduction in: Long Wave Theory* cit. p. xiii. Kondratieff reconheceu explicitamente alguns antecessores: Moor, Lescure, Aftalion, Spitehoff e Cassel. No entanto, afirmou que todos eles trataram do tema apenas de forma “fragmentária e acidental” cf. N. KONDRATIEFF, N. “Long Waves...” cit. p. 520. Uma síntese dos precursores de Kondratieff – Parvus, Hyde Clark, Van Gelderen, De Wolff, dentre outros – pode ser encontrada em J.J. Van Duijn *The Long Wave in Economic Life* Londres: Allen & Unwin, 1983 p. 74-89

precedente nós não tivemos a intenção de construir as bases de uma teoria apropriada das ondas longas.”⁷⁶

Como podemos notar na citação acima, Kondratieff não propôs uma *explicação sistemática* sobre as flutuações, ou melhor, ele não formulou um modelo ou uma “teoria” rigorosa das ondas longas. No entanto, ele fornece algumas indicações sobre a dinâmica dos ciclos quando ele comenta as diversas críticas ao caráter *endógeno* das ondas “longas”. De acordo com tais críticas, todos os ciclos de longa duração (i.é., maiores do que os ciclos de Juglar (7-11 anos)) são exógenos: se é que os ciclos longos realmente existem, a sua ocorrência só pode ser explicada por eventos, instituições ou acontecimentos *externos ao sistema econômico*.⁷⁷ Kondratieff agrupou estas objeções aos “ciclos longos” em quatro grupos, que correspondem à ênfase de cada uma das interpretações alternativas: 1) Invenções e descobertas científicas; 2) Guerras e Revoluções; 3) Assimilação de novas regiões à economia mundial; 4) flutuações na produção de Ouro (derivadas da descoberta de novas jazidas, transformações na técnica de mineração, etc.). “Estas considerações – escreve Kondratieff - são importantes. Mas elas, também, não são válidas. *A sua debilidade reside no fato de que elas revertem as conexões causais e tomam as conseqüências como causas*, ou vêem como um acidente o que na realidade está relacionado à lei que governa os eventos.”⁷⁸

Temos agora de retomar a discussão de Kondratieff sobre os 4 pontos discriminados acima. Ele não nega a influência que as transformações da técnica exercem sobre o desenvolvimento capitalista. Mas, em sua opinião, ninguém provou ainda que tais transformações são acidentais ou possuem uma origem externa. As mudanças na técnica (inovações) pressupõem: 1) que as descobertas técnico-científicas e invenções já tenham sido feitas e 2) a sua utilização seja *economicamente possível*. Assim, o fato de ocorrerem com regularidade invenções importantes – ligadas à criatividade dos inventores - não implica a sua implementação e *difusão* automática pela economia capitalista.⁷⁹ As invenções podem permanecer inativas por um longo tempo, até

⁷⁶ *Ibid* p. 543-4

⁷⁷ *cf. Ibid* p. 537-8

⁷⁸ *ibid* p. 538 (grifos meus).

⁷⁹ “Seria obviamente um equívoco negar o elemento criativo nas descobertas e invenções tecno-científicas. Mas de um ponto de vista objetivo, um erro ainda maior ocorreria se acreditarmos que a direção e a intensidade de tais descobertas e invenções são inteiramente acidentais; é muito mais provável que esta direção e intensidade sejam uma função das necessidades da vida real e do desenvolvimento precedente da ciência e da técnica.” *Ibid* p. 538

que as condições econômicas favoráveis ao seu emprego estejam em vigor. Para Kondratieff, isto fica evidenciado pelo fato de as invenções do século XVII e XVIII só terem sido aplicadas em larga escala a partir da Revolução Industrial, isto é, do final do século XVIII em diante, quando as novas necessidades econômicas pressionaram a sua utilização. Nestes termos, o próprio desenvolvimento da técnica faz parte dos ritmos das ondas “longas”.

As guerras e revoluções também influenciam fortemente o curso do desenvolvimento econômico. Mas elas também não surgem do nada e nem derivam de atos arbitrários de personalidades individuais: as guerras e revoluções derivam de circunstâncias econômicas reais. De acordo com Kondratieff, estes eventos originam-se da *aceleração do ritmo e do incremento das tensões da vida econômica*, isto é, da intensificação da luta por novos mercados e pelo controle das matérias primas, que afetam as forças sociais. Assim, as guerras e revoluções também podem ser inscritas no ritmo das ondas longas e, portanto, não podem ser vistas como elementos acidentais ou externos, mas sobretudo como *sintomas* das forças (econômicas) que originam estas manifestações. É por este motivo que, de acordo com Kondratieff, estes eventos ocorrem predominantemente durante a fase ascendente das ondas.⁸⁰

A abertura de novos países à economia capitalista também não pode ser vista como um fator externo, apto a explicar a flutuação das ondas. Novos países e novas regiões são integrados ao sistema econômico capitalista nos períodos onde a necessidade dos “antigos” países por novos mercados e novas fontes de matérias primas torna-se mais urgente do que antes. Aparentemente, os limites da expansão da economia mundial também são determinados pelo grau desta urgência. Assim, se isto for verdade, a incorporação de novos países não causa as ondas mas, pelo contrário, a exploração de novos mercados e novas fontes de matérias primas só se torna possível durante a fase ascendente das ondas, quando o ritmo do desenvolvimento capitalista é acelerado.⁸¹

Trataremos agora da última questão que hoje, com o declínio de Bretton Woods, ficou desatualizada mas ainda preserva a sua *importância analítica*: até que ponto a descoberta de novas minas e a elevação da produção de ouro – e o conseqüente

⁸⁰ “A suposição de que as guerras e revoluções agindo externamente causam as ondas longas evoca a questão de porquê elas próprias seguem-se umas às outras com regularidade e *somente* durante a ascensão das ondas longas.” *Ibid* p. 539. Assim, Kondratieff sugere a existência de um padrão nas guerras e revoluções, ligado à flutuações das ondas, na medida em que elas eclodem predominantemente durante as fases de expansão.

⁸¹ *cf. Ibid* p. 539-40

incremento do *estoque de ouro* – pode ser considerada um fator casual e externo ao movimento das ondas. O argumento em defesa da descoberta de novas jazidas como uma influência “externa” pode ser sintetizado da seguinte forma: o aumento da produção de ouro eleva os preços e acelera o ritmo da vida econômica. Assim, a descoberta de novas jazidas e/ou a transformação das técnicas de mineração afeta o comportamento das ondas “longas”. Para enfrentar este linha de raciocínio, Kondratieff combina o seu argumento básico - i.é., que estas explicações alternativas invertem a conexão causal - com as suas considerações sobre a relação entre o progresso técnico e a dinâmica das ondas. Inicialmente, ele destaca as premissas em que repousa esta linha de raciocínio: 1) a descoberta de novas minas e o aperfeiçoamento das técnicas de mineração são acidentais; 2) a descoberta de novas jazidas e de novas técnicas necessariamente acarreta uma elevação na produção de ouro. De acordo com Kondratieff, essas premissas são falsas. Em primeiro lugar, a pressão para elevar as técnicas de mineração e para intensificar a busca de novas minas deriva do próprio movimento da economia capitalista. Em segundo, a produção de ouro não flutua apenas em função das descobertas de novas jazidas e do aperfeiçoamento da técnica. A função de reserva de valor atribuída ao ouro o torna bastante desejado. Mas ele é apenas uma mercadoria que, como toda mercadoria, tem um custo de produção. Assim, a produção de ouro somente será elevada caso a relação entre o valor do ouro e o seu custo de produção for favorável. Se esta relação for desfavorável, a descoberta de novas minas – mesmo ricas – não levará necessariamente à sua exploração. No entanto, se a relação for favorável, até as minas mais pobres, próximas da exaustão, tendem a ser exploradas. Assim, Kondratieff altera o rumo da discussão. A questão relevante passa a ser: quando a relação de valor do ouro com o valor das outras mercadorias tende a ser mais favorável para o ouro? Ele responde esta indagação do seguinte modo: o preço das mercadorias atinge o seu nível mínimo no fim de uma onda longa (isto é, na fase de declínio, próximo ao início de um novo ciclo). É exatamente neste momento que o ouro atinge o seu maior poder de compra e que, portanto, a sua exploração se torna mais rentável. Mas, como ele mesmo nota, a questão é um pouco mais complicada: “Na realidade, - escreve Kondratieff -, a conexão [entre o baixo nível dos preços e poder de compra elevado do ouro] não tão simples e torna-se mais complicada, principalmente devido aos efeitos das transformações na técnica de produção de ouro e da descoberta de novas minas. Parece-nos, entretanto, que mesmo as melhorias na técnica e as novas descobertas de ouro obedecem à mesma lei

fundamental que regula a própria produção de ouro, com uma maior ou menor regularidade no tempo. Melhorias na técnica de produção e a descoberta de novas minas efetivamente reduzem os custos da produção de ouro; influenciam a relação destes custos com o valor do ouro e, conseqüentemente, a extensão da produção de ouro. Mas é óbvio que exatamente neste momento, quando a relação entre o valor do ouro e o seu custo torna-se mais desfavorável do que antes, a necessidade de melhorias técnicas na mineração aurífera e de descobertas de minas novas necessariamente tornase mais urgente e, portanto, estimula mais pesquisas neste campo. Existe, é claro, um intervalo de tempo até que esta necessidade urgente, já reconhecida, leve a um sucesso positivo. Na realidade, desta forma, as descobertas de ouro e as melhorias técnicas na mineração irão atingir o seu ápice apenas quando a onda longa ultrapassou o seu pico, isto é, talvez no meio do declínio. Os dados disponíveis confirmam esta suposição. No período posterior à década de 1870, ocorreram as seguintes descobertas: 1881 no Alasca, 1884 no Transvaal, 1887 na Austrália Ocidental, 1890 no Colorado, 1894 no México, 1896 em Klondique. As invenções no campo da técnica de mineração aurífera e, especialmente, as mais importantes deste período (as invenções no tratamento dos minérios), ocorreram durante a década de 1880, fato bastante conhecido.⁸² Nestes termos, Kondratieff conclui que, mesmo levando em conta toda as suas peculiaridades, a produção de ouro não pode ser considerada um fator externo ou aleatório, na medida em que ela também está subordinada ao ritmo das ondas longas.

Neste momento, podemos expor a explicação de Kondratieff sobre o funcionamento dos ciclos. Após apontar para várias direções, Kondratieff acabou por vincular a duração total das ondas “longas” à flutuação dos bens de capital, isto é, ao processo de implementação, desgaste e substituição da infra-estrutura da economia capitalista. Como a produção de bens de capital requer investimentos maciços e um longo tempo de maturação, ela só pode realizar-se sob condições específicas: 1) uma elevada propensão à poupança; 2) uma oferta relativamente grande de capital de empréstimo a juros baixos; 3) níveis de preço baixos. Estas características marcam o início da fase de expansão, isto é, quando a substituição dos bens de capitais obsoletos tornase possível. À medida que aumentam os investimentos em bens de capital, os recursos disponíveis começam a se esgotar e isto pressiona para cima as taxas de juros. Nestas condições,

⁸² *ibid* p. 541-2. Kondratieff ilustra este raciocínio com 2 tabelas, que reproduzimos na Apêndice (Tabela 13 e Tabela 14 (p. 272))

passa a vigorar a tendência à redução dos investimentos e, conseqüentemente, o ritmo da economia tende a diminuir, fato que caracteriza a passagem da fase ascendente para a descendente. Nesta situação os preços e as taxas de juros começam a despencar, ao mesmo tempo em que a propensão à poupança volta a crescer, repondo as condições para a manifestação de uma nova fase ascendente.⁸³

Esta explicação sobre a dinâmica das ondas gerou várias críticas, particularmente durante os anos 70 e 80, quando o interesse pelo estudo dos ciclos ressurgiu. A idéia do caráter exógeno da determinação das ondas "longas" ressurgiu sob novas formas, revigorando, por exemplo, o *papel externo* desempenhado pelas inovações tecnológicas sobre as flutuações da economia (interpretação dominante entre os "neoschumpeterianos" e entre algumas correntes da escola neoclássica). Ao lado destas, surgiram outras interpretações alternativas importantes, tais como, por exemplo, a proposta por Ernest Mandel. Para este autor, todo o problema reside no caráter automático da sucessão dos ciclos implícita na interpretação de Kondratieff. Há, na opinião de Mandel, uma diferença fundamental entre a passagem da fase ascendente para a descendente e a reversão da fase descendente para a ascendente. Um certo caráter automático só se verifica no primeiro caso. A explicação para isto repousa na tendência à queda da taxa de lucro, que é imanente à economia capitalista: o pico da fase ascendente é caracterizado pela superprodução, a qual intensifica o problema da realização da mais-valia e acaba por reverter as expectativas de lucratividade. Esta inversão das expectativas produz a queda dos investimentos e a redução do ritmo da economia (fase B). Já a passagem da fase de declínio para a nova fase de expansão só pode ocorrer se for provocada por *choques sistêmicos exógenos*, capazes de gerar a expansão súbita do mercado e transformar positivamente as condições de acumulação capitalista. De acordo com Mandel, estes choques ocorreram três vezes na história: a) em 1848, com as revoluções burguesas e a descoberta do ouro na Califórnia; b) depois de 1893, com a escalada de investimentos no mundo colonial (imperialismo) em conjunto com a descoberta de jazidas de ouro na África do Sul; c) a partir de 1940 nos EUA e

⁸³ Com base neste mecanismo, Kondratieff se julgou apto a explicar as inovações tecnológicas, as guerras e revoluções, a incorporação de novos países e a elevação da produção de ouro como *conseqüências* das ondas. Tomemos como exemplo o caso das transformações na técnica: as invenções são feitas, geralmente, durante a fase descendente. Mas as condições econômicas favoráveis à sua implementação só surgem depois, na nova fase ascendente: a oferta de capitais a juros reduzidos, a propensão elevada à poupança e os níveis de preço baixos é que tornam possível a inovação tecnológica (a transformação do padrão tecnológico e a construção de uma nova infra-estrutura, baseada nas novas tecnologias).

1948-9 na Europa Ocidental e no Japão, devido ao acúmulo dos resultados de longo prazo do fascismo e da guerra.⁸⁴

Além da reflexão sobre a dinâmica dos ciclos (o mecanismo responsável pela passagem da fase A para a fase B), há outro foco de polêmica em torno das reflexões de Kondratieff. Ele inicia as suas séries na década de 1780 sem uma justificação teórica: o início dos ciclos foi fixado nesta data para “permanecer no âmbito dos dados confiáveis e das ocorrências similares ou comparáveis”.⁸⁵ Este fato é importante porque, dentre os autores que aceitam a existência dos ciclos de Kondratieff, há uma aguda divisão a respeito dos períodos históricos onde tais ciclos são verificáveis. Schumpeter, por exemplo, com muita cautela, argumenta que os ciclos de Kondratieff podem ser traçados “historicamente” até pelo menos o século XVI, embora ele inicie a sua série no período 1787-1842.⁸⁶ No entanto, para diversos especialistas, há um ponto de ruptura, situado entre 1780-1800 (1850 em alguns casos), com início da Revolução Industrial: antes deste marco é possível que até tenham existido ciclos, mas eles não podem ser confundidos com os ciclos de Kondratieff. No período compreendido entre 1500 e 1800 as flutuações correspondem à “crises do Antigo Regime”, isto é, oscilações fortemente correlacionadas às colheitas e sua influência sobre os preços dos cereais e do pão. Podemos sintetizar a idéia básica que sustenta este tipo de interpretação da seguinte forma: um período de colheitas ruins faz com que o preço dos cereais dispare. O produtor não pode aproveitar-se da subida dos preços porque, após deduzir a sua subsistência e os grãos necessários para o replantio, a parcela remanescente de sua produção – a que pode virtualmente entrar no mercado – é muito pequena. Esta situação é também adversa para o consumidor dos produtos do campo, isto é, o cidadão ou até mesmo os produtores rurais que adquirem parte de sua subsistência no mercado, pois a subida dos preços coincide com a redução dos níveis de remuneração ou de emprego. Assim, neste caso, há uma correlação negativa entre a ascensão dos preços e os períodos de prosperidade. No período posterior a 1800 a situação muda de figura. Em primeiro lugar, a economia deixa de repousar quase exclusivamente no setor agrário e desenvolve um componente industrial, fator que por si só reduz o impacto das flutuações nas colheitas sobre o

⁸⁴ cf. Ernest MANDEL “The International Debate on Long Waves of Capitalist Development: an Intermediary Balance Sheet” in: C. FREEMAN (Ed.) *Long Wave Theory* cit. p. 618-21. Este artigo foi publicado originalmente em A. KLEINKNECHT, E. MANDEL, E. & I. WALLERSTEIN (eds.) *New Findings in Long-Wave Research* Nova York: St Martin’s Press, 1992.

⁸⁵ Cf. N. KONDRATIEFF, N. “The Long...” cit. p. 520

desempenho geral da economia. Em segundo lugar, concomitante ao desenvolvimento do setor industrial, o custo dos transportes tende a cair radicalmente, o que altera os termos do problema: as diferenças regionais entre os preços agrícolas tendem a diminuir. As regiões afetadas por alterações climáticas podem suprir a sua demanda comprando gêneros de zonas onde a produção agrária não foi afetada substancialmente. Neste caso, com relação às nossas considerações sobre o período anterior, a correlação inverte-se: a alta nos preços passa a indicar os períodos de prosperidade, porque os preços elevados - fruto do desequilíbrio entre a oferta e a demanda - estimulam a expansão da produção.

Vamos explorar um pouco as divergências entre os autores que vinculam os ciclos de Kondratieff ao período posterior à 1800. De acordo com Wallerstein, as interpretações mais recentes podem ser divididas quanto à ênfase: (a) *Esgotamento da tecnologia*: a passagem da fase A (crescimento motivado pela demanda elevada) para a fase de estagnação (fase B) é determinada *dominantemente* pelo esgotamento das possibilidades de inovação com base em um padrão tecnológico determinado. Neste caso, a oferta tende a se concentrar e a demanda a ser suprida. A fase de estagnação pressiona os produtores a elevarem a produtividade, induzindo à renovação da base tecnológica e dando início a um novo ciclo. (b) *Expansão exagerada do capital*: a fase A do ciclo é caracterizada pela expansão das indústrias de bens de capital e de bens de consumo, que gera novas oportunidades de emprego e, conseqüentemente, a elevação da demanda. Esta tendência ao crescimento se mantém mesmo com a ultrapassagem do ponto ótimo. A partir daí, frente ao crescente descompasso entre a oferta e a procura, o capital disperso tende a se concentrar neste setor. Isto compromete o nível de emprego, induz a uma redução da demanda e, por fim, gera o desaquecimento das atividades econômicas. (c) *Produção primária excedente*: os ciclos de Kondratieff são determinados por desequilíbrios periódicos nos termos de troca entre produtos primários e os manufaturados. Nesta linha de argumentação, a fase A é caracterizada pelo preço baixo de insumos primários tais como comida, matérias primas e energia. Esta conjuntura encoraja a expansão da produção que, com o tempo, acaba por alterar os termos de troca entre produtos primários e manufaturados, determinando com isto a desaceleração da economia (fase B).⁸⁷

⁸⁶cf. J. SCHUMPETER *Business Cycles* Vol.I cit. p. 252.

⁸⁷cf. I. WALLERSTEIN "Long Waves..." cit. p. 567

Estas três vertentes, a despeito de suas diferenças de ênfase, apresentam uma característica comum: os ciclos expressam um *processo estrutural* que, ao longo do tempo, gera uma discrepância entre a oferta e a demanda de determinados produtos ou fatores de produção. Immanuel Wallerstein aceita este argumento comum, mas tenta superá-lo: "Devemos nos perguntar como esta divergência estrutural entre a oferta e a demanda ocorre, e como ela corre repetidamente, isto é, de forma cíclica. Do ponto de vista lógico, parece-me que isto só pode ocorrer *porque os fatores que determinam a oferta e a demanda, embora ligados, são diferentes e, portanto, se movem em ritmos diferentes.*"⁸⁸ Este parece ser um bom ponto de partida. Como o ímpeto primário do capitalismo é a acumulação, este é o horizonte básico dos produtores: os capitalistas tendem a ajustar a sua capacidade de produção de acordo com as suas expectativas de lucratividade. Os preços altos (fase A) indicam a insatisfação da procura. Logo, os produtores tendem a expandir a produção de várias formas. Mas, à medida que a produção cresce, *se a demanda global não mudar*, a expansão da produção vai perdendo a sua razão de ser. Vamos dar mais um passo: a lógica que rege o funcionamento dos ciclos de média duração *não se esgota* na discrepância entre a oferta e a procura. Pelo contrário. A sua dinâmica está intimamente relacionada às tensões que modelam o sistema-mundo e, também, aos conflitos que eclodem na arena sociopolítica. *A oferta não cria a sua própria demanda.* Se assim fosse, o capitalismo não seria um modo de produção tão turbulento.⁸⁹ A demanda é uma função da distribuição do excedente que, ao contrário da variação da oferta, *não* deriva fundamentalmente de decisões individuais de investimentos visando a acumulação. A distribuição do excedente resulta do conflito local e global entre os diversos grupos, classes e estratos que fazem parte do sistema-mundo moderno. Assim, a contradição entre os interesses imediatos e os interesses de longo prazo das classes em luta exerce uma influência decisiva na dinâmica dos ciclos de

⁸⁸ *cf. id; ibid* p. 568

⁸⁹ É importante notar que, caso a oferta criasse a própria demanda, os ciclos médios não poderiam existir. Isso talvez explique a rejeição de grande parte dos economistas à ciclos com duração maior do que 11 ou 15 anos. Mas a explicação de Wallerstein não é muito diferente da crítica de Keynes à lei de Say: para este autor, toda economia mercantil é também *monetária*. Logo, a possibilidade de acumulação de *moeda* – um ativo de liquidez universal – por parte dos capitalistas, em determinadas situações (queda contínua de preços, por exemplo), pode parecer mais vantajosa do que investir na produção. Este padrão de investimento gera um *excesso de poupança* (ou "acumulação improdutiva") que explica a recessão. Uma das grandes diferenças de Keynes para com a economia clássica reside exatamente neste aspecto: a poupança não gera necessariamente investimento, mas o investimento gera a poupança (por isto a necessidade analítica de criar o polêmico binômio poupança-investimento que, do ponto de vista da economia clássica, não faz o menor sentido) *cf.*

Kondratieff: os conflitos de interesse são permanentes, mas as lutas agudas são mais descontínuas, pois geralmente resultam em compromissos relativamente duradouros.⁹⁰ Desse modo, é a variação *contínua* da oferta, combinada à variação *descontínua* da procura que rege os ciclos de Kondratieff.⁹¹

Podemos agora dar o passo decisivo. Como vimos, a análise dos ciclos de Kondratieff não pode circunscrever-se apenas à esfera econômica pois, particularmente no caso da demanda, a arena sociopolítica exerce uma influência preponderante na determinação da dinâmica e da duração dos ciclos. Mas, do ponto de vista da perspectiva do sistema-mundo, o quadro é ainda mais complexo. Na bibliografia convencional sobre o tema, é possível notar que os dados e as séries envolvem apenas as regiões centrais da economia-mundo: particularmente a Europa Ocidental e os Estados Unidos.⁹² Deste modo, no limite, grande parte da reflexão sobre os ciclos de Kondratieff corrobora com a definição da economia mundial/sistema internacional como um conjunto de Estados nacionais soberanos, uma concepção que, como vimos, é estranha à perspectiva do sistema-mundo. Assim, não basta marcar a diferença entre a determinação da oferta e da demanda e sua relação com a arena sociopolítica: a análise deve envolver a economia-mundo como um todo.⁹³ Esta orientação – e as dificuldades “técnicas” e teóricas que dela derivam – foi exposta com clareza em um artigo-relatório do grupo de pesquisas sobre ritmos cíclicos e tendências seculares do *Fernand Braudel Center*. “Outra é a questão das

John Maynard KEYNES *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1983 p. 23-7. -

⁹⁰ “A distribuição do excedente – escreve Wallerstein – é primariamente determinada na arena sociopolítica, com o resultado da *rapport de forces* global e regional das várias classes e estratos em luta. Os conflitos de interesse são permanentes, mas os conflitos agudos são mais descontínuos, originando compromissos que duram por períodos médios.” “Long Waves...” cit. p. 569

⁹¹ cf. *id;ibid* p. 569. Wallerstein sugere que existem outros ritmos cíclicos em ação: “A economia-mundo capitalista tem se mantido por um longo tempo, como todo sistema faz, mediante mecanismos que restauram o seu equilíbrio toda vez que os seus processos se afastam muito dele. O equilíbrio nunca é restaurado imediatamente, mas apenas depois de desviar-se suficientemente da norma e, é claro, ele nunca é restaurado perfeitamente. Porque ela necessita que os desvios atinjam um certo grau antes de disparar os contramovimentos, o resultado é que a economia-mundo capitalista, como qualquer outro sistema, possui ritmos cíclicos de vários tipos. Nós discutimos um dos principais ciclos que ela desenvolve, chamados de Kondratieff. Estes não são os únicos.” I. WALLERSTEIN “Globalization or...” cit. p. 10.

⁹² cf. R.W.G.C.R.S.T. “Cyclical Rhythms...” cit. 485-6

⁹³ “Eu acredito que – escreve Wallerstein – o ponto de partida deve ser uma visão (espero que coerente, talvez um dia unificada) dos processos do capitalismo como um sistema histórico. Eu penso que, além do mais, devemos partir da premissa que Schumpeter enuncia em seu livro sobre os ciclos: ‘O capitalismo em si é, tanto em seu sentido sociológico quanto econômico, essencialmente um único processo, que tem todo o mundo como o seu palco’. Partindo desta premissa, segue-se logicamente que, na medida em que os Kondratieff ou quaisquer outros processos cíclicos existam, eles devem ser, antes de tudo, fenômenos da economia-mundo como um todo.” “Long Waves...” cit. p. 563

fronteiras espaciais. Como as fronteiras da economia-mundo capitalista se expandiram continuamente ao longo do tempo, para medirmos a proporção, temos de determinar previamente quais são os limites onde as medições serão feitas em pontos específicos no tempo. Mas como um dos indicadores da localização das fronteiras é o grau em que os pontos mais distantes exibem ritmos cíclicos concorrentes, estamos de certo modo presos em um problema de validação *versus* verificação.”⁹⁴

Há ainda um problema adicional: a questão referente ao início da manifestação dos ciclos de Kondratieff. Se estes ciclos são *constitutivos* da economia-mundo, eles deveriam operar desde a sua formação que, como sabemos, Wallerstein situa no “longo” século XVI. Para tanto, ele é obrigado a defrontar-se com a difundida idéia de que o final do século XVIII representa o início da manifestação dos ciclos de Kondratieff. Já vimos que esta interpretação repousa na distinção entre dois sistemas econômicos: o do Antigo Regime, de base agrária, e o posterior, que possui uma base industrial. O contra-argumento de Wallerstein pode ser sintetizado do seguinte modo: há, nesta discussão, uma confusão de temporalidades. Na realidade, a bibliografia sobre as crises do Antigo Regime enfatiza às crises de *curto prazo* no mercado local (ciclos de Kitchin). Mas ele argumenta (com base em B. Slicher Van Bath) que, no período pré-1800 havia três *tipos* de mercados agrícolas, a saber: o local, o regional e o internacional. As crises do Antigo Regime, tal como são descritas na bibliografia, só ocorrem no primeiro mercado. Nos demais, o padrão posterior a 1800 tende a se manifestar: no médio prazo, a elevação dos preços induz ao aumento da produção.⁹⁵ Assim, grosso modo, antes da Revolução Industrial é também possível notar a correlação entre preços elevados e “bons tempos”. Na realidade, em qualquer período da tumultuada existência da economia-mundo

⁹⁴ R.W.G.C.R.S.T. “Cyclical Rhythms...” cit. p. 488.

⁹⁵ “Um dos assuntos que ficou de fora nesta discussão - escreve Wallerstein - sobre as *crises d'Ancient Régime* é algo que, no entanto, o próprio Labrousse destacou recentemente. Enquanto as altas de preço de curto prazo tem efeitos convulsivos e, em particular, são associados com a redução na produção, as elevações de preço no longo prazo tem um significado oposto, ‘o mesmo significado que possuem hoje,’ pois ela leva ao crescimento da produção no longo prazo. E isto está ligado às diferenças do modo de operação dos mercados locais (o domínio por excelência do pequeno produtor, mas não exclusivamente dele), de um lado, e dos mercados regionais ou da escala da economia-mundo do outro (o domínio do grande produtor). *Crises d'Ancient Régime* são fenômenos dos mercados locais. *A produção para os maiores e mais distantes mercados são fenômenos capitalistas 'ortodoxos', que operam com o simples princípio que os preços altos refletem alguma demanda efetiva não-cumprida na economia-mundo e, portanto, um lucro potencial no longo prazo para aqueles que estão prontos a expandirem a produção.* Com relação a esta arena mais vasta, o clima exerce um papel secundário, mesmo na agricultura. O fato realmente crucial é a taxa geral de acumulação de capital.” *The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s* San Diego & Londres: Academic Press, 1989 p. 59

capitalista, o que se deve perguntar é: bons tempos para quem?⁹⁶ Do ponto de vista dos grupos particulares que fazem parte do sistema-mundo capitalista, não é possível estabelecer uma vinculação necessária entre uma situação positiva e a fase A e, por outro lado, uma conjuntura negativa e a fase B. As flutuações do sistema-mundo afetam de forma diferenciada os diversos setores da burguesia, dos trabalhadores, assim como centro, a periferia e a semiperiferia.⁹⁷ Mesmo do ponto de vista do sistema-mundo como um todo este tipo de avaliação não faz sentido: as fases B são essenciais para a existência do sistema capitalista, na medida em que eliminam os excessos produzidos durante a fase de expansão, permitindo a retomada do crescimento e abrindo novos horizontes para a acumulação incessante de capitais. Este padrão está intimamente ligado às contínuas redefinições espaciais das diversas zonas que compõe a economia-mundo, redefinições que, embora dinâmicas, não alteram a estrutura básica do sistema. No entanto, Wallerstein não está sugerindo que o capitalismo possa ajustar-se eternamente em torno de si próprio. Pelo contrário: o equilíbrio é impossível, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo é essencialmente desigual. Em outras palavras, a existência do capitalismo é *expansão*.⁹⁸

Resta uma observação crítica a fazer. A obsessão com os ritmos cíclicos e as tendências seculares impedem a percepção das mudanças *qualitativas* na economia-mundo. A tentativa – frustrada, como veremos – de apagar a especificidade das crises do Antigo Regime é uma evidência importante disto. Wallerstein tem razão em um aspecto: de fato, os mercados regionais e “internacionais” são os únicos a tirarem proveito da

⁹⁶ Cf. I. WALLERSTEIN “Long Waves...” p.566-7. A este argumento central, Wallerstein adiciona outro, ainda menos convincente: “Em segundo lugar, a dupla negatividade da *crise de l’Ancien Régime* (preços altos para consumidor, cuja renda encontra-se simultaneamente em declínio) que Labrousse, dentre outros, presume que desapareceram com a Revolução Industrial, foi redescoberta recentemente com o alegado novo fenômeno da *estagflação*.” *Ibid.*

⁹⁷ “Em uma fase B, por exemplo, – escreve Wallerstein – deve ocorrer uma redução no emprego assalariado, mas é também verdade que, para os que permaneceram empregados, os salários reais podem subir. O declínio do emprego em uma zona pode levar ao aumento em outra. O surgimento de novos tipos de empresas pode resultar em lucros elevados para aqueles que obterem um quase-monopólio temporário. Mas isto pode acarretar uma catástrofe para os demais empreendedores. O “desenvolvimento” de uma país semiperiférico particular pode levar a uma elevação real dos padrões de vida de muito dos que vivem no interior de suas bordas, mas também acarretar um declínio significativo em outro lugar do mundo.” “Long Waves...” cit. p. 572-3

⁹⁸ cf. I. WALLERSTEIN “Long Waves...” cit. p. 572. Esta idéia tem sido sistematicamente explorada pelo Grupo de Estudos de Ritmos Cíclicos e Tendências Seculares do Fernand Braudel Center: “Nós sustentamos que o crescimento da economia-mundo capitalista exibe um caráter “cíclico” e que este padrão cíclico é *constitutivo* da economia-mundo. A economia-mundo capitalista é uma economia-mundo onde a tendência à acumulação perpétua cria contradições tais que o seu crescimento não pode ser incessantemente linear e ao mesmo tempo capitalista.” R.W.G.C.R.S.T “Cyclical Rhythms...” cit. p. 485

elevação dos preços. A ilação é que é indevida: com base nisto não podemos concluir que os ciclos médios e as tendências seculares antes e depois Revolução Industrial apresentam essencialmente a mesma dinâmica. Os mercados regionais e internacionais da Europa pré-industrial eram dominados pelos grandes mercadores, os únicos que podiam tirar vantagem das disparidades de preço exatamente porque essa é a forma básica de valorização do capital comercial! Mas, mesmo assim, para explorar tais diferenças de preço os mercadores precisam enfrentar o pesado custo dos transportes que, certamente, comprime as suas margens de lucro. No médio prazo, parte dos mercadores e dos grandes proprietários podem tirar vantagem da subida dos preços de outra forma: os pequenos e médios produtores podem, nestas circunstâncias, ir à falência e venderem as suas terras para quem tivesse dinheiro para comprá-las. No entanto, afirmar que a subida dos preços em uma economia agrária favorece a concentração de *riqueza* e de terras é uma coisa completamente diferente de dizer que, com base nisto, é possível estabelecer uma identificação entre os ciclos de média duração deste período com os ciclos posteriores à Revolução Industrial. Será que devemos realmente levar a sério a transposição da discussão sobre a dinâmica dos ciclos de Kondratieff – exaustão da tecnologia; sobreinvestimento e expansão exagerada da produção primária – para os ciclos do século XVI?

1.1.3.2 – O sistema interestatal

A economia-mundo capitalista possui uma superestrutura política bastante peculiar, composta por uma rede heterogênea de Estados “soberanos”, rede que Wallerstein denomina como *sistema interestatal*. É importante salientar que, apesar de o sistema interestatal envolver toda a economia-mundo, ele não pode ser considerado como uma *estrutura política unitária*, pois nenhum grupo ou Estado tem poder suficiente para controlar efetivamente todo o sistema. Em outras palavras, um estado pode ser *hegemônico*, isto é, capaz de influenciar o sistema interestatal mais do que qualquer outro Estado, conjunto de estados ou organizações supra-nacionais, e colher os benefícios que derivam desta influência. Mas não podemos dizer que ele *controla* o sistema interestatal e muito menos a economia-mundo: a Grã-Bretanha não controlava o sistema-mundo moderno tal como ele existia no século XIX, assim como os EUA não controlam o sistema-mundo contemporâneo. Trata-se, portanto, da recriação da *soberania parcelar*.

Para Wallerstein, esta estrutura política singular contribui de maneira decisiva para o fortalecimento da economia-mundo capitalista: como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas tomadas individualmente, o grande capital ganha uma margem de manobra extremamente ampla: uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar as suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e, ao mesmo tempo, realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de lucro. Esta peculiaridade é, para Wallerstein, decisiva, pois o capitalismo só foi capaz de florescer exatamente porque a economia-mundo continha, em seus limites, múltiplos sistemas políticos. “Não estou defendendo— escreve Wallerstein - o clássico argumento da ideologia capitalista segundo o qual a o capitalismo é um sistema baseado na não interferência do estado nos assuntos econômicos. Pelo contrário! *O capitalismo baseia-se na constante absorção das perdas econômicas pelas entidades políticas, enquanto os ganhos econômicos são distribuídos entre mãos “privadas”.* O que defendo ao invés disso é que o capitalismo como modo econômico é baseado no fato de que os fatores econômicos operam no interior de uma arena maior do que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isso dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que possui uma base estrutural. Ela tornou possível a expansão econômica constante do sistema-mundo, apesar de uma distribuição muito desigual de suas recompensas. O único sistema-mundo alternativo que poderia manter um elevado nível de produtividade e alterar o sistema de distribuição envolveria a reintegração dos níveis de decisão política e econômica. Isso constituiria uma terceira forma possível de sistema mundial, um governo mundial socialista. Esta não é uma forma que existe no presente [1974] e não era nem remotamente concebível no século XVI⁹⁹

Retomaremos agora a discussão sobre o centro, a semiperiferia e a periferia do sistema-mundo moderno, para tornar mais claro o papel exercido pelo sistema interestatal na economia-mundo capitalista. Dissemos acima que, até o momento, nenhum estado teve poder suficiente para *controlar* o sistema interestatal ou unificar a economia-mundo, convertendo-a em um império-mundo. Mas, por outro lado, o sistema interestatal não é e não poderia ser caracterizado pela homogeneidade. A existência de uma assimetria de poder é fundamental para a preservação da economia-mundo capitalista. Se todas as entidades políticas tivessem o mesmo grau de poder, elas poderiam bloquear a atividade das entidades econômicas transnacionais cujo centro estivesse localizado em outro

⁹⁹ *The Modern World-System I* cit. p. 348 (grifos meus).

estado. Nestas condições, a divisão mundial do trabalho não poderia florescer e a economia-mundo capitalista entraria em declínio logo no nascedouro. Portanto, é a presença de alguns estados mais fortes, em aguda concorrência entre si e constantemente ameaçados por aparelhos de estado intermediários (a semiperiferia) que garante o descompasso entre a esfera da atuação das unidades políticas individuais e a arena econômica.¹⁰⁰ Tudo isso fica mais compreensível se retomarmos o modo como Wallerstein caracteriza a força de um aparelho de estado. A força de um estado manifesta-se em dois planos: a) ele deve ser forte com relação aos outros estados da economia-mundo tomados individualmente, inclusive frente aos demais estados do centro; b) deve ser forte com relação a *qualquer grupo social particular* em seu interior.¹⁰¹ “Um aparelho de estado implica um mecanismo basculante [*tipping mechanism*]. Existe um ponto em que a força cria mais força. As receitas fiscais tornam o estado capaz de

¹⁰⁰ “Isto implica então que a economia-mundo desenvolve um padrão onde as estruturas de estado são relativamente fortes nas áreas centrais e relativamente fracas na periferia. *Que áreas desempenham determinados papéis é, em muitos aspectos, uma questão acidental.* O que é necessário é que em algumas áreas o aparelho de estado seja mais forte que em outras.” *Ibid* p. 355 (grifos meus).

¹⁰¹ “Obviamente, - acrescenta Wallerstein - estes grupos variam de acordo com a capacidade de pressão que eles podem exercer sobre o estado. E, obviamente, *certas combinações destes grupos controlam o estado.* Isto não significa que o estado seja um árbitro neutro. *Mas o estado é mais do que um simples vetor de forças dadas, ainda somente porque muitas destas forças estão situadas em mais de um estado ou são definidas em termos que possuem pouca correlação com as fronteiras estatais.*” *Ibid* p. 355 (grifos meus). Esta idéia não é nova. O mérito de Wallerstein está em situar dentro de um quadro teórico mais amplo uma idéia trivial da política internacional, que já aparece nos artigos e nos cursos proferidos entre 1946 e 1961 na *London School of Economics* pelo célebre professor Martin WIGHT. Para Wight, o sistema internacional não se assemelha ao estado de natureza tal como ele é concebido por Thomas Hobbes porque ele é marcado pela assimetria de poder, que faz com que os estados mais fortes e grande parte dos estados intermediários tenham interesse na manutenção de um grau mínimo de *ordem* na arena internacional. Para Hobbes - cuja lógica interna de seu raciocínio é irreparável - não há garantia de proteção à vida, estabilidade das posses e garantia do cumprimento dos acordos no estado de natureza exatamente porque o nível de poder dos atores - os indivíduos - é similar: nesta condição, a luta de todos contra todos é incontornável e impede a agricultura, o comércio e a sofisticação da vida. Mas, como ressalta Wight e, de forma mais sistemática, o seu discípulo mais notável, é exatamente a assimetria de poder entre os estados que garante que o sistema internacional apresente um grau mínimo de ordem: “O fato de que os estados têm sido menos vulneráveis aos ataques violentos do que os indivíduos é reforçado por outra diferença: *apesar da vulnerabilidade a ataques físicos, essa vulnerabilidade não é a mesma para todos.* Hobbes entende o estado de natureza com base na premissa que ‘a Natureza fez os homens de tal forma iguais nas faculdades do corpo e da mente que o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte’. Para Hobbes, é essa mesma vulnerabilidade recíproca de todos os homens é que torna a anarquia intolerável. Mas na sociedade internacional moderna tem havido uma diferença persistente entre as grandes e as pequenas potências. *As grandes potências não tem sido vulneráveis a um ataque violento pelas pequenas potências na mesma medida em que estas têm sido vulneráveis ao ataque das grandes potências.*” Hedley BULL *A Sociedade Anárquica* trad. port. Brasília: UNB, IPRI, Imprensa Oficial, 2000 p. 62 (grifos meus)[ed. original: 1977]. Raymond ARON, no clássico *Paix et Guerre entre les nations* [ed. original: Éditions Calman-Lévy (1962)] também sustenta que a assimetria de poder é a condição de existência de *qualquer* sistema baseado em unidades políticas autônomas: sem tal assimetria, nenhuma unidade política teria possibilidade e nem interesse em zelar pela ordem no sistema.

possuir uma burocracia civil e um exército mais numeroso e eficiente, o que por sua vez leva a maiores receitas fiscais – um processo que continua em espiral. O mecanismo basculante funciona também em sentido oposto: a debilidade conduz a uma maior debilidade. *Entre estes dois pontos de oscilação reside a política de criação do estado. É nesta arena que a habilidade dos grupos dirigentes criam uma diferença.* E a existência destes dois mecanismos basculantes explica porque em certos momentos um pequena defasagem no sistema-mundo possa ser convertida rapidamente em uma defasagem muito grande.”¹⁰²

Assim, o sistema interestatal é caracterizado por uma assimetria de poder que se estrutura em três níveis: estados centrais (fortes); estados semiperiféricos (intermediários) e periféricos (fracos).¹⁰³ Esta estruturação política está fortemente relacionada com a hierarquia de tarefas ocupacionais: as tarefas que exigem qualificação maior e níveis de capitalização mais elevados estão reservadas às zonas centrais, recobrando parcialmente as zonas semiperiféricas. Como o sistema de recompensas que deriva da dinâmica da economia-mundo favorece necessariamente o capital acumulado, em sua expansão, a distância econômica e social entre o centro e a periferia tende sempre a aumentar. De acordo com Wallerstein, este fato é geralmente mascarado porque o progresso técnico inerente aos processos de expansão permite o alargamento dos limites do sistema-mundo, e isto possibilita que algumas regiões transformem o seu papel estrutural na economia-mundo em proveito próprio, *sem alterar o processo de distribuição desigual das recompensas* que vigora no sistema como um todo. Deste modo, a posição relativa dos estados – e das zonas que compõe a economia-mundo – não é estática. Podemos então concluir que a própria *fluidez* do sistema interestatal reforça a tendência à acumulação incessante de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados que o integram: os Estados do centro lutam para preservar a sua posição privilegiada, particularmente frente à pressão da constante da semiperiferia, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas. Comportam-se, portanto, como capitalistas individuais, lutando para expandir a sua base tributária, racionalizar os seus

¹⁰² *The Modern World-System I* cit. p. 356 (grifos meus).

¹⁰³ É necessário frisar a cautela de Wallerstein com relação aos “estados” periféricos: “Não digo *estados* periféricos porque uma da característica das áreas periféricas é que o estado indígena é débil, oscilando entre a não existência (isto é, uma situação colonial) e a existência com um reduzido grau de autonomia (isto é, uma situação neocolonial).” *Ibid* p. 349

quadros burocráticos e, sobretudo, para incrementar o seu poder de atuação no cenário internacional.¹⁰⁴

É no meio da hierarquia e da rivalidade entre os estados que, para alguns grupos e setores capitalistas determinados, surge a possibilidade de ampliar o acúmulo de capitais *acima e além* do que seria possível em um hipotético “mercado livre”. Esta margem adicional de acumulação está diretamente ligada às políticas de redistribuição dos rendimentos e de monitoração e intervenção das relações de produção exercidas pelos estados no interior de suas fronteiras. O poder redistributivo do estado é geralmente discutido nos termos de seu potencial de nivelação social (o estado de bem estar social). Mas isto apenas obscurece a função preponderante da redistribuição: ampliar a desigualdade e, portanto, favorecer o acúmulo incessante de capitais. O poder de redistribuição de um estado está diretamente ligado à sua capacidade de tributação. Parte destes recursos podem ser usados para ampliar a desigualdade através de três mecanismos principais: 1) *Política de subsídios e isenções fiscais*. O estado, em nome do interesse público ou da preservação da “competitividade internacional” do país, concede privilégios fiscais e/ou doa capital diretamente para grupos e instituições capitalistas consolidadas ou em formação. O subsídio assume também uma forma menos direta: o estado arca com os custos do desenvolvimento de determinados produtos, considerados imprescindíveis para o desenvolvimento econômico, mas que não poderiam ser realizados pela iniciativa privada, por vários motivos: necessidade de aportes de capital gigantescos, longos períodos de maturação, riscos elevados etc.; 2) *Corrupção* – na opinião de Wallerstein o desvio ilegal em grande escala dos fundos públicos para mãos privadas tem sido, desde a formação do capitalismo, uma fonte considerável de acumulação privada de capital; 3) *Socialização dos riscos e privatização dos lucros* – este “mecanismo” operou ao longo de toda a história da economia-mundo capitalista, sob as mais variadas formas. Uma das formas mais típicas é evidenciada nos casos onde o estado arca com o ônus de construir a infra-estrutura necessária para viabilizar as

¹⁰⁴ Neste sentido, o Estado é, ao mesmo tempo, o baluarte e uma ameaça constante aos grandes acumuladores de capital: “O Estado pode ser o predador primário; nenhum predador foi tão eficaz historicamente quanto um imperador situado no topo de uma estrutura redistributiva. Algo que fosse capaz de reproduzir uma estrutura política como esta, baseando-se na eficiência técnica do mundo moderno, seria a nêmesis da acumulação incessante de capitais.” I. WALLERSTEIN “The Modern World-System and Evolution” cit. p. 10. Portanto, o aniquilamento do sistema interestatal e a conversão da economia-mundo capitalista em um poderosíssimo império-mundo é um desdobramento possível, embora pouco provável. Assim, neste artigo em particular, escrito em 1995, Wallerstein aponta para a possibilidade de um quarto sistema-mundo em escala global, diferente de um hipotético governo mundial socialista.

atividades privadas em um determinado setor da economia.¹⁰⁵ Outra forma típica é a intervenção do estado para evitar falências e evitar “agitações financeiras”. Assim, competindo acirradamente entre si, promovendo a concentração de capitais no interior de suas fronteiras e controlando a força de trabalho interna, os estados estimulam diretamente a acumulação incessante de capitais. O sistema interestatal - e o conjunto de tendências que ele engendra - é um elemento crucial do sistema-mundo moderno.

1.1.3.3 – O ciclo de hegemonias

Após descrever as características básicas do sistema interestatal, Wallerstein desenvolve uma tese polêmica, já sugerida nas reflexões sobre os ritmos cíclicos que comentamos anteriormente: ele está sujeito a um *ciclo de hegemonias*, que atua conjuntamente com as ciclos e as tendências seculares da economia-mundo. Como vimos, o sistema interestatal é caracterizado pela *rivalidade constante*: as potências centrais lutam para expandir o seu controle sobre as zonas periféricas e, simultaneamente, enfrentam a pressão contrária da semi-periferia, que visa alterar a correlação de forças e ocupar uma posição central. Mas existem períodos onde uma potência excede todas as demais em sua capacidade produtiva, comercial, financeira e militar, tornando-se, deste modo, *hegemônica*. Estes períodos são raros e duram pouco.¹⁰⁶ Isto porque, apesar destas vantagens relativas, a própria estrutura do sistema interestatal impõe limites ao poder de influência e de coerção do hegemonia: as coalizões defensivas formadas pelas potências de menor magnitude impedem que a potência hegemônica unifique politicamente a economia-mundo. Devido a esta limitação, uma

¹⁰⁵ “Gastos cruciais - escreve Wallerstein - para reduzir os custos dos grupos de proprietários-produtores - energia, transportes e redes de informação da economia-mundo - têm sido amplamente sustentados por fundos públicos. Não há dúvida de que a maioria das pessoas obteve *algum* lucro desse capital social, mas não é verdade que todas elas tenham obtido benefícios iguais. A vantagem dos grandes produtores de capital é desproporcional, enquanto o sistema de taxaço que a financia tem sido muito mais igualitário. As despesas destinadas a construir e manter o capital social serviram para promover a acumulação de capital e a sua concentração.” *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista* trad. port., Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 p. 48

¹⁰⁶ “A Hegemonia - escreve Wallerstein - é uma condição rara; até hoje apenas a Holanda, Grã-Bretanha e os Estados Unidos foram potências hegemônicas na economia-mundo capitalista, e cada uma delas assegurou esta posição por um período relativamente muito curto de tempo(...)” *The Modern World-System II Nova York & Londres: Academic Press, 1980 p. 38*. Wallerstein descarta a hegemonia “espanhola” por considerar que, na realidade, o projeto de Carlos V foi converter a economia-mundo nascente em um império-mundo. Dentre outros motivos, o fracasso desta tentativa possibilitou a ascensão das Províncias Unidas como a

situação hegemônica também não pode ser mantida indefinidamente. As vantagens tecnológicas, militares gerenciais, por exemplo, podem ser eliminadas pela *emulação*. Neste caso, a potência rival pode elevar o seu padrão tecnológico, seu poderio militar e sua estrutura comercial a um custo relativamente menor do que o hegemonia e, portanto, aumentar as suas margens de lucro. O fato é que, devido à rivalidade interestatal, existe um ponto onde os custos de manutenção da hegemonia passam a ser maiores do que as vantagens. Quando este ponto é atingido, a potência hegemônica começa a entrar em declínio e, neste momento, as demais potências lutam para ocupar o seu lugar, fato que geralmente resulta em longos conflitos geopolíticos e, finalmente, em uma recentragem do sistema.¹⁰⁷ Desse modo, o estabelecimento de uma nova hegemonia redefine o eixo mundial de divisão do trabalho e, concomitantemente, toda a configuração da economia-mundo. O padrão da sucessão de hegemonias é bastante simples. A superioridade na produção agro-industrial leva ao domínio das esferas de distribuição do comércio mundial. Esta posição privilegiada permite a obtenção de lucros adicionais – derivados da conversão em um entreposto privilegiado do comércio mundial e do controle de grande parte dos transportes, comunicações e seguros – que, por sua vez, tornam possível a preponderância no setor financeiro (Bancos e Investimentos). *Estas superioridades são sucessivas, embora elas se sobreponham no tempo*. A perda da posição privilegiada ocorre na mesma ordem: da produtiva para a comercial e da comercial para a financeira. Portanto, há um curto momento onde uma potência central pode manifestar simultaneamente uma vantagem produtiva, comercial e financeira sobre todas as demais potências do centro. A hegemonia pode ser definida como este ápice momentâneo (cf. Figura 3 p. 279). No caso das Províncias Unidas, por exemplo, este período ocorreu entre 1625 e 1675.¹⁰⁸

potência hegemônica do século XVII e a consolidação do sistema interestatal (a forma política da economia-mundo capitalista).

¹⁰⁷ “O problema da hegemonia, como veremos, é que ela é passageira. Tão logo um estado torna-se realmente hegemônico, ele começa a declinar; mas um estado deixa de ser hegemônico não porque ele perde força (...), mas porque os demais ganham. Estar no ápice é ter como certo que o futuro não será seu, embora muito de presente o seja (...).” *ibid.*

¹⁰⁸ cf. *Ibid* p. 38-9. Em outro texto, Wallerstein expõe a cronologia dos ciclos hegemônicos: “Usando esta definição restrita [hegemonia como superioridade agrícola, comercial e financeira], as únicas três instâncias hegemônicas foram as Províncias Unidas em meados do século dezessete, o reino Unido em meados do dezanove e os Estados Unidos em meados do vinte. Se alguém insistir com datas, eu sugeriria como limites máximos: 1625-72, 1815-73, 1945-67. Mas, é claro, seria um equívoco buscar uma precisão maior quando nossos instrumentos de medida são ao mesmo tempo muito complexos e rudimentares.” “The Three Instances of Hegemony” in: *Essential Wallerstein* Nova York: New Press, 2000 p. 256.

O Grupo de Estudos sobre *Ritmos Cíclicos e Tendências Seculares* tem, desde a sua fundação, realizado uma série de estudos sobre a dinâmica dos ciclos hegemônicos e sua relação com os ciclos de Kondratieff. A meu ver, os resultados obtidos ainda não são satisfatórios. No entanto, destacaremos aqui algumas idéias que podem ser úteis. No âmbito da economia-mundo, os ciclos hegemônicos são compostos por três períodos diferentes: (1) hegemonia ascendente: marcado pelo conflito agudo entre as potências rivais pela sucessão; (2) hegemonia: o novo hegemonia ultrapassa o antigo e consolida a sua posição; (3) hegemonia declinante: o hegemonia passa novamente a ser desafiado. Correlacionando as características do sistema interestatal à pares de Kondratieff, obteríamos o seguinte modelo:

A¹: *Hegemonia Ascendente* - conflito agudo entre as potências rivais

B¹: *Vitória Hegemônica* - a "nova" potência ultrapassa a "antiga", que se encontra em declínio.

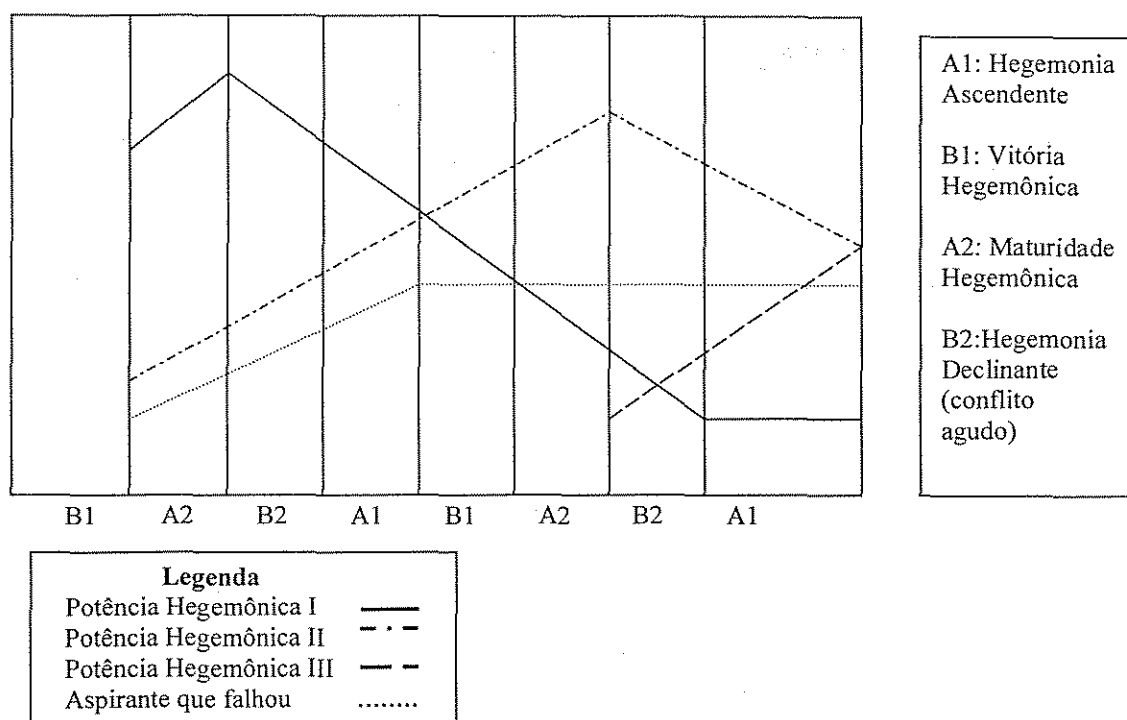
A²: *Maturidade Hegemônica* – verdadeira hegemonia.

B²: *Hegemonia Declinante* – conflito agudo entre o hegemonia e seus possíveis sucessores.¹⁰⁹

O período A² é o único onde a potência hegemônica pode competir *efetivamente* com as demais potências do centro nas três esferas (produção, comércio e finanças). Devido a esta situação peculiar, o hegemonia tende a pressionar por uma maior abertura do sistema ("free trade"). A fase B², por outro lado, é marcada pelo incremento da "colonização": as potências rivais tendem a lutar pelas zonas periféricas e garantir a posse de novos territórios e novos mercados.¹¹⁰ A Figura I e as tabelas 5 e 6 ilustram o que foi aqui exposto.

¹⁰⁹ cf. R.W.G.C.R.S.T. "Cyclical Rhythms..." cit. p. 498

¹¹⁰ cf. *Ibid.*

Figura 1 – Rivalidade Interestatal¹¹¹Tabela 4 – Pareamento dos Kondratieff com os ciclos hegemonicos¹¹²

Poder Hegemônico	I – Habsburgos	II – Províncias Unidas	III – Grã-Bretanha	IV – E.U.A.
A1 – Hegemonia ascendente	1450 -	1575-1590	1798-1815	1897-1913/20
B1 – Vitória Hegemônica (balanço)		1590-1620	1815-1850	1913/20-1945
A2 – Maturidade Hegemônica	- 1559	1620-1650	1850-1873	1945-1967
B2 – Hegemonia Declinante	1559-1575	1650-1672	1873-1897	1967-(?)

Tabela 5

A3	1672-1700
B3	1700-1733/50
A4	1733/50-1770
B4	1770-1798

¹¹¹ Adaptado de R.W.G.C.R.S.T., 1979 p.497¹¹² Tabela derivada de um gráfico presente em R.W.G.C.R.S.T., 1979 p. 499. Obs: é importante notar a discrepância entre os Kondratieffs e os ciclos hegemonicos à medida em que recuamos no tempo. Há um

segundo pareamento entre a Era II e a Era III (Tabela 5) que, supostamente, revela a disputa intensa entre franceses e ingleses pela hegemonia.

Antes de explorarmos as dissensões internas à perspectiva do sistema-mundo com relação a este tema, é importante salientar as influências que Wallerstein sofreu de autores que não estão ligados a esta escola. A referência mais imediata é o controverso George Modelski. Em 1978,¹¹³ aproveitando-se da popularidade das teorias cíclicas, Modelski transpôs a análise econômica dos ciclos longos para a política mundial, argumentando que desde 1500 o sistema internacional esteve sujeito a uma sucessão de “lideranças globais”: Portugal, Holanda, Inglaterra e, finalmente, os Estados Unidos da América. Esta sucessão obedece a um *padrão*, que define os *ciclos hegemônicos*: toda sucessão hegemônica até o presente foi marcada por transformações econômicas e conflitos militares de grandes proporções, os quais sedimentaram o predomínio da nova potência sobre o antigo líder global. Cada liderança global dura cerca de um século e é interrompida por guerras e revoluções, que ocorrem no final do segundo ciclo completo de Kondratieff.¹¹⁴

Em seus estudos mais recentes,¹¹⁵ Modelski detalhou ainda mais o mecanismo responsável pela sucessão de hegemonias, reforçando o vínculo entre as transformações do sistema internacional e os ciclos de Kondratieff. Para este autor, a precondição de qualquer liderança global é o pioneirismo econômico: nas fases de retração econômica (Fase B), o sucesso de uma economia está diretamente ligado à sua capacidade de inovação, isto é, de criar um novo setor industrial capaz de inverter a fase descendente e inaugurar um novo ciclo longo, fundando neste novo setor. Assim, é o pioneirismo econômico que cria as bases para a obtenção da liderança global: “deste modo, cada ciclo longo da política mundial esteve ligado, na experiência do mundo moderno, por dois Kondratieffs. O primeiro deles serve para estabelecer as condições necessárias para a liderança global (como no final do século XIX a expansão industrial do aço, da química e da energia elétrica criou os fundamentos do papel que iria ser exercido pelos Estados Unidos no século XX) e o segundo é posto em movimento como o resultado da obtenção da referida liderança (como 1945 pavimentou o caminho para a expansão econômica do pós-guerra, liderado pelos automóveis, petróleo e eletrônicos). A localização do ciclo do

¹¹³ cf. G. MODELSKI *Long Cycles in World Politics* Seattle: University of Washington Press, 1987 [edição original: 1978].

¹¹⁴ De acordo com Modelski, a hegemonia britânica foi “anômala” porque durou dois séculos.

¹¹⁵ Cf. G. MODELSKI & W. R. THOMPSON *Leading Sectors and World Powers: the coevolution of Global Economics and Politics* Columbia: University of South Carolina Press, 1996; G. MODELSKI “Kondratieff Waves” *mimeo* (ff. 1-5).

Kondratieff (ímpar) serve como indicador da nova liderança global”.¹¹⁶ Não perderemos tempo discutindo as incoerências deste autor que, com base em tautologias infundadas, na prática afirma que a história não existe pois, como podemos ver, *o futuro sempre está contido no presente*: o novo líder global, de forma inexorável, anuncia os seus tempos áureos durante o apogeu do seu rival, isto é, durante os Kondratieffs ímpares.¹¹⁷ Wallerstein, nos anos 80, embora com alguns pontos em comum,¹¹⁸ do ponto de vista teórico, parecia estar muito distante desta linha de análise. No entanto, como veremos com detalhes em um momento mais oportuno, em suas obras mais recentes, particularmente após os seus primeiros contatos com a teoria da complexidade, Wallerstein parece ter sucumbido aos pressupostos da interpretação de Modelski.¹¹⁹ A única diferença é que, ao contrário da perenidade do capitalismo - uma decorrência lógica das tautologias de Modelski – Wallerstein, em tom profético, vislumbra uma interrupção escatológica nesta seqüência: a destruição inevitável, porém *intrinsecamente imprevisível*, da economia-mundo capitalista.

Passemos agora à polêmica interna que, fundamentalmente, gravita em torno de Giovanni Arrighi. Este autor sustenta que Wallerstein – assim como Nicole Bousquet,

¹¹⁶ cf. G. MODELSKI “Kondratieff Waves” *cit.*, ff. 3

¹¹⁷ Para Modelski, tanto os ciclos de Kondratieff quanto os ciclos hegemônicos são *endógenos*: “Estas considerações, portanto, lançam luz sobre a questão da natureza endógena e/ou exógena destes processos. Em um nível, as ondas de Kondratieff podem ser vistas como um resposta endogenamente gerada por problemas enfrentados pela economia mundial: inovações básicas como respostas aos problemas do sistema, como as estradas de ferro como um encontro com a demanda de uma economia industrial em ascensão. No próximo nível, entretanto, como foi demonstrado, as ondas de Kondratieff determinam, e são determinadas por, mudanças estruturais na política mundial: elas ajudam a determinar a seleção da liderança global, e elas são determinadas pela estrutura política [*political framework*] que esta liderança estabelece. Neste sentido, as ondas de Kondratieff estão expostas não à choques aleatórios, como alguns economistas denominam as guerras, mas a influências previsíveis que as coordenam com a mudança política global.” *Ibid* ff. 3-4 (grifos meus).

¹¹⁸ cf. Willian R. THOMPSON *On Global War: Historical-Structural approaches to World Politics* Colúmbia: University of South Carolina Press, 1988 capítulos 2-3;6-8.

¹¹⁹ Modelski define a sua perspectiva como *evolucionária*. Em sua opinião, a característica fundamental deste tipo de análise é a ênfase na *dinâmica* dos processos. Tal postura teórica afasta-se da física clássica (mecânica) e aproxima-se da perspectiva que Modelski julga típica das ciências biológicas (na verdade, quando fala de biologia, ele parece referir-se principalmente ao darwinismo – particularmente do estudo dos padrões de seleção natural - e aos estudos sobre sistemas biológicos fechados): “A mudança da mecânica para a biologia – isto é, uma mudança entre metaparadigmas [!!] – envolve a passagem da estática para a dinâmica. A análise se desloca de uma realidade *time-free* para uma realidade *time-prone* que implica a irreversibilidade e portanto abre caminho para a história” (...) “Empregamos esta analogia porque, em nosso ponto de vista, sistemas biológicos e sociais são sujeitos a processos evolucionários e por este motivo guardam certas similitudes. *Eles são sistemas complexos que exibem pressões seletivas, assim como cooperação e sinergia; e suas transformações são baseadas nas informações e inovação.*” G. MODELSKI & Kazimierz POZNANSKI “Evolutionary Paradigms in the Social Sciences” *International Studies Quarterly* Vol. 40 no. 3 (1996).

Christopher Chase-Dunn, George Modelski, Willian Thompson, Paul Kennedy e Robert Gilpin¹²⁰ - confunde hegemonia com *dominação* e, simultaneamente, pressupõe a *constância* do sistema-interestatal.¹²¹ Arrighi tenta se desvencilhar destas duas tendências e, para tanto, se aproxima ainda mais das formulações de Antonio Gramsci:¹²² “o conceito de ‘hegemonia mundial’ aqui adotado,” - escreve Arrighi - “no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um estado exercer funções de *liderança* e de *governo* sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira deste sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos *sempre implicou algum tipo de ação transformadora*, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.”¹²³

Assim, um Estado hegemônico exerce uma função hegemônica apenas quando lidera o sistema de estados em uma direção desejada, que é confundida com a *promoção do interesse geral*.¹²⁴ Isto nos leva a outro tipo de problema: a liderança em um sistema de Estados soberanos. É muito mais difícil definir um interesse geral no âmbito do sistema interestatal do que no plano dos Estados individualmente considerados (isto é, no plano onde Gramsci elaborou o conceito de hegemonia). No sistema interestatal, o incremento do poder de um Estado perante os demais é decisivo para possibilitar a hegemonia, mas este poder não pode aumentar no sistema de estados como um todo: ele pode aumentar apenas em um grupo particular de Estados em detrimento dos demais. Neste caso, a

¹²⁰ Nicole BOUSQUET “Esquisse d’une théorie de l’alternance de périodes de concurrence et d’hégémonie au centre de l’économie-monde capitaliste” *Review* 2, 4 (1979); Christopher CHASE-DUNN *Global Formation. Structures of World Economy* Oxford: Basil Blackwell, 1989; Willian THOMPSON *On The Global War* cit. Para uma breve e precisa crítica do vínculo entre os ritmos cíclicos e as guerras mundiais, consultar Osvaldo COGGIOLA “A História e os Ciclos da Guerra” in: *Questões de História Contemporânea* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991

¹²¹ cf. Giovanni ARRIGHI *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo* trad. port., 3.a reimp., Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996 p. 27. Este tema é retomado e aprofundado em G. ARRIGHI & B. J. SILVER *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial* trad. port. Rio de Janeiro: Contraponto & UFRJ, 2001 (cap. 3 e 4)

¹²² cf. *ibid* p. 29.

¹²³ *Ibid* p. 27 (grifos meus)

¹²⁴ Há, no entanto, outro tipo de liderança, que destoa da liderança hegemônica: “mas um Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para a sua própria via de desenvolvimento. Tomando de empréstimo uma expressão de Joseph Schumpeter, esse segundo tipo de liderança pode ser designado como ‘liderança contra a própria vontade’, porque, no correr do tempo, aumenta a competição pelo poder, em vez de aumentar o poder do estado hegemônico. *Esses dois tipos de liderança podem coexistir, ao menos por algum tempo*. Mas só a liderança no primeiro sentido [i.e., liderança do sistema em uma direção que serve as interesses do hegemonia e é, simultaneamente, vista como compatível com o interesse geral] define uma situação como hegemônica.” *Ibid* p. 29 (grifos meus)

hegemonia do líder deste grupo é, essencialmente, uma hegemonia regional ou de coalizão e não uma hegemonia mundial. A hegemonia mundial só pode florescer quando a busca do poder pelos estados inter-relacionados *não representa o único objetivo da ação do Estado*. “Na verdade,” – escreve Arrighi – “a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.”¹²⁵ Isto não passa do desenvolvimento da idéia - fartamente explorada por Wallerstein - de que o poder de um Estado se define em dois níveis: a) no plano interestatal, em sua relação com os demais Estados e b) no plano interno, isto é, o poder do Estado perante os seus cidadãos. Assim, de acordo com Arrighi, o enfraquecimento coletivo da legitimidade da dominação dos Estados sobre os seus cidadãos pode abrir o caminho para a ascensão de um novo Estado hegemônico, capaz de *reordenar* o sistema interestatal e restabelecer a autoridade dos demais Estados no plano interno. Assim, é a *crise* das unidades políticas que compõem o sistema interestatal é que possibilita a consolidação de uma nova hegemonia: *somente nesta condição peculiar o incremento de poder do hegemonia é percebido como parte do interesse coletivo dos demais estados*.

A implicação mais importante deste raciocínio é que toda crise do sistema interestatal é *específica* e, sendo assim, só pode ser resolvida através de uma reestruturação da arena política do sistema-mundo. Deste modo, os estados que aspiram à hegemonia não ascendem em uma estrutura invariante: eles só podem ter sucesso se redefinirem o sistema interestatal contando com a anuência de outros estados que julgam enfrentar uma situação particularmente adversa.¹²⁶ Assim, não é a *anarquia* que

¹²⁵ *ibid* p. 29-30

¹²⁶ “Historicamente,” – pondera Arrighi – “os Estados que aproveitaram com êxito esta oportunidade [a crise do sistema interestatal] fizeram-no reconstituindo o sistema-mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal. Em outras palavras, as hegemonias mundiais não ‘ascenderam’ e ‘declinaram’ num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável, definida desta ou daquela maneira. Ao contrário, o sistema mundial

singulariza o sistema interestatal moderno que possibilita a hegemonia, mas sim as suas crises mais fundamentais. Para poder marcar bem esta diferença, Arrighi diferencia anarquia de caos sistêmico. A idéia de que o sistema internacional é anárquico no sentido de não possuir uma instância de poder acima dos estados soberanos, mas que, mesmo assim o sistema é caracterizado por princípios, normas e procedimentos é trivial. Em sua operação regular, como sustentam a séculos os realistas, o conflito entre as unidades políticas pressupõe e, simultaneamente, gera a ordem no sistema. Isto só deixa de ocorrer em situações muito especiais: “o ‘caos’ e o ‘caos sistêmico’, em contraste, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. (...) À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de ‘ordem’ – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a esta demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico.”¹²⁷

O caos sistêmico é atingido quando a competição entre os Estados se acirra em demasia, dando origem a conflitos armados generalizados ou guerras longas entre vastas coalizões, as quais comprometem a acumulação de capital e ameaçam a estabilidade interna dos Estados (profusão de revoltas e rebeliões). Somente nestas circunstâncias especiais um Estado ou uma coalizão pode projetar-se sobre os demais, reconfigurando as características do sistema interestatal e reforçando a dominação dos Estados sobre os seus respectivos cidadãos. A ascensão das Províncias Unidas no século XVII, em conjunto com a consolidação do sistema de Westfália (1648), abrandou os conflitos religiosos e ajudou a conter as grandes batalhas entre os estados europeus, guerras que se tornaram corriqueiras desde 1550. Com a redução dos conflitos armados internacionais, as revoltas no interior dos Estados se tornaram menos freqüentes. Uma nova situação de caos sistêmico é inaugurada com a Revolução Francesa e com as Guerras Napoleônicas. Após a derrota de Napoleão, a Grã-Bretanha conseguiu se firmar

moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.” *Ibid* p. 30-1.

¹²⁷ *Ibid* p. 30. Em parceria com Beverly J. Silver, Arrighi fornece uma definição precisa do que denomina caos sistêmico: “Por caos sistêmico entendemos uma situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável. Quando há uma escalada da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes, surgem nos interstícios novas estruturas que desestabilizam ainda mais a configuração dominante de poder. A perturbação tende a reforçar a si mesma, ameaçando provocar, ou de fato provocando, um colapso completo na organização do sistema.” *Caos e Governabilidade...* cit. p. 42

como potência hegemônica baseando-se em sua indústria vigorosa, na sua marinha e, sobretudo, em seu domínio das finanças. Foram estes fatores que permitiram aos ingleses administrarem o equilíbrio de poder no continente. A corrida imperialista e a ascensão da Alemanha e dos EUA desencadearam as duas grandes guerras mundiais, que encerram a *Pax Britannica* e possibilitaram a hegemonia norte-americana. Deste modo, podemos concluir que a importância da intervenção de Arrighi pode ser resumida na ênfase nas *transformações* sofridas pela economia-mundo durante a sucessão das hegemonias. O princípio explicativo básico destas transformações repousa no caos sistêmico, concebido como uma situação crítica e recorrente: é o caos sistêmico – uma ameaça potencial à operação da economia-mundo capitalista – que “explica” a formação do sistema interestatal e, o que é mais importante, a dinâmica do ciclo de hegemonias. É este ciclo que foi responsável pela expansão territorial e social do sistema interestatal moderno (ver Figura 4 p. 280).¹²⁸

1.1.3.4 – A Arena Externa

Há ainda uma categoria importante a ser discutida: a *arena externa*. Com este termo, Wallerstein denomina as variadas formas de impérios-mundo, economias-mundo e mini-sistemas que não fazem parte constitutiva do sistema-mundo moderno, embora possam estabelecer relações com ele (relações comerciais, bélicas, etc.). Como a reprodução da economia-mundo moderna *exige* a expansão intensiva e extensiva de sua produção e de suas fronteiras espaciais, a arena externa tem sido sistematicamente incorporada ao sistema-mundo moderno.¹²⁹ A forma de inserção depende do poder relativo das estruturas políticas presentes nas regiões recém incorporadas: se elas se alinham à periferia ou à semiperiferia do sistema-mundo. Trata-se, portanto, de uma categoria definida pela negatividade, que possui uma importante implicação: um elemento da arena externa só entra para a história do sistema-mundo moderno no momento em

¹²⁸ Agora que a economia-mundo capitalista projetou sua estrutura política por todo o globo, Arrighi aponta três cenários possíveis: a) a recentragem do sistema em torno do “Arquipélago Capitalista” do Pacífico (comandado principalmente pelo Japão, a maior das “ilhas” e a única a assumir a forma de um Estado nacional “completo”). (cf. *ibid* p. 78)); b) a constituição de um *governo mundial*, baseado em instituições transnacionais como a ONU e o sistema de Bretton-Woods (FMI e Banco Mundial (cf. *ibid* p. 76)); c) a destruição do capitalismo ou, pelo menos, do sistema internacional capitalista, que não teria mais como se expandir.

¹²⁹ Cf. I. WALLERSTEIN *The Modern World-System I* cit. cap. 6

que é por ele incorporado, isto é, exatamente quando deixa de fazer parte da arena externa para converter-se em uma zona periférica ou semiperiférica da economia-mundo capitalista. Teshale Tibebu percebeu esta dimensão do problema: “o grande ‘perigo’ para a teoria parece derivar da não-problematização da ‘arena externa’”. Aqueles que são “incorporados” são povos, embora sejam enterrados debaixo de uma longa cadeia de mercadorias. A sua história precisa ser completamente estudada. Este estudo deve começar pela rejeição da ‘arena externa’ tomada como a versão das “formações pré-capitalistas” da teoria do sistema-mundo. O residualismo é uma pesada manta que sufoca o livre fluxo do ar da história.”¹³⁰ Assim, *mutatis mutandis*, não é difícil notar que a arena externa, na perspectiva do sistema-mundo, opera de forma análoga à noção marxista de “formações sociais pré-capitalistas”.

1.2 – *Balanço*

1.2.1 – *Características epistemológicas da perspectiva do sistema-mundo*

1.2.1.1 - *Globalidade*

Como já observamos, a teoria da modernização é internacional por definição, já que ela está fundamentada, basicamente, na comparação sistemática entre Estados “soberanos”. Contudo, ela nunca foi *global*, pelo menos não no sentido proposto por Wallerstein: para este autor, por sistema-mundo devemos entender uma *unidade* cujas partes integrantes não podem ser analisadas separadamente. Sendo assim, os processos do sistema-mundo são sempre *totais*. No entanto, não podemos confundir globalidade com globalização: “Globalidade - salienta Wallerstein - não é globalização. Como tem sido usado por muitas pessoas nos últimos dez anos, o termo “globalização” refere-se à um processo tido como novo, cronologicamente recente, onde os Estados supostamente *não consistem mais* nas unidades decisórias, mas estão agora, e apenas agora, inseridos em uma estrutura denominada por alguns como “mercado mundial”, uma entidade um tanto mítica e seguramente reificada, que dita as regras.”¹³¹ No entanto, marcar a diferença entre *globalidade* e *globalização* não resolve todos os problemas. A discussão sobre a

¹³⁰ “On the question...” cit. p. 132-3. Obs: Tibebu fala de uma *teoria* do sistema-mundo em constituição.

¹³¹ I. WALLERSTEIN “The Rise and Future Demise...” cit. p. 107.

globalização – no sentido acima explicitado – surge nos Estados Unidos já no início dos anos 80, em disciplinas tais como Administração de Empresas, Economia e Política Internacional. Mas as referências à globalidade, tal como entende Wallerstein, são recorrentes na sociologia americana. O precursor desta perspectiva parece ter sido Wilbert E. Moore, que, em 1966 escreve um artigo onde defende a necessidade da criação de um sociologia global, isto é, apta a abranger todo o globo terrestre, compreendido como um “supersistema”, que articula sistemas menores.¹³² Mas, do ponto de vista da perspectiva do sistema-mundo, a globalidade tem um significado mais amplo, pois o próprio termo *sistema-mundo* reflete o seu caráter global: as suas partes constituintes só podem ser compreendidas em sua relação recíproca.¹³³

1.2.2.2 - Historicidade

Este aspecto decorre do anterior. Se há realmente um sistema-mundo, isto é, uma totalidade espaço-temporal efetiva, apenas a sua história - e a sua história como um todo, e não a história de suas subunidades tomadas separadamente - pode explicar as sucessivas conformações do sistema, assim como a sua feição contemporânea. Mas, para tanto, é necessário delimitar as fronteiras espaço-temporais do sistema-mundo moderno, procedimento que, na prática, tem suscitado acirradas polémicas. O debate sobre a longevidade do sistema-mundo moderno é crucial para a perspectiva do sistema-mundo. No entanto, algumas das tendências em conflito são, no mínimo, exóticas. A mais extravagante é, certamente, a posição derivada de Andrew Gunder Frank e de Barry Gills: o presente *sistema mundial* tem quase 5.000 anos, pois surgiu por volta de 2500 A.C. (talvez mais cedo!), com as conexões “sistêmicas” estabelecidas entre a Ásia Oriental, a Europa Ocidental e o sul da África, que formaram uma unidade que já recebeu várias designações, tais como “ecúmeno”, “ilha da terra” e “civilização central”¹³⁴. Recentemente,

¹³² cf. Wilbert E. MOORE “Global Sociology: the world as a singular system” *American Journal of Sociology* Vol. 71, no. 5 (1966)

¹³³ “A análise do Sistema-Mundo – escreve Wallerstein – insiste em ver todas as partes do sistema-mundo como partes de um “mundo”, as partes não podem ser compreendidas ou analisadas separadamente. As características de um estado característico em T_2 não são o resultado de alguma característica “primordial” em T_1 , mas sim o resultado dos processos do sistema, do sistema-mundo.” “*The Rise...*” cit p. 106

¹³⁴ cf. Andre G. FRANK “A theoretical introduction to 5.000 years of World System History” *Review* XIII,2 (1990); A.G. FRANK & Barry GILLS “The five thousand year world system: an interdisciplinary introduction” *Humboldt Journal of International Relations* 18,2 (1992). Para a crítica desta posição e do livro mais recente de Frank (citado logo à frente), ver Samir AMIN “The Ancient World-Systems versus the

Gunder Frank publicou um longo e entediante livro, onde esta idéia ressurgiu, só que ele discute um período de tempo menor: a economia global situada entre 1400 e 1800, onde o “centro” mudou da Ásia para a Europa.¹³⁵ Como parece ter se tornando uma prática comum entre os adeptos da perspectiva do sistema-mundo (caracterização que parece não agradar mais a Frank: ele tende hoje a usar o que ele denomina *perspectiva globológica*¹³⁶ (sic.)), o livro termina com uma profecia: estamos a testemunhar o retorno do centro da economia global à Ásia: mais especificamente para a China (e não para o Japão, como havia profetizado Giovanni Arrighi, no início dos anos 90). Frank, representando os oprimidos não-europeus, procura desmascarar o mito de origem da ciência ocidental: a excepcionalidade do Ocidente como a *base* da formação do capitalismo.¹³⁷ Na realidade, a ascensão do Ocidente não teve nada de excepcional: tratou-se apenas de mais um episódio na longa e intermitente sucessão de centros da economia global. Ele vai além: foi, na verdade, o *declínio do Oriente*¹³⁸ que possibilitou que os europeus ocupassem o centro da economia-mundo no século XIX, com a auto-proclamada “Revolução Industrial”. Para o autor, não faz sentido usar este termo, pois

Modern Capitalist World-System” *Review* XIV, 3 (1991) p. 351-3;377-85; G. ARRIGHI “The World according to Andre Gunder Frank” *Review* XII, 3 (1999); I. WALLERSTEIN “Frank proves the European Miracle” *Review* XXII, 3 (1999)

¹³⁵ cf. Andre Gunder FRANK *ReOrient: global economy in the Asian Age* Berkeley: University of California Press, 1998

¹³⁶ cf. *ibid* p. XV. O termo não é dele, mas de Albert BERGSEN (“The Emerging Science of the World-System” *International Social Science journal* no. 34 (1982)). Para Bergesen, grande parte da teoria sociológica contemporânea se afastou dos clássicos da disciplina (Marx, Durkheim e Weber) e acabou reproduzindo, em outra dimensão, o mito fundador do liberalismo: a idéia de que o indivíduo *precede e cria a sociedade*. No caso da perspectiva do sistema-mundo e do neorealismo, para este autor, isto fica ainda mais evidente: ao invés de partir do todo para a parte, este tipo de raciocínio – para Bergesen, Immanuel Wallerstein e Kenneth WALTZ possuem interpretações congruentes – a perspectiva do sistema-mundo vai das partes para o todo ao explicar a formação do sistema interestatal. Os estados são anteriores ao sistema e, através de sua interação, criam-no. “O que há, pois, de errado nessas teorias?” – conclui BERGSEN – “Muito simplesmente, a sua lógica é retrograda. A sua suposição mais importante, e que é tida como certa, segunda a qual o poder do estado precede o aparecimento das relações econômicas e políticas internacionais, é simplesmente errada. Na realidade, para a grande maioria dos estados do mundo, o sistema internacional *precedeu* a sua existência, e além disso, tornou possível a sua existência, em primeiro lugar. “Inversão da Teoria do Sistema Mundial” in: Mike FEATHERSTONE *Cultura Global* trad. port. 3ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 1999 p. 82. Esta crítica – que é, essencialmente, similar à apontada por Theda Skocpol (cf *infra* p. 77) e Gianfranco Pala (cf. *infra* p. 79) , não faz jus à interpretação de Wallerstein: como veremos, podemos criticá-lo por dissolver a lógica da formação dos estados no “caos” que se seguiu à crise do feudalismo, mas Wallerstein mostra muito bem como os estados se formam como um subproduto da tensão entre forças universalistas e particularistas, tensões *que precederam a formação do sistema interestatal*.

¹³⁷ Frank escreveu o livro para substituir a ciência eurocêntrica inaugurada por Marx e Weber (grotescamente apelidados de “Marx Weber”) pela globologia: o único método realmente holístico, capaz de superar o falso universalismo eurocêntrico cf. *ibid* p. 12-34.

¹³⁸ cf. *ibid* p. 264-7.

não houve revolução alguma: os europeus, com base na exploração da prata americana e do tráfico de escravos africanos, simplesmente emularam - através da substituição de importações - as técnicas industriais do Oriente.¹³⁹ Isto só foi possível porque a fase A da tendência secular oriental – cuja fase ascendente teve início em 1400 - começou a se inverter por volta de 1700, fato que possibilitou a “ascensão do Ocidente”.

Deixemos as extravagâncias mais extremas de lado. Wallerstein é enfático: a historicidade não pode ser confundida com a “história ciência social” praticada nos últimos 25 anos, onde os dados disponíveis sobre o passado são utilizados fundamentalmente para testar as generalizações teóricas derivadas das análises do cenário contemporâneo. “A história ciência social é, em vários sentidos, um processo anti-histórico que relega o trabalho empírico (especialmente sobre o passado) a uma posição de subordinação hierárquica ao chamado trabalho teórico. *História Ciência Social é compatível com globalização, mas não com globalidade.*”¹⁴⁰ Assim, a tendência dominante na perspectiva do sistema-mundo vai em um sentido oposto ao da história ciência social, na medida em que a ênfase não recai sobre os “dados contemporâneos”, mas na *longa duração*.

1.2.2.3 - Unidisciplinaridade

Se as duas constatações anteriores forem verdadeiras, a usual divisão entre as arenas política, econômica e sociocultural como esferas regidas por lógicas particulares não pode ser sustentada. Assim, unidisciplinaridade não significa multidisciplinaridade, já que a abordagem multidisciplinar, mesmo combinando elementos e descobertas das demais áreas, *respeita* as fronteiras entre as ciências sociais. Em outros termos, a análise do sistema-mundo demanda a constituição de uma *ciência unitária*.

1.2.2.4 - “Holismo” ou totalismo

O totalismo fundamenta e ao mesmo tempo é fundamentado nas constatações anteriores. Quando se estuda um sistema-mundo, as fronteiras entre as ciências sociais

¹³⁹ cf. *ibid* p. 276-320; 327-339 (particularmente p. 334-9). Em uma seção intitulada “Subindo nos Ombros dos Asiáticos” Frank usa uma frase de efeito que traduz seu argumento básico: “Então, como ocorreu a ascensão do Ocidente? A resposta, literalmente em uma palavra, é que os Europeus *compraram* [com a prata dos americanos e com o trabalho compulsório dos africanos] para si um assento, ou melhor, um vagão inteiro, no trem asiático.” *ibid* p. 277

deixam de fazer sentido. Estas fronteiras - socialmente construídas entre 1850 e 1945 - refletem a ideologia liberal, que de tão arraigada se tornou quase invisível. O conceito de sistema-mundo é, sobretudo, uma negação da perspectiva liberal: a *totalidade* do sistema é a unidade que confere sentido às partes. Deste modo, como já assinalamos, toda análise, mesmo que setorial, define-se e deve ser presidida pela totalidade. É necessário dar mais um passo. Mesmo entre os defensores da unicidade da ciência social, há uma forte tendência em dissociá-la da história, nos seguintes termos: a ciência social é abstrata e generalizante (nomotética), enquanto a história é concreta e particularizante (ideográfica). Desta distinção, derivam pelo menos duas posições diferentes: (a) o diálogo entre a ciência social e a história é teoricamente impossível; (b) este diálogo é possível e desejável, mas isto não implica a possibilidade de fusão entre estas duas “disciplinas”. Em outros termos: a ciência social não pode ser reduzida à história e vice-versa. Wallerstein e boa parte dos adeptos da perspectiva do sistema-mundo tem se esforçado para demolir – ou “despensar” – esta diferença, isto é, superar a clássica e não resolvida antinomia idiográfico-nomotética. O resultado desta superação seria a constituição efetiva do que Wallerstein denomina *ciência social histórica* (que não pode ser confundida com a *história ciência social*). O pressuposto básico desta nova ciência é relativamente simples: conceitos e teoremas (abstrações generalizadoras) possuem raízes históricas e, deste modo, somente são válidos dentro de certos parâmetros do espaço-tempo. Na realidade, nesta perspectiva, o espaço e o tempo são parâmetros indissociáveis. Wallerstein chega a propor uma tipologia dos diversos espaço-tempos, que pode ser sintetizada do seguinte modo:

- (a) *Espaço-tempo Geopolítico Episódico*: este espaço-tempo compreende as categorias utilizadas para discutir a história imediata (não necessariamente a história imediata corrente: a queda da Bastilha em 4 de Julho de 1789 também faz parte deste espaço-tempo). A base da definição é o *curto-prazo*: as definições do tempo e do espaço e os eventos associados são definidos pelo contexto imediato onde eles ocorrem.
- (b) *Espaço-Tempo Cíclico-Ideológico*: este espaço-tempo compreende as categorias usadas para explicar a história imediata como decorrência de fatores de longo prazo (ex.: as dificuldades da Grã-Bretanha para eliminar as seqüelas do colonialismo).

¹⁴⁰ I. WALLERSTEIN “The Rise....” *cit.* p. 107

- (c) *Espaço-Tempo Estrutural*: este espaço tempo é usado para discutir fenômenos tais como a “ascensão do Ocidente”. Neste caso, as explicações envolvem temporalidades muito longas e, na realidade, *incidem sobre as definições do tipo de sistema histórico em questão, assim como sobre as suas fronteiras espaço-temporais*.
- (d) *Espaço-Tempo Eterno*: neste caso, a base da definição é a suposta irrelevância do espaço e do tempo para a análise de determinados fenômenos, tais como, por exemplo, as explicações sobre a “faxina étnica” em termos de incompatibilidades fundamentais entre grupos étnicos, ou como decorrência de uma suposta “natureza humana”.
- (e) *Espaço-Tempo transformacional*: é uma análise oposta à anterior. A ênfase recai sobre o peculiaridade das ocorrências, isto é, sua *qualidade excepcional* e seus efeitos profundos sobre todas as instituições do sistema-mundo em questão. Um exemplo deste tipo é a “Revolução Agrícola”: podemos especificar, aproximadamente, o lugar e o tempo onde ela ocorreu, mas isto não é o mais importante. O que realmente importa são as transformações profundas que supostamente ocorreram e que transformaram fundamentalmente o curso subsequente da história.¹⁴¹

Assim, em conjunto com a dissociabilidade do espaço-tempo, nenhuma generalização é ahistórica (universal). Por outro lado, é impossível tratar de qualquer conjunto particular de circunstâncias no passado sem usar (de forma consciente ou não) conceitos, que implicam teoremas e generalizações.¹⁴²

1.2.2 – A Influência da Teoria da Complexidade

¹⁴¹ cf. I. WALLERSTEIN, I “Unthinking the...” cit. p. 135-48; “The Time of The Space and the Space of Time” *Papers* – F.B.C. (1997); “Time and Duration: the unexcluede midlle” *Papers* – F.B.C. (1997)

¹⁴² Esta dimensão do pensamento de Wallerstein é decisiva para o desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo, ou melhor, para a sua conversão em uma “teoria”. Contudo, não é possível desenvolver um tema tão vasto e, ao mesmo tempo, manter o cronograma de nosso projeto de pesquisa. Este tema é abordado por Wallerstein nos seguintes textos (citados em ordem de relevância para o tema): *Unthinking the Social Science* cit.; “History in the Search of a Science” *Review* XIX,1 (1996); “The Time of Space...” cit.; “The Challenge of Maturity: whither Social Science” *Review* XV,1 (1992); “The Tasks of Historical Social Science: an Editorial” *Review* I, 1 (1977); “Social Science and Contemporary Society” cit.

A tentativa de superação da *Methodenstreit* (a antítese nomotético-ideográfica), a ênfase na totalidade, na unicidade de ciência e a introdução da história como uma variável decisiva na compreensão dos sistemas sociais são (ou foram?) os parâmetros fundamentais da perspectiva do sistema-mundo. No entanto, a preocupação quase obsessiva com os ritmos cíclicos e com a “lógica sistêmica”¹⁴³ dos sistemas-mundo – tendencialmente funcionalista – pode se tornar uma camisa de força, capaz de esterilizar as potencialidades desta modalidade de reflexão. A atual convergência entre parte dos praticantes da perspectiva do sistema-mundo e a “teoria da complexidade”, derivada do que se convencionou denominar “new science”¹⁴⁴ é um indício de um provável descaminho. Simplificando um pouco as coisas, podemos dizer que a teoria da complexidade tende a oscilar entre dois pólos: 1) A maior parte dos fenômenos do mundo real são caóticos, isto é, *instáveis*. Deste modo, a análise destes fenômenos, cujas possibilidades de previsão são limitadas, deve fundamentar-se predominantemente em estimativas probabilísticas.¹⁴⁵ 2) no seio da aparente onipresença do caos, existem sistemas complexos, dotados de ordem interna, isto é, baseados em leis determinísticas, que geram padrões discerníveis. No entanto, impulsionados por suas próprias leis, todo e qualquer sistema tende a desagregar-se, isto é, a entrar na “fase de bifurcação”¹⁴⁶: as oscilações tornam-se mais abruptas e progressivamente aleatórias. Quando se atinge este ponto, as leis que ordenavam o sistema não são mais capazes de fazê-lo. A partir daí, um ou vários novos sistemas podem surgir. Mas enquanto um novo conjunto de leis internas não for consolidado, a trajetória do sistema é intrinsecamente imprevisível.¹⁴⁷

¹⁴³ cf. C. CHASE-DUNN “The Comparative Study of World-Systems” *Review* XV, 3 (1992) p. 319-27.

¹⁴⁴ cf. I. WALLERSTEIN “History in Search of Science” *Review* XIX, 1 (1996). Richard LEE compilou um bom guia bibliográfico sobre este tema em “Reading’s in the ‘New Science’: a selective annotated bibliography” *Review* XV, I (1992).

¹⁴⁵ Ilya PRIGOGINE expôs esta idéia: “Ao longo das últimas décadas, um conceito novo tem conhecido um êxito cada vez maior: a noção de instabilidade dinâmica associada à de ‘caos’. Este último sugere desordem, imprevisibilidade, mas veremos que não é assim. É possível, porém, como constataremos nestas páginas, incluir o ‘caos’ nas leis da natureza, mas contanto que generalizemos esta noção para nela incluirmos as noções de probabilidade e irreversibilidade[!]. Em suma, a noção de instabilidade obriga-nos a abandonar a descrição de situações individuais (trajetórias, funções de onda) para adotarmos descrições estatísticas. É pois, no plano estatístico que podemos evidenciar o aparecimento de uma simetria temporal quebrada.” *As Leis do Caos* trad. port. São Paulo: UNESP, 2002 p. 8. (ver também p. 11-3). O autor, neste livro, julga ter liquidado o problema das “duas culturas” ao resolver o “paradoxo do tempo”, incorporando a “seta do tempo” à análise dos fenômenos físicos (a “simetria temporal quebrada” que citamos).

¹⁴⁶ O termo *bifurcação* não é recente: ele foi empregado pela primeira vez por Henri Poincaré (1854-1912) no século XIX para designar, nos sistemas de equações diferenciais, o surgimento de diversas soluções a partir de uma solução em particular.

¹⁴⁷ cf. L. BIRKEN “Chaos theory and ‘Western Civilization’” *Review* XXII, 1 (1999); Ivar EKELAND “What is Chaos Theory?” *Review* XXI, 2 (1998); Ilya PRIGOGINE “The Laws of Caos” *Review* XIX, 1 (1996).

Pode parecer surpreendente, mas esta discussão, que se situa no âmbito da *física*, despertou o interesse de alguns adeptos da perspectiva do sistema-mundo. Esta estranha influência tem sido reforçada por proposições catastrofistas sobre o declínio inevitável do sistema-mundo capitalista, previsto para ocorrer por volta de 2025-50, com o a inversão do Kondratieff atual, que está para iniciar ou está iniciando a sua fase ascendente. A peculiaridade é que a fase B irá ocorrer durante uma tendência secular declinante (i.e., uma *deflação secular*, contrariamente à inflação secular que caracterizou o século XX), após a radicalização das contradições fundamentais da economia-mundo moderna (que ocorrerá durante a fase A). Quem tomou a dianteira neste tipo de previsões foi o próprio Wallerstein:

“Portanto, podemos dizer que a economia-mundo capitalista entrou agora em sua crise terminal, uma crise que deverá durar cerca de 50 anos. A questão real que se coloca a nossa frente é o que irá ocorrer durante esta crise, durante esta transição do presente sistema-mundo a outro tipo de sistema ou sistemas históricos. Analiticamente, a questão chave é a relação entre os ciclos de Kondratieff que descrevi inicialmente e a crise sistêmica de que estive falando agora. Politicamente, há a questão de que tipo de ação social é possível e desejável durante uma transição sistêmica.”¹⁴⁸

Vamos explorar um pouco mais o *conceito* de crise apresentado por Wallerstein. O termo “crise” é, correntemente, empregado de formas variadas. Na bibliografia sobre os ritmos cíclicos, por exemplo, este termo tende a ser utilizado para descrever ou identificar a fase de declínio, considerada como uma situação momentânea, que efetivamente será ultrapassada. Para Wallerstein, a crise é uma circunstância rara: ela representa um momento na evolução de um sistema histórico onde os efeitos cumulativos de suas contradições internas impedem que os dilemas sejam “resolvidos” mediante um mero ajuste do sistema com base em seus padrões existentes. Assim, por crise devemos entender uma situação peculiar, *onde a derrocada do sistema em questão é inevitável*.¹⁴⁹

Para Wallerstein, as tendências seculares do sistema-mundo moderno - em vigor desde a sua consolidação - estão se aproximando da assíntota, isto é, de um ponto onde as contradições que elas engendram não podem mais ser resolvidas sem que o sistema

¹⁴⁸ “Globalization or...” cit. p. 9.

¹⁴⁹ cf. I. WALLERSTEIN “Typology of Crises in the World-System” *Review* XI, 4 (1988) p. 581. Ver também Andre Gunder FRANK “Crisis de Ideología e Ideología de la Crisis” in: S. AMIN, G. ARRIGHI, A.G. FRANK & I. WALLERSTEIN. (eds.) *Dinámica de La Crisis Global* trad. esp., México: Siglo Veintiuno, 1983 p. 119

se desintegre ou sofra uma transformação substancial: o quadro de possibilidades se expande *porque* os constrangimentos que modelam o sistema deixam de operar de forma plena, fato que caracteriza a entrada do sistema na zona ou período de bifurcação.¹⁵⁰ Para deixar este ponto mais claro, vamos examinar como Wallerstein concebe as crises sistêmicas: “Pode-se descrever uma crise sistêmica como a situação em que o sistema chegou a um ponto de bifurcação, ou ao primeiro de sucessivos pontos de bifurcação. Ao se afastarem de seus pontos de equilíbrio, os sistemas chegam a essas bifurcações, onde múltiplas soluções para a instabilidade, por oposição a uma única, se tornam possíveis. Nesses pontos, o sistema vê-se diante de uma escolha entre possibilidades. A escolha depende tanto da história do sistema como da força imediata de elementos externos à sua lógica interna. Esses elementos externos, chamados “ruídos”, são ignorados quando os sistemas estão funcionando normalmente. Em situações distantes do ponto de equilíbrio, porém, os efeitos das variações aleatórias provocadas pelos “ruídos” são ampliados, justamente por causa do aumento do desequilíbrio. Agindo caoticamente, o sistema se reconstruirá radicalmente, de maneiras imprevisíveis, mas que conduzem a novas formas de ordem. Nestas condições, pode haver (e normalmente há) não só uma, mas uma cascata de bifurcações, até que um novo sistema, isto é, uma nova estrutura dotada de relativo equilíbrio de longo prazo, se estabeleça e mais uma vez entremos em uma situação de estabilidade determinística. O novo sistema emergente é diferente do velho e, provavelmente, mais complexo.”¹⁵¹ Esse esquema geral, ainda de acordo com Wallerstein, se aplica a todos os sistemas: “desde os sistemas químicos, passando pelos biológicos, até os sociais”.¹⁵² Esta observação extravagante nos permite tirar uma

¹⁵⁰ A discussão sobre a fase de bifurcação implica a idéia de equilíbrio, subjacente à discussão sobre a articulação entre os ritmos cíclicos e as tendências seculares: “O equilíbrio nunca é restaurado no mesmo ponto porque os contramovimentos requerem alguma mudança nos parâmetros subjacentes ao sistema. Assim, o equilíbrio é sempre um *equilíbrio em movimento*, e por isto o sistema apresenta *tendências seculares*. É a combinação entre os ritmos cíclicos e as tendências seculares que definem o funcionamento “normal” de um sistema. No entanto, as tendências seculares não podem durar para sempre, porque elas atingem suas assintotas. Quando isto ocorre, os ritmos cíclicos não podem mais trazer o sistema de volta ao equilíbrio (...). Ele então entra em sua crise terminal, e *bifurca* – isto é, encontra-se ante duas (ou mais) rotas alternativas a uma nova estrutura, com um novo equilíbrio, novos ritmos cíclicos e novas tendências seculares. Mas quais das duas rotas o sistema irá tomar, isto é, que *tipo* de sistema novo será estabelecido é intrinsecamente impossível de ser determinado durante o seu avanço, pois isto ocorre em função de *escolhas particulares infinitas que não se encontram mais sistemicamente constrangidas*. Isto é que está acontecendo agora com a economia-mundo capitalista.” I. WALLERSTEIN “Globalization or...” cit. p. 6 (grifos meus).

¹⁵¹ *Capitalismo Histórico...* cit. p. 135-6

¹⁵² *cf. Ibid* p. 136. É exatamente aqui que Wallerstein sucumbe à física e foge do eixo analítico que inaugurou. Nos primeiros textos em que ele fez menção à teoria do caos (ver particularmente “History in the Search of a Science” cit.) sua postura era diferente: com a descoberta dos sistemas instáveis (caóticos) e a conseqüente

conclusão: a incorporação de elementos da teoria da complexidade, em conjunto com a ênfase no caráter *determinante* dos ciclos médios está levando a perspectiva do sistema-mundo a um ponto de inflexão, onde as suas características mais frutíferas estão sendo eliminadas. Em uma análise inspirada na desintegração sistêmica inevitável, tal como esboçamos acima, qual é o lugar efetivo da história? Onde está a superação da antinomia nomotético-ideográfica?

Para finalizar, deixaremos de lado estas inconsistências e exploraremos um pouco as reflexões de Wallerstein sobre a “agenda política” em um período de transição. Do ponto de vista da *ação política*, o dilema básico deste período pode ser definido do seguinte modo: exatamente por causa da radical ampliação do feixe de possibilidades, as estratégias que fundamentam a ação política terão de lidar com uma situação de imprevisibilidade quase absoluta. Esta questão é abordada diretamente em *Utopistics or Historical Choices of the Twenty-First Century* (1998). Todo o livro gravita em torno da idéia da crise inevitável do sistema-mundo capitalista e as possibilidades que este evento abre para ação humana.¹⁵³ Para lidar com este tema, Wallerstein cria um neologismo: a palavra *utopística*. A utopística é uma estimativa “séria” – racional, sóbria e realista – sobre as alternativas históricas disponíveis nos momentos de bifurcação sistêmica (que correspondem ao espaço-tempo transformacional), com base em considerações calcadas na *racionalidade substantiva* (Max Weber). Trata-se, portanto, de um exercício que envolve simultaneamente a ciência, a moral e a política.¹⁵⁴ A retomada do conceito de racionalidade substantiva serve exatamente a este propósito: como a fase de transição inaugura um horizonte amplo às possibilidades da ação humana (mas não infinito), este é o momento mais apropriado para tomar as decisões estratégicas sobre o curso da luta política com base em critérios que ultrapassam a racionalidade formal. A verdadeira questão é: que *tipo* de sistema histórico poderemos construir? Na realidade, em seus

crise do princípio da simetria temporal, os físicos e cientistas naturais teriam muito o que aprender com os Historiadores, cujo ofício sempre envolveu o estudo da peculiaridade e dos fenômenos de causalidade múltipla. Mas, no fim das contas, Wallerstein acabou sucumbindo à influência dos físicos, particularmente de Ilya Prigogine. O ápice foi atingido em um artigo recente, onde ele compara Braudel e Prigogine *cf.* I. WALLERSTEIN “Time and Duration: the unexcluded middle, or reflections on Braudel and Prigogine” *in: The Essential Wallerstein* cit. Apenas uma amostra é do texto é suficiente: “A mecânica newtoniana, afirma Prigogine, descreve sistemas dinamicamente estáveis. Mas do mesmo modo que para Braudel *l’histoire événementielle* descreve apenas uma parte, mas uma parte muito pequena da realidade histórica, também para Prigogine os sistemas dinâmicos estáveis são parte, mas uma parte muito pequena, da realidade física.” *Ibid* p. 166. Esta bisonha e extemporânea comparação ficaria melhor no século XVII, ao lado da célebre discussão entre Thomas Hobbes e Boyle sobre a existência do vácuo e a natureza do estado absolutista.

¹⁵³ *cf.* *Utopistics...* cit. p. 1-33.

últimos livros e em suas conferências mais recentes, Wallerstein tem apresentado um argumento polêmico: a luta por um sistema mais igualitário e mais suscetível ao controle social só pode ter um resultado favorável – embora isto não seja inevitável - na era de transição; e que estamos vivendo este momento agora.

1.2.3 – O Sistema Hermético

A recente aproximação de Wallerstein à teoria da complexidade lança luz sobre as primeiras formulações sobre o sistema-mundo moderno, publicadas originalmente em 1974. Discutiremos aqui a noção de transição e a idéia de totalidade subjacente às interpretações deste autor. Para Wallerstein, como já tivemos a oportunidade de observar, a interpretação do declínio do feudalismo é crucial para a compreensão da formação da economia-mundo capitalista. Mas não só: os conceitos fundamentais da perspectiva do sistema-mundo – a contraposição entre economia-mundo e império-mundo – foram formulados no capítulo 1 de *The Modern World-System*, em conjunto com a análise das interpretações sobre o declínio da sociedade feudal. Paradoxalmente, embora considerado o elemento decisivo na consolidação do sistema-mundo moderno, o feudalismo é a única entidade que não faz parte da tipologia dos sistemas-mundo construída por Wallerstein:¹⁵⁵ “O feudalismo da Europa Ocidental – escreve Wallerstein - surgiu da desintegração de um império, uma desintegração que nunca foi levada a cabo na realidade e nem mesmo *de jure*. O mito do Império Romano continuou a fornecer uma certa coerência cultural e até mesmo legal à área. A Cristandade serviu como um conjunto de parâmetros onde a ação social teve lugar. A Europa feudal foi uma “civilização”, mas não um sistema-mundo.”¹⁵⁶ Quais seriam então as características fundamentais desta “civilização”? Em primeiro lugar, Wallerstein discute o que o feudalismo *não foi*: não foi uma economia natural e muito menos uma economia dual, pois “o feudalismo como sistema não deve ser pensado como algo antitético ao comércio.”¹⁵⁷ No entanto, embora significativo, o mercado não era capaz de articular por si só a sociedade feudal: esta articulação ocorria por intermédio das *relações de poder*

¹⁵⁴ cf. *Ibid* p. 2-3.

¹⁵⁵ Giovanni Arrighi ressaltou de forma pertinente este fato cf. G. ARRIGHI “Capitalism and the Modern World-System: rethinking the nondebates of the 1970’s” *Review* XXI, 1 (1998) p. 126

¹⁵⁶ *The Modern World-System I* cit. p. 17-8 (grifo meu)

¹⁵⁷ cf. p. 18 e segs.

estabelecidas entre os nobres e os camponeses. “O que temos de imaginar, quando falamos do feudalismo europeu ocidental, é uma série de pequenos nódulos econômicos onde a população e a produtividade estavam crescendo vagarosamente e em que os mecanismos legais garantiam que o grosso do excedente fosse parar nas mãos dos proprietários fundiários de estatuto nobre que controlavam a máquina jurídica.”¹⁵⁸ Assim, devido à fragilidade de suas conexões econômicas, a civilização feudal não pode ser caracterizada como uma economia-mundo. Também ela não pode ser qualificada como um império-mundo, pois nunca houve um poder central forte o suficiente para criar uma estrutura política unitária. Esta peculiaridade mostrou-se decisiva: a centralização do poder, um dos desdobramentos da crise do feudalismo, *por causa da dispersão dos nódulos econômicos e das estruturas de poder locais*, resultou na consolidação progressiva do sistema interestatal no âmbito de uma economia-mundo muito mais vasta do que o escopo das unidades políticas.¹⁵⁹ Deste modo, foram estas características que garantiram a peculiaridade do sistema-mundo moderno.

Resta saber, então, como explicar a *crise do feudalismo*? Em que sentido esta crise representa uma *transição*? Em *The Modern World-System I*, Wallerstein afirma categoricamente que a crise do feudalismo é que engendra a Economia-Mundo capitalista. Mas, como veremos com detalhes logo à frente, a sua explicação sobre a

¹⁵⁸ *Ibid* p. 18. É importante ressaltar como esta caracterização da sociedade feudal corresponde à feita por Perry Anderson *cf. infra* p. 24 e segs.

¹⁵⁹ Para ilustrar este ponto, Wallerstein recorre à contraposição weberiana entre as duas formas de desintegração de um império: a “feudalização”, tal como ocorreu na Europa, com o declínio do Império Romano (e do efêmero Império Carolíngio), e a “prebendalização”, que caracterizou a Índia e as fases de declínio do poder imperial chinês. Transcreveremos a passagem de Weber do texto de Wallerstein, pois ele faz alguns comentários no meio da citação: “Na Índia, - escreve Weber - como no Oriente em geral, uma senhoria característica desenvolveu-se mais a partir do arrendamento da coleta de impostos [presumivelmente devido ao fato do poder central ser ainda suficientemente *forte* para insistir em impostos e a economia suficientemente *desenvolvida* e com suficiente circulação monetária para proporcionar o excedente básico para tributação, quando comparados com os do Ocidente presumivelmente menos desenvolvido do início da Idade Média] e das prebendas militares e fiscais de um Estado muito mais burocrático. A senhoria oriental manteve-se por isso essencialmente prebendária e não feudal; não ocorrendo uma feudalização e sim uma prebendalização do Estado patrimonial. O paralelo ocidental comparável, embora não desenvolvido, não é o feudo medieval mas a compra de cargos e prebendas durante o *seicento* papal ou durante os dias da *Noblesse de Robe* francesa. (...) Um fator puramente militar é [também] importante para a explicação dos diferentes desenvolvimentos do Ocidente e do Oriente. Na Europa o cavaleiro era tecnicamente um pilar do feudalismo. Na Índia, apesar do seu número, os cavaleiros eram relativamente menos importantes do que a infantaria, que desempenhara um papel fundamental nos exércitos desde Alexandre até aos mongóis” *apud* I. WALLERSTEIN *The Modern World-System I cit.* p.58 (Obs: os comentários entre colchetes são de Wallerstein. Assim, a feudalização favorece a constituição de Estados centralizados ao estilo dos Estados modernos, enquanto a estrutura prebendal tende, em uma situação mais favorável, a restaurar o poder central do Império. Em suma: a feudalização desmantela a estrutura imperial, enquanto a prebendalização a mantém *cf. ibid* p. 57-60.

dinâmica desta crise deixa muito a desejar. Na realidade, ele não tenta *explicar* a crise, mas sim demonstrar como a constituição da economia-mundo capitalista surge como uma *resposta* a ela.¹⁶⁰ Através deste atalho, Wallerstein tenta desviar-se, pela tangente, do caloroso debate marxista sobre a transição do feudalismo ao capitalismo.¹⁶¹ Com o desastroso extravasamento da teoria da complexidade do âmbito das ciências exatas e naturais para o campo das ciências sociais, Wallerstein achou uma nova rota de fuga: o seu suposto fracasso em caracterizar a crise final do feudalismo decorre da própria natureza dos períodos transitórios, cuja *dinâmica é intrinsecamente imprevisível*. Logo, a crise do feudalismo - como a suposta crise atual da economia-mundo capitalista - não pode ser *analiticamente* reconstituída. O máximo que se pode fazer é, retrospectivamente, mapear as diversas manifestações da crise do feudalismo, tais como as revoltas camponesas, os sangrentos conflitos intra-nobiliárquicos, as transformações populacionais e o comportamento do comércio local e de longa distância.

Para ilustrar este raciocínio, reconstituiremos a “explicação” fornecida por Wallerstein sobre a crise do feudalismo em *The Modern World-System I*:

“(…) Na Europa da Baixa Idade Média – escreve Wallerstein – existia uma “civilização” cristã mas não existia nem um Império-Mundo e nem uma Economia-Mundo. A maior parte da Europa era feudal, ou seja, consistia em nódulos econômicos relativamente pequenos e auto-suficientes baseados em uma forma de exploração que envolvia uma apropriação relativamente direta do pequeno excedente agrícola produzido no seio de uma economia senhorial por uma pequena classe nobre. Dentro da Europa existiam pelo menos duas economias-mundo, uma de tamanho médio baseada nas cidades-estado da Itália do Norte e outra menor, baseada nas cidades-estado da Flandres e da Alemanha do Norte. A maior parte da Europa não estava diretamente envolvida nestas redes.”¹⁶²

Este é o ponto de partida: uma ampla região pontilhada por diversas senhorias, articuladas pelas relações de poder e parcialmente recoberta por duas economias-mundo de magnitude diferentes. Entre 1150 e 1300 a Europa vivenciou uma expansão geográfica, comercial e demográfica, fundada ainda na lógica do modo de produção feudal. Mas, entre 1300 e 1450, ocorreu uma forte *contração*, nos três níveis

¹⁶⁰ Cf. Theda SCKOCPOL “Wallerstein World Capitalist System: a theoretical and historical critique” *American Journal of Sociology* Vol. 82, No. 5 (1977) p. 1078

¹⁶¹ Esta “fuga para a frente” foi duramente criticada por vários autores. Dentre estes críticos, o mais incisivo é Robert BRENNER cf. “The Origins of Capitalist Development: a critique of neo-smithian marxism” *Past & Present* no.70 (1977)

¹⁶² *ibid* p. 36-7

mencionados. Esta contração, que sucedeu a expansão inicial, provocou uma crise visível em todas as esferas: econômica, política e cultural.¹⁶³

Quais os motivos desta crise? Wallerstein reconstitui as três principais explicações:

1) o resultado de tendências econômicas cíclicas: o ponto ótimo de uma expansão baseada em uma certa base tecnológica foi ultrapassado e, portanto, ocorreu uma forte contração. 2) O resultado de uma tendência secular: após um longo período de exploração feudal sistemática, o limite da exploração foi atingido e iniciou-se um período caracterizado pelos rendimentos decrescentes. Em outras palavras: a taxa de exploração crescia de forma muito mais acelerada do que o reinvestimento dos recursos em atividades produtivas. Com o fim da expansão territorial e o concomitante crescimento da nobreza, a pressão sobre os produtores diretos ficou insuportável, desencadeando revoltas e até mesmo conflitos entre os senhores. 3) Explicação climatológica: a alteração das condições meteorológicas européias – fruto da expansão feudal – foi tamanha que reduziu a produtividade dos solos e favoreceu o surgimento das epidemias que assolaram a Europa.¹⁶⁴

Depois desta breve reconstituição, o veredicto final:

“A primeira e a terceira explicações sofrem do fato de que alterações climatológicas e cíclicas similares ocorreram em outros lugares e em outras épocas sem produzirem como consequência a criação de uma economia-mundo capitalista como *solução* para os problemas. A explicação secular da crise pode ser correta, mas é inerentemente difícil criar o tipo de análise estatística séria capaz de demonstrar que ela constitui uma explicação suficiente da transformação social. *Acredito que é mais plausível trabalharmos na hipótese de que a ‘crise do feudalismo’ representou uma conjuntura de tendências seculares, uma crise cíclica imediata e um declínio climatológico.*”¹⁶⁵

Esta *conjuntura* peculiar acabou resultando na formação da economia-mundo capitalista, uma espécie de resposta involuntária aos problemas apresentados pelo modo de produção feudal em declínio. Esta economia-mundo representa uma *nova forma de*

¹⁶³ “Esta contração subsequente à expansão provocou uma ‘crise’, visível não só na esfera econômica mas também na esfera política (cujos maiores sintomas foram as guerras intestinas entre a nobreza e as revoltas camponesas). Ela foi visível também no plano cultural. A síntese cristã medieval estava sendo submetida a múltiplos ataques sob todas as formas que mais tarde viriam a contretizar-se nas primeiras manifestações do pensamento ocidental ‘moderno’” *ibid* p. 37

¹⁶⁴ *cf. ibid* p. 21- 27; 33-37

¹⁶⁵ *ibid* p. 37 (grifos meus) Wallerstein descarta de forma muito prematura a segunda explicação, formulada originalmente por Rodney Hilton e amplamente discutida nas duas fases principais do debate marxista sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Isto porque ela permite incorporar as outras duas e os próprios argumentos de Wallerstein.

apropriação do excedente, que não está fundamentada na apropriação direta do excedente (sob a forma de tributos, no caso de um império-mundo, ou sob a forma de renda feudal, no caso da “civilização feudal”), mas na apropriação do excedente baseada na elevação da produtividade (inicialmente na agricultura e, depois, na indústria) através de um mecanismo mundial de mercado, assistido artificialmente por diversas estruturas de Estado que controlavam apenas algumas regiões da arena econômica. Três eventos foram essenciais para o estabelecimento desta economia-mundo: 1) Uma expansão geográfica de proporções *tendencialmente* globais; 2) a combinação de diferentes métodos de exploração do trabalho (salariato, servidão e escravidão) e 3) o surgimento de aparelhos de estado relativamente fortes, que, com a consolidação definitiva da economia-mundo capitalista (*circa* 1640), seriam convertidos nos estados centrais do sistema interestatal.¹⁶⁶

Neste passo, surgem novos problemas: a economia-mundo, tal como a caracteriza Wallerstein, é uma estrutura essencialmente *hermética*.¹⁶⁷ Na prática, ela é praticamente refratária às pressões externas e, ao mesmo tempo, incólume ao que ele qualifica como movimentos antisistêmicos, isto é, as diversas *reações* às características principais da economia-mundo moderna, tais como, por exemplo, os movimentos sociais contrários à concentração de renda e à crescente disparidade entre o centro e a periferia. Osvaldo Coggiola, em livro recente, ao comentar a obra de Wallerstein, destaca este ponto: “O sistema só pode substituir a dialética da dinâmica histórica através do *congelamento de um de seus elementos num nível supra-histórico*. A visão sistêmica-estruturalista tem por característica diluir o capitalismo e suas leis gerais de movimento dentro de ‘entidades’ (ou ‘sistemas’) maiores (a ‘modernidade’, a ‘economia-mundo’ etc.) cujas leis de movimento, e até a sua própria definição, são desconhecidas. Surge uma espécie de indeterminação, que não permite realizar nenhum prognóstico acerca do capitalismo, nem prever a sua substituição por um novo modo de produção da vida social.”¹⁶⁸ Além disto, vimos alhures como a *arena externa* é sempre definida por Wallerstein pela negatividade

¹⁶⁶ Cf. *ibid* p. 37-8

¹⁶⁷ cf. Gianfranco PALA “Economia Nazionale e Mercato Mondiale: la fase transnazionale dell'imperialismo” Laboratorio Politico, Napoli, 1995 (mimeo) ff. 14-5.

¹⁶⁸ Osvaldo COGGIOLA *O Capital Contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea* São Paulo: Xamã, 2002 p. 87. (grifo meu). Portanto, a visão apocalíptica de Wallerstein sobre o fim do capitalismo é anterior à sua filiação a teoria do caos.

e, também, que a sua influência sobre a dinâmica da economia-mundo é muito limitada.¹⁶⁹ Já o papel dos movimentos anti-sistêmicos exige uma reflexão mais cuidadosa.

De acordo com Wallerstein, a segunda metade do século XIX testemunhou a segunda grande expansão geográfica da economia-mundo capitalista, que se expressou fundamentalmente na incorporação do leste asiático e no reforço da subordinação política direta de grande parte da periferia (colonização da África, do Sudeste Asiático e do Pacífico). Contudo, esta expansão teve como contrapartida o surgimento e a intensificação de diversos *movimentos antisistêmicos*, que reivindicavam uma sociedade mais igualitária e mais democrática. Estes movimentos tomaram duas formas principais: a) *movimentos de libertação nacional* que, em nome de uma identidade nacional não reconhecida, direcionavam-se contra a dominação imperial (em suas mais variadas formas e graus); b) *movimentos socialistas* que, após a primeira guerra mundial se dividiram em duas correntes: social-democrata e comunista. Apesar desta divisão, as duas vertentes possuíam um discurso bastante similar: elas representavam os interesses das classes trabalhadoras e a possibilidade de transformação do mundo. Em seu conjunto, os movimentos anti-sistêmicos começaram a ganhar força no final do século XIX e no início do século XX, com a lenta criação de estruturas burocráticas capazes de arrecadar recursos, consolidar lideranças, coordenar e educar grupos numerosos para a ação política. Atingido um certo grau de organização, os movimentos socialistas e nacionalistas, não obstante as suas diferenças, acabaram engendrando um estratégia similar, uma estratégia que dividia a ação em duas fases: em primeiro lugar, era necessário concentrar os esforços em uma luta para conquistar o controle do estado e depois, num segundo momento, “transformar o mundo”. A primeira etapa da estratégia foi bem sucedida: entre 1945 e 1970 as forças antisistêmicas conseguiram penetrar em diversas máquinas estatais, fato que se expressou em uma divisão geográfica do mundo: os comunistas conquistaram o poder na Europa Centro-Oriental e no norte do Pacífico; a social-democracia ganhou corpo na Europa Ocidental e na Australásia e, por fim, os movimentos nacionalistas detonaram o processo de descolonização da Ásia e da África. Mas este aparente sucesso, na realidade, ocultou o fracasso da reação antisistêmica. Concluída a primeira etapa, isto é, após a conquista do poder, os líderes dos movimentos anti-sistêmicos realmente introduziram reformas sociais importantes, mas que não foram capazes de conter a crescente concentração de renda e a deterioração da qualidade de

¹⁶⁹ cf. *infra* p. 59

vida em escala mundial. Mas - o que talvez seja mais importante - os resultados também não foram satisfatórios em escala nacional. A eventual melhoria da situação dos estratos mais pobres não aboliu a distância relativa que os separava das camadas superiores da sociedade. Em suma: a estrutura social verticalizada sobreviveu às transformações, pois era nítida a existência de um setor privilegiado, com um padrão de vida e níveis de consumo completamente distintos da maioria da população.¹⁷⁰ Não é difícil notar que esta explicação sobre os limites dos movimentos antisistêmicos é extremamente vaga. No entanto, se atentarmos para as reflexões mais recentes de Wallerstein sobre a crise “terminal” da economia-mundo, podemos entender porque, em seu quadro de referência, os movimentos antisistêmicos malograram: embora representem indícios da fragilidade crescente da economia-mundo, eles estavam fadados ao fracasso desde o nascedouro, pois floresceram prematuramente, antes da manifestação da (inevitável) crise definitiva do sistema-mundo moderno.¹⁷¹ Antes do “período de transição”, nenhuma transformação substancial poderia ter ocorrido. Assim, o destino de todas as batalhas contra o modo de produção capitalista estava selado de antemão: a derrota.¹⁷²

¹⁷⁰ Neste parágrafo, até aqui, usei como base os seguintes textos: “The Concept of National Development”; “Revolution as Strategy and Tactics of Transformation”; “The Collapse of Liberalism”; “The Agonies of the Liberalism: What hope Progress?” todos presentes em *Afterliberalism* cit.

¹⁷¹ Wallerstein situa os movimentos antisistêmicos na *geocultura* do sistema-mundo, isto é, o campo de batalha ideológico do sistema-mundo, o plano onde as suas contradições emergem no debate público: “A ‘cultura’, isto é, o sistema de idéias desta economia mundial capitalista é o resultado de nossas tentativas históricas coletivas para entrar num acordo com as contradições, (...) [com as] ambigüidades, as complexidades das realidades sócio-políticas deste sistema particular” “A Cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno” in: Mike FEATHERSTONE (org.) *Cultura Global* cit. p. 49. Mas, dado o rigor das estruturas, a oposição ao sistema *sempre é pensada de forma distorcida*: “Um movimento anti-sistêmico é um movimento para a transformação do sistema. Um movimento anti-sistêmico é, ao mesmo tempo, um produto do próprio sistema” *ibid* p. 63. Logo, por serem formulados no interior do sistema, os movimentos anti-sistêmicos não podem realmente transformá-lo. Este raciocínio não passa de uma versão empobrecida da eterna tensão entre realidade e utopia, que alimenta o debate sobre a possibilidade de transformação da realidade.

¹⁷² Renato ORTIZ, ao refletir sobre as diversas teorias sistêmicas, reforça este ponto: “(...)No fundo uma sociedade-sistema prescinde do indivíduo, ela se realiza independente de sua existência. O ponto de vista de Wallerstein, assim como o de Luhman, reedita os inconvenientes das premissas do objetivismo sociológico característicos das teorias durkheimiana e estruturalista. Ao se entender a sociedade enquanto “coisa” ou “estrutura” transcende-se a existência dos ‘homens que fazem a história’, isto é, os indivíduos (mesmo quando parte de grupos coletivos). A ação social dificilmente pode ser pensada dentro deste quadro teórico, pois aquele que a executa tem um papel passivo no processo de interação social. *Enfim, o destino de todos estaria determinado (e não apenas contido) na estrutura planetária que nos envolve.* Um segundo ponto refere-se ao grau de integração pressuposto pelo pensamento analítico. Para funcionar um sistema requer um concatenamento tal, a ponto de o movimento de cada uma de suas partes ser coordenado unicamente pelo conjunto. A coesão interna deve ser elevada, sem o que a organicidade sistêmica estaria comprometida.” *Mundialização e Cultura* 3a. Reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998 p. 25-6

A concepção rígida de estrutura adotada por Wallerstein compromete a sua periodização: os diversos períodos que marcaram a trajetória da economia-mundo desde a sua formação não possuem diferenças qualitativas expressivas, pois, em última análise, elas não passam de reflexos da sucessão de tendências seculares. No longo século XVI (1450-1640) a estrutura fundamental da economia-mundo capitalista é consolidada: surgem poderosas “máquinas estatais” nas zonas centrais da economia-mundo e, com a colonização e integração das “Américas internas” (i.e., a incorporação da Europa oriental como fornecedora de cereais e produtos primários) uma divisão “mundial” do trabalho é estabelecida. A esta expansão segue-se, de forma “natural”, um período de contração: a “crise” do século XVII (1640-1750), uma era marcada pela hegemonia holandesa e por duas das três fases de intensa rivalidade entre as zonas centrais: a fase I (1651-1689) onde, após atingir o pico (por volta de 1672 ou 75), a hegemonia das Províncias Unidas começa a declinar em detrimento de seus rivais mais imediatos, a França e a Inglaterra. Este declínio relativo inaugura a fase II (1689-1763), onde a França e a Inglaterra passam a lutar para ocupar a posição da República das Províncias Unidas do Norte. Mas esta luta foi intensa, e perdurou até 1763, época onde a Inglaterra começa a preponderar de forma efetiva no sistema interestatal. Concomitante ao final do Fase II tem início a segunda era de expansão da economia-mundo capitalista, situada entre 1730 e 1840, e, até o momento, a última “era” que Wallerstein discutiu com detalhes. É no início deste período que ocorre a terceira e decisiva fase (1763-1815) da luta pela hegemonia, vencida pelos britânicos.¹⁷³ Assim, desde a sua formação, a história da economia-mundo não apresentou grandes novidades: apenas a sucessão regular de fases de expansão e de declínio relativo, acompanhadas por transformações na geografia política e econômica (as sucessivas recentragens do sistema interestatal e as diversas redefinições espaciais da semi-periferia e da periferia). Afinal, como poderia ser diferente? Vimos que, para

¹⁷³ Esta “era” é discutida no volume III de *The Modern World-System*. No plano inicial de sua obra (1974), Wallerstein prometeu 4 volumes (o quarto deve estar sendo redigido) com uma divisão ligeiramente diferente da efetivamente apresentada: “Eu dividi o trabalho, pelo menos inicialmente, em quatro partes principais, que correspondem ao que eu penso serem as quatro épocas mais significativas, até hoje, do sistema-mundial moderno. Este primeiro volume irá ocupar-se das origens e as condições iniciais do sistema-mundo, ainda uma sistema limitado à Europa. As datas aproximadas são 1450-1640. O segundo volume será dedicado à consolidação deste sistema, sensivelmente entre 1640-1815 [o plano foi alterado: o volume II cobre o período 1600-1750]. O terceiro irá ocupar-se da conversão da economia-mundo em um empreendimento global, tornado possível pela transformação tecnológica do industrialismo moderno. Esta expansão foi tão súbita e tão grande que o sistema teve de ser recirado. O período aqui é, grosso modo, 1815-1917. [o volume III, tal como foi efetivamente publicado, cobre o período 1730-1830 e, como veremos, minora as conseqüências do

Wallerstein, qualquer sistema evolui desta forma, seja ele um sistema biológico, físico ou histórico!

Esta concepção rígida obriga Wallerstein a atenuar o impacto da Revolução Industrial sobre a evolução da economia-mundo capitalista e a dissolver o conceito de Revolução Burguesa. Wallerstein começa encaminhando a primeira questão de forma correta. Inicialmente ele destaca a confusão que marca grande parte da historiografia sobre este tema: a *explicação* da Revolução Industrial é confundida com a questão sobre a *especificidade* da Inglaterra.¹⁷⁴ Esta é uma questão decisiva e, portanto, um excelente ponto de partida para a análise do problema. Mas, de fato, não podemos confundir uma questão derivada - ainda que extremamente importante - com o problema geral. A primeira Revolução Industrial não faz parte apenas da história da Inglaterra e as tradicionais comparações entre a evolução desta região com a França não resolve todo o problema. Mas Wallerstein exagera na dose: "Eu compartilho da idéia de Nef de que o conceito de 'Revolução Industrial' e o seu correlato imediato, o de 'primeira revolução industrial' na Grã-Bretanha é profundamente enganoso. Nenhuma tentativa de retalhar ou modificar o conceito, tais como estendê-lo no tempo, dividi-lo em um processo em dois estágios, ou estabelecendo a distinção entre lento crescimento quantitativo e ruptura qualitativa irá salvá-lo; porque ele baseia-se na premissa de que o que explica a 'vantagem' britânica é uma constelação de características absolutas quando na verdade o que precisamos localizar é *uma constelação de posições que são relacionais dentro do âmbito da economia-mundo. É a economia-mundo que se desenvolve ao longo do tempo e não as sub-unidades em seu interior.* A questão não é porque a Grã-Bretanha ultrapassou a França ou outro país qualquer (...), mas sim porque a economia-mundo como um todo se desenvolveu de determinado modo e em um ponto específico do tempo (nós tomamos o período 1730-1840), e porque neste tempo ocorreu uma grande concentração da maior parte das atividades econômicas dentro das fronteiras de determinados estados (e, por causa disto, mais capital foi acumulado nestes lugares) do que no interior das demais fronteiras."¹⁷⁵ Redefinindo desta forma a questão, o que significou a Revolução Industrial? Muito pouco. Na realidade, para Wallerstein, ela não passa de *uma* das expressões da "segunda fase" de expansão da economia-mundo

"industrialismo moderno"]. O quarto volume ocupar-se-á da consolidação da consolidação desta economia-mundo capitalista desde 1917 até o presente, e as tensões 'revolucionárias' que esta consolidação provocou."

¹⁷⁴ cf. I. WALLERSTEIN *The Modern World-System III* cit. p. 5-6

¹⁷⁵ *Ibid* p. 33 (grifos meus).

moderna, orientada em torno do progresso das forças produtivas como *meio* para acelerar a acumulação de capitais. Não foi esta a solução para a crise do feudalismo? A industrialização foi uma “solução” para a retração do século XVII muito mais simples já que, ao contrário do primeiro caso, ela não envolveu a criação – por intermédio do caos – de nenhuma estrutura nova, apenas o reforço das características já inscritas na estrutura da economia-mundo capitalista.

Em seguida, Wallerstein articula a reflexão sobre a Revolução Industrial com a polêmica em torno da Revolução Francesa para tentar destruir a concepção de “revolução burguesa”. Ele abre o terceiro volume de *The Modern World-System* expondo exatamente estas questões: “Estamos acostumados a organizar o nosso conhecimento em torno de conceitos centrais que tomam a forma de truísmos elementares. A ascensão da indústria e a ascensão da burguesia ou das classes médias são dois destes conceitos, cedidos a nós pela historiografia e pela Ciência Social do século XIX para explicarmos o mundo moderno. A visão dominante sustenta que uma transformação histórica qualitativa ocorreu no fim do século dezoito e início do dezenove. Esta foi uma era de revoluções onde ocorreram a ‘primeira’ revolução industrial na Grã-Bretanha e a revolução burguesa exemplar na França. Não há dúvida de que surgiram vozes que desafiaram este consenso. E há uma discussão incessante em torno dos detalhes. No entanto, a imagem destas duas revoluções permanece profundamente enraizada tanto na cultura popular como no pensamento acadêmico. Estes conceitos são na realidade estrelas-guias através das quais nós habitualmente navegamos nas misteriosas e turbulentas águas da realidade histórica moderna. Mas de fato, como indicarei, as duas estrelas-guias são na realidade apenas uma.”¹⁷⁶ Já tivemos a oportunidade de observar como, em uma só tacada, Wallerstein tentou livrar-se da “primeira-estrela” guia. Vamos agora analisar como ele trata da “segunda”: a Revolução Francesa.

Toda discussão contemporânea sobre a Revolução evoca duas outras revoluções: a Industrial, à qual já fizemos breve alusão, e a Revolução Russa.¹⁷⁷ A questão chave é: a Revolução Francesa foi uma *revolução burguesa*? Após formular deste modo o problema, Wallerstein faz uma excelente revisão bibliográfica sobre a questão, onde ele reconstitui o debate em torno da “interpretação social da revolução francesa” (Soboul) e as três principais correntes contrárias a esta tese: a interpretação “atlântica” (Godechot, Palmer);

¹⁷⁶ cf. *ibid* p. 3

¹⁷⁷ cf. *ibid* p. 33-4

os críticos do conceito de Revolução Burguesa ou do papel da burguesia na Revolução (isto é: F. Furet) e, por fim, as teses que reavaliam o papel da aristocracia na economia durante o século XVIII (Alfred Cobban, basicamente). Este debate é bastante conhecido: a interpretação social repousa em 3 bases: 1) a revolução francesa foi orientada *contra* a ordem feudal e contra os segmentos da sociedade que a controlavam; 2) a revolução foi um estágio/evento decisivo na transição do feudalismo ao capitalismo (ou, pelo menos, foi decisiva para *consolidar* o capitalismo, extirpando os resquícios feudais); 3) a burguesia precisou do apoio das classes populares para poder derrotar a nobreza. A “tese atlântica” amplia o foco de análise, inserindo os eventos ocorridos na França dentro de um movimento revolucionário muito mais amplo: uma revolução *liberal* que engloba a América e a Europa.¹⁷⁸ As duas outras linhas de análise possuem alguns pontos em comum, que destacaremos. O argumento básico é a idéia de que a França já não era mais feudal, pois a servidão praticamente não existia mais, os direitos senhoriais não passavam de uma “forma bizarra de propriedade” (expressão de Cobban) e a nobreza não estava restrita às atividades agrícolas: haviam nobres que desempenhavam atividades industriais e, também, o capital comercial estava mais sob controle da aristocracia do que da burguesia.

Este debate mais geral estimulou uma polêmica setorial, circunscrita ao marxismo, que envolveu a *reinterpretação* da Revolução Francesa e do conceito de Revolução Burguesa sem, contudo, aderir ao credo liberal. Esta retomada do debate marxista deve muito à sarcástica crítica de François Furet sobre a incompatibilidade entre a ênfase na “breve” Revolução Francesa como evento decisivo na transição ao capitalismo e a análise baseada nos modos de produção que, necessariamente, exige um escopo temporal muito mais amplo. Acompanhando o raciocínio de Wallerstein,¹⁷⁹ vamos reconstituir algumas das saídas encontradas para resolver este impasse. Começaremos pela variante desenvolvida por Régine Robin: uma revolução social não pode transformar o ritmo das

¹⁷⁸Wallerstein publicou o terceiro volume de *The Modern World-system* em 1989, em meio à comemoração do bicentenário da Revolução Francesa e o intenso debate – marcado, sobretudo, pelo declínio do comunismo – que este evento estimulou. Como a retomada do debate ocorreu em conjunto com o declínio do comunismo, ele pôde destacar um ponto importante: a “interpretação atlântica” é muito mais uma reinterpretação da *Revolução Russa* do que propriamente da Revolução Francesa. A vinculação da Revolução Francesa à gigantesca “onda liberal” que varreu as Américas e a Europa preserva o caráter burguês da revolução – o que deveria agradar os intérpretes sociais. Mas, como todos sabem, não agradou. Isto porque a inclusão da Revolução Francesa na Revolução Liberal a dissocia da revolução Russa, que passa a ser interpretada como um movimento *reativo*, como parte da revolução dos não-ocidentais à difusão da sociedade liberal durante o século XX. Cf. *ibid* p. 38-9.

forças produtivas. O máximo que ela pode fazer é *tornar possível esta transformação*. Logo, a Revolução Francesa é parte da transição do feudalismo ao capitalismo, mas esta transição somente se completa com a *revolução industrial*, a única capaz de engendrar a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital (a Revolução Francesa prepara a verdadeira revolução: a industrialização da França no século XIX). Há, de acordo com Wallerstein, outra forma de criticar o conceito tradicional de revolução burguesa sem adotar o liberalismo: basta remover a burguesia de seu pedestal em favor de outros grupos. As raízes desta linha de argumentação podem ser situadas em 1946 e, portanto, antecedem a retomada do debate que caracterizou a década de 1980: trata-se da interpretação de Daniel Guérin sobre o *duplo caráter* da revolução francesa, isto é, uma revolução burguesa e “uma revolução permanente em seu mecanismo interno”. Esta revolução permanente alimentou uma revolução proletária embrionária (sains-culottes e o babovismo), que lhe conferiu um caráter *anti-capitalista* (e que, portanto, anuncia a Revolução Russa). Há ainda uma variante mais radical, que visa reconciliar a visão de longo prazo com a interpretação marxista *negando* o papel revolucionário da burguesia. Para Roberto Zapperi, o conflito entre o Terceiro Estado e a nobreza foi uma querela entre dois setores da *elite*, que competiam pela supremacia. Mas os dois setores eram *pré-capitalistas*, exatamente porque a França *ainda era feudal*. Deste modo, Zapperi sustenta que a burguesia não merece o mérito de ter constituído uma *via revolucionária*: ela atingiu os seus objetivos ao longo de vários séculos, através da expansão do seu papel na sociedade civil. Assim, deste ponto de vista, a interpretação social da Revolução Francesa não faz sentido pois a burguesia e o proletariado ainda não haviam se constituído como classes sociais.

A reconstituição de Wallerstein sobre o debate é muito mais minuciosa, mas podemos parar por aqui: já temos os elementos necessários para expor a posição dele sobre o tema em pauta. Já vimos que, para Wallerstein, a Revolução Industrial não representa uma ruptura, mas uma “solução” para a retração da economia-mundo ocorrida no século XVII. Isto já nos dá uma pista importante: a despeito da linguagem anti-feudal utilizada pelos revolucionários,¹⁸⁰ a Revolução Francesa não pode ser uma revolução

¹⁷⁹ A partir daqui, todo este parágrafo está baseado nas páginas 33-53 de *The Modern World-System III*

¹⁸⁰ Para explicar isto, Wallerstein recorre inicialmente à Braudel, que, no caso específico do campesinato, sugere que o vocabulário anti-feudal predominou porque a linguagem do capitalismo ainda não havia encontrado um vocabulário capaz de lidar com a nova situação. A este raciocínio, Wallerstein acrescenta: “Mas se esta é uma resposta para o campesinato, como podemos explicar que os notáveis do Terceiro Estado

contra o feudalismo, pois esta civilização já havia desaparecido. Mas, então, o que foi a Revolução? Eis a resposta de Wallerstein: “Todavia, é claro, algo mudou em 1789 e ainda mais entre 1791-1793. Como disse Anderson, ‘todo o mundo ideológico do Ocidente foi transformado’ A transição do feudalismo ao capitalismo já havia ocorrido há muito tempo. Este é o argumento destes volumes [*The Modern World-System*]. A transformação da estrutura do Estado foi meramente a continuação de um processo que estava em curso a mais de dois séculos. Neste aspecto, Tocqueville estava está correto. Portanto, a Revolução Francesa não marca nem uma transformação econômica e nem uma transformação política básica. Precisamente, a Revolução Francesa foi, nos termos da economia-mundo capitalista, *o momento onde a superestrutura ideológica finalmente entrou em sincronia com a base econômica. Isto foi a consequência da transição, não sua causa e nem o momento de sua ocorrência.*”¹⁸¹ Assim, a grande burguesia, que, na ocasião, não passava de *uma transposição da aristocracia para um mundo capitalista*, acreditava no lucro, mas não na ideologia liberal, que tinha um efeito apenas diversionário: mitos como a verdade universal e a meritocracia só eram levados a sério enquanto não comprometiam o processo de acumulação de capitais. Assim, este é o primeiro significado da Revolução Francesa: a instrumentalização da ideologia liberal, que permitiu a completa “burguesificação” das classes superiores: as vantagens passaram a derivar de sua posição atual na economia-mundo e não mais da posição no passado. Contudo, há um segundo significado, no qual a revolução “anuncia o futuro”: “A Revolução Francesa representa a *primeira das revoluções anti-sistêmicas da economia-mundo capitalista* – em menor parte um sucesso, na maior parte um fracasso. Mas o ‘mito’ que ela representa não é um mito burguês, mas um mito anti-burguês”¹⁸² Longe de ser uma revolução burguesa (pelo menos não uma revolução burguesa ‘clássica’), a Revolução Francesa inaugurou o vocabulário político e ideológico da economia-mundo capitalista e, simultaneamente, abriu a possibilidade da *crítica* ao sistema-mundo moderno.

Deste modo, para Wallerstein, a própria idéia de “Revolução Burguesa” nunca passou de um mito. Compreender porque os liberais aceitam este mito – embora, de um

também usaram a mesma linguagem? Uma resposta é que a ruidosa querela entre a ‘burguesia’ e a ‘aristocracia’ foi um diversionismo gigantesco, nos dois sentidos da palavra diversionismo: jogos e diversão; e deslocamento da atenção dos outros, neste caso, dos camponeses e dos sans-culottes” *ibid* p. 51-2.

¹⁸¹ *Ibid* p. 52 (grifo meu)

¹⁸² *ibid* p. 52 (grifo meu)

modo geral, recusem o rótulo, preferindo o termo “revolução liberal” – não é difícil: afinal, em seu julgamento, eles lutaram contra a arbitrariedade do Estado Absolutista para promover a liberdade dos indivíduos e, fundamentalmente, do mercado. Mais difícil é, na opinião de Wallerstein, entender porque este tema ocupa um plano tão central entre os intérpretes marxistas. Aqui há uma influência direta de Roberto Zapperi: interpretar a Revolução Francesa como uma revolução burguesa é projetar anacronicamente para o passado uma analogia com a revolução proletária. Uma classe dominante não precisa desaparecer quando o modo de produção onde ela exerce o seu domínio entra em crise: ela pode simplesmente alterar a sua forma de dominação, ajustando-se às novas circunstâncias. Assim, a crise de um modo de produção não é necessariamente resolvida pela vitória da classe dominada sobre a classe dominante: isto só é uma necessidade imperativa no caso da transição do capitalismo ao comunismo, pois, neste caso, como recentemente enfatizou um dos epígonos de Wallerstein, a burguesia não pode converter-se em proletariado para se manter no topo da hierarquia social.¹⁸³ “Como vimos, - escreve Wallerstein - de tempos em tempos, as interpretações da Revolução Francesa servem como comentários sobre o século vinte. Mas não é possível que parte de nossas confusões sobre o século vinte derivem das nossas interpretações equivocadas do [século] dezoito? (...) Eu não acredito que devemos tentar preservar a imagem da Revolução Francesa como uma revolução burguesa para preservarmos a Revolução Russa como uma revolução proletária. Mas eu também não acredito que devamos criar a imagem da Revolução Francesa como uma revolução liberal com o objetivo de manchar a Revolução Russa com a imagem de uma revolução totalitária. Nenhuma categoria – nem burguesa e nem liberal – classificam bem o que realmente se passou”.¹⁸⁴ Assim, depois

¹⁸³ cf. T. TIBEBU “On the question...” cit. p. 123

¹⁸⁴ *The Modern World-System III* cit.p. 50. Teshale Tibebu ressalta este ponto: “Mas, depois de tudo o que foi dito, há entre todos os Marxistas [?] uma justificativa fundamental para o emprego do termo “revolução burguesa”. Este é um argumento baseado em uma analogia - a analogia com a revolução proletária. Como a transição do capitalismo ao socialismo toma lugar mediante uma revolução proletária, do mesmo modo, supõe-se que a transição do feudalismo ao capitalismo deve ocorrer através de uma revolução burguesa. Assim como o proletariado tem de destronar a burguesia, a burguesia teve de destronar os senhores feudais” *On the question...* cit. p. 122. De fato, a sobreposição imediata da análise lógico-genética empreendida por Marx em *O Capital* com a história da *formação* e do *desenvolvimento* do capitalismo acaba resultando neste tipo de analogia a qual Tibebu se referiu na passagem supracitada. Mas isto não ocorre com todos os marxistas (e nem Marx propôs tal disparate). Infelizmente, esta caricatura do marxismo feita pelo epígono encontra guarida no prógono. Wallerstein atribui a Marx, de forma desastrosa, uma visão heróica sobre o papel da burguesia: “Marx cometeu uma falha grave. Ele era um pouco Smithiano (competição é a norma do capitalismo, o monopólio uma distorção) e um tanto Schumpeteriano (o empreendedor é o portador do progresso). A maioria dos marxistas do século vinte não compartilham mais estes preconceitos, mas eles

de muito tergiversar, Wallerstein retorna ao ponto de partida: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa simplesmente acompanham a sinuosa marcha da economia-mundo, a qual encontra a sua melhor expressão nas tendências seculares, na rivalidade interestatal e na incorporação de novas áreas do globo.¹⁸⁵

pensam que isto ocorre porque o capitalismo mudou” *The Modern World-System III* cit. p. 51. Marx nunca deixou de reconhecer o “papel transformador” da burguesia. Além disso, por ser um homem do século XIX, é evidente que ele foi influenciado pelas concepções de progresso ligadas ao iluminismo. Mas a afirmação de Wallerstein é surpreendentemente deslocada.

¹⁸⁵ “O conceito de revolução burguesa tem, em última instância, a mesma função que o conceito de revolução industrial. O último tenta explicar por que a Grã-Bretanha capturou uma quantidade desproporcional do excedente mundial neste período particular, particularmente *vis-à-vis* o seu rival principal, a França. O conceito de revolução burguesa explica o mesmo fenômeno, mas usando dados franceses ao invés dos britânicos. Ele conta por que a França perdeu. A França teve sua ‘Revolução Burguesa’ mais de um século depois da Grã-Bretanha, e supostamente uma ‘revolução burguesa’ é um pré-requisito para uma ‘revolução industrial’” *ibid* p. 53

1.2.3.1 - A revolução burguesa

Em muitos aspectos, a crítica de Wallerstein das interpretações marxistas e liberais da Revolução Burguesa são pertinentes. No entanto, como veremos, não é necessário *abandonar* este conceito: basta redefini-lo teoricamente e situá-lo em seu devido lugar no tempo e no espaço. O primeiro passo é abandonar a perspectiva *classificatória* que busca por revoluções burguesas a cada movimento de expansão do capitalismo. Este é um traço que predomina nas interpretações marxistas, mas que não pode ser confundido com o marxismo, por dois motivos: a perspectiva classificatória também é muito freqüente nas interpretações liberais e, o que é mais importante, nem toda análise marxista sofre a sua influência. Como ponto de partida, tomaremos a definição de Revolução Burguesa que figura na *Grande Enciclopédia Soviética*: “É uma revolução social cuja tarefa principal é a destruição do sistema feudal ou de seus vestígios, o estabelecimento da dominação burguesa, a criação de um Estado burguês; e, nos países dependentes e coloniais, a revolução burguesa também visa a obtenção da independência nacional.”¹⁸⁶ Não se trata então de revolução, mas de *revoluções burguesas*: nesta definição ampla, o conceito se encaixa em praticamente todas as situações. Vamos analisar algumas das principais interpretações e suas lacunas principais.

Se definirmos Revolução Burguesa como uma revolução *contra o Feudalismo* ou contra os seus vestígios, além dos problemas já apontados por Wallerstein, boa parte das Revoluções Burguesas “clássicas” teriam de ser deixadas de fora: a Revolução Americana não poderia ser, neste caso, uma Revolução Burguesa, pois ela representou uma luta contra a dominação britânica e, de modo algum pode ser concebida como uma luta contra o feudalismo. Nesta acepção, o mesmo poderia ser dito sobre a Guerra da Independência Holandesa e, também, sobre a Unificação Italiana. Além destes casos mais “clássicos”, ficariam de fora da lista todos os movimentos de libertação nacional dos séculos XIX e XX. Mesmo a Revolução Inglesa do século XVII não é um exemplo perfeito de uma insurreição contra o feudalismo. Os estudos mais recentes de Lawrence Stone, Christopher Hill e Robert Brenner sobre a Revolução de 1640 determinaram uma drástica mudança de rumo nas interpretações sobre este tema. Ao contrário das interpretações que predominaram nos anos 60 e 70 do século XX, a aristocracia fundiária não

representava, no século XVII, o baluarte das relações de produção feudal. Esta fração de classe, respondendo a um processo que inicia-se já na segunda metade de século XIV, desenvolveu uma relação simbiótica com os arrendatários que empregavam o trabalho assalariado em suas terras; favorecendo a consolidação das relações capitalistas de produção no campo. Em resumo: a nobreza detentora de terras representou as forças capitalistas durante a Revolução. É claro que isto não impede ninguém de caracterizar a Revolução Inglesa como uma insurreição contra o feudalismo, desde que esta afirmação seja devidamente qualificada: o movimento, com seus avanços e retrocessos, eliminou *resquícios* do modo de produção feudal e *ajustou* o Estado e algumas Instituições às novas estruturas econômicas. Seu caráter burguês deriva muito mais deste ajuste do que de suas tendências anti-feudais.

Se, como preferem os liberais, considerarmos a Revolução Burguesa uma reação às práticas e à mentalidade do Antigo Regime, que resultou na criação de uma cultura ou de instituições democráticas não encontraremos nenhum exemplo que corresponde perfeitamente ao critério. Mesmo na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Itália, o período imediatamente posterior às suas respectivas Revoluções Burguesas não foi marcado pela preponderância da democracia liberal. Na Inglaterra, uma democracia efetiva (i.é., capaz de integrar minimamente as camadas sociais mais baixas) levou alguns séculos para ser consolidada. Na França, por exemplo, há um intervalo de quase cem anos entre a Revolução e a Terceira República.¹⁸⁷ Estes são apenas alguns exemplos isolados. Contudo, preservando esta definição e tomando por referência a escala de economia-mundo capitalista, podemos concluir que ainda não ocorreram todas as Revoluções Burguesas: “Se considerarmos isto, que é um tanto óbvio, o tamanho da população que ‘desfruta’ a democracia liberal torna-se muito menor. (...) Em uma escala *global*, a democracia liberal tem sido uma exceção; e a ‘ditadura’ a regra. A democracia liberal ‘normalmente’ tem ficado restrita às regiões onde o trabalho era ‘livre’; mas mesmo nestas regiões os numerosos Bonapartismos e leis emergenciais sempre atuaram como contrapeso.”¹⁸⁸ Além disto, a Alemanha e a Itália se apoiaram no totalitarismo para dinamizar as suas economias na primeira metade do século XX. Não podemos nos esquecer que os países mais industrializados da América Latina, para formarem e consolidarem o seu setor industrial, atrelaram o seu desenvolvimento à

¹⁸⁶ DRABKIN & PORSHNEV [1974] *apud* TIBEBU, Teshale “On the Question...” *cit.* p. 109

¹⁸⁷ *cf.* TIBEBU, T. “On the Question...” *cit.* p. 119

truculência e ao dirigismo dos Estados ditatoriais. A conclusão é inequívoca: burguesia, sempre que necessário, pode recorrer à repressão e à supressão dos princípios liberais.

Se definirmos a Revolução Burguesa como *meio utilizado pela burguesia para conquistar o Estado* encontraremos outro tipo de problema. Esta acepção, talvez a mais popular na bibliografia marxista ortodoxa, deriva fundamentalmente do exemplo proporcionado pela Revolução Francesa. Contudo, temos de nos perguntar: a conquista do Estado e a *permanência no poder* é um requisito fundamental para o progresso econômico da burguesia? Em curtos períodos de tempo, dominar o Estado - i.é., exercer diretamente o poder - pode ser vantajoso para alguns setores da burguesia, em situações determinadas. Mas esta situação é geralmente precária, difícil de ser sustentada e, portanto, momentânea. Como a estrutura de dominação de classe do capitalismo repousa *dominantemente* na esfera econômica, a burguesia não precisa necessariamente conquistar o Estado para garantir a sua reprodução social como classe dominante. Geralmente, *transformar* o Estado é muito mais vantajoso para esta classe do que dominá-lo completamente. Mesmo em grandes plutocracias - como os Estados Unidos da América, por exemplo - não é possível afirmar que a burguesia "controla" o Estado. Deste modo, tendo em vista esta peculiaridade, não é difícil perceber porque o formato secular e burocrático do aparelho estatal é *suficiente* para garantir os interesses de classe da burguesia.

A idéia de que a Revolução Burguesa é uma etapa necessária para o desenvolvimento capitalista também deve ser qualificada. Também muito freqüente, esta idéia não é compatível com todas as revoluções burguesas mais famosas. Como salientaram Wallerstein e Teshale Tibebu, esta tese tem uma implicação difícil de ser sustentada: *onde quer que o capitalismo tenha sido implantado, deve ter ocorrido antes uma revolução burguesa*. Portanto, neste caso, a expansão mundial do capitalismo implicaria a deflagração de revoluções burguesas em todos os países.¹⁸⁹ Há, também, outros elementos a serem levados em conta. Nas regiões subsumidas pelo modo de produção capitalista por intermédio do expansionismo europeu, as lutas pela independência ou pela libertação nacional tendem a ser qualificadas como "revoluções burguesas". Isto cria algumas situações curiosas, que podem ser sintetizadas em dois modelos básicos: a) as estruturas econômicas capitalistas - geralmente transplantadas

¹⁸⁸ *ibid*

¹⁸⁹ *cf. ibid* p. 118

deliberadamente pela metrópole - precedem a independência da nação. Portanto, há capitalismo antes da "Revolução"; b) a independência do Estado-nação não é acompanhada pela formação do capitalismo, que só ocorre algum tempo depois, em conjunto com a formação de uma burguesia "autóctone" ou por imposição das nações imperialistas. Deste modo, *no plano das formações sociais*, o terreno por excelência da perspectiva classificatória, a identificação entre Revolução Burguesa e desenvolvimento capitalista originário traz mais problemas do que pode solucionar.

Mas estas críticas não são suficientes para invalidar o conceito de Revolução Burguesa. Se entendermos a revolução burguesa como um longo processo de polarização de classe, com sucessivos e complexos rearranjos, cujo caráter fundamental é a criação das *condições* para o desenvolvimento do capitalismo *originário*, poderemos contornar as dificuldades supracitadas e, ao mesmo tempo, preservar o conceito de *economia-mundo*. É claro que, nesta acepção, a revolução, por compreender a desintegração das barreiras ao desenvolvimento capitalista e fomentar o seu desenvolvimento, exige uma reinterpretação da Revolução Francesa. Esta Revolução, como é sabido, retardou o desenvolvimento capitalista na França, principalmente no campo, onde as relações especificamente capitalistas foram barradas pela consolidação da pequena propriedade camponesa e pelo congelamento do mercado de terras. O contraste com a Alemanha é revelador: a "via Prussiana", freqüentemente qualificada como uma "revolução burguesa falida" (i.é., uma solução conciliatória, supostamente sem grandes rupturas), permitiu à Alemanha promover um desenvolvimento capitalista extremamente rápido e vigoroso.¹⁹⁰ Portanto, se levarmos realmente a sério o princípio de que a revolução burguesa representa um processo social caracterizado fundamentalmente pelo seu resultado final - a *formação* de condições mais favoráveis para o desenvolvimento capitalista da sociedade -, a hierarquia tradicional (e, também, a explicação) das revoluções burguesas deve sofrer transformações substanciais.

1.2.3.2 - Análise Lógico Genética e análise histórica: uma distinção necessária

Grande parte das inconsistências presentes nas interpretações sobre a Revolução Burguesa qualificadas como marxistas derivam da generalização descontextualizada de

alguns princípios teóricos; que acaba por configurar uma espécie de "teoria" difusa da Revolução Burguesa. Esta "teoria" resulta de uma amálgama de dois momentos fundamentais: a) a "teoria" do feudalismo; onde as suas características gerais são definidas por contraste ao modo de produção capitalista; b) a "teoria" do absolutismo; qualificado como a formação estatal típica da aristocracia em crise. Neste ponto de vista, a Revolução Burguesa consistiria na integração e na concomitante superação destes dois momentos: ela representaria a eliminação definitiva dos resquícios feudais e a conquista efetiva do Estado pela Burguesia. Este é o "grande modelo" que acaba por configurar um tipo-ideal empregado por muitos marxistas em suas análises; modelo que ecoa a sucessão "oficial" de modos de produção imposta por Stalin: modo de produção feudal (revolução burguesa) → modo de produção capitalista (revolução proletária) → socialismo. Esta seqüência pode nos fornecer a chave para compreendermos a virtual onipresença das Revoluções Burguesas na maioria das reflexões sobre a formação do capitalismo. Esta *cadeia lógica*, quando projetada retrospectivamente sobre a história de outras formações sociais circunscreve a reflexão a um itinerário incontornável: a revolução burguesa deve pôr fim ao feudalismo, instaurando assim o modo de produção capitalista; que poderá depois ser destruído pela revolução proletária. No entanto, como já vimos, as coisas não precisam necessariamente se passar desta maneira. Quando um modo de produção consolidado entra em crise, o feixe de possibilidades futuras é consideravelmente ampliado. A crise pode revelar-se definitiva (isto é, resultar em um novo modo de produção) ou não: as estruturas mais profundas do modo de produção em questão podem resistir incólumes aos abalos ou, como ocorre com freqüência no capitalismo, elas podem sofrer ligeiras modificações, incorporar ou dissolver os elementos que detonaram a crise. Tomemos o primeiro caso, que é aqui o que mais nos interessa. A classe dominante de um modo de produção em declínio (ou parte dela) não precisa desaparecer com ele: ela pode transformar-se em uma das frações da classe dominante do novo modo de produção. Foi exatamente o que ocorreu com a aristocracia fundiária na Inglaterra: ao estabelecer uma relação simbiótica com os arrendatários capitalistas, ela alterou substancialmente a *forma de sua dominação* e conseguiu resistir à derrocada do modo de produção feudal. De forma mais genérica, podemos afirmar que a transição

¹⁹⁰ "(...) especialmente na Alemanha, a chamada via Prussiana promoveu o caminho mais curto para o desenvolvimento capitalista. Apenas quatro décadas após a sua formação, a Alemanha tornou-se uma das sociedades burguesas mais desenvolvidas da Europa" (TIBEBU, 1990: 117)

entre sistemas fundados na estratificação social não implica necessariamente a *destruição total* da antiga classe dominante. O único caso onde a destruição completa da classe dominante é *condição* para o sucesso da revolução é na hipotética transição do capitalismo ao comunismo: neste caso, a destruição *permanente* da estratificação vertical da sociedade e das instituições que fundamentam a dominação de um setor sobre os demais é um imperativo lógico. Assim, só pode haver socialismo se houver revolução, no sentido que este termo tinha no século XIX, isto é, de uma *transformação global*, capaz de reordenar todas as esferas da existência social.

De fato, a sobreposição imediata da análise lógico-genética empreendida por Marx em *O Capital* com a história da *formação* e do *desenvolvimento* do capitalismo acaba resultando neste tipo de analogia a qual Wallerstein e Tibebu fazem referência. Derivada desta visão retrospectiva do passado, a necessidade de identificar desesperadamente Revoluções Burguesas em todo o globo, paradoxalmente, obscurece uma das maiores especificidades do modo de produção capitalista: a sua tendência globalizante, que repousa na sua necessidade premente de subsumir a si, formal ou realmente, regiões ainda inexploradas. No entanto, ao contrário do que sugerem estes autores, esta não é uma tendência que se manifesta necessariamente “em todos os marxistas”

1.2.3.3 - A Revolução Burguesa como processo de transformação global

Em primeiro lugar, para superarmos as inconsistências que retratamos anteriormente, temos de deixar de lado a noção de que uma revolução implica um processo extremamente rápido de transformação. Tomemos como exemplo a Inglaterra. Neste reino, as convulsões religiosas tornam-se mais visíveis na esfera política na segunda metade do século XVI, quando Maria Tudor, casada com Filipe II (Espanha) reata os laços com Roma, opondo-se ao anglicanismo que havia sido inaugurado por seu pai. Com a sua morte, Elizabeth I assume o poder em 1558, restaura a Igreja Anglicana nacional, promove as guerras navais e apóia piratas como Francis Drake. É durante o seu reinado que a Invencível Armada espanhola é derrotada (1588). Em 1603 tem início o reinado Stuart (Jaime I (1603-1625) e Carlos I (1625-1648)), que é marcado por um processo de centralização do poder em torno da Coroa, sustentado em grande medida pela monarquia patrimonial. O Parlamento é dissolvido diversas vezes e, devido à postura ambígua de Carlos I com relação ao catolicismo (para reforçar o seu próprio poder, o Rei nomeava católicos para ocupar cargos importantes na administração real), os

protestantes posicionam-se contra a Coroa. Entre 1640 e 1641 ocorrem violentos distúrbios na *City* londrina, que revelaram a precariedade das estruturas formais de poder na Inglaterra. Neste clima de agitação social, tem início a Guerra Civil entre a Coroa e o Parlamento, conflito que termina em 1648 com a vitória do *New Model Army* de Cromwell. Em 1649 Carlos I é executado e a monarquia é abolida. Para muitos, a revolução burguesa consolida-se neste momento. O período republicano, liderado por Cromwell (que, não podemos esquecer, dissolveu o Parlamento entre 1653 e 58 para se manter no poder) perdura até 1660. Nesta data ocorre a famosa Restauração dos Stuarts. O parlamento divide-se em dois partidos rivais (Whigs e Tories). No entanto, Jaime II, que tinha uma postura favorável ao catolicismo, acabou provocando uma aliança entre Whigs e Tories com o objetivo de derrubá-lo do poder. A aliança obteve sucesso e a coroa foi entregue a Guilherme III de Orange (Holanda), sob o lema "religião protestante e parlamento livre". Este episódio ficou conhecido como a "Revolução Gloriosa", freqüentemente qualificado como a marca definitiva da Revolução burguesa na Inglaterra. Afinal, a Revolução ocorreu em 1640, 1641, 1642-48 ou em 1688? Ou então, argumenta-se com freqüência, já que a história não é linear, não seria mais razoável argumentar que a Revolução compreende todo este período? Para muitos autores, este é o dilema: qual data é a melhor, isto é, quando a burguesia consolida efetivamente a sua dominação?

Os eventos que descrevemos acima não podem ser realmente compreendidos se não considerarmos as transformações na estrutura agrária da Inglaterra que iniciam-se já no final do século XIV; a ruptura do padrão mercantil britânico na passagem do século XVI ao XVII, que remodelou os padrões do comércio internacional inglês e, também, as alterações no equilíbrio de poder entre principais potências do início da era moderna. Assim, como notou José Jobson de Andrade Arruda, o recorte do período revolucionário deve ser expandido, pois ele deve compreender tanto a Revolução Inglesa do século XVII quanto a Revolução Industrial de século XVIII, época onde o modo de produção capitalista consolida-se definitivamente.¹⁹¹ Deste modo, é no período posterior à Grande Revolução Inglesa de 1640-1780 que o modo de produção capitalista passa a expandir-se com um dinamismo até então nunca visto. Esta grande Revolução, portanto, representa o marco decisivo do capitalismo como *sistema mundial*, e inaugura uma nova Era:

¹⁹¹ cf. J.J.A. ARRUDA *A Grande Revolução...* cit. p. 182-5

"Efetivamente, - escreve J. Jobson de Arruda - o sentido burguês da Revolução Inglesa não só se mostra na sua gestação, conduzida por uma classe agrária capitalista com o apoio decidido dos setores mercantis urbanos, mas, especialmente, na criação de condições para o avanço das forças produtivas capitalistas, de tal forma liberadas, que culminariam na Revolução Industrial, concluindo-se, pois, que, deste ponto de vista, merecem demarcar o início da Era das Revoluções Burguesas."¹⁹²

Não há dúvida de que esta periodização abre novos horizontes. Em primeiro lugar, este novo recorte representa uma ruptura definitiva com o princípio idealista do tempo homogêneo, permitindo a superação dos limites da história situada exclusivamente no plano dos acontecimentos. Com isto, simultaneamente, podemos ultrapassar o marco da reflexão centrada *fundamentalmente* nas formações econômico-sociais, ou, então, se quisermos preservar esta categoria, ao menos, temos de incorporar à análise o caráter transnacional da formação do capitalismo e, também, o princípio de que o estudo de uma formação econômico-social determinada jamais pode prescindir da conformação do sistema mais amplo de que ela faz parte. Para este objetivo, a história comparada consiste em um procedimento poderoso: mediante a comparação sistemática entre duas ou mais formações sociais, é possível apreender estruturas e relações que transcendem cada uma destas formações tomadas isoladamente, forcejando a análise num sentido progressivamente totalizante. Entretanto, o método comparativo não é utilizado exclusivamente para atingir este objetivo. Em alguns casos, a história comparada é utilizada para salientar as especificidades de uma formação social particular, especificidades que supostamente explicariam porque ela seguiu uma trajetória distinta da trilhada pelas demais formações. Este é o caso, por exemplo, da comparação entre a França e a Inglaterra feita por Robert Brenner no célebre Debate Brenner: longe de tentar apreender a formação do capitalismo em escala mundial, este autor tenta responder porque o modo de produção capitalista floresceu primeiro na Inglaterra. A França (e, também, a Europa Oriental) surge em sua explicação apenas como um contraponto. A perspectiva do sistema-mundo surgiu, dentre outras determinações, da crítica desta tendência. Infelizmente, como vimos, Wallerstein acabou ficando prisioneiro de uma concepção demasiado rígida de estrutura, que oculta as transformações que o capitalismo sofreu ao longo de sua existência.

*

¹⁹² *Ibid* p. 183

No próximo capítulo reconstituiremos o choque entre a perspectiva do sistema-mundo e a interpretação de Patrick O'Brien que, como veremos, antecede o Congresso de Madri. A peculiaridade do Congresso é que, no caso, a balança pendeu para o lado do segundo autor. No entanto, antes de discutirmos diretamente a obra de O'Brien teremos de expor os contornos gerais da interpretação que ele toma como ponto de partida: Paul Bairoch.

2 - A Perspectiva do Sistema-Mundo e o Congresso de Madri

A influência de Paul Bairoch sobre Patrick O'Brien é nítida. Como veremos logo a frente, em "*European Economic Development: the contribution of the Periphery*"¹⁹³, Patrick O'Brien simplesmente retoma os argumentos básicos de Paul Bairoch, acrescentando as análises contrafactuais como evidência adicional. Outra peculiaridade é que este autor se contrapõe de forma mais direta à perspectiva do sistema-mundo. Portanto, dada esta relação, discutiremos em primeiro lugar as idéias de Paul Bairoch. O argumento fundamental de Bairoch, exposto pela primeira vez em 1963¹⁹⁴ e repetido exaustivamente desde então, é muito simples: de fato, o colonialismo foi um evento crucial para a história das colônias, na medida em que impôs sobre elas os interesses econômicos e políticos das metrópoles em detrimento dos seus habitantes, bloqueando deste modo o seu desenvolvimento potencial.¹⁹⁵ No entanto, a importância da relação não possui a mesma magnitude nos dois sentidos: a importância das colônias para as metrópoles é muito menor do que o inverso. Assim, exatamente por causa desta desproporção, o "terceiro mundo" pode ter perdido muito com a colonização, mas isto não significa que os colonizadores tenham ganhado muito.¹⁹⁶ Com base neste argumento e em dados empíricos, Bairoch empenha-se em destruir o "mito" da importância da exploração do Terceiro-Mundo para o desenvolvimento econômico europeu. Este mito, segundo o autor, fundamenta-se em três hipóteses: 1) a industrialização do mundo desenvolvido dependeu das matérias primas do terceiro mundo; 2) o terceiro mundo representou um importante escoadouro para as manufaturas do Ocidente; 3) o colonialismo foi decisivo para disparar a Revolução Industrial. A estratégia é simples: para poder destruir o mito, Bairoch ataca

¹⁹³ *The Economic History Review*, 2nd. Series, XXXV, 1 (1982)

¹⁹⁴ *Révolution industrielle et sous-développement* Paris, 1963.

¹⁹⁵ Por bloqueio do desenvolvimento Bairoch entende, principalmente, a desindustrialização da Índia (e, em menor medida, da África). A especialização forçada na exportação de produtos primários e de matérias primas, em seu entender, não é necessariamente uma "via para o subdesenvolvimento" cf. Paul BAIROCH *Economic and World History: myths and paradoxes* Harvester Wheatsheaf, 1993 p. 140-1

¹⁹⁶ Jorge Pedreira incorpora esta idéia ao criticar a teoria do subdesenvolvimento: "Esta perspectiva enferma, porém, de um desvio fundamental. Na sua origem não se encontra a preocupação de explicar o desenvolvimento da Europa, mas o desenvolvimento – ou antes o subdesenvolvimento – das regiões periféricas, para as quais os laços econômicos com o centro formava, efetivamente o essencial das relações comerciais e financeiras. Supôs-se, por conseguinte, que esses laços seriam igualmente importantes para o centro e esqueceu-se, por um instante, aquilo que tantas vezes se sublinha: que o relacionamento entre centro e periferia é essencialmente assimétrico, isto é, que pode ser crucial para a periferia sem por isso produzir idêntico significado para o desenvolvimento do centro" *Estrutura Industrial e Mercado Colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)* Linda a Velha: Difel, 1994 p. 4

as três hipóteses que, em seu julgamento, formam a sua base. Para os nossos propósitos, a discussão sobre a terceira hipótese é a mais importante, pois, nas demais, de forma um tanto anacrônica, Bairoch concentra a sua análise no final do século XIX e, sobretudo, no século XX. Apresentaremos sinteticamente seus comentários sobre as duas primeiras hipóteses e aprofundaremos a discussão no caso da terceira.

O fornecimento de produtos primários do Terceiro Mundo pode ser dividido em três categorias: energia, minerais e fibras têxteis. No caso da energia, no período pré-industrial, o elevado custo dos transportes inviabilizava a formação de grandes redes de comércio envolvendo o tráfego de carvão e madeira, produtos com um valor unitário muito baixo, que tornava economicamente inviável o seu transporte por longas distâncias. Portanto, desde cedo houve uma tendência à autonomia na produção de energia. Os países desenvolvidos só se tornam dependentes da importação de energia alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, devido fundamentalmente ao barateamento do custo do petróleo que, com o desenvolvimento da produção no Oriente Médio, rapidamente tornou-se a fonte principal de energia. No caso dos minerais, o ferro é o mais importante (corresponde a 95% de todos os metais produzidos). Mas até a Primeira Grande Guerra, o comércio do ferro era basicamente intra-europeu: França, Espanha e Suécia supriam a demanda do Reino Unido, Alemanha e Bélgica, embora parte do minério viesse da Argélia e da Tunísia. A importação de ferro do terceiro mundo só começou a crescer a partir do entre-guerras. No caso das fibras têxteis, particularmente o algodão, o Terceiro Mundo exerceu um papel importante *mas não dominante*: a produção da Europa sempre foi importante e, no caso do algodão, boa parte dele era proveniente dos EUA (ver Tabela 16 p. 274). Para Bairoch, vendo do outro lado as coisas parecem diferentes, e isto explica o mito: “Produtos primários representaram mais de 90% das exportações do Terceiro Mundo e, além do mais, na maior parte dos países do Terceiro Mundo quase 100% das matérias primas produzidas eram exportadas para os países desenvolvidos. Estes são fatores complementares que ajudam a explicar a criação do mito de que a industrialização Ocidental resultou das exportações das matérias primas originadas do Terceiro Mundo.”¹⁹⁷

O segundo mito é, na opinião de Bairoch, o mais fácil de ser atacado com as evidências empíricas: as colônias nunca absorveram uma parcela significativa da produção dos países desenvolvidos. Em sua opinião, este mito deve ter sua origem no

fato de que, desde o século XIX, praticamente todos os produtos manufaturados consumidos na maioria dos países do terceiro mundo eram originários dos países desenvolvidos. Além disto, esta é uma das principais causas da desindustrialização destas regiões.¹⁹⁸ No entanto, do ponto de vista dos países desenvolvidos, as colônias e o terceiro mundo jamais consumiram grande parte de suas exportações. Do total de exportações, a parcela absorvida era muito pequena: entre 1800 e 1938, apenas 17% das exportações totais tiveram como destino o terceiro mundo e, deste total, somente 9% foram importadas pelas colônias européias. Como, neste período, as exportações totais representavam apenas 8 ou 9% do PNB dos países desenvolvidos, é possível estimar que as exportações para o terceiro mundo representaram cerca de 1.3% ou 1.7% do volume total de produção¹⁹⁹ (ver Tabela 17 p. 274). Os manufaturados dominavam a pauta de exportações. Entre 1899 e 1938, de 26 a 32% das exportações de manufaturados foram direcionadas para o terceiro mundo. Do volume total de produção manufatureira, foram exportados cerca de 20-25%. Logo, no período em questão, de 5 a 8% da produção total de manufaturados dos países desenvolvidos foi exportada para o terceiro mundo, uma cifra que, para Bairoch, indica a marginalidade deste mercado. Assim, por mais que esta quantidade de mercadorias tenha trazido dificuldades para a industrialização do terceiro mundo, este volume representou um estímulo muito pequeno para a indústria dos “países desenvolvidos”.²⁰⁰

Antes de discutirmos o ponto que é realmente decisivo é conveniente adiantar aqui algumas críticas, que serão aprofundadas em um momento mais oportuno. É importante notar como a terminologia empregada por Paul Bairoch é imprecisa e vaga. Quando ele se refere ao século XIX, as colônias européias da África e da Ásia são anacronicamente classificadas como Terceiro Mundo, em conjunto com as nações independentes da América Latina. Mas a flutuação terminológica não para por aí: na esmagadora maioria das vezes ele usa “países desenvolvidos” e Ocidente como sinônimos, sem nunca especificar exatamente *de que países exatamente ele está falando*. Por exemplo: os EUA, em determinados momentos, de acordo com a conveniência, fazem parte do Ocidente/países desenvolvidos e em outros não. Outro ponto a ser destacado é a *manipulação* dos dados: em seus cálculos sobre a influência do comércio ultramarino

¹⁹⁷ *Ibid* p. 68

¹⁹⁸ *cf. ibid* p. 72. Sobre a desindustrialização, ver p. 88-92

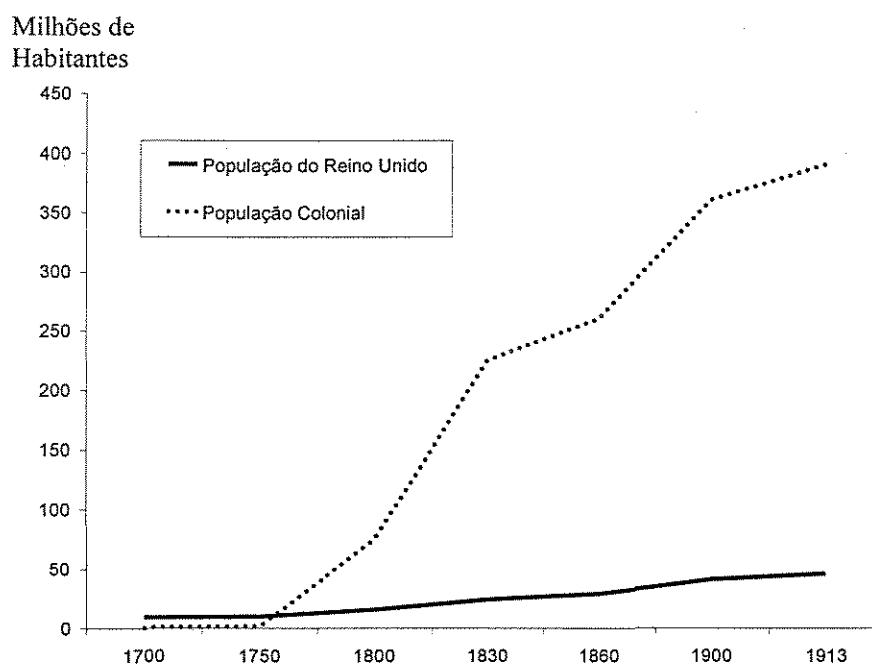
¹⁹⁹ *cf. ibid* p. 72-3

²⁰⁰ *cf.* p. 73-4.

sobre o desenvolvimento da Europa, Bairoch inclui os países da Europa Central e Oriental na composição do PIB europeu, chegando a conclusão de que, por exemplo, entre 1780 e 90 o comércio intercontinental representava apenas 2% do produto interno da Europa. Mas estes países não estavam diretamente envolvidos nos circuitos mercantis ultramarinos. Este número, portanto, não é representativo.²⁰¹

Podemos agora abordar o tema fundamental: as relações entre o comércio ultramarino e a revolução industrial. Durante o século XVIII o império colonial britânico era muito limitado: a única região importante era a América do Norte, e isto somente depois do tratado de Paris de 1763. De acordo com Bairoch, império só *começa* a se tornar realmente significativo no final deste século, com o início da expansão sobre a Índia). O gráfico abaixo, construído com base na Tabela 15 (p. 274) ilustra o desenvolvimento do Império Britânico:

Gráfico 1 – Evolução do Império Britânico



A população colonial ultrapassa a da metrópole somente depois de 1750 e, a partir daí, a defasagem da população metropolitana com relação a colonial aumentou de forma acelerada. Além das dimensões reduzidas, por volta de 1780 as colônias inglesas eram

²⁰¹ cf. Jorge PEDREIRA *Estrutura...* p. 5.

muito menos orientadas para o comércio do que, por exemplo, as colônias da Espanha e de Portugal. Esta situação só foi alterada no século XX, na véspera da Primeira Guerra Mundial, quando as colônias britânicas já haviam ultrapassado as demais, correspondendo a 72% do comércio colonial total e a 80% da população colonial. Esta evolução é, no entender de Bairoch, uma forte evidência de que, durante o século XVIII e XIX, a colonização foi uma *consequência* do desenvolvimento industrial e não o contrário.

Mas o aspecto decisivo, que supostamente demonstra a irrelevância das colônias para a eclosão da Revolução Industrial, é o pequeno volume do comércio internacional durante o primeiro estágio da Revolução Industrial (1720-1780/90): “Durante este período crucial, para a economia britânica, todos os mercados externos provisionaram apenas 4-8% da demanda total durante estes 60-70 anos. O Comércio com países não-europeus representou cerca de 33-9% do comércio britânico total, logo, a contribuição dos futuros países menos desenvolvidos poderia ter absorvido, no máximo, 2-3% da demanda total”²⁰² Uma análise econométrica dos setores industriais mais importantes - o têxtil e a metalurgia – também demonstra o papel limitado do comércio colonial. Os mercados externos absorveram 11% da produção total da indústria do ferro (atingindo 18% entre 1720-80) e de 10 a 15% da produção total da indústria de algodão. Como os mercados do “terceiro mundo” correspondem apenas a 40% do total de transações com o exterior, eles representaram apenas um estímulo adicional de 6-8% no caso do ferro e de 4-5% da indústria de algodão.

A situação muda completamente no século XIX: o comércio ultramarino se torna decisivo para a economia britânica, particularmente as exportações para as suas colônias e para o “terceiro mundo”.²⁰³ A população das colônias britânicas começou a crescer rapidamente em termos absolutos e relativos: em 1800, já era o triplo da população da metrópole (cf. Tabela 15 p. 274). Assim, de acordo com Bairoch, foi apenas a *partir* de século XIX que a Inglaterra passou a basear quase todo o seu desenvolvimento nos mercados ultramarinos e, especialmente, nas relações com as suas colônias. “(...) o fato de que – complementa Bairoch –, por exemplo, na virada do século vinte 79% dos têxteis de algodão britânicos eram exportados e que mais da metade deles foram para o Terceiro Mundo é provavelmente a maior explicação para o mito concernente ao papel da

²⁰² Cf. P. BAIROCH, *P. Economics and World...* cit. p. 82

²⁰³ “De acordo com os dados elaborados por Deane e Cole, já por volta de 1819/21 53% das manufaturas de algodão do Reino Unido eram exportadas. Destas exportações, uma grande parcela foi para os países do futuro Terceiro Mundo, dentre eles, várias colônias britânicas” *ibid* p. 85

colonização na Revolução Industrial Britânica. De fato, há quase uma relação inversa: a colonização britânica, e de forma mais geral, a colonização moderna européia, pode ser em grande medida explicada pela Revolução Industrial”.²⁰⁴ Isto porque a extensão e o grau de coesão do Império não dependia apenas da vontade, mas sobretudo de constrangimentos econômicos e militares. A Revolução Industrial atenuou substancialmente estes dois constrangimentos: o poder econômico e bélico²⁰⁵ do Ocidente cresceu muito comparativamente aos seus rivais (no caso, o continente Africano e Asiático), fator que possibilitou a multiplicação do território sob domínio europeu. Além disto, o novo padrão de consumo instaurado pela Revolução Industrial, ao ultrapassar os limites da sociedade pré-industrial, permitiu a intensificação das relações econômicas com as colônias, dando maior coesão ao império.²⁰⁶ Portanto, o nível de consumo dos produtos tropicais só aumentou consideravelmente *depois* da Revolução Industrial.

Para reforçar o seu argumento, Paul Bairoch precisa destruir mais alguns mitos, embora de “menor importância”. Discutiremos aqui apenas dois deles: 1) o mito do comércio externo como um motor do desenvolvimento e, 2) o suposto mito de que, para o mundo desenvolvido, o século XIX foi um período de crescimentos acelerado. O primeiro mito, na opinião de Bairoch, deriva de uma inversão de causalidade. Na realidade, *é o crescimento econômico que leva ao comércio internacional*, e não o contrário. Para haver comércio internacional, além dos pré-requisitos técnicos, é necessário um padrão de consumo elevado a ponto de gerar uma demanda capaz de cobrir os custos de transporte e ultrapassar a oferta da produção local. Deste modo, sem o crescimento econômico não é possível estabelecer relações comerciais entre zonas distantes. Pelo menos desde o século XIX, os números parecem confirmar esta hipótese: a produção cresce *antes* do aquecimento das trocas internacionais, assim como as depressões do mercado internacional ocorrem somente depois do declínio ou da estagnação da produção.²⁰⁷ Mas

²⁰⁴ *ibid* p. 85

²⁰⁵ “As inovações tecnológicas que resultaram da Revolução Industrial deram aos Europeus a capacidade militar de conquistar e controlar extensos e remotos territórios através de não somente armamentos melhores mas também de navios mais rápidos e maiores e do melhoramento das comunicações”. *Ibid* p. 86

²⁰⁶ “A Europa pré-industrial, como qualquer outra sociedade pré-industrial, podia possuir apenas relações econômicas limitadas com as suas colônias, e, portanto, podia (ou necessitava) sustentar apenas um império colonial relativamente limitado. A Europa “tradicional” caracteriza-se por um baixo padrão de vida e um nível de consumo per capita próximo ao das colônias. Este padrão de vida e nível de consumo, por sua vez, implica que os produtos das colônias (predominantemente gêneros tropicais e alguns artigos manufaturados de luxo) podiam representar apenas uma pequena fração do consumo total.” *Ibid* p. 85

²⁰⁷ “De fato, todo o século dezenove apresenta evidências similares: o crescimento econômico leva ao comércio internacional e não vice-versa. Vamos ser mais específicos e começar com a primeira metade do

esta “revelação” não é tão instigante assim: como a trajetória da economia mundial depois da industrialização é, em grande medida, orientada em torno da demanda e dos padrões técnico-gerenciais dos países desenvolvidos, esta constatação, por si só, não nega a possibilidade da deterioração dos termos de troca e, portanto, da preservação e do acentuamento da assimetria entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos.

Já o segundo mito tem que ser despedaçado para preservar a idéia de que o colonialismo não favoreceu diretamente o desenvolvimento das sociedades mais afluentes. No caso específico dos países colonialistas, a expansão do império é concomitante à redução da taxa de crescimento econômico: “Um elemento adicional que leva à reavaliação do papel da colonização na industrialização e no desenvolvimento econômico do Ocidente pode ser encontrado no seguinte paradoxo. A comparação da taxa de crescimento durante o século dezenove indica que os países não-colonialistas tinham, via de regra, um crescimento econômico mais acelerado do que os colonialistas. Há uma correlação quase perfeita. Assim, países colonialistas como a Grã-bretanha, França, Holanda, Portugal e Espanha foram caracterizadas por uma taxa de crescimento econômico e de industrialização mais lenta do que a Bélgica, Alemanha, Suécia, Suíça e os Estados Unidos. A ‘regra’ é, de certo modo, também válida para o século vinte. A Bélgica, ao juntar-se ao ‘clube’ colonial nos primeiros anos do século vinte, também passou a fazer parte do grupo caracterizado pelo crescimento lento. A perda do império colonial holandês depois da Segunda Guerra Mundial coincidiu com uma rápida aceleração do seu desenvolvimento econômico.”²⁰⁸ Além de apontar o “paradoxo”, Bairoch busca explicações para ele. A redução na taxa de crescimento pode ser explicada pela necessidade de empregar recursos técnicos e capital no império, fato que poderia explicar o decréscimo do dinamismo da economia metropolitana. Ele avança ainda outra possibilidade: os mercados coloniais, por causa dos privilégios da metrópole, não são competitivos e, portanto, não pressionam por inovações técnicas. Isto poderia - no médio ou longo prazo - comprometer o desempenho econômico das potências colonialistas com relação às demais economias desenvolvidas que, por não possuírem colônias, a todo

século dezenove. Os dados começam a ficar razoavelmente válidos de 1835 para frente, e desse ano até o início do período do *Free Trade* (1860) o volume das exportações européias e do PNB mostra padrões divergentes. No período 1836-48 o PNB cresceu mais rápido do que as exportações, e, a despeito de um relativamente incremento do crescimento das exportações, a economia estava desacelerando. Durante o período de *Free Trade* (1860-92), (...) a lentidão da “Grande Depressão européia” afetou o crescimento econômico antes do que o comércio externo. O mesmo padrão é visto no período de recuperação e é ainda mais nítido na escala dos países individuais.” *Ibid* p. 136

momento são obrigadas a enfrentar mercados competitivos. Sem aprofundar a análise sobre estas conjecturas, Bairoch dá mais um passo: a correlação negativa supracitada indica que o colonialismo *não foi tão importante para o desenvolvimento e para a industrialização*, pois, se assim fosse, a correlação esperada deveria ser inversa.²⁰⁹

Mas há uma explicação alternativa, que ele aponta mas não leva muito a sério: a possibilidade das potências não colonialistas tirarem benefícios dos mercados coloniais sem ter de arcar com os custos da colonização: “Esta parece ser o caso da Suíça, cujas exportações para o terceiro mundo em meados do século dezenove eram aparentemente maiores do que a dos demais países não-colonialistas que, como uma regra, possuíam uma parcela de exportações para o terceiro mundo muito menor. Assim, se tomarmos como exemplo a situação em 1860 veremos que, enquanto a parcela do total de exportações do Reino Unido destinadas para o terceiro mundo estava próximo dos 40%, a parcela na Alemanha estava abaixo de 10% e no caso dos Estados Unidos ela era, a despeito de sua proximidade com a América Latina, apenas de 14%. A parcela da Espanha era de 30% enquanto a da Bélgica e da Suíça por volta de 5%.”²¹⁰ O fato é que estas conjecturas não provam muita coisa. Os frutos do colonialismo não podem ser avaliados de acordo com a *ideologia colonialista*.²¹¹ que o império tinha como função fortalecer a *nação*. No caso da Grã-bretanha, como o próprio Bairoch reconhece de forma relutante, os setores diretamente envolvidos com o império tiveram retorno: no século XVIII Liverpool floresceu com base no comércio de escravos e, também, já neste século mas, sobretudo no seguinte, as regiões em torno das indústrias têxteis prosperaram com a exportações para a América Latina e para a Índia.²¹² Além disto, há um “intruso” nesta lista: os Estados Unidos da América. Muitos podem relutar em situar este país no rol do colonialistas: os Estados Unidos jamais tiveram colônias e, no caso do *colonialismo formal*, este argumento basta. Contudo, também é verdade que, através de um expansionismo territorial agressivo, apoiado no uso direto e indireto da força militar, este

²⁰⁸ *ibid* p. 77

²⁰⁹ *cf, ibid* p. 78

²¹⁰ *ibid* p. 78

²¹¹ Aqui, no caso, o melhor termo seria *imperialismo*. Mas como todo o argumento de Bairoch é construído sob a *indistinção* entre imperialismo e colonialismo, optamos por preservar os termos do autor.

²¹² Para Bairoch, mesmo os estímulos aparentemente positivos do colonialismo sempre são, no fim das contas, perniciosos: “Mas benefícios setoriais ou regionais não implicam benefícios nacionais [!!], e, além disto, é importante lembrar que as cidades britânicas da indústria do algodão estavam entre as regiões que mais entram em depressão na década de 1920. De forma mais global, *é provável que uma das causas do relativa*

país multiplicou por oito o seu território ao longo de século XIX. No final deste século, inspirados pelas idéias do Almirante Mahan, os estadunidenses projetaram as suas forças sobre o Pacífico e começaram a contestar a posição privilegiada dos ingleses na América Latina. Olhando as coisas desta perspectiva, as conjecturas de Bairoch perdem muito de sua força aparente.

Já vimos que, para tentar reforçar artificialmente o seu argumento, Bairoch minimiza o peso do comércio ultramarino usando como referência toda a Europa, incluindo na conta, portanto, países que não tinham nenhuma ligação direta com os circuitos mercantis da Atlântico e do Pacífico. Além disto, como François Crouzet já havia advertido no início da década de 1980, o peso do comércio ultramarino não pode ser aferido de forma estática, isto é, simplesmente comparando a sua proporção com relação a variáveis agregadas (produção total, por exemplo). Este procedimento oculta a influência efetiva deste comércio sobre os setores específicos da economia (setor têxtil, manufatureiro, serviços de navegação, etc...) e, o que é mais importante, o seu efeitos dinâmicos. Sobre este ponto, Crouzet é bem claro: *o que deve ser medido é a participação do comércio ultramarino no crescimento do investimento e do produto*. No período 1780-1860 o comércio exterior absorveu 30% da *produção adicional* (entre 1783 e 1803 esta proporção chegou a 40%).²¹³ Além disto, se observarmos o comportamento das exportações de produtos ingleses²¹⁴ ao longo do período 1697-1800 poderemos notar mais um ponto débil na interpretação de Bairoch. A tabela abaixo (Tabela 6) ilustra o que queremos dizer:

Tabela 6 – Média das Taxas de Crescimento por Ano das exportações da Inglaterra e Gales

Ano	%
1697 – 1714	2.8
1714 – 1744	0.9
1744 – 1760	3.0
1760 – 1781	-1.5
1781 – 1800	5.1

Fonte: CROUZET, F. "Towards an Export Economy..." *cit.* p. 51

falta de 'novas' indústrias na Grã-Bretanha no fim do século dezanove pode ser ligada ao acesso simples aos mercados coloniais." Ibid p. 78 (grifo meu).

²¹³ Cf. François CROUZET "Towards an export economy: british exports during the Industrial Revolution" *Explorations in Economic History*, 17, 1 (1980) p. 66-7;70-2

²¹⁴ Crouzet utiliza em seus cálculos apenas as exportações de produtos ingleses: as reexportações de artigos do mundo colonial ou de outros países não entram na conta cf. F. CROUZET "Towards..." *cit.* p. 51

Olhando os dados, não é difícil notar que o período 1760-1781 foi *atípico* e, portanto, não pode servir de base à interpretações gerais, como fez Bairoch.²¹⁵ Dois motivos explicam a singularidade deste período: a debilidade dos mercados europeus por volta de 1760 seguramente influenciaram no declínio das exportações inglesas, mas o fato decisivo foi o início da rebelião das 13 colônias, que começou com o boicote dos americanos aos produtos ingleses e culminou na Guerra da Independência.²¹⁶ Como evidência adicional sobre o caráter atípico deste período, basta observar o súbito crescimento das exportações no período imediatamente posterior (1781-1800).²¹⁷

Mas, deixando de lado as agudas observações de Crouzet e levando em consideração apenas os países envolvidos diretamente com o colonialismo, a singularidade da Grã-Bretanha não pode ser ignorada. Quando comenta o significado econômico das exportações para os “países do terceiro mundo”, o próprio Bairoch percebe isto, mas não tira as devidas conclusões: “A principal exceção regional foi o Reino Unido. Para este país, as exportações para o terceiro mundo representavam 40% do total (durante o período 1800-1938). (...) Além do mais, a proporção das exportações no PNB foi maior no Reino Unido do que a média dos países desenvolvidos: cerca de 12-13%. Portanto, as exportações para o terceiro mundo representaram 46% da produção total do Reino Unido, que, embora fossem de três a quatro vezes maiores do que a do resto do mundo desenvolvido, elas permanecem uma parcela modesta.”²¹⁸ Trata-se, portanto, de uma “exceção” importante: esta parcela só pode ser considerada modesta se, como já vimos, desprezarmos os seus efeitos dinâmicos - a vantagem que a Inglaterra conquistou frente aos seus rivais imediatos - e seus estímulos sobre os setores diretamente envolvidos com o comércio internacional. Além disto, como salientou Jorge Pedreira, a segmentação do espaço econômico em países ou regiões oculta não apenas as dinâmicas que operam na escala da economia-mundo, mas a repercussão dos processos de industrialização “uns sobre os outros”: os fios de algodão e o ferro em brasa britânicos, por exemplo, suprimam as manufaturas alemãs e isto incrementou a

²¹⁵ “Estes 20 anos – escreve Crouzet – de não apenas estagnação, mas de declínio efetivo no volume de exportações, são singulares na história do comércio britânico dos séculos XVIII e XIX, mas a sua importância tem sido superestimada, de modo a proporcionar um argumento forte para os acadêmicos que ressaltam o papel desempenhado pelo mercado doméstico no início da Revolução Industrial” *cit.* p. 52.

²¹⁶ *Cf. ibid* p. 52-3

²¹⁷ Este crescimento significativo do volume das exportações parece ser uma repercussão dos níveis artificiais de exportação derivados da Guerra da Independência quando as hostilidades terminaram e os mercados voltaram a operar *cf. ibid* p. 53.

²¹⁸ Paul BAIROCH *Economics and World...* p. 73

especialização da produção no âmbito da Europa. Pedreira ainda ressalta os efeitos indiretos do domínio britânico dos mares sobre a industrialização europeia: se, de um lado, este domínio *dificultou* o acesso dos demais países europeus aos mercados ultramarinos, de outro, a demanda da periferia por produtos ingleses aliviou muito a pressão britânica sobre os mercados internos da Europa,²¹⁹ abrindo uma margem significativa para a difusão da industrialização no continente Europeu.

2.1 – A Crítica de Patrick O'Brien à perspectiva do Sistema-Mundo

Em 1982, Patrick O'Brien publicou um artigo em *The Economic History Review*,²²⁰ onde criticou as principais hipóteses que, supostamente, formam a base da “escola do sistema mundial”. Este artigo é extremamente relevante para a nossa pesquisa por dois motivos: 1) contém, embrionariamente, os argumentos que foram apresentados posteriormente no congresso de Madri (até mesmo, como veremos, os “exercícios contrafactuais”); 2) confrontando este artigo com a resposta de Immanuel Wallerstein,²²¹ podemos explicitar as diferenças fundamentais que separam estas duas formas de apreensão da história em geral, e do desenvolvimento econômico europeu em particular.

2.1.1 – A Interpretação de O'Brien sobre a Escola do “Sistema Mundial”

O modo como um autor sintetiza uma escola do pensamento geralmente revela as suas preferências teóricas. A forma como Patrick O'Brien reconstitui e caracteriza a “nova escola do desenvolvimento histórico” ilustra muito bem este princípio. O critério básico que ele utiliza para classificar os membros desta escola é a preocupação com o papel desempenhado pela “periferia” na promoção do desenvolvimento econômico da Europa: “Resumos são simplificações – escreve O'Brien - , e distorções ocorrem quando tentamos “encaixar” acadêmicos em “escolas”. Obviamente existem diferenças salientes no tratamento e na cobertura da história global de um autor para outro, assim como no

²¹⁹ cf. Jorge PEDREIRA *Estrutura Colonial...* cit. p. 7-9

²²⁰ “European Economic Development...” cit. Há uma versão simplificada deste artigo em espanhol: “El Tercer Mundo y Europa occidental, 1492-1789” *Revista de Occidente* No. 29 (1983)

²²¹ “European Economic Development: a comment on O'Brien” *The Economic History Review* 2nd. Series, 4 (1983)

significado imputado aos efeitos das relações econômicas internacionais sobre o desenvolvimento de longo prazo. *Entretanto, a preocupação principal desta nova escola é com o desenvolvimento econômico da periferia e com a distribuição dos ganhos pelo comércio, e não com a história econômica da Europa Ocidental*²²² Assim, de acordo com Patrick O'Brien, a preocupação central com o "subdesenvolvimento" da periferia é a característica fundamental desta "nova história do desenvolvimento", o elo comum que dilui as diferenças pontuais entre os diversos autores que compõe a "escola" do sistema mundial. Com base nesta delimitação pouco precisa, Patrick O'Brien discrimina as hipóteses em que a perspectiva do sistema mundial se baseia:

- (a) o desenvolvimento de longo prazo da Europa Ocidental em geral – e da Inglaterra em particular – só pode ser analisado em *escala global*
- (b) a expansão da economia internacional nos três séculos posteriores à 1450 gerou lucros extraordinários (*supernormal profits*), que foram progressivamente concentrados nas mãos dos capitalistas dos Estados centrais
- (c) os investimentos destes capitalistas contribuíram enormemente para a acumulação de capital na Europa Ocidental. No final do século XVIII esta região entrou em um curso do desenvolvimento singular, que confinou as demais partes do mundo (a periferia e a semi-periferia) ao subdesenvolvimento.
- (d) o comércio com a periferia, através da especialização e da importações de produtos-chave (*bullión*, em particular), foi decisivo para o crescimento econômico da Europa Ocidental.²²³

O principal argumento de O'Brien contra "a nova escola do desenvolvimento" é bastante simples: durante o período compreendido entre 1450 e 1750, o comércio entre a Europa Ocidental e a periferia representa uma parcela muito pequena da atividade econômica total. Por volta de 1780-90, apenas 4% do PNB europeu era exportado para fora das fronteiras nacionais. Provavelmente menos de 1% destinava-se à África, América Latina,

²²² O'Brien, P. "European..." cit. p. 2. (Grifos meus). Em nenhum momento deste texto O'Brien usa uma denominação precisa sobre a "escola" com que ele dialoga. As denominações que utiliza são: "nova escola do desenvolvimento histórico"; "nova história do desenvolvimento"; "historiadores dos sistemas econômicos mundiais e da acumulação"; etc. Os únicos autores que ele classifica explicitamente como "membros" desta "escola" são: Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank e Samir Amin (cf. p.1).

²²³ cf. *id*; *ibid* p. 3

Caribe e às plantações do sul dos Estados Unidos.²²⁴ Sendo assim, as relações entre a Europa e a periferia da economia internacional possuem um papel insignificante na explicação sobre a rápida aceleração da taxa de crescimento do “centro”, a partir de 1750. Portanto, a explicação deste fenômeno - qualquer que seja ela - deve fundar-se predominantemente em *elementos internos*. Esta é a crítica fundamental de O'Brien. Dela, derivam pelo menos duas outras críticas importantes: a) A “nova escola” não é capaz de medir o *significado econômico* do comércio intercontinental. Apesar disso, os partidários desta linha de análise baseiam as suas interpretações na idéia de que a exploração da periferia foi um elemento decisivo na promoção do desenvolvimento econômico da Europa;²²⁵ b) Os adeptos desta escola partem do pressuposto de que o comércio com a periferia representava a forma de investimento mais lucrativa da era moderna (a fonte dos “lucros extraordinários”). De acordo com O'Brien, este pressuposto não se sustenta: em primeiro lugar, o risco deste tipo de investimento era muito elevado, as variações eram grandes demais e, por fim, de acordo com estimativas contrafactuais, a taxa de retorno deste tipo de investimento revelou-se menor do que um hipotético investimento na metrópole ou em outras regiões da economia mundial. Antes de darmos mais alguns passos, vamos reconstituir com um pouco mais de precisão todas estas críticas.

2.1.2 - A Periferia e o desenvolvimento econômico da Europa

Para compreender o argumento de O'Brien é necessário, antes, deixar claro o que ele entende por “periferia”. Não se trata apenas da América Latina, Caribe, Ásia e África, pois as colônias britânicas da América do Norte baseadas no trabalho escravo também são incluídas nesta categoria (Virgínia, Maryland, “as Carolinas” e a Georgia).²²⁶ Baseando-se em dados fornecidos por Paul Bairoch,²²⁷ O'Brien afirma que no final do século XVIII os fluxos de mercadorias entre a Europa Ocidental e a periferia era composto

²²⁴ *cf. id; ibid* p. 4.

²²⁵ “Uma característica surpreendente da nova escola de desenvolvimento – escreve O'Brien – é a falta de um embasamento estatístico sistemático para a maior parte de suas hipóteses básicas. Uma importante omissão é a incapacidade de medir o significado econômico do comércio intercontinental.” *Ibid* p. 3.

²²⁶ *Cf. id; ibid* p. 4

²²⁷ “Geographical Structure and Trade Balance of European Foreign Trade” *Journal of European Economic History* III (1974).

de cerca de 20% de exportações e 25% de importações.²²⁸ Com base “neste tipo de evidência”, O’Brien conclui que é impossível atribuir muito peso às interconexões com a periferia para explicar “o crescimento de longo-prazo da Europa”.²²⁹ Para simplificar um pouco o problema, Patrick O’Brien concentra a sua atenção na Inglaterra, por dois motivos principais: a) a Inglaterra passou pela Revolução Industrial antes dos demais países da Europa Ocidental; b) o volume de comércio com a periferia é maior na Inglaterra do que em qualquer outro país. Toda a argumentação de O’Brien é baseada em suas estimativas sobre os lucros derivados do comércio britânico com a periferia, que reproduzimos na tabela abaixo (tabela 7):

²²⁸ O’Brien nota que a importância deste comércio para cada Estado é diferente: “Para países particulares este comércio deve ter sido mais importante; especialmente para potências marítimas menores como Portugal, Holanda e a Inglaterra, onde a proporção de exportações domésticas do produto nacional bruto provavelmente aproximou-se dos 10 por cento na segunda metade do século XVIII; mas menos da metade destas vendas no ultramar consistiam em mercadorias vendidas aos residentes na periferia. Importações das economias marítimas talvez tenham se aproximado da faixa de 10 a 15 por cento do produto nacional bruto, também com proporções menores compradas pela periferia”. “European...”cit. p. 4 -5

²²⁹ cf. *ibid* p. 5

Tabela 7 – Estimativa do fluxo de lucros para os capitalistas britânicos envolvidos no comércio com a periferia²³⁰

	1784 – 86 (£m.)	1824-26 (£m.)
1) Importações da periferia	10.50	26.80
2) Exportações para a periferia	6.00	15.90
3) Reexportações dos produtos da periferia	3.60	9.60
4) Lucros das importações:		
(a) Firmas de Navegação	0.84	2.14
(b) Corretores e Agências Comissionadas	0.54	1.39
(c) Cias de Seguro	0.16	0.35
5) Lucros das exportações (firmas de navegação, corretores, seguradoras, etc.)	0.90	2.41
6) Lucros das reexportações (base: grupos acima)	0.54	1.44
7) Lucros remetidos à Inglaterra, ref. aos investimentos na periferia	0.48	3.00
8) Lucros derivados da venda de serviços à periferia	1.00	2.04
9) Lucros das mercadorias produzidas ou plantadas para exportar p/ periferia	1.20	3.18
10) Total dos fluxos de lucro (4+5+6+7+8+9)	5.66	15.95
11) Investimentos Brutos na economia doméstica e no exterior	10.30	34.30

Partindo destes dados, O'Brien pretende avaliar o papel da periferia na formação de capitais na Inglaterra; a sua contribuição para a especialização da produção no centro e a relação entre o "tesouro americano" e o desenvolvimento de longo prazo da Europa.

2.1.3 – A formação de capitais

A vinculação entre o comércio com a periferia e o processo de formação de capitais na Europa é uma das características mais evidentes da "nova escola do desenvolvimento". Patrick O'Brien não discorda que parte dos rendimentos obtidos pelos europeus com esta forma de comércio foram convertidos em capital fixo e circulante na Europa, e que estes investimentos aceleraram a produção agrícola e industrial que marcou o início da era moderna. No entanto, traçar este vínculo resolve apenas parte do problema, pois restam ainda dois procedimentos a serem realizados: 1) estimar a relevância do processo de formação de capitais para o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental; 2) com base nesta estimativa, destacar a participação dos lucros obtidos no comércio com a periferia. Quanto ao primeiro tópico, O'Brien argumenta que a formação de capitais realmente estimulou a economia britânica entre 1750 e 1850, mas

²³⁰ cf. P.K. O'Brien "European...." *cit.* p. 6.

não a ponto de tornar-se o “motor do desenvolvimento econômico.” Isto porque, de acordo com este autor, nas indústrias modernas (têxtil, metalurgia, suprimento de energia e transportes) o crescimento emana mais do progresso técnico e da eficiência organizacional do que da formação de capitais. Apoiando-se no notório texto de C.H. Feinstein sobre a formação de capitais na Grã-Bretanha,²³¹ O'Brien destaca que, no longo período de industrialização (1760-1860), cerca de 35% do crescimento do produto doméstico britânico *não* pode ser explicado pela ampliação da força de trabalho e por adições ao estoque de capital reprodutível. Assim, após apontar estes limites, é possível passar ao segundo procedimento. Não existem tabelas de fluxos financeiros que possam indicar os fundos efetivamente utilizados para financiar os investimentos líquidos e brutos realizados na Grã-Bretanha nos cem anos que se seguiram a 1760. Sem estes dados, as estimativas sobre os lucros auferidos do comércio com a periferia não passa de um exercício conjectural sobre *ordens de magnitude potencial*. No entanto, mesmo com “números brutos” é possível fazer algumas especulações: supondo que os investidores fossem frugais e reinvestissem cerca de 30% de seus lucros, o comércio com a periferia geraria um fluxo de fundos potencialmente disponível para financiar cerca de 15% dos investimentos brutos realizados durante a Revolução Industrial.²³²

2.1.4 – A periferia e a especialização da produção no centro

O'Brien reconhece que a conexão entre o comércio e o crescimento econômico não se esgota na estimativa do impacto do comércio sobre a acumulação de capital. Os “ganhos” da Europa com os novos padrões de especialização da produção derivados do comércio com a periferia também devem ser avaliados. O ponto de partida é uma das idéias nucleares de Wallerstein: a expansão da economia-mundo no “longo” século XVI não se expressa somente na concentração de capitais, mas também na liberação de parte do trabalho nas regiões do centro, trabalho que pôde ser empregado em novas tarefas. Este movimento gerou um padrão que pode ser sintetizado do seguinte modo: a tendência no centro era uma maior variedade e especialização da produção, enquanto a

²³¹ C. H. FEINSTEIN “Capital Formation in Great Britain” in: *The Cambridge Economic History of Europe* vol. VII, Cambridge: Cambridge U. P., 1978.

²³² cf. P. O'BRIEN, P. “European...” cit. p. 7

periferia tendia à consolidação da monocultura.²³³ De acordo com O'Brien, este padrão é importante, mas não pode ser superestimado, por dois motivos principais. O primeiro deles é uma variante de seu argumento básico: embora o comércio realizado nestes moldes tenha gerado "importantes externalidades" (especialização, a inovação, transformações institucionais e outros fatores que promoveram o desenvolvimento do centro) o seu impacto sobre a economia da Europa foi necessariamente limitado. Como as relações mercantis com a periferia representavam uma pequena parcela do comércio total, o papel efetivo deste padrão divergente sobre a Europa deve ter sido proporcional à reduzida participação do volume global do comércio com a periferia na atividade econômica total.²³⁴ Dentro desta margem, surge a segunda ordem de limitações: "É difícil ver - escreve O'Brien - como a compra de especiarias, açúcar, chá, café, arroz, frutas tropicais, madeira, corantes, ouro e prata levaram a ganhos consideráveis com a realocação do trabalho e de outros recursos que incrementaram as possibilidades de produção nas economias do centro. O comércio entre os continentes simplesmente permitiu aos europeus escaparem de um dote fixo de recursos naturais e consumir uma mistura de mercadorias exóticas que não poderiam ser cultivadas ou mineradas na Europa Ocidental. Estas colheitas não competiam diretamente com a agricultura doméstica, exceto no caso do chá e do café que reduziram a demanda por cerveja e outras bebidas derivadas de grãos."²³⁵ Os ganhos derivados deste tipo de comércio consistiram basicamente de um novo padrão de consumo, que não se estendeu à maior parte da população, mas ficou restrito aos grupos que tinham recursos para consumi-los.²³⁶ Por fim, é possível estabelecer uma conexão entre os ganhos de longo prazo derivados da especialização, da divisão do trabalho e da elevação da competição e o comércio internacional. Mas este tipo de estímulo derivou muito mais do intercâmbio entre países europeus do que das transações intercontinentais. Alguns benefícios derivaram das exportações para a periferia, particularmente porque no início os europeus trocaram bens manufaturados por produtos primários e metais preciosos. Os governos metropolitanos promoveram esta tendência regulando o comércio e proibindo ou restringindo a instalação de manufaturas em suas possessões. Isto permitiu a

²³³ O'Brien cita como fonte dois livros de Wallerstein: *The Modern World-System* e *The Capitalist World-System* (cf. "European Economic..." p. 9-10)

²³⁴ cf. *ibid* p. 10

²³⁵ "European..." cit. p. 10.

especialização na construção naval, na venda de serviços bancários e seguros para os demais continentes. Mas esta especialização foi dinamizada principalmente pela necessidade de metais originada pelo déficit crônico da balança comercial da Europa com a Índia e a China. Não há dúvida que o desenvolvimento dos bancos, das seguradoras e das companhias marítimas fazem parte do desenvolvimento comercial e institucional que promoveu a expansão urbana e industrial européia. Mas, mesmo assim, argumenta O'Brien, o reduzido volume das transações intercontinentais limitou o efeito destes estímulos sobre o desenvolvimento econômico da Europa.

Resta ainda avaliar a contribuição para a industrialização européia da importação de matérias primas essenciais, gêneros alimentícios e mercadorias industriais da periferia. Estas importações supostamente eliminaram os constrangimentos de longo prazo à oferta e, também, exerceram efeitos de demonstração, que possibilitaram a expansão da produção da Europa Ocidental. O'Brien analisa em primeiro lugar o efeito dos gêneros alimentícios oriundos do novo mundo sobre a dieta européia (ex.: milho, batata, feijão, cacau, etc.). Embora os novos produtos tenham ampliado a variedade da dieta dos europeus, a sua introdução contribuiu apenas marginalmente para o suprimento de calorias disponível antes e durante a Revolução Industrial. Apenas o milho e a batata elevaram a capacidade da agricultura suportar o incremento populacional. O milho elevou a oferta de grãos disponível para o sul da Europa, mas o seu impacto real ocorreu somente em meados do século XIX. A batata estimulou o crescimento populacional na Irlanda e alimentou os trabalhadores da Inglaterra, Bélgica e Alemanha. No entanto, de acordo com O'Brien, este tubérculo não foi um "elemento crítico" na dieta durante o século XVIII e na maior parte do século XIX. Em seguida, ele avalia os estímulos à industrialização provenientes da refinação do açúcar, do processamento do tabaco, da transformação final do chá, do café e do cacau em bebidas e, por fim, o estímulo que do comércio com a periferia sobre a produção têxtil. O desenvolvimento da indústria têxtil inglesa teve início com a imitação de artigos do Oriente importados pela Companhia das Índias Orientais. O'Brien descreve este processo e sua conexão com o comércio com a periferia do seguinte modo: "Ele seguiu o clássico padrão de substituição de importações onde os produtos manufaturados estrangeiros (neste caso, Chineses e Indianos) são pioneiros no mercado, e os produtos domésticos gradualmente substituem as importações

²³⁶ "A demanda por açúcar, chá e café provaram ser elásticas com relação aos rendimentos e ao preço, e o consumo destes bens de luxo difundiram-se lentamente para baixo da escala social" *ibid.*

– garantidos, é claro, pela proteção. Estas indústrias, em conjunto com os empregos e com os lucros que geraram, seriam inconcebíveis sem a oferta assegurada de matérias primas provenientes da Ásia e das Américas. Entretanto, as vantagens dos demais continentes no cultivo do tabaco e do açúcar não eram absolutas. As duas culturas podiam ser cultivadas no sul da Europa, e o cultivo do tabaco na França e na Inglaterra foi restringido em favor das colônias. Por volta de 1830 o açúcar de beterraba surgiu na França e na Alemanha como um substituto viável para o açúcar da cana.”²³⁷ Nestes termos, “o problema crucial” é estimar a importância relativa das indústrias que dependem de matérias primas importadas. Por volta de 1841, as indústrias têxteis compunham cerca de 7% do produto nacional bruto da Inglaterra, enquanto as indústrias de processamento de alimentos que utilizavam matérias primas importadas da periferia compunham cerca de 1%. De acordo com O’Brien, usando a economia inglesa como parâmetro, é possível estimar que uma supressão total das importações reduziria a produção industrial do centro em 3 ou 4%. Além de reduzido, este impacto possivelmente seria mitigado no longo prazo, mediante a substituição dos produtos e matérias-primas tropicais e através da realocação do trabalho e dos demais fatores de produção para outros ramos industriais.²³⁸

2.1.5 – O “tesouro americano” e o desenvolvimento econômico de longo prazo

Dentre os adeptos da “nova história do desenvolvimento”, Andre Gunder Frank foi o que deu maior ênfase à contribuição dos metais preciosos do Novo Mundo para a acumulação de capitais na Europa e para a formação do capitalismo. Patrick O’Brien reconhece que o *bulli6n* exerceu um impacto que transcendeu os demais, pois o ouro e a prata das Américas formaram uma “parte integral” da oferta e de dinheiro da Europa Ocidental, particularmente no período 1450-1750, onde a difus6o das transa66es monet6rias acompanhou o progresso econ6mico do centro. Para O’Brien, de acordo com os adeptos da escola do sistema mundial, os efeitos do afluxo de metais preciosos provenientes do Novo Mundo sobre a Europa podem ser descritos nos seguintes termos:

(a) removeu um constrangimento efetivo ou potencial 6s trocas ou 6 produ66o.

²³⁷ *ibid* p. 11

²³⁸ *cf. ibid* p. 11-2

(b) facilitou a expansão do comércio internacional entre a Europa Ocidental e a Ásia e entre a Europa e a região do Báltico.

(c) Exerceu uma pressão ascendente sobre os preços nas economias do centro, que redistribuiu os rendimentos entre trabalhadores e capitalistas, assim como encorajou o comércio, que passou a responder à taxas diferentes de inflação no interior dos países e entre eles.²³⁹

Mas, apesar da plausibilidade destes argumentos, de acordo com O'Brien, a "nova história do desenvolvimento" não teve sucesso em especificar explicitamente as conexões entre a importação de metais preciosos e o desenvolvimento econômico europeu e em estimar a importância efetiva do dinheiro para o processo de crescimento. A questão básica é: qual foi o real significado da importação de cerca de 181 toneladas de ouro e de 16.000 toneladas de prata entre 1500 e 1660 para os estoques monetários da Europa Ocidental? Partindo dos dados de Braudel e Spooner, O'Brien argumenta que por volta de 1650 o influxo de metais do novo mundo elevou em apenas 25% o estoque europeu preexistente de prata e de ouro. Além disto, as minas de prata européias elevaram cinco vezes a sua produção entre 1460 e 1530, reduzindo deste modo a demanda por prata. Adicionalmente, o papel-moeda começou progressivamente a "invadir" a economia européia durante a era mercantilista, permitindo que os governantes desvalorizassem a moeda para cobrir seus gastos militares e outras necessidades financeiras. Por fim, a difusão de instrumentos de crédito pela Europa acelerou a velocidade das transações (embora a taxa de aceleração não seja conhecida). Deste modo, a demanda por dinheiro derivou do crescimento do comércio, da divisão do trabalho, da população, da urbanização e do gasto público, mas a importação de metais foi apenas um dos vários meios usados para eliminar os constrangimentos monetários à expansão do comércio e da produção na Europa.²⁴⁰

As trocas internacionais requeriam metais, particularmente por causa da balança adversa da Europa com a região do Báltico e com o Oriente. Os preços relativamente

²³⁹ cf. *Ibid* p. 12

²⁴⁰ "A prata e o cobre da própria Europa proporcionou parte do dinheiro. Mercadores e financistas elevaram a velocidade da circulação e pelas desvalorizações os governantes europeus reduziram o peso em espécie requerido por cada unidade de conta. Não pode haver nenhuma pressuposição de que a prata e o ouro das Américas carregaram a maior parte da carga monetária requerida pela expansão econômica posterior a 1500 ou que os europeus teriam encontrado muita dificuldade e muito custo para desenvolver substitutos em papéis ou uma outra forma de cunhagem caso a prata do México e do Peru e o ouro de Nova Granada e do Brasil tivesse permanecido sob o solo. Dinheiro é um lubrificante e não uma fonte de poder – é óleo, mas não petróleo." P. O'BRIEN *Ibid* p. 13-4

baixos dos manufaturados da China e da Índia “drenavam” o *bulliön* acumulado pela Europa. O déficit tendeu a diminuir ao longo do tempo por dois motivos: a) a Europa passou a vender, em escala crescente, serviços para a Ásia (navegação em particular); b) os custos de produção relativos nos dois países diminuíram progressivamente. Assim, no caso do comércio da Europa com o Oriente, o que ocorreu na realidade foi uma transferência de metais preciosos de uma parte da periferia (as Américas) para outra (a Ásia), movida pelos padrões de consumo suntuoso dos europeus abastados. Além disto, este comércio representava uma pequena parcela do montante total das transações comerciais européias. O volume de comércio com o Báltico (isto é, entre a Europa Ocidental de um lado e a Rússia, Prússia, Estônia e Escandinávia do outro) era muito superior às transações comerciais da Europa com o Oriente. Não há dúvida que as importações “estratégicas” da região do Báltico (grãos, vigas e outros insumos intermediários para a construção naval) foram importantes para o desenvolvimento de longo prazo do centro. No entanto, a despeito de sua importância, nenhuma destas importações formou uma porcentagem significativa da oferta total consumida na Europa Ocidental. Por fim, O'Brien argumenta que, dentro do “modelo centro-periferia”, a questão relevante não é o peso econômico do Báltico, mas o quanto o “tesouro americano” contribuiu para que as economias do centro gerassem excedentes em suas transações com esta zona. Ele estima que apenas um terço das importações provenientes do Báltico eram pagas em espécie. Além deste limite, O'Brien argumenta que, caso o suprimento barato de ouro e de prata das Américas não existisse, os empreendedores europeus poderiam encontrar outras mercadorias para trocar pelos grãos poloneses, pelo cânhamo russo ou pela madeira da Escandinávia.²⁴¹

Para encerrar este tema, O'Brien faz uma breve alusão à complexa discussão sobre a correlação entre o afluxo de metais preciosos do Novo Mundo e os movimentos nos níveis de preço da Europa entre 1450 e 1750. Em sua opinião, este debate não precisa ser retomado diretamente, pois ele permanecerá inconcluso até que o problema possa ser especificado de forma a permitir uma análise econométrica. No julgamento de O'Brien, a “nova escola do desenvolvimento” não adiciona nada neste sentido. Seus adeptos simplesmente evitam a questão²⁴² ou apresentam uma versão revisada do argumento de Hamilton sobre o descompasso entre os salários e os preços que teria

²⁴¹ cf. *Ibid* p. 14

²⁴² cf. *ibid* p. 15

permitido uma transferência adicional de rendimentos dos trabalhadores para os capitalistas. Mesmo após afirmar que o “problema” não pode ser resolvido antes de torná-lo suscetível a uma análise econométrica, O'Brien faz algumas considerações: em várias economias do centro os salários realmente estiveram atrás dos preços durante o longo século XVI e novamente no século XVIII. Mas este descompasso foi mais pronunciado na produção primária do que na indústria ou nos serviços urbanos (porque os termos de troca intra-setoriais mudaram em favor da agricultura durante a revolução dos preços e também no século XVIII). No entanto, não é possível assegurar que a inflação na “era mercantil” gerou condições favoráveis ao desenvolvimento econômico, por três motivos: a) se os lucros industriais fossem realmente a fonte de acumulação primária, então a elevação mais acelerada dos preços da produção primária teria retardado os investimentos; b) se os assalariados realmente formassem um segmento importante do mercado consumidor de manufaturados, a redução dos seus rendimentos reais iria comprometer aquele mercado; c) se – como suspeitavam os economistas clássicos – os proprietários de terras e os fazendeiros acumulassem a maior parte dos lucros derivados da inflação, a taxa geral de investimentos não poderia crescer muito. O'Brien reconhece que, do ponto de vista dos historiadores que defendem a primazia de uma visão global, a resolução deste problema é secundária. A grande questão - que não foi ainda resolvida - diz respeito à mensuração do impacto efetivo dos metais americanos sobre os preços. Enquanto a natureza e o grau desta conexão não for demonstrado com precisão, o contra-argumento, isto é, a idéia de que o tesouro americano ocupou um papel passivo ou subsidiário nos movimentos de preço de longo prazo permanece válido.²⁴³

2.1.6 – Argumentos Finais

O'Brien vincula o florescimento da “nova escola do desenvolvimento” aos estímulos provenientes do diálogo contemporâneo entre o Norte e o Sul, particularmente na condenação ao eurocentrismo arraigado nas interpretações tradicionais sobre a ascensão do Ocidente, nas quais não só a Europa ocupa o centro da explicação, mas, sobretudo, o seu impacto sobre o resto do mundo é visto como decisivo e, no final das contas, benéfico. No entanto, ele argumenta que este “desafio” ao eurocentrismo acabou por *superestimar* o significado das relações econômicas com a periferia para o

²⁴³ cf. *Ibid* p. 15-6

desenvolvimento de longo prazo do centro. Este exagero, na opinião de O'Brien, é reforçado por duas tendências da escola do "sistema mundial": 1) a articulação necessária entre o alegado "bloqueio" imposto pela Europa à periferia e a indução das zonas periféricas ao crescimento econômico do centro. Para O'Brien, a relação não é tão direta assim. O seu argumento pode ser resumido do seguinte modo: mesmo se concordarmos que, por intermédio de suas relações comerciais, a Europa tenha realmente engendrado o subdesenvolvimento da África, Ásia e da América Latina, não podemos inferir daí que os rendimentos obtidos com esta modalidade de comércio foram decisivos para o processo de industrialização sustentada iniciado pela Europa em 1750; 2) a generalização de micro-evidências. É óbvio que alguns capitalistas europeus engajados no comércio com a periferia investiram os seus lucros na economia metropolitana e que o desenvolvimento de cidades como Lisboa, Cadiz, Sevilha, Veneza, Gênova, Nantes, Bordeaux, Amsterdam, Bristol e Liverpool foi estimulado pelo comércio transoceânico. No entanto, de acordo com O'Brien, se tomarmos a economia da Europa Ocidental como um todo durante o período 1450-1750, o significado deste comércio foi muito reduzido. Em suma: as reivindicações da "nova história do desenvolvimento" não resistem aos números.²⁴⁴

A avaliação da contribuição de um setor ao desenvolvimento geral da economia é "normalmente" medido pela diferença marginal por ele produzida. Assim, a importância do comércio com a periferia deve ser definida pelos lucros *incrementais* auferidos pelos capitalistas da Europa Ocidental, comparados aos lucros que eles poderiam, hipoteticamente, obter caso tivessem investido seus capitais e habilidades empresariais em linhas alternativas de comércio e de produção. Definindo nestes termos o problema, a utilização dos modelos contrafactuais que discutimos alhures é incontornável. Para avaliar os efeitos do comércio com a periferia, O'Brien simulou uma economia contrafactual onde não houve comércio com a periferia entre 1492 e 1789 e, também, onde as taxas de retorno dos investimentos realizados na periferia fossem o dobro das taxas obtidas em outros empreendimentos. A tabela 8 mostra os retornos marginais aos capitalistas britânicos nesta economia contrafactual:

²⁴⁴ cf. *Ibid* p. 16

Tabela 8 – Retornos Marginais para os capitalistas britânicos envolvidos no comércio com a periferia²⁴⁵

	1780's	1820's
1) Fluxo efetivo de lucros	5,49	15,68
2) Fluxo incremental do comércio com a periferia (50% da linha 1)	2,75	7,84
3) Taxa de Reinvestimento de 30%	0,80	2,30
4) Linha 3 como proporção dos investimentos brutos	7%	7%

De acordo com O'Brien, este exercício mostra que, caso a economia britânica estivesse excluída do comércio com a periferia, a taxa anual bruta de investimentos não cairia mais do que 7%. Portanto, é impossível afirmar que esta modalidade de comércio gerou lucros extraordinários (*supernormal profits*) para o centro. Sobrepondo estes resultados à pequena proporção do comércio ultramarino na atividade econômica total, O'Brien conclui que as "perspectivas globais" adicionam muito pouco à explicação sobre o progresso econômico atingido nos três séculos que antecederam a Revolução Industrial. Deste modo, qualquer explicação sobre o desenvolvimento, estagnação e declínio da Europa Ocidental deve repousar predominantemente em fatores endógenos. Se estas especulações estiverem corretas, com relação ao desenvolvimento do centro, "o papel da periferia foi periférico".²⁴⁶

2.2 – A Réplica de Wallerstein

Em sua réplica,²⁴⁷ Wallerstein subdivide a "contra-tese" de O'Brien em três argumentos básicos e tenta refutá-los: entre 1450 e 1750, o comércio entre o centro e a periferia ocorreu em pequena escala, não foi o único ramo lucrativo e não pode ser considerado como o elemento decisivo para explicar o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental. Quanto à dimensão do comércio com a periferia, Wallerstein não refuta os números fornecidos por O'Brien, pois ele prefere dirigir o seu argumento para outra direção: verificar se o *tipo* de dados que O'Brien mobiliza contra a perspectiva do sistema-mundo realmente são capazes de sustentar as suas críticas. Antes de chegar diretamente ao centro do problema, explorando as imprecisões da caracterização de O'Brien sobre a sua interpretação, Wallerstein destaca dois pontos. Em primeiro lugar, O'Brien confunde centro e periferia com Europa e Ásia, África e as Américas. Segundo Wallerstein, esta

²⁴⁵ cf. *Ibid* p. 17

²⁴⁶ cf. *Ibid* p. 18

identificação não é apropriada para o período 1450-1750. Já em *The Modern World-System*, Wallerstein havia identificado três zonas periféricas principais: Ibero-América, Europa Oriental e o sul da Europa. A Ásia - assim como a Rússia e o Império Otomano - não fazia parte da economia-mundo capitalista no longo século XVI. Deste modo, a base estatística utilizada por O'Brien repousa em unidades geográficas diferentes das empregadas originalmente por Wallerstein. Em segundo lugar, um dos fundamentos de sua interpretação é a idéia de que os fenômenos econômicos não podem ser plenamente compreendidos se os dados comparativos forem classificados com base em entidades jurídico-políticas, isto é, se os estados forem considerados as unidades de medida. Isto ocorre porque os processos da economia-mundo são relacionais: não existe correspondência entre processos econômicos e fronteiras estatais, de modo que podem existir zonas periféricas no interior dos "estados do centro". No entanto, isto não é o mais importante. De acordo com Wallerstein, se quisermos realmente calcular quem contribuiu com o que para a acumulação de capitais é necessário levar em consideração outro tipo de dados. Os dados mais maleáveis às análises comparativas, utilizados por O'Brien "e por todos nós", representam uma pequena e enviesada amostra de todos os dados possíveis. O viés ocorre porque estes dados escondem uma parcela considerável da força de trabalho - o trabalho não-assalariado - que faz parte do *valor* dos produtos que entram no mercado mundial como mercadoria. Wallerstein *supõe* que se os cálculos fossem feitos levando em conta dados desta natureza, a porcentagem da "participação" da periferia no desenvolvimento econômico europeu seria muito maior do que estima O'Brien.²⁴⁸

Quanto à segunda objeção, isto é, que o comércio com a periferia não era o único investimento lucrativo e não gerou lucros extraordinários, Wallerstein argumenta que ele jamais utilizou este termo, já que ele não sabe o que significa "lucros extraordinários", pois este conceito implica o conceito de taxas de lucro "normais". Como a dinâmica básica do capitalismo é a acumulação incessante de capitais, a taxa normal de lucro é o máximo

²⁴⁷ "European Economic Development: A Comment on O'Brien" *The Economic History Review* 4 (1983)

²⁴⁸ "O'Brien não é responsável - escreve Wallerstein - pela forma com que os dados disponíveis tem sido historicamente reunidos, mas estas considerações deveriam inspirar uma prudência maior na manipulação dos dados existentes do que ele demonstra, particularmente ao tirar conclusões tais como a de que 'as reivindicações da nova história do desenvolvimento vão a pique frente aos números'" *ibid* p. 581

que se pode obter em determinadas conjunturas.²⁴⁹ É evidente que, mesmo com a tendência à equalização das taxas de retorno, a lucratividade pode variar em cada ramo de investimento. Mas o assunto não é se, em uma longa cadeia de produção que resulta na comercialização de um produto final no mercado internacional, os processos na ponta da periferia ou do centro geram uma taxa de lucro diferentes, se calculadas separadamente. O tema é: os processos da cadeia de mercadorias formam ou não um *processo único e integrado*? Se formam, calcular separadamente as taxas de lucro no centro e na periferia em uma mesma cadeia de produção não faz sentido, pelo menos não dentro da problemática do sistema-mundo. Se estivermos realmente falando de uma economia-mundo, os resultados econômicos são um desdobramento dos processos globais constitutivos do sistema-mundo.

Resta a terceira objeção: se o comércio com a periferia foi ou não decisivo para o desenvolvimento da Europa Ocidental. Wallerstein sugere que este modo de formular o problema não é adequado: como no caso da Revolução Industrial, é “ilusório” buscar por um “único fator decisivo”. Mas é possível, mesmo supondo que os cálculos contrafactuais de O’Brien estejam corretos, ressaltar a importância da periferia para o desenvolvimento do centro. “O fato é que – escreve Wallerstein – a Inglaterra desenvolveu-se como fez por causa da totalidade do que ocorreu historicamente. Nós não precisamos mostrar que os hipotéticos 7% da periferia foram “decisivos” – que significado isto poderia ter? Nós só precisamos presumir que estes 7% estavam lá porque, sem eles, os lucros globais seriam menores e a velocidade da acumulação de capital seria reduzida. Cada bocado importa. ‘O dinheiro é cego’ é uma máxima do acumulador.”²⁵⁰ A redução em 7% da taxa bruta anual de investimento não pode ser vista como um acontecimento irrelevante. Além disto, no modelo contrafactual proposto por O’Brien não há espaço para considerar que, *caso a Inglaterra ficasse excluída do comércio com a periferia, outros estados poderiam preencher esta lacuna e tirar vantagem disto*. Não foi por causa destes 7%, que a França e a Inglaterra acabaram entrando na chamada segunda guerra dos 100 anos? Após fazer esta consideração, ironicamente, Wallerstein sugere que, para provar o seu ponto, O’Brien teria de convencer o Duque de Choiseaul. A resposta de O’Brien a esta provocação revela o abismo que separa os dois autores: “Finalmente, como esta

²⁴⁹ “É possível, com certeza, entrar no cenário uma *pressão política* que define, em um tempo e um lugar determinado, uma taxa de lucro convencional, embora estas pressões raramente são eficazes por muito tempo.” *Ibid* p. 581

²⁵⁰ *ibid* p. 582

sociedade redescobriu durante o conflito das Ilhas Falkland, o governo Britânico permanece disposto a financiar uma guerra sem nenhum ganho material. As coisas não eram muito diferentes durante a segunda Guerra dos 100 anos com a França²⁵¹ O que sempre esteve em jogo foram concepções radicalmente diferentes sobre o significado da história em geral, e da história econômica em particular. Na realidade, o choque entre Wallerstein e O'Brien revela a tensão constante entre a *história* econômica e a retrospectiva econométrica.

2.3 – A Crítica de Wallerstein aos resultados do Congresso de Madri

Neste momento, após a retomada do primeiro confronto direto entre Wallerstein e Patrick O'Brien, podemos analisar as críticas de Wallerstein ao Congresso de Madri e chegarmos ao ponto central da pesquisa em curso. Logo de início, Wallerstein põe em questão o procedimento básico adotado pelos organizadores da sessão intitulada *The Economic Consequences of Empires (1492-1989)*: de acordo com este autor, Patrick O'Brien e Leandro Prados de La Escosura realmente reinauguraram o debate referente aos custos e benefícios do imperialismo europeu, tornando-o –via quantificação – mais claro e mais específico, porém menos proveitoso: as conseqüências econômicas do imperialismo não são redutíveis a um balanço do tipo custo/benefício.²⁵² Em seguida, Wallerstein questiona a suposta posição intermediária assumida por O'Brien e Prados de La Escosura: no final das contas, os dois autores acabam afirmando claramente que o significado das colônias para o desenvolvimento europeu foi praticamente irrelevante.²⁵³

²⁵¹ P.K. O'BRIEN "European Economic Development: A Reply" *The Economic History Review* no.4 (1983) p. 585

²⁵² *Ibid* p.1. Wallerstein vai ainda mais longe ao questionar, com um pouco de ironia, o modo como foram empregados os contrafactuais: "Furthermore, as they themselves note [O'Brien e Prados de La Escosura], "counterfactual assumptions are...implicit in any attempt...to measure costs and benefits of macro economic strategies", and I shall want to argue that what we need to do is make "factual assumptions"" *ibid.* (Obs: citamos em Inglês, pois o trocadilho é intraduzível)

²⁵³ "Os organizadores - escreve Wallerstein - aparentam se situar confortavelmente em um meio-termo aristotélico. Eles sugerem a existência de dois extremos. De um lado, existem os economistas neoclássicos, e do outro os Marxistas (uma categoria bem menos definida hoje em dia do que a dos neoclássicos, devemos notar de passagem). Os primeiros são acusados de denegrir a relevância das colônias para o crescimento econômico e para o sucesso econômico relativo dos estados da Europa Ocidental no mundo moderno, enquanto os últimos são acusados de explicarem todo crescimento econômico e sucesso econômico relativo pela exploração das colônias. Os organizadores visam desinflar ambos os extremos. De um lado, eles insistem que existiram numerosos benefícios econômicos derivados do império mas, por outro lado, eles duvidam que estes benefícios foram "palpavelmente significativos para o desenvolvimento de longo prazo" (...) Embora

Mas, argumenta Wallerstein, se as colônias não foram importantes, porque os estados europeus, por cinco séculos, lutaram acirradamente para criar impérios e, também, para impedir que outros estados os criassem? É verdade que alguns estados europeus não conseguiram estabelecer e controlar colônias (ele cita a Dinamarca e Itália como exemplos). No entanto, isto não demonstra a irrelevância da colonização para o desenvolvimento econômico, mas exatamente o contrário: o aparente desinteresse de alguns estados pela colonização e pelo imperialismo, ou então, o que é mais significativo, as tentativas frustradas de expansão colonial decorrem muito mais da incapacidade destes estados em enfrentar as demais potências imperiais do que de qualquer constrangimento interno.²⁵⁴

Há mais elementos a serem considerados. Se, como sugerem os participantes do congresso, o imperialismo não era uma atividade lucrativa no médio prazo e, no longo prazo, chegava a dar prejuízos, porque os contemporâneos não perceberam as limitações deste empreendimento? É evidente que algumas pessoas levantaram esta tese, embora, em todos os casos, elas sempre constituíram uma minoria. Patrick O'Brien e Leandro Prados de La Escosura, em determinado momento, se perguntam porque, se haviam outras alternativas à expansão colonial, ela durou tanto tempo e teve uma aceitação tão ampla.²⁵⁵ Eles parecem se contentar com a resposta mais simples: havia poderosos grupos que tiravam proveito do imperialismo, embora, para o país como um todo, o empreendimento não era o melhor. Assim, em última análise, os fomentadores da dominação imperial ("homens de estado, generais, admiradores, projetistas, empreendedores e investidores"²⁵⁶) subestimaram os custos e os riscos envolvidos na operação, e não puderam perceber que haviam opções mais viáveis a serem adotadas. Mas Wallerstein não acredita que este argumento seja muito poderoso. Levá-lo às últimas conseqüências significa explicar os últimos 500 anos de história como um "engano colossal", um equívoco que implica não somente os promotores desta linha de ação, mas também a todos que foram persuadidos por ela ("presumivelmente todo o resto da classe política"): "Eu —escreve Wallerstein— hesito em construir uma análise história em torno de um suposto erro de julgamento generalizado. Eu tendo a pensar que existem corretivos

clamem ocupar uma moderada posição intermediária, eles parecem atacar com mais dureza o significado econômico das colônias do que a sua insignificância total" *ibid.*

²⁵⁴ *cf. ibid* p. 2

²⁵⁵ *cf.* P.K. O'BRIEN, P. & Leandro PRADOS DE LA ESCOSURA *cit.* p. 53

²⁵⁶ *Ibid* p. 85-6

sociais à erros de julgamento, corretivos inspirados pelos fracassos, e que estes equívocos podem persistir por um certo período de tempo, mas por cinco séculos me parece excesso de credulidade.”²⁵⁷

De fato, o argumento que, ao longo das diversas fases que o imperialismo europeu atravessou, sempre existiram alternativas mais racionais aos contemporâneos e que, mesmo assim, por motivos pouco claros, eles escolheram sistematicamente a menos racional (ou, quando muito, a “second best”) não é muito consistente. Principalmente se nos perguntarmos *quais critérios* foram utilizados para classificar o grau de racionalidade de cada opção possível. O que é exatamente uma escolha racional? Recordando que os estados europeus fomentaram os “descobrimientos” e a colonização, e que resistiram vigorosamente à descolonização engendrada nos últimos 30 anos, Wallerstein faz algumas considerações sobre a suposta “irracionalidade” que presidiu os empreendimentos imperialistas: “Não deveríamos – escreve Wallerstein - assumir que havia um mínimo de racionalidade nesta atividade histórica? Eu fico constantemente assombrado com os economistas que promovem vigorosamente os pressupostos das “escolhas racionais” em todas as arenas, exceto uma, aquela que circunscreve as escolhas feitas pelas pessoas que detêm poder político. Estas pessoas sozinhas são acusadas de operarem irracionalmente.”²⁵⁸ Seguramente podemos dizer que a atual tendência em projetar a “teoria” das escolhas racionais a qualquer período de tempo e a qualquer tipo de sociedade tem desviado a atenção e as energias dos estudiosos para falsas questões e para polêmicas vazias. Retornemos às questões específicas do problema que estamos analisando. Será que haviam mesmo tantas opções assim para os estados envolvidos na corrida imperialista? Será que, caso uma solução alternativa tivesse sido adotada, os seus resultados seriam mesmo tão eficazes para o ulterior desenvolvimento econômico? Os próprios integrantes do congresso, cada um a seu modo, reconhecem que estas indagações não foram convenientemente respondidas.

Estamos nos aproximando do cerne da crítica de Wallerstein. Para poder expô-la, ele parte de uma inconsistência presente logo no início do artigo introdutório de O’Brien e Prados de La Escosura, no momento em que eles descrevem os procedimentos adotados nas discussões e na elaboração dos artigos publicados na *Revista de Historia Económica*, e a grande questão subjacente: “Quando – escrevem O’Brien e Prados de La Escosura -,

²⁵⁷ I. WALLERSTEIN “Commentary...” cit. p.2

²⁵⁸ *Ibid*, p. 3

como, onde e porquê as sociedades Europeias (e a Europa como um todo) ganharam ou perderam economicamente com as conexões políticas estabelecidas e mantidas (em formas mais fortes ou mais fracas) com seus impérios nacionais são as difíceis questões enfrentadas por este complexo e abrangente exercício de história europeia e história econômica comparada.²⁵⁹ Mas, como nota Wallerstein, “Sociedades Europeias” e “Europa como um todo” não são exatamente a mesma coisa: partindo de um estudo de história econômica comparada sobre algumas sociedades europeias não é possível revelar as realidades da “Europa como um todo”. Além disto, o que é bom para um dada sociedade europeia não é necessariamente bom para a “Europa como um todo”, e vice-versa.²⁶⁰ Bartolomé Yun-Casalilla, por exemplo, ficou intrigado pelo fato de a Espanha não ter conseguido tirar proveito dos excedentes que acumulou com seu império.²⁶¹ Assim, segundo Wallerstein, para que possamos contornar estas inconsistências e paradoxos, é necessário refletir um pouco mais sobre a *unidade da análise* e o seu escopo. Partindo deste ponto, Wallerstein tenta estabelecer uma conexão entre a crítica aos resultados do congresso e a sua própria perspectiva analítica, que reconstituímos alhures. Para este autor, grande parte da “confusão” em torno da lucratividade ou não do imperialismo – a questão que norteou todo o congresso – deriva de um aspecto mal resolvido, que sequer foi formulado com clareza: a unidade de análise envolvida. Esta preocupação é, como vimos, a base da chamada *perspectiva do sistema-mundo*, e consiste em um dos fundamentos centrais de toda obra de Immanuel Wallerstein. Como o primeiro confronto com O’Brien já mostrou, seu argumento básico é que, sem a constituição de uma unidade de análise coerente e válida para o sistema-mundo como um todo, todas as quantificações e mensurações não levam a lugar algum.²⁶²

Mas, mesmo preservando o recorte sugerido pelos membros do congresso, os principais problemas não são dissipados: “Mesmo se aceitarmos que a Europa como um todo é a unidade cujos resultados estão sendo mensurados, - escreve Wallerstein - podemos nos limitar a “custos e benefícios”? Custos e benefícios são custos e benefícios para alguém. Seriam custos e benefícios para um conglomerado de Estados, para os seus líderes, para suas populações ou para os seus empreendedores? Seguramente, as

²⁵⁹ P. O'BRIEN & L. PRADOS DE LA ESCOSURA “The costs...” *cit.* p. 30

²⁶⁰ *cf.* I. WALLERSTEIN “Commentary...” p. 3. Aqui, ressurge com uma nova aparência, a incompatibilidade entre a perspectiva do sistema-mundo e a retrospectiva econométrica.

²⁶¹ *cf.* B. YUN-CASALILLA “The American...” *cit.* p.146-8. Ver também P. O'BRIEN & L. PRADOS DE LA ESCOSURA “The costs...” *cit.* p. 42-4.

respostas serão diferentes de acordo com a especificação de quem sofre as consequências. Ao considerarmos *resultados*, podemos nos restringir à “consequências econômicas”? Talvez como uma variável dependente, mas nunca como uma variável explicativa. Estruturas sociais históricas são totalidades imbricadas das quais não podemos extrair certas manifestações do fenômeno e medi-las autonomamente.²⁶³ Pouco a pouco, as características fundamentais da perspectiva delineada por Wallerstein vão transparecendo na sua crítica às proposições defendidas no congresso de Madri: a) a necessidade de se investigar os fenômenos do sistema-mundo moderno levando em conta a sua *totalidade*; b) a imbricação das esferas da ação/existência social e, portanto, a necessária busca de uma abordagem *unidisciplinar* do problema. Podemos então, com base no que foi exposto até aqui, apresentar a oposição entre a postura de Wallerstein e a interpretação que preponderou no Congresso de Madri:

“O ponto é simples. Consideremos a hipótese de que a economia-mundo capitalista foi construída em torno de um eixo de divisão do trabalho que envolve a transferência extensiva de mais-valia da periferia para o centro. E suponhamos que isto foi criado como consequência de uma estrutura política de estados relativamente fortes no centro que, entretanto, encontram-se em uma constante competição entre si, analogamente à competição entre capitalistas individuais. Disto decorre que esta estrutura beneficia a “Europa como um todo” sem necessariamente beneficiar os perdedores relativos entre os estados que competem no centro. Para verificar se isto é verdade, é de pouca valia analisar cada país separadamente, *especialmente* em termos de variáveis econômicas. Seriam as variáveis políticas as responsáveis primárias pela distribuição do excedente entre os estados do centro, e deste modo responsáveis pela performance econômica. Assim, eu gostaria de sugerir que a esplendida análise de Yun [Casalilla] sobre a Espanha demonstra precisamente isto. A Espanha, ele argumenta, partiu com um excedente econômico muito maior do que se supunha, e mesmo assim “perdeu” a corrida. Essencialmente, seu argumento desanda ao afirmar que os aristocratas, burocratas e os soldados poderiam ter feito mais dinheiro transformando algumas estruturas em Castela (ou na Espanha) do que tirando vantagem da dominação imperial. Isto era vantajoso para eles no curto prazo (de vários séculos) mas não para as contas nacionais da Espanha. Mas eles se importaram? Se não, deveríamos nos importar? Historiadores econômicos não são convocados para serem conselheiros do príncipe retroativos, ou o que nos Estados Unidos poderia se dizer “Monday morning quarterbacks”. Historiadores econômicos (assim como todos os cientistas sociais) são chamados para explicar porque as pessoas agiram exatamente do modo como agiram.”²⁶⁴

²⁶² cf. I. WALLERSTEIN “Commentary...” *cit.* p. 2-3.

²⁶³ I. WALLERSTEIN “Commentary...” *cit.* p. 3

²⁶⁴ I. WALLERSTEIN “Commentary...” *cit.* p.3

Nesta passagem, podemos notar que Wallerstein ataca o núcleo da reflexão desenvolvida no congresso de Madri nos seguintes termos: a) o recorte do objeto não é claro; assim como não é devidamente justificado; b) os dados e o método de aferimento utilizado – a análise dos países separadamente, em termos de variáveis econômicas - não são suficientes para sustentar as conclusões a que os autores chegaram (as conclusões dizem respeito a um horizonte muito mais amplo do que aquele em que a análise efetivamente está concentrada) ; c) o procedimento que norteou o congresso é equivocado: não faz muito sentido especular sobre um futuro alternativo, que *supostamente* teria sido constituído caso outras decisões fossem tomadas.

Partindo das considerações anteriores, Wallerstein acrescenta outros elementos que foram negligenciados pelos integrantes do congresso de Madri: a economia-mundo europeia que começa a delinear-se no século XVI estabeleceu uma forte articulação entre a porção Ocidental do continente e as zonas ultramarinas, fundamentalmente (mas não exclusivamente) sob a forma de colônias; um articulação que – ao contrário do que alegam os organizadores e membros do congresso - foi extremamente importante para a consolidação do sistema-mundo moderno, pelos seguintes motivos:

- a) com base em diversos dispositivos “políticos”, o custo real do trabalho (i.é., o custo do trabalho com relação a níveis de produtividade constantes) nas colônias pôde ser mantido em um nível mais baixo do que na metrópole.
- b) a difusão de níveis de salários reais diferentes em áreas distintas do globo tende a minorar a eficácia das pressões políticas orientadas para elevar os salários nas zonas onde o trabalho é relativamente bem remunerado (no centro e, em menor escala, na semi-periferia). Este fator, ao mesmo tempo em que aumenta relativamente a estabilidade - pois favorece o sentimento de vinculação das classes trabalhadores aos seus respectivos estados nacionais -, intensifica também a *articulação* do sistema.
- c) as colônias sempre puderam atrair aventureiros e pequenos aristocratas em busca de fortuna e de ascensão social, fator que contribuiu para aumentar a estabilidade social e política no centro do sistema, na medida em que permitia a redução da pressão sobre as posições sociais privilegiadas. Este princípio também se aplica durante as convulsões sociais. Para atenuar o conflito era possível deslocar os setores

descontentes para as colônias, onde a sua ascensão não poria em risco setores já consolidados na estrutura social metropolitana.²⁶⁵

Todos estes elementos são “consequências” do colonialismo, embora difíceis – talvez impossíveis – de serem quantificados. Basear toda a análise em variáveis econômicas pelo fato destas variáveis serem mais aptas à quantificação e à manipulação dos dados é uma falsa saída para o problema, pois, como Wallerstein chamou a atenção já em 1974, isto não passa de uma *inversão* do processo científico: a escolha do problema a ser investigado não foi determinada por sua relevância, mas fundamentalmente pela quantificabilidade e disponibilidade dos dados. Temos de destacar que isto não é fortuito, *mas uma decorrência inexorável de toda e qualquer análise baseada na cliometria.*

*

Neste capítulo reconstituímos o confronto entre duas visões radicalmente distintas sobre o papel da periferia na formação do capitalismo. Vimos que, nos dois casos, há uma nítida dificuldade em criar uma periodização capaz de captar a fina trama entre continuidade e ruptura que caracterizou o processo de formação do capitalismo, que ocorre em conjunto com a consolidação dos estados absolutistas, até a Revolução Industrial. A interpretação de Wallerstein, por estabelecer um diálogo constante com a História, é a que mais se aproxima desta compreensão. Mas, como vimos, a rigidez de sua concepção de totalidade – uma totalidade fechada – comprometeu a sua interpretação. No próximo capítulo tentaremos aprimorar esta discussão, incorporando ao debate a reflexão sobre a crise do Antigo Sistema Colonial e a passagem ao imperialismo. Com isto poderemos descrever de forma mais precisa o papel exercido pelo capital comercial na criação dos fundamentos do capitalismo e, também, destacar a *peculiaridade* da “era do imperialismo”.

²⁶⁵ cf. I. WALLERSTEIN “Commentary...” *cit.* p. 3-4

3 – Do Antigo Sistema Colonial ao Imperialismo

Na introdução e nos capítulos anteriores indicamos os limites das duas interpretações gerais sobre a formação do capitalismo e, também, exploramos a tensão entre a história econômica e a retrospectiva econométrica. Atingir os domínios da História parece-nos a única forma de ultrapassar os marcos deste debate. Para tanto, o primeiro procedimento é *restringir o escopo da análise*, concentrando nossas atenções no evento realmente crucial: a desintegração do Antigo Sistema Colonial, comandado pelo capital mercantil, que, ao ser substituído pelo capital industrial, engendrou o imperialismo. Através desta delimitação poderemos fazer uma crítica à interpretação de Patrick O'Brien e à perspectiva do sistema-mundo: nos dois casos, como veremos agora e com mais detalhes no capítulo 4, a passagem da preponderância do *capital comercial* ao domínio do capital industrial não é tratada de forma satisfatória, fato que compromete a periodização utilizada nas duas interpretações e impede uma formulação precisa sobre o problema em pauta. Em síntese: tanto O'Brien quanto Wallerstein, no limite, não conseguem oferecer uma explicação *dinâmica*, capaz de combinar continuidade e ruptura. Para o primeiro autor, este tipo de reflexão não parece pertinente, pois ele não está preocupado diretamente com a formação do capitalismo e com os problemas inerentes à análise histórica de um fenômeno de tal magnitude. Patrick O'Brien é pouco ambicioso: ele se contenta em tentar demonstrar que a periferia contribuiu muito pouco para a formação do capitalismo, fato que se explica basicamente por uma capacidade maior de poupança dos diligentes europeus, a qual deriva dos seus investimentos progressivamente mais racionais. O Antigo Regime entra na história do capitalismo apenas como um *obstáculo* a ser superado, isto é, um resquício da mentalidade medieval que atrapalhava a racionalidade econômica e ocultava as virtudes do mercado livre. Immanuel Wallerstein é, dentre os autores discutidos até aqui, o que mais se aproxima da história e, portanto, que fornece a melhor visão de conjunto dos problemas em pauta. No entanto, apesar de todo seu esforço para caminhar nesta direção, Wallerstein não consegue se libertar de um problema fundamental que atravessa toda sua obra e fica cada vez mais explícito: apesar de toda retórica, o movimento da economia-mundo é apenas aparente, pois desde o século XVI ela se reproduz *essencialmente da mesma forma*, variando apenas o seu escopo espacial e a velocidade de rotação do capital. Para realizarmos tal crítica, partiremos das formulações de Fernando Novais sobre a

peculiaridade do *capital comercial autônomo*, tema já presente em *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* e desenvolvido recentemente nos cursos por ele ministrados no Instituto de Economia da Unicamp.²⁶⁶

3.1 – O Antigo Sistema Colonial e o predomínio do capital mercantil

Até a ruptura do Antigo Sistema Colonial, era o capital mercantil que pairava sob a base produtiva da economia-mundo capitalista, definia o papel complementar das colônias e articulava pelo alto as diversas *formas de produção* dispersas pela Europa pré-industrial. Como o *capital fixo* exercia um papel muito pequeno no processo de produção, a reprodução da economia-mundo dependia em grande parte do *capital circulante* que, na era mercantilista, representava a forma predominante assumida pelo capital comercial. Fernand Braudel, com base na controversa dicotomia *capitalismo/não-capitalismo*²⁶⁷ abriu caminho para esta reflexão: “O capitalismo, assim situado como o lugar do investimento e da alta taxa de produção do capital, tem de ser reinserido na vida econômica, cujo volume não ocupa por inteiro. *Há, pois, duas zonas onde o situar, a que ele ocupa e é como sua sede preferencial; a que ele aborda de esquelha, na qual se insinua, mas a qual nem sempre domina.* Até a revolução do século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, *é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa.* Ainda que, ocasionalmente, não se prive de incursões em outros domínios. Ainda que a circulação não o interesse em sua totalidade, uma vez que controla, que procura controlar, apenas alguns dos seus caminhos”.²⁶⁸ Assim, nestas condições peculiares, a grande disponibilidade de recursos em dinheiro era crucial: exatamente por isto os Estados europeus encorajavam a manutenção de uma balança comercial favorável e os grandes mercadores *evitavam* deliberadamente a especialização: preferiam criar um amplo e variado leque de investimentos, capaz de garantir uma boa rentabilidade média e *manter constantemente o vínculo com a*

²⁶⁶ Sobre este tema, utilizaremos também o importante texto de José Jobson de Andrade ARRUDA “Colonies as Mercantile Investments: The Luso-Brazilian Empire, 1500-1808” in: James D. TRACY *The Political Economy of Merchant Empires* Cambridge: Cambridge U.P., 1997.

²⁶⁷ Cf. Fernand BRAUDEL *Civilização Material...* Vol. 2 op. cit. p. 206-7.

²⁶⁸ cf. *ibid* p. 200 (grifo meu)

*circulação monetária.*²⁶⁹ Portanto, a resistência dos grandes detentores de riqueza à especialização e aos investimentos na produção não são traços de uma mentalidade aristocrática progressivamente anacrônica, mas sim um comportamento perfeitamente ajustado às condições vigentes: como o capitalismo ainda não repousava sobre seus próprios pés, não poderíamos esperar que os homens do século XVI e XVII adotassem um padrão de investimento típico do capitalismo industrial.

No entanto, a característica fundamental deste período é que a *produção ainda não era predominantemente capitalista*, mas já contava com um setor mercantil relativamente desenvolvido. Só que, exatamente por causa do caráter não-capitalista da produção, o *capital só existia na circulação*, e, deste modo, fundamentava-se necessariamente na *inequivalência das trocas*. Como salienta Fernando Novais, não podemos confundir o capital comercial autônomo com o capital comercial tal como ele se manifesta no modo de produção capitalista plenamente constituído: neste caso em particular, o capital comercial é apenas uma alíquota do capital produtivo global, e, portanto, não é e não pode ser autônomo. Na era da acumulação primitiva a situação é radicalmente diferente: o capital comercial confunde-se com a esfera da circulação, a qual se esforça para subsumir a produção à sua lógica, *mas sem eliminar a separação entre produção e circulação.*²⁷⁰ Portanto, ainda de acordo com Fernando Novais, a compreensão da formação do

²⁶⁹ cf. José Jobson de Andrade ARRUDA “Colonies as Capitalist...” cit. p. 368. Há em português uma versão reduzida deste artigo: cf. *ibid* “Exploração Colonial e Capital Mercantil” in: Tamas SZMRECSÁNYI (org.) *História Econômica do Período Colonial* São Paulo: Edusp, Hucitec, Imprensa Oficial, 2002

²⁷⁰ Marx, buscando demarcar a *especificidade* do modo de produção capitalista, apontou as características do capital mercantil: “Dentro do modo de produção capitalista – isto é, assim que o capital se apoderou da própria produção e lhe deu uma forma completamente alterada e específica – o capital comercial aparece apenas como uma função *específica*. Em todos os modos anteriores de produção – e tanto quanto mais a produção é produção direta dos meios de subsistência do produtor – o capital comercial aparece como sendo a função *par excellence* do capital.” *O Capital* Vol 3 p. 233. Em outro momento, ao criar o conceito de *subsunção formal* do trabalho à produção, Marx explorou a *situação limite* do capital mercantil: após um certo nível de acumulação, o capital comercial invade a produção de forma *extensiva*, orientando-a para o lucro, mas sem promover transformações qualitativas no processo de trabalho e no modo de produção: “O processo de trabalho” – escreve Marx – “converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação da mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do *próprio* capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto que denomino *subsunção formal do trabalho no capital*. É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção, é porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo.” Karl MARX *Capítulo VI inédito de O Capital - Resultados do Processo de Produção Imediata* trad., Editora Moraes, São Paulo, s/d. p. 87. Desenvolvi este ponto em minha dissertação de mestrado cf. Eduardo MARIUTTI *A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um balanço do debate* IE/Unicamp, 2000 p. 165 e segs.

capitalismo exige uma caracterização precisa da *forma econômica* que conduziu a transição, a qual ele descreve da seguinte forma: tratava-se de uma *economia mercantil simples*, com acumulação primitiva de capital comercial *autônomo*. Uma economia com estas características não possui uma lógica exclusivamente econômica: exatamente por isto a indução ao desenvolvimento é *extra-econômica* (em grande parte empreendida pelo Estado), fato que permite a sobrevivência de valores nobiliárquicos e torna o investimento em cargos de prestígio uma alternativa segura para os detentores de riqueza.

Feitas estas observações gerais, temos de circunscrever melhor o âmbito de nossas reflexões: o vínculo indissolúvel entre o capital mercantil autônomo e o Sistema Colonial do Antigo Regime. Primeiramente, seguindo de perto as reflexões de Fernando Novais, não podemos confundir o Antigo Sistema Colonial com o fenômeno mais geral da colonização: “Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial; fenômeno mais geral, de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização das novas regiões – pela organização do ecúmeno, no dizer do geógrafo Max. Sorre – a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos tempos modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a *forma mercantilista de colonização*, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora européia. Noutras palavras, é o *sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização européia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial.”²⁷¹ Assim, além do enquadramento espaço-temporal acima sugerido, o que torna específico o Antigo Sistema Colonial é seu desiderato fundamental: a conversão das colônias em um fator essencial do desenvolvimento econômico das metrópoles, dentro do horizonte teórico e prático do que, posteriormente, se convencionou denominar *mercantilismo*.

O mercantilismo foi um fenômeno visceralmente ligado à consolidação das monarquias absolutistas,²⁷² engendradas durante a superação da *crise política* inaugurada pela forte retração econômico-demográfica do século XIV. Nesta situação peculiar, como já tivemos a oportunidade de observar, somente a reconstituição do poder

²⁷¹ Fernando NOVAIS *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13-4. Consultar também p. 32-3. Esta mesma idéia - só que conjugada a uma análise crítica de diversos conceitos e interpretações sobre a colonização e o sistema colonial - pode ser encontrada em “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica” *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História* São Paulo (1969)

do Estado – não de um *império*, mas de monarquias rivais, lutando ferozmente entre si – foi capaz de suprimir as revoltas camponesas e os conflitos intranobiliárquicos. O vínculo entre os dois fenômenos é evidente: a força do Estado está ligada à sua capacidade de tributação que, por sua vez, depende da vitalidade da economia.²⁷³ É aí que as políticas mercantilistas ganham sentido: o protecionismo, a idéia metalista, a busca pela manutenção da balança comercial favorável, a concepção de comércio como um jogo de soma-zero e, finalmente, a criação das colônias. Tudo se articula para fortalecer o Estado. Para nós, é de especial importância o último aspecto mencionado. As colônias foram constituídas como *economias complementares*, isto é, economias destinadas a fornecer recursos e possibilitar a autarquização da metrópole. “Neste contexto” – escreve Novais – “vê-se bem o significado e a posição das colônias. Elas se devem constituir em retaguarda econômica da metrópole. Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários Estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes”.²⁷⁴ Portanto, a colonização mercantil e a consolidação dos Estados modernos são processos necessariamente imbricados: a centralização do poder envolveu a criação de novas frentes de exploração mercantil que, no caso específico da expansão ultramarina não poderia ficar totalmente a cargo das instituições privadas. O volume de recursos requeridos, o retorno muito lento e os riscos envolvidos *exigiam* a participação do Estado, que era a única instituição capaz de canalizar recursos em escala nacional e internacional. Assim, como destaca Fernando Novais, a sincronia entre a formação dos Estados e a expansão comercial não é um fato acidental, mas sim a expressão dos mecanismos mais profundos que determinavam os contornos do Antigo Regime.²⁷⁵

No entanto, no processo de colonização, o capital mercantil foi compelido a ir além de seus limites, *organizando* a produção nas novas zonas conquistadas pelos europeus,

²⁷² cf. Fernando NOVAIS *Estrutura e Dinâmica...* cit. p. 20-2; 24-6.

²⁷³ “No quadro geral destas tensões [as manifestações da crise do feudalismo] e em função delas é que se processou a formação dos estados nacionais. A formação das monarquias absolutistas (unificação territorial, centralização política) foi de fato uma resposta à crise; ou melhor, foi o encaminhamento político das tensões de toda ordem. Efetivamente, o estado centralizado, de um lado, promove a estabilização da ordem social interna (num novo equilíbrio de forças sociais, agora subordinadas ao rei), de outro estimula a expansão ultramarina encaminhando a superação da crise nos vários setores”. *Ibid* p. 24

²⁷⁴ *ibid* p. 19-20

²⁷⁵ cf. *ibid* p. 24-6

com o objetivo precípua de fortalecer o Estado metropolitano pela via da *circulação*, envolvendo predominantemente a produção de gêneros tropicais e o acúmulo de metais nobres. Logo, com vistas a atender esta finalidade, o Antigo Sistema Colonial se estruturou em torno de três elementos fundamentais: 1) a dominação política, nas suas mais variadas formas e graus; 2) o regime de comércio assimétrico (o *exclusivo metropolitano*), que fundamentava a transferência de *renda líquida* da colônia para a metrópole²⁷⁶ e 3) preponderância do trabalho compulsório, num espectro que ia da servidão ao escravismo.²⁷⁷ Portanto, a economia colonial não era capaz de reproduzir-se de forma autônoma, pois, devido ao pacto colonial, o circuito do capital era concluído no mercado europeu, as decisões políticas fundamentais eram tomadas na metrópole e, por fim, nas regiões onde o trabalho compulsório atingia o limite, não havia reprodução interna da força de trabalho. Temos ainda de acrescentar um outro elemento: do ponto de vista dos grandes mercadores metropolitanos, a arquitetura do Antigo Sistema Colonial se adequava perfeitamente ao padrão de investimentos característico do capital mercantil: diversificação, preponderância de investimentos ligados à agilização da *circulação* e, sobretudo, a possibilidade de retorno rápido à liquidez.²⁷⁸ A economia colonial ajustava-se

²⁷⁶ cf. *ibid* p. 37-67. Neste ponto, Fernando Novais é enfático: “O *monopólio do comércio* das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua *função histórica*, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formaram a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido. E realmente, reservando a si com a exclusividade de aquisição dos produtos coloniais, a burguesia mercantil metropolitana pode forçar a baixa de seus preços até o mínimo além do qual se tornaria antieconômica a produção; a revenda, na metrópole ou alhures a preço de mercado, cria uma margem de lucros de monopólio apropriada pelos mercadores intermediários: se vendido no próprio mercado consumidor metropolitano os produtos coloniais, transferem-se rendas da massa da população metropolitana (bem como dos produtores coloniais) para a burguesia mercantil; se vendidos em outros países, trata-se de ingresso externo, apropriado pelos mercadores metropolitanos.” “O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial” in: Carlos G. MOTA (org.) *Brasil em Perspectiva* 2ª.ed. São Paulo: Difel, 1969 p. 51-2

²⁷⁷ cf. Fernando NOVAIS *Estrutura e Dinâmica...* cit. p. 69-90. De fato, com a abundância de terras nas colônias, seria impossível conjugar trabalho assalariado e exploração colonial: “(...) a possibilidade de utilização do trabalho livre, na realidade mais produtivo e, pois, mais rentável *em economia de mercado*, ficava bloqueada na situação colonial pela abundância do fator terra; seria impossível impedir que os trabalhadores assalariados optassem pela alternativa de se apropriarem de uma gleba, desenvolvendo atividades de subsistência. Disso resultaria, obviamente, não uma produção vinculada ao mercado do centro dinâmico metropolitano, mas simplesmente a transferência de parte da população européia para áreas ultramarinas(...)” Fernando NOVAIS “*O Brasil nos Quadros...*” cit. p. 58-9 (grifo meu)

²⁷⁸ José Jobson de Andrade ARRUDA, com base na obra de Fernando Novais, desenvolveu este argumento: “Qual era a ‘vocalização’ do capital mercantil, se lhe pudéssemos atribuir uma certa ‘vontade’? Certamente, o investimento em meios afins à realização e agilização do circuito do capital: matérias-primas, mercadorias, armazéns, equipamentos, navios, moedas. Mas também crédito para os clientes e agentes, serviços de âmbito, operações bancárias e securitárias. Como era próprio ao capital mercantil, buscava-se estreitar o circuito monetário, cujos resultados eram lucros excepcionais, o que, por sua vez, era facilitado pela multiplicidade de oportunidades de investimentos. Por esta precedência essencial, o capital mercantil resistia adentrar à produção e submetê-la diretamente ao seu controle, subsumi-la integralmente, preferindo uma fora de

a este padrão porque os investimentos em *capital fixo* ficam a cargo dos colonos,²⁷⁹ permitindo que os europeus comandassem uma parcela maior do cobiçado capital circulante e, sobretudo, auferissem lucros extraordinários nas duas vias das relações colônia-metrópole: 1) na reexportação dos produtos coloniais para o mercado europeu, com base no oligopsônio detido pelos mercadores metropolitanos; 2) na exportação para a colônia de meios de produção (tecnologia, mão-de-obra escrava etc.) e produtos de luxo destinados a suprir a demanda gerada pelo consumo conspícuo das elites.

Uma vez esboçados os seus traços essenciais, podemos agora explorar a *crise* do Antigo Sistema Colonial, a qual revela as tensões estruturais mais profundas do Antigo Regime, que comandaram a transição do feudalismo ao capitalismo. Primeiramente, temos de expor com clareza a concepção de *crise* adotada por Fernando Novais, que necessariamente suplanta o nível econômico e, se não for entendida, impossibilita a compreensão de seu pensamento: “Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o *conjunto de tendências* políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias. Elas se manifestam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isso significa, desde logo, *que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português nesta época.*”²⁸⁰ Além de constituir o melhor ponto de partida para a nossa análise, esta concepção de crise está ligada à uma concepção radical de história – que tem norteado nossa exposição desde o início: a história como forma de compreensão da mudança, fato que, forçosamente, implica uma análise total: “Transição, já se disse com alguma propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder definir-se como o estudo da transição (J. Ortega y Gasset). Se, de fato, se quer indicar a inexistência de limites radicais, o inexorável entrelaçar-se dos acontecimentos no curso da história, a

subordinação indireta, mesmo que isso significasse (e de fato significava) que a maior parcela do capital circulante representasse gastos com o trabalho. Gastos elevados porque os produtores independentes (...) não vendiam a força de trabalho, mas o produto de seu trabalho incorporado na mercadoria. Em compensação, para o capital mercantil, *os dois pontos extremos do circuito do capital aproximavam-se*, na medida em que não havia imobilização em fatores de produção (ferramentas, máquinas, oficinas etc.), ao mesmo tempo que garantia a sua versatilidade, a liberdade para transmitir rapidamente às melhores oportunidades do mercado.” “Exploração Colonial...” *cit.* p. 221-2,

²⁷⁹ Exatamente por isto a renda na colônia tinha de ser extremamente concentrada, assim como havia poucas brechas para o desenvolvimento do trabalho assalariado.

permanente coexistência de formas transatas com antecipações ainda não concretamente definidas, a afirmação ganha sentido e exprime um dos traços essenciais da realidade histórica. E no entanto, para certas épocas mais do que para outras, a própria sensibilidade e a tradição do pensamento historiográfico vem revelando não ser desapropriado falar em transição e crise. É que, não obstante aquela inextricável interpenetração acima referida, o desenrolar da história é periodizado por estruturas globais e profundas, geradas na inevitável relação dos homens entre si na prática de sua vida histórica, e que passam a configurar o quadro de possibilidades em que se desenvolve a própria história; *tais estruturas não cedem lugar a novas formas de convivência senão através de um processo de ruptura de suas traves básicas, o que imprime inexoravelmente maior ou menor aceleração no ritmo do tempo histórico.* Tais acelerações, como indicou M. Dobb, *são as revoluções verdadeiramente significativas da história.* A esses momentos que medeiam entre as últimas manifestações das estruturas internas em seu pleno funcionamento e a precipitação das transformações que indica a substituição do quadro estrutural, quando é possível demarcá-los parece-nos legítimo chamar *épocas de transição.*"²⁸¹ Portanto, só faz sentido analisar a estrutura e a crise do Antigo Sistema Colonial como parte da transição do feudalismo ao capitalismo.

Feitas estas observações, podemos prosseguir. A própria dinâmica do Antigo Sistema Colonial engendra a sua crise, que se manifesta de duas formas: 1) com a *consolidação do capital industrial* no núcleo da economia-mundo, fato que encerra a acumulação primitiva de capitais e gera novas formas de dominação (o imperialismo, que discutiremos em seguida); 2) com a *independência* das colônias que, com o fim da era mercantilista, iniciam o processo de internalização das decisões políticas, mas não conseguem uma *integração dinâmica* na nova configuração da economia-mundo capitalista. Vamos analisar em primeiro lugar os mecanismos que possibilitaram a independência política das colônias. Para poder explorar economicamente as colônias, as metrópoles tiveram de fomentar o seu desenvolvimento.²⁸² construindo a infra-estrutura

²⁸⁰ Fernando NOVAIS *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* 6ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1995 p. 13

²⁸¹ *ibid* p. 11-2 (grifo meu)

²⁸² Recentemente surgiram críticas à diferenciação entre colônias de exploração e de povoamento, distinção que foi introduzida nas reflexões acadêmicas brasileiras por Caio Prado Jr e retomada, de forma inovadora, por Fernando Novais. A esmagadora maioria das críticas destacam a aparente redundância desta tipologia pois, nos dois casos, há exploração: para povoar é necessário explorar. Em primeiro lugar, é necessário observar que esta crítica não é nova: já havia sido proposta em 1937, por Georges Hardy (*La Politique Coloniale et le Partage de La Terre au XIX et XX siècles*), ao criticar as reflexões de Paul Leroy-Beaulieu e de Wilhelm

básica (portos, estradas, etc.), criando uma burocracia administrativa e, devido às ameaças internas e externas ao território colonial - as revoltas e a possibilidade de ocupação por uma potência rival - a construção de fortes e outros meios de defesa era imprescindível. Essa necessidade constante de promoção do desenvolvimento da colônia para possibilitar a sua exploração por parte da metrópole, com o tempo, cristalizava os interesses particulares dos colonos e, no limite, possibilitava a manifestação de movimentos em prol da independência.²⁸³ No quadro geral delineado por Fernando Novais é possível ultrapassar as interpretações episódicas, onde o acaso prepondera ou que tudo repousa em torno de “erros” e “acertos” dos estadistas. Ao mesmo tempo, é possível ir além das dicotomias entre a perspectiva conservadora – que expande o período da independência, ressaltando a continuidade em detrimento da mudança – e a perspectiva “liberal”, que consagra a transformação, mas com uma característica: a análise fica circunscrita a um período muito curto e, essencialmente, episódico. Há, portanto, uma outra alternativa: “Ora, colocada a questão nessa dicotomia [interpretação liberal contraposta à conservadora], fica de fora um terceiro caminho, que precisamente nos parece o mais acertado: encarar a independência como *momento de um longo processo de ruptura*, ou seja, a desagregação do sistema colonial e a montagem do Estado nacional”.²⁸⁴ Somente neste caso é possível articular continuidade – no efêmero nível dos acontecimentos – com ruptura, esta situada no nível das estruturas. Por isto a concepção da história total se impõe e, neste caso em particular, o elo decisivo é a

Roscher (cf. Fernando NOVAIS “Colonização e Sistema Colonial...” cit. p. 247-51). Mas esta não é uma objeção muito inteligente: “Conservemos, portanto, neste passo, as categorias fundamentais de ‘povoamento’ e de ‘exploração’, como modalidades básicas da colonização da época do Antigo Regime. Nova Inglaterra e Brasil tipificam as duas estruturas, mas convém para logo dizer que em termos de *predominância de caracteres* e não de sua exclusividade, *como alias tudo em História*. O que Geroges Hardy verdadeiramente não compreendeu, quanto a nós, na sua crítica desse critério de diferenciação, é que, posto que obviamente não possa haver exploração sem povoamento e nem este sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra o povoamento; as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano) as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); *numa situação, povoamento explica a exploração, noutra é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento.*” Ibid p. 253 (grifo meu)

²⁸³ “Não é possível”- escreve Fernando Novais- “explorar a colônia sem desenvolvê-la; isto significa ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento, fazer crescer a produção. É certo que a produção se organiza de forma específica, dando lugar a uma economia tipicamente dependente, o que repercute também na formação social da colônia. Mas, de qualquer modo, o simples crescimento extensivo já complica o esquema; a ampliação das tarefas administrativas vai promovendo o aparecimento de novas camadas sociais, dando lugar a núcleos urbanos, etc. Assim, pouco a pouco se vão revelando oposições de interesse entre colônia e metrópole, e quanto mais o sistema funciona, mais o fosso se aprofunda.” “As Dimensões da Independência” in: Carlos Guilherme MOTA 1822 *Dimensões* São Paulo: Perspectiva, 1986 p. 23

desintegração conjunta do Antigo Sistema Colonial e do Estado Absolutista, este entendido como a *base de sustentação do colonialismo mercantilista*. Esta decomposição abre um *quadro de possibilidades* que, embora variado, possui *limites* e gera tendências, as quais modelaram as diversas manifestações concretas dos processos de independência que marcaram o período de gestação do capitalismo.²⁸⁵

A segunda materialização da crise do Antigo Sistema Colonial ocorre ao término de sua função básica, isto é, com o fim da acumulação primitiva de capitais: “Se recordarmos, agora,” – escreve Fernando Novais – “o que indicamos antes a propósito do capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a Revolução Industrial, o *sistema colonial* mercantilista apresenta-se-nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da *passagem para o capitalismo industrial*: efetivamente, a exploração colonial ultramarina promove, por um lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; por outro lado, amplia o mercado consumidor de produtos manufaturados. Atua, pois, simultaneamente, de um lado, criando a possibilidade do surto maquinofatureiro (acumulação capitalista), por outro lado a sua necessidade (expansão da procura dos produtos manufaturados). Criam-se, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial – processo histórico de emergência do capitalismo. Assim, pois, chegamos ao núcleo da *dinâmica do sistema*: ao *funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação*.”²⁸⁶ A consolidação da indústria moderna altera radicalmente a natureza e o ritmo da produção, fato que provoca transformações em todas as esferas da existência social. Neste caso, o capital mercantil cede lugar ao capital industrial, que domina completamente a produção e subordina a si o capital comercial, convertendo-o em uma *função derivada*, que opera apenas em determinados momentos do circuito de valorização do capital. Como já adiantamos, antes da Revolução Industrial, isto é, durante a dominação do capital mercantil, as trocas *sempre são desiguais*: a ação do capital mercantil ficava circunscrita exclusivamente à esfera da circulação, porque ele se alimentava de parte do excedente *já extraído por meios feudais dos produtores diretos*. Logo, a sua dinâmica básica envolvia a

²⁸⁴ Fernando NOVAIS “Passagens para o Novo Mundo” *Novos Estudos: Cebap* No. 9 (1984) p. 3

²⁸⁵ O jogo de tensões era complexo: a tensão colônia-metrópole envolvia uma outra polarização: senhores e escravos. Foram os colonos – isto é, a *camada intermediária*, situada entre os colonizadores e a massa de pobres e desprivilegiados, sob a qual exerciam o seu domínio – que, de um modo geral, conduziram o processo de independência. Lutavam, portanto, contra os interesses metropolitanos e contra os interesses das camadas mais baixas, geralmente subordinadas ao trabalho compulsório. Sobre este jogo de tensões e suas manifestações concretas, cf. *ibid* p. 6-7

apropriação e a redistribuição de riquezas que esta forma de capital não contribuiu diretamente para gerar.²⁸⁷ Assim, toda a doutrina mercantilista sobre a necessidade de manter superávits na balança comercial não estava “errada”, como sugere a crítica anacrônica de Adam Smith e de seus sucessores. Colbert e Thomas Mun estavam certos: durante a acumulação primitiva de capitais, o comércio realmente configurava um jogo de soma-zero, onde a forma básica de lucro era o que Marx denominou *lucro sobre a alienação*. Em suma: *tudo* muda com o predomínio do capital industrial, até mesmo as doutrinas econômicas.²⁸⁸ Só a partir da dominação do capital industrial é que o princípio marxista de que não há inequivalência durante as trocas tem validade, pois a acumulação ocorre através da geração da *mais-valia relativa* no processo produtivo, a qual é realizada durante a circulação. Portanto, com a industrialização da Grã-Bretanha, o Antigo Sistema Colonial passou a ser atacado sob duas frentes: pela metrópole que concluiu a industrialização originária e, também, pelas colônias remanescentes, que passaram a lutar de forma sistemática pela independência política.

A ruptura do Antigo Sistema Colonial demarca o surgimento de uma *nova forma* de dominação: o imperialismo, tema que discutiremos em seguida. No entanto, a relação entre a crise do Antigo Sistema Colonial e o Imperialismo é extremamente complexa e não pode ser estabelecida de forma imediata. Portanto, discutiremos inicialmente a origem do termo e os vários significados que ele recebeu ao longo do século XIX. Esta breve discussão conduzirá a nossa síntese sobre as interpretações “clássicas” deste fenômeno, que dividimos em duas correntes básicas: interpretações liberais e interpretações marxistas. Em seguida, analisaremos a mudança de curso que a reflexão sobre o imperialismo tomou nos anos 50 e 60 do século XX, quando surgiram diversas ramificações que tornaram a linha divisória entre as duas principais correntes interpretativas difícil de ser discernida. É exatamente nesta fase da discussão que a articulação entre a passagem do Antigo Sistema Colonial ao Imperialismo começou a ser estabelecida. Por fim, concluiremos este capítulo com a transposição desta discussão para a polêmica entre Patrick O’Brien e Immanuel Wallerstein.

3.2 – Interpretações do Imperialismo

²⁸⁶ *Estrutura e Dinâmica...* cit. p. 103-4. Ver também “As Dimensões...” cit. p. 23 e segs.

²⁸⁷ cf. Karl MARX *O Capital*, tomo IV cit. p. 233; 235-7.

²⁸⁸ cf. Fernando NOVAIS *Estrutura e Dinâmica...* cit. p. 17-9.

Embora os fenômenos associados à expressão “imperialismo”, em suas mais variadas formas e modalidades, tenham ocorrido em várias épocas da história, este termo é recente. A palavra *impérialiste* parece ter surgido na França por volta de 1830, com uma acepção particular: era usada para designar os partidários do “império” napoleônico. Logo em seguida o termo ganhou uma acepção crítica, pois passou a ser utilizado, antes de 1848, como uma denúncia às pretensões cesarianas de Luis Napoleão. Pouco tempo depois esta expressão conservou este mesmo sentido básico, quando passou a ser utilizado por franceses e ingleses contrários ao expansionismo francês. No entanto, no mundo anglo-saxônico, a palavra imperialismo ganhou força somente na década de 1870, em plena era vitoriana, como uma crítica à política de Disraeli, que tinha como objetivo converter as colônias inglesas – caracterizadas pelo próprio Disraeli como “uma pedra atada ao nosso pescoço” – em membros autônomos de um império unificado, isto é, visava à constituição de uma “federação imperial” (*imperial federation*)²⁸⁹. Em contrapartida, alguns políticos, escritores e ideólogos britânicos se empenharam na tarefa de tentar reabilitar este termo, esvaziando o seu conteúdo crítico e pejorativo, enfatizando o caráter civilizador da expansão inglesa e da cristalização de uma federação imperial britânica. O corolário deste movimento de valorização do imperialismo foi a criação e difusão da ideologia do “fardo do homem branco”: os britânicos tinham a dupla missão de civilizar os povos atrasados e de abrir os seus territórios em benefício do mundo. A intensificação desta batalha ideológica e a vastidão do império britânico no final do século XIX fundamentaram a forte identificação do termo imperialismo ao “colonialismo britânico”. Esta associação era bastante nítida na imprensa européia e, também, nos círculos acadêmicos do continente.

No entanto, apesar da disputa polissêmica ser um pouco mais antiga, os estudos mais sistemáticos sobre o imperialismo começaram a ganhar impulso à medida que o final

²⁸⁹ cf. Bernard SEMMEL *Imperialism and Social Reform* Londres: Allen & Unwin, 1960 p. 283 e ss.; J.A. SCHUMPETER *Imperialismo e Classes Sociais* trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1961 p. 27-35. A Federação Imperial defendida por Disraeli preservaria o controle dos ingleses sobre o território das colônias (convertidas em “membros autônomos” da federação, a qual, na verdade, constituiria uma grande união alfandegária, com um sistema de defesa militar comum), pois todo o império estaria estruturado em torno de um órgão representativo central sediado em Londres. Estas medidas, em tese, deveriam promover um contato mais estreito e mais dinâmico entre o núcleo do império e as colônias. Na realidade, como destacou Geoffrey BARRACLOUGH, a idéia de *federalização* do Império começou a ser defendida com mais vigor na medida em que o sistema de equilíbrio de poder se deteriorava. John Seeley, escrevendo em 1883, chegou a afirmar que a Inglaterra só poderia juntar-se aos países da “primeira fila” - EUA e Rússia – se, por meio do federalismo, conseguisse converter o império colonial em uma “Bretanha Maior” cf. *Introdução à História Contemporânea* trad. port. São Paulo: Zahar, s/d p. 91

do século XIX se aproximava. O primeiro quartel do século XX representou a culminação deste processo: é neste período que surgiram as primeiras “teorias do imperialismo”, que formaram as matrizes de uma discussão que se prolongou por várias décadas e que, de forma difusa, permeia as interpretações que compõe o *Congresso de Madri*. A proliferação destes estudos está intimamente ligada à nítida intensificação da concorrência entre as nações imperialistas que marcou o período 1870-1914. Por volta de 1800, a Europa e suas possessões ocupavam cerca de 55% da superfície terrestre. Em 1878 esta cifra subiu para 67% e em 1914 atingiu o pico: 84% da superfície mundial estava sob domínio europeu.²⁹⁰ A tabela abaixo (Tabela 9) ilustra este movimento:

Tabela 9 – Território Colonial detido pelas potências européias (em milhões de Km²)²⁹¹

	1826	1878	1913	1933
Inglaterra	9.0	24.9	29.5	31.6
França	0.1	4.9	11.5	12.4
Portugal	0.5	2.2	2.2	2.2
Holanda	1.2	2.1	2.1	2.1
Espanha	0.4	1.0	0.8	0.8
Alemanha	-	0.5	3.5	0.5
Itália	-	0.0	2.5	2.8

Diversos motivos contribuíram para deflagrar esta nova onda imperialista podem ser discriminados, mas, na bibliografia sobre o tema, domina a idéia de que a unificação da Itália e da Alemanha foram os fatores decisivos, pois isto significou a entrada de duas novas nações fortemente empenhadas na conquista de novos territórios. É neste contexto que o debate sobre a natureza e o significado do imperialismo começa a ganhar os seus contornos básicos. O livro que inaugura este debate foi, seguramente, *Imperialism: a Study*, publicado originalmente em 1902, por J. A. Hobson. Mas é necessário fazer uma ressalva: a despeito do que sugere o título da obra, o estudo do imperialismo como *fenômeno geral* não constituía o centro das preocupações deste autor, que estava realmente interessado em analisar os principais problemas sócio-econômicos da Grã-Bretanha.²⁹² Entretanto, a sua interpretação sobre as forças que impulsionavam a expansão imperialista foi de importância central para a discussão subsequente: o

²⁹⁰ cf. O'BRIEN, Patrick K. & ESCOSURA, Leandro Prados de La "The Costs and Benefits for European from theirs Empires Overseas" *Revista de Historia Económica* XVI, No. 1 (1998).

²⁹¹ Fonte: Patrick K. O'BRIEN & Leandro Prados de La ESCOSURA "The Costs..." cit. p. 61

descompasso entre o investimento capitalista “excessivo” e o baixo poder de consumo dos assalariados fazia com que as taxas de lucro declinassem na economia nacional. Este declínio tornava o investimento ultramarino muito mais atraente, pois a taxa de retorno era maior. Em síntese: o força motriz do imperialismo “moderno” repousava na progressiva necessidade de algumas economias exportarem capitais de forma segura. Mas a solução apontada por Hobson para solucionar este problema foi muito mais polêmica do que esta tese: aumentar o poder de consumo dos assalariados, fator que elevaria a rentabilidade dos investimentos nacionais e restringiria a necessidade de exportar capitais e de impor um controle político sobre outras regiões. Além de representar uma proposta para a política interna da Grã-Bretanha, esta explicação estava relacionada a outro grande conflito ideológico que marcava a época: a detecção da origem e das causas da pobreza e da desigualdade. Não há dúvida de que esta interpretação, qualificada como “teoria” do subconsumo, representava uma tentativa de propor uma alternativa às explicações marxistas sobre as causas da miséria e da concentração de renda.²⁹³ Além do mais, Hobson sugere que o imperialismo não é intrínseco ao capitalismo, pois uma melhoria no padrão de consumo dos trabalhadores assalariados teria – hipoteticamente – força suficiente para reverter a tendência ao expansionismo externo.

O segundo grande marco nesta discussão foi a publicação de *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Este livro foi escrito por Lênin em 1916, publicado em russo pouco antes do final da primeira guerra mundial e traduzido para o francês e para o alemão na década de 1920.²⁹⁴ O argumento básico deste livro controverso é diametralmente oposto ao de Hobson: para Lênin, o imperialismo não somente é intrínseco ao capitalismo, como também representa o indício principal da maturidade do

²⁹² cf. FIELDHOUSE, D.K. “Imperialism: an Historiographical Revision” *The Economic History Review*, 2nd Ser., XIV,2 (1961) p. 188-9

²⁹³ Mesmo um autor pouco favorável ao marxismo reconhece este fato: “(...) este livro [*Imperialism: a Study*] foi principalmente um veículo para a divulgação da teoria do ‘subconsumo’, que ele [Hobson] acreditava ser o seu principal empreendimento intelectual, e que depois ele a expressou mais completamente em *The Evolution of the Modern Capitalism* e em outros trabalhos. Sinteticamente, a alternativa, *que era uma alternativa ao conceito marxista de mais-valia como explicação da pobreza*, via os investimentos excessivos dos capitalistas, com o concomitante subconsumo dos assalariados, a raiz dos recorrentes colapsos, da queda das taxas de juro e do permanente subemprego.” D. K. FIELDHOUSE “Imperialism...” *cit.* p. 188-9 (grifo meu). Do ponto de vista da prática política, a mensagem é óbvia: reforma, não revolução.

²⁹⁴ A primeira edição deste livro em inglês que já vi citada até o momento data de 1926 (Nova York: International Publishers). Há outra edição, citada com certa frequência, publicada em 1947 (Moscou: Foreign Languages Publishing House). Estamos utilizando a tradução portuguesa, publicada pela editora Global, em 1987.

escopo mundial deste modo de produção. Apesar desta grande diferença – que, de fato, é o divisor de águas dentre as interpretações marxistas “tradicionais” das interpretações liberais do imperialismo – existem alguns pontos de convergência entre Lênin e Hobson. O mais evidente de todos é o destaque do papel das exportações de capital no funcionamento da economia internacional e sua associação ao “imperialismo moderno”. Há outros pontos de convergência menos importantes, que, no conjunto, foram suficientes para gerar críticas endereçadas simultaneamente às interpretações do imperialismo de Lênin e de Hobson.²⁹⁵ No entanto, apesar disto, como veremos, as diferenças entre estes dois autores são mais importantes do que as suas semelhanças.

3.2.1 – Interpretação liberal e social-democrata do Imperialismo

3.2.1.1 – J.A. Hobson

O impulso ao imperialismo – De acordo com J. A. Hobson, o imperialismo “moderno” é um fenômeno que, em certa medida, decorre de uma promessa da democracia liberal não cumprida: uma distribuição de renda mais equânime que, supostamente, seria o resultado da constituição de um mercado livre. Como já adiantamos, Hobson caracteriza a Grã-Bretanha na passagem do século XIX para o XX como uma sociedade marcada pela tensão entre o baixo poder de consumo dos trabalhadores e o excesso de capitais nas mãos dos capitalistas. Este descompasso gerava uma tendência ao declínio das taxas de lucro e ao aumento do subemprego e do desemprego. Formulando nestes termos o problema, Hobson encontra duas alternativas possíveis: a) elevar o poder de compra dos assalariados, transferindo a eles, mediante reformas sociais, uma parcela maior dos lucros (i.é.: elevando o salário real), evitando deste modo os problemas derivados do excesso de investimentos; b) deslocar o excesso de capitais e de produção para fora do país, aproveitando as regiões ainda inexploradas ou subexploradas. Este deslocamento de capitais é, do ponto de vista dos investidores, vantajoso por dois motivos: 1) as taxas de retorno nas novas regiões são mais elevadas; 2) a exportação de capitais permite a manutenção de taxas de lucro razoáveis na economia nacional. Entre estas duas alternativas, os ingleses optaram pela última, que no entender de Hobson é a menos correta, pois este padrão de investimento não resolve o que ele julga serem os principais

²⁹⁵ cf. O’CONNOR, James “The meaning of economic imperialism” in: RHODES, R.I. *Imperialism and Underdevelopment* Monthly Review Press, 1970 p. 111-6.

problemas sócio-econômicos da Grã-Bretanha: este procedimento não favorece os trabalhadores ingleses, não reduz o desemprego, não elimina o subemprego e preserva a disparidade na distribuição de renda. Deixaremos momentaneamente de lado as implicações deste raciocínio, pois, no momento é importante reter que, para Hobson, não existe um impulso *intrinsecamente capitalista* à expansão colonial ou imperialista, pois este impulso deriva principalmente de uma situação social anômala presente nas metrópoles.

O poder do setor financeiro e as consequências negativas do imperialismo – No período imediatamente posterior à 1870, a tensão entre as potências coloniais ganhou um novo fôlego, fator que elevou os custos com a defesa das possessões. Ao lado deste custo adicional, Hobson alega que, nas últimas décadas do século XIX, o comércio da Grã-Bretanha com as suas colônias declinou com relação ao seu comércio com o restante do mundo. Além disto, ele sugere que as novas colônias conquistadas na África e na Ásia não estavam atraindo colonizadores em número suficiente para compensar os custos de ocupação e defesa. Frente a este quadro, a questão é inevitável: se o comércio colonial estava em declínio relativo e as novas possessões não eram tão atrativas, como explicar o acirramento da rivalidade intra-européia? Hobson, ao responder esta questão, simultaneamente, reforça a tese do subconsumo: a intensificação da luta política entre as potências européias deriva principalmente do excesso de capitais, os quais tinham de ser investidos de forma *politicamente segura* no ultramar. No caso da Grã-Bretanha, Hobson é categórico: “Não é exagero dizer que a moderna política externa da Grã-Bretanha é principalmente uma luta por rentáveis mercados de investimento”.²⁹⁶ O elemento dinamizador do imperialismo “moderno” é, portanto, financeiro. Mas Hobson sabia que os principais defensores da expansão imperial eram mercadores, militares, grupos nacionalistas, etc. Como encaixar este fato na sua interpretação? Simples: estes não eram os verdadeiros personagens do expansionismo, mas apenas marionetes, “ferramentas do imperialismo”:

“as finanças” – escreve Hobson – “manipulam as forças patrióticas dentre os políticos, soldados, filantropistas e mercadores; o entusiasmo expansionista que surge destas fontes, embora forte e genuíno, é irregular e cego; o *interesse financeiro tem as qualidades de concentração e de cálculo clarividente que são necessárias para pôr em marcha o imperialismo*. Um ambicioso homem de estado, um soldado de fronteira, um zeloso missionário, um comerciante

²⁹⁶ Cf. HOBSON, J.A. *Imperialism: a study* Ann Arbor: University of Michigan Press, 1987 p. 53 e segs.

agressivo, pode sugerir ou até mesmo iniciar um estágio da expansão imperial, pode defender perante a opinião pública patriótica a urgente necessidade de algum novo avanço [da expansão imperialista], *mas a determinante final repousa no poder financeiro.*²⁹⁷

Esta passagem explicita bem a perspectiva delineada por Hobson. O impulso imperialista não têm nenhum vínculo orgânico com o capitalismo, pois ele deriva fundamentalmente de interesses *econômicos* de um setor capitalista razoavelmente bem delimitado: o setor financeiro. Em suma: para Hobson, o impulso à conquista de novos territórios não ocorreria sem a pressão dos investidores para a realização de investimentos ultramarinos “politicamente seguros”.

Após identificar a força condutora do imperialismo à elite do setor financeiro, Hobson fez uma avaliação negativa do *significado* econômico da dominação imperial para a Grã-Bretanha, que pode ser sintetizada nos seguintes pontos principais:

- (1) o deslocamento dos investimentos para o exterior, embora aparentemente lucrativo, tende a perpetuar a desigualdade na distribuição de rendimentos na economia britânica, gerando sérios problemas sociais.
- (2) o comércio colonial britânico do final do século XIX consistia na parcela menos lucrativa do total de transações mercantis da Grã-Bretanha.
- (3) o controle formal de colônias requer excessivos investimentos militares e gera o descontentamento das demais potências.
- (4) de um ponto de vista que leve em conta a economia britânica como um todo, o custo da administração das colônias é muito superior aos rendimentos que elas podem oferecer.
- (5) os grandes financistas, geralmente, utilizam o poder da autoridade imperial para satisfazer os seus próprios interesses. Isto é prejudicial tanto para as colônias quanto para a economia metropolitana.

²⁹⁷ HOBSON, J.A. *Imperialism... cit.* p. 59. D.K. FIELDHOUSE comenta este trecho: “Desta engenhosa maneira Hobson inverteu a aparente relação entre os “imperialistas” óbvios e os investidores. Ao invés de o financista ser induzido a investir em novas possessões, com maior ou menor entusiasmo, quando o controle político foi imposto por outras razões, ele torna-se a influência essencial na direção do processo. O investimento *no longer follows the flag*: ele decide onde é mais lucrativo fixá-lo, e adverte ao governo, qualquer que seja, a seguir o conselho dos homens de ação ou de idéias em cada caso particular. Portanto, o imperialismo não pode ser interpretado como uma expressão espontânea do idealismo, do chauvinismo ou da mera energia de uma nação. *Em sua forma prática, ele é a expressão dos interesses especiais dos financistas que encontram-se nos bastidores, que decidem como os seus sonhos se tornarão realidade, e quem irá sozinho açambarcar os benefícios.*” “Imperialism...” *cit.* p. 191 (Grifos meus).

Com base nestes elementos, a avaliação de Hobson torna-se nítida: muito custoso, pouco lucrativo e consistindo numa perigosa fonte de conflitos internacionais, o imperialismo do final século XIX tornou-se um fardo demasiado pesado para se carregar. Antes de concluirmos, é necessário destacar uma ambigüidade que perpassa o pensamento de Hobson. Assim como a esmagadora maioria dos britânicos que escreviam na passagem do século XIX para o XX, Hobson julgava que o imperialismo era benéfico para as colônias, pois permitia que elas se desenvolvessem economicamente. No entanto, como afirmamos acima, esta face virtuosa era contrabalançada pelos interesses particularistas dos investidores, o único setor social que realmente lucrava com o imperialismo. A solução encontrada por Hobson para superar esse impasse é bastante significativa: de algum modo, um controle internacional sobre as colônias deveria ser estabelecido para que, com um pouco de paciência, as “forças econômicas normais” pudessem, naturalmente, induzir os nativos a descobrirem as virtudes do trabalho livre e a se engajarem espontaneamente nos empreendimentos disseminados pelos europeus. Assim, para Hobson, embora o trabalho coercitivo, em suas várias formas, seja um expediente moralmente condenável e economicamente ineficaz, sem a colonização, isto é, sem serem semeadas e cultivadas pelos europeus, as áreas subdesenvolvidas jamais poderiam superar esta condição. Portanto, mesmo um dos principais críticos liberais do imperialismo não conseguiu se libertar da ideologia do “fardo do homem branco”.

3.2.1.2 – Schumpeter

O imperialismo como atavismo – A perspectiva de J. Schumpeter é antagônica às interpretações marxistas do imperialismo que discutiremos logo à frente. Fundamentando-se em uma longa análise sobre os fenômenos imperialistas que remontam à Antigüidade,²⁹⁸ Schumpeter conclui que o imperialismo moderno não é parte constitutiva do capitalismo, mas sim fruto de sobrevivências pré-capitalistas, que o capitalismo ainda

²⁹⁸ cf. SCHUMPETER, J.A. *Imperialismo...* cit. p.44-85. Estamos nos baseando na parte I: “Sociologia dos Imperialismos” (p. 22-124), que corresponde à reedição de um artigo publicado originalmente em 1919 (“Zur Soziologie der Imperialismen” *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* Vol.46 (p.1-39,275-310). Como salienta Paul Sweezy na introdução que ele escreveu na tradução inglesa de *Imperialismo e Classes Sociais*, o ensaio original que faz parte deste livro foi escrito provavelmente durante a primeira guerra mundial, sob um duplo estímulo: “de um lado, criticar a teoria de Bauer-Hilferding, e, do outro, proporcionar uma estrutura teórica alternativa, na qual a guerra e seus antecedentes se pudessem enquadrar apropriadamente.” (p. 9).

não conseguiu eliminar. Estas sobrevivências se situam nas esferas política, cultural, social, psicológica e econômica e, apesar de contradizerem a lógica do capitalismo, elas acabam expressando a sua influência através do poder político, consubstanciando-se na *política imperialista*. Dentre estas sobrevivências, Schumpeter acentua o legado das intensas lutas de poder que ocorreram na Europa ao longo dos últimos séculos: as “paixões nacionalistas irracionais”²⁹⁹ que se irradiam pela opinião pública, assim como o viés belicista e expansionista cristalizado em diversas camadas sociais que se formaram ou que se consolidaram no período absolutista, isto é, as “castas militares-feudais”, os setores da burocracia que derivam seu prestígio, seus privilégios e os seus rendimentos do aparelho militar e administrativo construído durante os conflitos dos séculos XVIII e XIX. São estes resquícios - e não o *capitalismo* - que são responsáveis pelo fomento e pela legitimação das práticas imperialistas. A insistência de Schumpeter no caráter atávico do imperialismo resume bem a sua posição sobre este assunto: “O imperialismo tem, portanto, um caráter atávico. Enquadra-se num grande grupo de características que sobrevivem de eras remotas, e que desempenham um papel importante em toda situação social concreta. Em outras palavras, é um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado (...). É um atavismo da estrutura social, dos hábitos individuais psicológicos, de reação emocional. Como as necessidades vitais que o criaram desapareceram para sempre há muito, também ele deve desaparecer gradualmente, muito embora qualquer ação bélica, por menos imperialista que seja o seu caráter, volte a revivê-lo. (...) Nossos exemplos mais recentes de imperialismo inegável e claro são as monarquias absolutistas do século XVIII. E são, sem dúvidas, “mais civilizados” do que os seus predecessores.”³⁰⁰ Portanto, embora atávico, o imperialismo tende a desaparecer com o desenvolvimento da economia de mercado, que caminha a par com o predomínio da razão.

O capitalismo como força diluidora do imperialismo – Tomando em conjunto a obra de Schumpeter, torna-se particularmente visível a tese de que o capitalismo apresenta uma forte tendência à *racionalização* (entendida como cálculo racional de custos e benefícios); a qual manifesta-se predominantemente no plano econômico, mas que tende também a

²⁹⁹ “Afastado de tudo o mais – escreve Schumpeter –, o irracional busca refúgio no nacionalismo – o irracional, que consiste da beligerância, da necessidade de odiar, de boa quota de idealismo rudimentar, de egoísmo do mais ingênuo, e portanto mais restrito. É precisamente isso o que constitui o impacto do nacionalismo.” *Ibid* p.31-2

projetar-se sobre todas as demais esferas da existência social. Neste sentido, o capitalismo é essencialmente pacífico e, portanto, antagônico às práticas imperialistas: ele tende a neutralizar ou canalizar todas as atitudes agressivo-irracionalis – guerra, expansão imperialista, violência, etc. – para a competição econômica no mercado, que, por efetivar-se num quadro racional, acabaria redundando na consolidação de práticas e instituições democráticas. A própria definição de imperialismo formulada por Schumpeter revela isto: “e a História nos mostra, na verdade, nações e classes (...) que procuram expandir-se pelo amor à expansão, que buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar. Essa determinação não se pode explicar por nenhum dos pretextos que servem para justificá-la, por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento. Independente de toda finalidade concreta ou ocasião, ela representa uma disposição permanente, aproveitando-se de todas as oportunidades. (...) Valoriza a conquista não tanto pelas vantagens imediatas (...) como pelo fato de ser conquista, êxito, ação.(...) Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim também ela não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto(...). Daí, a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força.”³⁰¹ Deste modo, para Schumpeter, a propensão ao imperialismo não pode ser explicada por interesses materiais ou econômicos. Assim, o imperialismo, isto é, a expansão pela expansão (que, exatamente por manifestar-se desta forma não possui limites) não interessa à burguesia, “a principal força criadora da riqueza e da transformação social”. Como explicar, nestas condições, a manifestação do imperialismo em uma era onde as forças econômicas - por promoverem a interdependência entre as nações - apontam para a paz? Simples: a estrutura social vigente ainda não é *suficientemente* capitalista. A “pirâmide social” que caracteriza a nossa era (Schumpeter escrevia em 1919) não foi formada exclusivamente pela *substância* e pelas *leis* do capitalismo, mas sim pela combinação desta com a substância e as leis que emanam de outra época (feudalismo). Portanto, devido à este fator, a burguesia ainda depende política e ideologicamente da aristocracia fundiária e das

³⁰⁰ *Ibid.* p. 86-7.

³⁰¹ *Ibid.* p. 25-6

“classes militares”, que podem usar o seu prestígio para adaptar o “poder do capitalismo” aos seus interesses particulares, profundamente “anticapitalistas”.

3.2.2 – *Interpretações Marxistas do Imperialismo*

3.2.2.1 – *Lênin*

Imperialismo e acumulação mundial – Assim como Hobson, Lênin vincula o imperialismo moderno à intensa exportação de capitais posta em marcha pelas grandes potências. A causa fundamental destas exportações é similar nas duas interpretações: a tendência declinante da taxa de lucro no interior das economias imperialistas e a superabundância de capital. Mas as semelhanças se esgotam nestes aspectos. A explicação de Lênin sobre os motivos que determinam a redução das taxas de lucro nas economias metropolitanas é bastante diferente da fornecida por Hobson. Para Lênin, esta tendência ao declínio explica-se por dois motivos principais, que interagem: 1) o desenvolvimento dos sindicatos, das *Trade Unions* e da social-democracia, aliado à progressiva dificuldade de recrutar trabalho proveniente do campo compromete a capacidade da burguesia elevar a taxa de exploração; 2) a tendência à elevação da composição orgânica do capital, intrínseca ao capitalismo. Estas duas condições não se verificam – pelo menos não com a mesma intensidade – nas regiões pouco exploradas do globo: a composição orgânica do capital é baixa, a oferta de trabalho é abundante, barata e, por fim, a *dominação imperialista* permite a elevação da coerção sobre o trabalho a níveis extraordinários. Deste modo, Lênin relaciona a intensificação do imperialismo à intensificação das contradições do modo de produção capitalista, as quais derivam do seu amadurecimento. Em algumas formações sociais, na segunda metade do século XIX, o modo de produção capitalista atingiu a chamada “fase da indústria moderna”; caracterizada basicamente por três elementos: a possibilidade de produção de *mais-valia relativa*; o desenvolvimento das instituições de crédito e a crescente *centralização do capital*. O resultado destas tendências é a monopolização do capital em escala nacional e depois em escala internacional, marcada pela competição intensa entre os grandes capitalistas. É exatamente neste estágio que as práticas imperialistas se tornam imprescindíveis: como decorrência da *concorrência inter-imperialista*, as burguesias das formações sociais desenvolvidas, representadas por seus respectivos estados, começam a lutar pela

anexação de novos territórios e pelo controle de novos mercados, para garantir a reprodução do capital.

Imperialismo: expressão do Capitalismo Monopolista – A vinculação entre as práticas imperialistas modernas e a instauração de um *novo estágio* do capitalismo é central na teoria do imperialismo desenvolvida por Lênin. Ao insistir neste ponto, o líder bolchevique busca distinguir o “imperialismo do capital financeiro” das diversas formas de dominação imperial que o antecederam, destacando a sua peculiaridade. Desta perspectiva, para compreendermos o imperialismo é necessário analisar as características básicas do *Capitalismo Monopolista*, as quais podem ser sintetizadas do seguinte modo:

- (1) Há uma forte tendência à centralização da produção em *trustes* e em cartéis, que dão origem a grandes monopólios, que passam a exercer um papel decisivo na vida econômica.
- (2) A fusão do capital bancário e do capital industrial gera uma poderosa oligarquia financeira.
- (3) Nestas condições, a exportação de capitais adquire uma importância decisiva, que inclusive a diferencia da exportação de mercadorias.
- (4) As grandes potências capitalistas dividem o mundo entre si, ocupando territórios e criando esferas de influência.
- (5) Da efetivação da divisão territorial do planeta, desdobra-se uma intensa luta entre as grandes potências para redividir o mundo (*a luta inter-capitalista*)

Assim, Lênin deriva a sua teoria do imperialismo destas condições gerais que, supostamente, governavam o capitalismo monopolista. Podemos então, sucintamente, descrever a especificidade de sua interpretação: a exportação de capitais que caracteriza o imperialismo ocorre no contexto de um mundo dividido por classes dominantes diferentes, cujo poder é representado pela força do estado de cada país. Deste modo, a exportação de capitais envolve a *mediação dos estados* e também o conflito potencial entre classes dominantes com interesses distintos. Este conflito potencial pode ser dividido em duas categorias básicas: a) conflito entre estados predominantemente capitalistas, isto é, a *rivalidade interimperialista*; b) conflito entre um estado capitalista e outro “pré-capitalista” (a aliança da burguesia metropolitana com as classes dominantes pré-capitalistas para evitar a tomada do poder pela burguesia autóctone dos países dominados). Lênin concentrou a sua análise na primeira categoria de conflitos, de onde tirou a sua famosa

conclusão de que a *acumulação na era imperialista gera uma tendência às guerras inter-capitalistas*. Desta forma, ele qualificou a Primeira Guerra Mundial como uma guerra essencialmente imperialista, que, de certa maneira, seria a prova empírica de sua teoria.

Deste quadro geral temos de destacar alguns elementos importantes. Em primeiro lugar a idéia de que o imperialismo é fruto do *amadurecimento do capital*: nas fases anteriores do desenvolvimento capitalista a dominação colonial envolvia a garantia da exportação de *mercadorias excedentes*, fato que não envolvia necessariamente a exportação de capitais. No caso do capitalismo monopolista, a eventual exportação de mercadorias era subordinada à necessidade imperiosa de exportar capitais para as regiões subdesenvolvidas. Portanto, para Lênin, esta tendência *fomentava o desenvolvimento do capitalismo nas regiões que recebiam os aportes de capital*, as quais passavam a crescer a uma taxa maior do que a região exportadora.³⁰² Outro fator importante é que, para Lênin, a preponderância dos monopólios *eleva a concorrência*, pois transforma a antiga luta entre pequenas concentrações de capital em uma luta de gigantes que, exatamente por isto, é travada no quadro da economia mundial. A formação dos monopólios sequer atenua a ocorrência de crises cíclicas ou reduz a anarquia da produção. Pelo contrário: os monopólios se formam apenas em alguns setores da economia, logo, eles *elevam* a desproporção entre os ramos econômicos e, também, acentuam a assimetria entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria, *favorecendo deste modo a ocorrência de crises periódicas*. Um terceiro aspecto, obscurecido pelos programas socialistas formulados em Moscou a partir de meados dos anos 20- é a idéia de que a exportação de capitais *fomenta* o desenvolvimento capitalista nas regiões receptoras, e não o contrário, como geralmente se supõe. Como é sabido, quase toda a prática política da esquerda radical nos países do terceiro-mundo na primeira metade do século XX esteve fundamentada na concepção de que o *imperialismo bloqueia* o desenvolvimento capitalista. Exatamente por isto a tática prescrita era uma aliança dos comunistas com a burguesia nacional, para lutar contra as elites “semi-feudais” e contra a burguesia dos países desenvolvidos, favorecendo deste modo o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, por fim, tornando possível a luta pelo comunismo, voltando-

³⁰² Como corretamente destaca Luis FERNANDES, para Lênin, o fato das zonas receptoras de capital se desenvolverem de forma acelerada gerava constantes transformações na correlação de forças entre as potências capitalistas, fato que favorecia as “guerras interimperialistas” *cf. URSS ascensão e queda* São Paulo: Anita Garibaldi, 1991 p. 41-3. Sobre a relação entre a exportação de capitais e o desenvolvimento das zonas receptoras, ver Charles BARONE *Marxist thought on Imperialism* cit. p. 49-51

se agora contra a burguesia autóctone. Esta visão foi *atribuída* a Lênin, mas não corresponde à sua interpretação. Logo, a industrialização de alguns países do terceiro-mundo a partir de 1950 *não pode ser usada como um contra-exemplo* da teoria do imperialismo de Lênin, como fazem alguns críticos levianos.

3.2.2.2 – Rosa Luxemburgo

Imperialismo e a reprodução ampliada do capital - A interpretação do imperialismo proposta por Rosa Luxemburgo, de certa maneira, introduz a noção de subconsumo no pensamento marxista. De acordo com a autora, as leis objetivas de acumulação capitalista determinam a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, condenando-os a uma vida miserável. No entanto, estas mesmas leis são responsáveis pelo incremento incessante da produção. Dentro deste quadro, a realização da mais-valia é o cerne do “problema” da acumulação de capital. Se tomarmos a reprodução simples, não encontraremos maiores complicações, pois neste caso, toda produção se realiza a cada rotação do capital. O capital constante realiza-se com o reinvestimento dos capitalistas, enquanto o capital variável é realizado quando os proletários gastam seus salários repondo as suas condições de vida. O “problema” reside exatamente na realização da mais valia durante a reprodução ampliada do capital. Neste caso, após a produção, parte da mais valia é realizada com o consumo dos capitalistas. A outra parcela deveria ser acumulada. Mas para isto ela precisa realizar-se. Como? Ela não pode ser vendida para os trabalhadores, pois o seu poder de compra se esgota com a realização do capital variável. Excluída esta hipótese - e preservando a idéia de que o capitalismo pode constituir um sistema fechado - à primeira vista teríamos duas soluções para este problema: a) realizá-la com o consumo da própria burguesia; b) realizá-la sob a forma de meios de produção adicionais. Mas, seguindo o raciocínio de Rosa Luxemburgo, a primeira alternativa não é válida para a reprodução ampliada: a mais-valia remanescente não pode realizar-se com o consumo burguês, pois neste caso recairíamos na reprodução simples. Isto nos leva à segunda alternativa, onde o problema ainda persiste: quem compraria o volume ainda maior de mercadorias que seria produzido com a rotação subsequente do capital? Se este ciclo pudesse continuar indefinidamente, isto é, se a burguesia pudesse realizar toda mais-valia remanescente comprando meios de produção adicionais, o capitalismo seria um sistema eterno, capaz de girar infinitamente em torno

de si mesmo. Julgando que este problema é insolúvel, Rosa Luxemburgo descarta a hipótese de partida: o modo de produção capitalista não pode funcionar como um sistema fechado, isto é, composto apenas por capitalistas e trabalhadores. A parcela da mais-valia que deve ser acumulada só pode ser vendida *fora* do sistema capitalista. Em suma: o funcionamento do modo de produção capitalista pressupõe a existência de uma zona não-capitalista, capaz de absorver a produção capitalista, garantindo a realização da mais-valia e, conseqüentemente, a reprodução do capitalismo. Inicialmente, enquanto situada à margem da economia capitalista, a economia rural pode exercer esta função, embora provisoriamente, pois o próprio processo de expansão acaba por incorporá-la à estrutura capitalista. Vender a produção para os países não-capitalistas ou parcialmente capitalistas seria a única alternativa possível para garantir a reprodução ampliada do capital. Assim, as formações sociais onde domina o capitalismo no setores urbano e agrário são impelidas a conquistarem novos territórios e novos mercados. *O imperialismo, portanto, representa a tentativa das nações capitalistas controlarem o mundo não-capitalista.* O esgotamento progressivo da zona não-capitalista seria o fator responsável pela radicalização da rivalidade entre as potências e, ao mesmo tempo, o sinal do colapso iminente do sistema. A peculiaridade da interpretação de Rosa Luxemburgo reside na negação da capacidade de o modo de produção capitalista reproduzir-se endogenamente. Exatamente por causa disto, ela adota a tese de que é impossível dissociar o imperialismo do capitalismo.

As críticas aos supostos “equivocos” de Rosa Luxemburgo – Paul Sweezy, influenciado por Bukharin, julgou ter detectado o “equivoco fundamental” cometido por Rosa Luxemburgo: ao discutir a reprodução ampliada do capital, ela implicitamente conservou as suposições da reprodução simples. De acordo com Sweezy, “o dogma – que nem por um momento ela põe em dúvida – de que o consumo dos trabalhadores não pode realizar nenhuma mais-valia implica que a quantidade total de capital variável e portanto também o consumo dos trabalhadores devem permanecer fixos e constantes como na reprodução simples. Na realidade, a acumulação tipicamente acarreta aumento do capital variável, e, quando esse capital variável adicional é gasto pelos trabalhadores, realiza uma parte da mais-valia que tem a forma física de bens de consumo. Como Rosa Luxemburgo não compreendeu isso, parecia-lhe que o consumo não podia aumentar dentro do âmbito do capitalismo. Daí para a conclusão de que os acréscimos de estoque de meios de

produção não poderiam ter qualquer função é apenas um passo³⁰³ Se a base do argumento de Rosa Luxemburgo estivesse correta, isto é, se fosse impossível acumular no interior de um sistema fechado, os *consumidores não-capitalistas não poderiam modificar esta situação*. Mas o argumento de Sweezy só vale para criticar a *indistinação* entre a acumulação primitiva de capitais e a análise do capitalismo plenamente constituído que perpassa a obra de Rosa Luxemburgo. Como Sweezy demonstrou, não é possível vender para consumidores não-capitalistas sem também *comprar* deles: sem exportar, como eles poderiam importar? Se este dilema fosse real, isto provaria não que o colapso do capitalismo fosse iminente, *mas sim a impossibilidade do capitalismo*.³⁰⁴ No entanto, durante a acumulação primitiva, o raciocínio de Rosa é coerente: a desintegração da servidão em favor do salarido em *algumas regiões* da Europa Ocidental a partir de 1500 contou com o suporte de um mercado mundial em expansão, *no qual o capital mercantil exercia um papel decisivo*, estabelecendo os vínculos entre as classes dominantes em vários pontos do planeta, que impuseram *diversas formas de trabalho compulsório*, que compunham um espectro que ia da servidão à escravidão. Portanto, o capital mercantil possibilitava a formação do trabalho livre através da sua articulação com zonas onde dominavam *outras formas de exploração*. É exatamente por isto que a difusão do trabalho livre é concomitante ao *reforço da servidão* na Europa Oriental e à montagem dos sistemas escravistas no Novo Mundo. Assim, é importante destacar a importância histórica e analítica desta interpretação. Portanto, é a incompreensão dos marcos temporais que delimitam a *acumulação primitiva* que consiste na verdadeira base dos

³⁰³Paul M. SWEEZY *Teoria do desenvolvimento capitalista* São Paulo: Abril Cultural, 1983 p. 163. Luis FERNANDES propõe uma crítica próxima a esta, só que formulada de outra perspectiva: “O fato, porém, é que todo o edifício da teoria de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo está construído sobre bases nada sólidas. A sua argumentação fundamental gira em torno de uma incompreensão (ou melhor, de uma compreensão *não-dialética*) dos esquemas de reprodução ampliada formulados por Marx. O problema crucial é que ela não concebe os esquemas *em movimento*. Não via o processo de reprodução ampliada passando de uma fase do ciclo para outra, e de um cinco para o próximo. Assim, Rosa Luxemburgo não compreendia que a mais-valia capitalizada num ciclo *passa ao próximo* na compra de novos meios de produção e na contratação de novos operários para trabalhá-los. Desta forma, a demanda para a realização da mais-valia surge no início do próximo ciclo, e gera as condições para a criação de novo capital disponível ao seu final. A análise de Luxemburgo concebia o esquema de cada ciclo de forma fechada e isolada. Por isso, concluía que a acumulação de capital era impossível numa economia plenamente capitalista” *URSS ascensão...* cit. p. 26-7

³⁰⁴ cf. SWEEZY, P. *Teoria...* cit. p. 163-5. Apesar de revelar as inconsistências da reflexão de Rosa Luxemburgo, Sweezy matiza a sua crítica, tentando poupá-la: “Rosa Luxemburgo, ao contrário dos *Narodnik* na Rússia, uma década e meia antes, tinha um sentido da realidade econômica e política muito agudo para levar sua lógica a essa conclusão absurda [a impossibilidade do capitalismo]. Não correu nunca o perigo de, na frase de Lênin, fugir ‘de uma realidade desagradável, mas indubitável, para o mundo nevoento das fantasias românticas’. Ela se salvou, porém, pelo expediente duvidoso de inventar uma falsa solução para um problema capcioso.” cit. p.164.

equivocos de Rosa Luxemburgo e de seus críticos que, muitas vezes, estão mais próximos da noção de *acumulação prévia* desenvolvida por Adam Smith do que da interpretação que Marx deu ao fenômeno. Tentar demolir a interpretação de Rosa Luxemburgo como um todo ao invés de retificá-la é incorrer no mesmo erro cometido pela célebre revolucionária. Na realidade, o aspecto mais relevante da interpretação de Rosa Luxemburgo estava muito mais relacionado à prática política efetiva do que às discussões acadêmicas. O “dogma” a que Sweezy se refere era o divisor de águas no debate político da época de Rosa Luxemburgo. A possibilidade de o capitalismo contornar as crises econômicas, evitar o imperialismo e os conflitos internacionais através da elevação do padrão de vida dos trabalhadores – uma “saída” proposta por Hobson, como vimos – era a base da vertente social-democrática do movimento socialista. Admitir a viabilidade desta saída implicaria a demolição da vinculação necessária entre o imperialismo e o capitalismo e, também, a tese da revolução comunista como a única alternativa à humanidade. (tese que, a despeito das divergências teóricas que o separavam de Rosa Luxemburgo, era vigorosamente defendida por Lênin, pelo menos desde o início da Grande Guerra³⁰⁵).

Algumas críticas recentes a Rosa Luxemburgo vão a outra direção, sustentando basicamente que, como já aludimos, as suas reflexões são importantes sobretudo para explicar a acumulação primitiva de capitais. Contudo, no caso do capitalismo plenamente constituído, as suas idéias precisam ser redefinidas e orientadas no sentido de formar as bases de um “teoria” sobre uma forma específica de expansão do modo de produção capitalista (que não é necessária/fundamental à sua reprodução), baseada na subordinação de formações sociais pré-capitalistas ao processo de valorização do capital. Assim, a tese de que, ao longo do tempo, estas novas regiões acabariam por reproduzir as relações de produção especificamente capitalistas poderia ser mantida de pé. No entanto, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica do capitalismo plenamente constituído – não implica o fim do capitalismo, mas apenas a redução do leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim da “zona não-capitalista” poderia, no máximo, aproximar o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um *antagonismo*, reabilitando a possibilidade efetiva de uma revolução comunista. Em seus múltiplos aspectos, esta questão é crucial para a nossa pesquisa. Se, como pensava Rosa Luxemburgo, este tipo de expansão é

³⁰⁵ cf. V. G. KIERNAN *Marxism and Imperialism* Nova York: St. Martin Press, 1975 p. 22-7

fundamental à reprodução do capitalismo plenamente constituído, é impossível questionar a relevância do colonialismo e do imperialismo para o desenvolvimento da Europa.³⁰⁶ Por outro lado, se esta é apenas uma forma suplementar de expansão capitalista, temos de nos defrontar com a questão referente à sua influência específica sobre o desenvolvimento capitalista ou, como preferem os entusiastas da *New Economic History*, o seu “significado econômico” efetivo.

3.2.2.3 – Rudolf Hilferding

O *Capital Financeiro* - O cerne da interpretação de Rudolf Hilferding é o processo de concentração e centralização do capital e as mudanças estruturais que o acompanham. Em seu entender, duas transformações básicas derivam deste processo: a) a forma corporativa de administração dos negócios que marcou o final do século XIX elevou a divisão do trabalho, estabelecendo uma nítida divisão entre o gerenciamento da produção e do capital-dinheiro. Isto favoreceu a conversão dos capitalistas industriais - que apropriam o excedente sob a forma de lucro – em capitalistas financeiros, que adquirem seus rendimentos através das taxas de juros; b) a concentração e a centralização do capital gerou uma nova necessidade: a alocação de capital-dinheiro entre as unidades produtivas, por intermédio das instituições financeiras. Esta nova forma de investimento – baseada na fusão entre a taxa de lucro e a taxa de juros - possibilitou o florescimento de uma nova forma de capital, o *capital financeiro*, isto é, “o capital controlado por bancos e empregado pelos industriais.”³⁰⁷ Por estar submetido às leis fundamentais do

³⁰⁶ Wallerstein, como vimos no capítulo 1, aproxima-se cautelosamente desta idéia ao discutir as formas de valorização fundamentadas no trabalho não-assalariado, as quais fazem parte das cadeias de mercadorias que articulam a economia-mundo capitalista. Retomaremos esta discussão logo a frente.

³⁰⁷ cf. Rudolf HILFERDING *Finance Capital: a Study of the Latest Fase of Capitalist Development* trad. Ing., Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981 p. 239. A esta definição, SWEEZY faz uma reparação importante: “Até aqui é possível aceitar a análise de Hilferding, com algumas restrições. Mas ele vai consideravelmente mais longe, afirmando por vezes abertamente e sempre implicitamente que na sociedade entre o capital industrial e bancário é o último que ocupa posição predominante. “Capital Financeiro” é definido a certa altura como “capital controlado pelos bancos e utilizados pelos industriais” e a tendência do capitalismo é retratada como envolvendo a crescente sujeição de todos os aspectos da vida econômica a um círculo cada vez mais estreito de grandes bancos. (...) Não pode haver dúvida que esta interpretação é errônea. Hilferding confunde uma fase transitória do desenvolvimento capitalista com uma fase permanente. (...) É certo que durante o período do próprio movimento de combinação (...) os bancos desfrutaram de uma posição estratégica que lhes permite influir sobre áreas-chaves do sistema produtivo. O processo de combinação, porém, não pode continuar indefinidamente. (...) Na realidade, nos casos em que a influência dos bancos está firmemente estabelecida, isso não significa um declínio imediato de sua força. Mas, com o tempo, o poderio econômico não relacionado com uma função econômica está destinado a se enfraquecer e finalmente desaparecer. É

desenvolvimento capitalista, o capital financeiro, assim como as demais formas de capital, também está sujeito à *concentração* e à *centralização*, que se materializa na formação de grupos gigantescos e poderosos, articulados em torno da crescente união de interesses entre o setor bancário e o industrial. De acordo com Hilferding, esta “comunidade de interesses” tende a dar lugar a formas de associação mais rígidas - tais como cartéis e trustes - que podem assumir dimensões gigantescas. Essas associações tem como traço peculiar o objetivo consciente de elevar os lucros por intermédio do *controle monopolista do mercado*. Por este motivo, as empresas associadas aceitam perder parte da sua liberdade de ação individual em favor de uma coordenação unificada, que possibilita um posicionamento privilegiado no mercado. Esta tendência restringe ainda mais o número de competidores, fato que torna a concorrência muito mais intensa, devido à magnitude dos capitais envolvidos.

Do ponto de vista *lógico*, o capital financeiro expressa a possibilidade de um banco ou um grupo de bancos concentrar praticamente todo o capital-dinheiro e, com isto, exercer um controle sobre toda produção social. “Se – escreve Hilferding – formularmos a questão sobre os limites da cartelização, a resposta deve ser que não existem limites absolutos. Pelo contrário, há uma tendência constante à extensão da cartelização. Como vimos, as indústrias independentes foram se tornando dependentes das indústrias cartelizadas até que, finalmente, acabaram sendo anexadas por elas. O resultado final deste processo deverá ser a formação de um cartel geral. Neste caso, toda a produção capitalista seria regulada conscientemente por uma entidade única, que determinaria o volume da produção em todos os ramos da indústria (...). Ter-se-ia uma sociedade ordenada racionalmente em bases antagônicas. Esse antagonismo se verificaria no domínio da repartição. (...) A tendência à formação desse cartel universal e a tendência à formação de um banco central culminam em um mesmo ponto, e sua união cria a imensa potência concentrada do capital financeiro.”³⁰⁸ Neste caso, assistiríamos à eliminação de uma das contradições da *economia* capitalista: a “anarquia da produção” e as crises cíclicas. Apesar de reconhecer que, de forma abstrata e no plano econômico, esta possibilidade é plausível, Hilferding mostrou-se cético quanto à sua concretização. Na prática, seria muito difícil tornar convergentes os múltiplos interesses em jogo na esfera

exatamente o que ocorre ao poderio dos bancos na medida em que se baseia no controle sobre emissão de novas ações. A função se atrofia e o poder a o qual ela deu origem declina, deixando os bancos em posição secundária.” *Teoria...* cit. p. 205-6

³⁰⁸ *Finance Capital* cit. p. 234

política e social. “Um cartel universal – escreve Hilferding - capaz de orientar a totalidade da produção e de suprimir assim as crises, seria economicamente possível: pode-se muito bem, concebê-lo economicamente. Social e politicamente, no entanto, esse empreendimento é irrealizável, visto que o antagonismo de interesses, que ele compelia ao extremo, conduziria forçosamente à sua derrocada.”³⁰⁹ Ao *acentuar* a concorrência, a centralização e a concentração de capitais intensifica também o antagonismo de interesses entre os blocos capitalistas rivais, impedindo a formação de um “cartel universal” e harmônico.

A concentração de capitais e o imperialismo - Podemos agora ressaltar como Hilferding articula este movimento geral ao imperialismo. O impulso à expansão imperialista está vinculado à crescente necessidade das agremiações de capitalistas controlarem as zonas produtoras de matérias primas, os mercados de exportação e as regiões onde existem condições favoráveis ao investimento de capitais. Para atingir estes objetivos, o capital financeiro tende a se associar aos aparelhos de estado mais poderosos, isto é, os estados capazes de preservar os interesses internacionais e assegurar a expansão em âmbito mundial de suas respectivas burguesias. Esta associação envolve também uma redefinição do papel do protecionismo e do fomento estatal às indústrias nacionais (subsídios): o objetivo não é mais proteger as indústrias nascentes, mas auxiliar as indústrias maduras a obter e a consolidar uma posição monopolista em escala mundial.³¹⁰ Nestes moldes, a acirrada competição internacional acaba por engendrar a *ideologia do imperialismo*: o racismo e o nacionalismo.³¹¹ Esta ideologia, ao dissimular o conflito entre capitalistas, apresentando-o como um conflito entre nações e raças, favorece o militarismo e, portanto, tende a alimentar ainda mais o clima de rivalidade internacional, gerando uma tendência à *guerra*, e não à paz. A expansão torna-se, nestas condições, inevitável: o estado que não entrar na luta perderá oportunidades de lucro e, portanto, enfraquecerá perante os demais, podendo, no limite, converter-se em um mero satélite dos países mais poderosos. Assim, para Hilferding, a formação de monopólios, a

³⁰⁹ *Ibid* p. 348

³¹⁰ “Com o desenvolvimento do sistema de subsídios, - escreve Hilferding - as tarifas protecionistas invertem completamente a sua função, convertendo-se em seu oposto. De um meio de defesa contra a conquista externa dos mercados domésticos elas se tornam meios de conquistar os mercados externos, de uma arma de proteção dos fracos elas se tornam uma arma agressiva para os fortes.” *Ibid* p. 389.

³¹¹ No apêndice B de *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Paul SWEEZY extraiu e recombina alguns trechos de Hilferding que explicitam este ponto *cf. op.cit.* p. 281-3

elevação da competição internacional entre blocos capitalistas nacionais e a absorção de novas regiões são fenômenos que decorrem das leis de desenvolvimento da economia capitalista, assim como o militarismo e a ameaça constante de uma guerra entre as burguesias rivais.

3.2.2.4 – Nikolai Bukharin

A expansão da Economia Mundial - A pedido de Lênin, Nikolai Bukharin escreveu a *Economia Mundial e o Imperialismo* em 1915, com o intuito de sistematizar as idéias marxistas sobre o imperialismo.³¹² Lênin escreveu um prefácio para o livro, que deveria ser publicado na Rússia (Bukharin estava na Suíça), mas isto não ocorreu na data prevista, pois a censura militar vetou a publicação. O manuscrito original foi “redescoberto” após a Revolução de Fevereiro e os bolcheviques tentaram publicá-lo em julho, mas a gráfica do partido foi fechada. O texto foi recuperado após a Revolução de Outubro, sem o prefácio de Lênin, que acabou desaparecendo na confusão. Assim, a primeira edição do livro foi publicada somente em 1918, sem o prefácio de Lênin³¹³ e com um breve prólogo do autor (com a data de 25 de Novembro de 1917). Para o presente estudo, a interpretação de Bukharin é extremamente importante, devido à reconhecida influência que ela exerceu sobre Immanuel Wallerstein.³¹⁴ A reflexão de Bukharin sobre o imperialismo está diretamente vinculada ao seu esboço das características gerais da economia mundial, cujo desenvolvimento é moldado pelas transformações internas das estruturas das *economias* nacionais. Bukharin define a economia mundial como um *sistema de relações de produção*, às quais correspondem relações de troca em escala

³¹² cf. V.G. KIERNAN *Marxism...* cit. p. 27-8

³¹³ Uma versão do prefácio, que foi encontrada em meio aos papéis de Lênin, acabou sendo publicada no *Pravda*, em 21 de Janeiro de 1927. No entanto, neste prefácio, só os dois primeiros parágrafos se referem – elogiosamente – ao livro de Bukharin. Em todo o resto do texto Lênin ataca o “marxismo à prestações”, “oportunista” e “pequeno-burguês” do renegado Kautsky (com uma breve menção de repúdio também a Plekhanov).

³¹⁴ No verbete “world-system”, que figura em Tom BOTTOMORE (ed.) *A Dictionary of Marxist Thought* 2a. ed., Basil Blackwell, Wallerstein reconhece que Bukharin foi um dos primeiros autores marxistas a se aproximar da concepção de capitalismo como um sistema-mundo. Neste sentido, Bukharin foi mais longe do que Lênin, Hilferding, Kautsky e Rosa Luxemburgo, por dois motivos: a) o modo como ele articulou as empresas e as economias nacionais à economia mundial; b) ao transpor a oposição marxiana entre a cidade e o campo em escala mundial, Bukharin lançou o embrião das análises ao estilo centro-periferia. Esta linha de análise - ainda de acordo com Wallerstein - foi interrompida principalmente devido às resoluções do P.C. da U.R.S.S que, em nome da teoria do “socialismo em um só País”, acabou por enquadrar a reflexão e a prática política dentro do aparato estados-nacionais/sociedades/formações sociais. (cf. p. 590-1).

mundial.³¹⁵ As condições para o estabelecimento da divisão internacional do trabalho são de dois tipos: a) a diversidade do meio ambiente; b) as diferenças de *natureza social*, que derivam dos distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas que caracterizam cada país. Apesar de discriminar estes dois tipos, Bukharin confere muito mais importância às diferenças sociais. Em seu entender, a diferenciação social está ligada à *tendência ao desenvolvimento desigual das forças produtivas*, que ao criar diversos *tipos econômicos* alarga a divisão internacional do trabalho, fazendo-a repousar em uma *base social*. Essa diferenciação materializa-se na preponderância dos países industriais - que importam produtos agrícolas e exportam manufaturados - sobre os países agrários, que importam manufaturados e exportam gêneros agrícolas. “A distinção entre a “cidade” e o “campo” – escreve Bukharin - e o movimento alternativo que, antigamente, se efetuava no quadro de um único país, reproduzem-se, agora, num plano consideravelmente mais amplo. Sob esse ângulo de apreciação, países inteiros, notadamente os países industriais, representam a cidade – e as regiões agrícolas, o campo. A divisão internacional do trabalho coincide aqui com a divisão do trabalho entre os dois principais ramos do conjunto da produção social, a indústria e a agricultura, e constitui o que se chama a divisão geral do trabalho. É fácil convencer-se disto quando se examina a relação entre as regiões que produzem os produtos da indústria e as ligadas aos produtos da agricultura.”³¹⁶ No entanto, para Bukharin, este não é o aspecto mais relevante para explicar o desenvolvimento “extraordinário” da economia mundial na passagem do século XIX para o XX.³¹⁷ Ele vincula isto ao desenvolvimento das forças produtivas, *impulsionado principalmente pela indústria pesada*. O desenvolvimento da indústria pesada traz duas conseqüências: a) elevação da demanda por matérias primas, fator que estimula as importações e incrementa as relações de troca entre os países; b) a sua escala de produção obriga à expansão do mercado. Assim, estes estímulos, em conjunto com o

³¹⁵ cf. N. BUKHARIN *A Economia Mundial e o Imperialismo* trad. port. São Paulo: Abril Cultural, 1984 p.21-2. Acerca do primado das relações de produção sobre as relações de troca na análise de Bukharin sobre a economia mundial, ver Charles BARONE *Marxist Thought on Imperialism* Londres: Macmillan Press, 1985 p. 35-7

³¹⁶ N. BUKHARIN *Imperialismo...* cit. p. 20

³¹⁷ De acordo com Bukharin, existem duas formas de desenvolvimento dos laços econômicos internacionais (ou, em suas palavras, do desenvolvimento do “sistema das relações de produção através do mundo”): “os laços internacionais podem expandir-se amplamente, englobar regiões que até então ficavam à margem do ciclo da via capitalista – e, nesse caso, temos um desenvolvimento *extensivo* da economia mundial; ou esses laços se desenvolvem em profundidade, multiplicam-se, concentram-se – e temos então um desenvolvimento *intensivo* da economia mundial. Concretamente, o desenvolvimento histórico da economia mundial opera

desenvolvimento dos transportes e das comunicações (cabos submarinos e o telégrafo), possibilitaram a criação de uma economia mundial vasta e fortemente integrada, onde as mínimas transformações em uma zona são imediatamente refletidas nas demais.³¹⁸

Há ainda outro “elemento essencial” ao processo de internacionalização da vida econômica: a exportação de capitais, que assume 5 formas diferentes: a) empréstimos estatais (para suprir os gastos militares e os investimentos em infra-estrutura, decorrentes da urbanização); b) compra de ações entre empresas (participação); c) investimento direto no exterior (financiamento de plantas produtivas, p. ex.); d) empréstimos privados não especificados; e) compra de ações para formação de holdings ou outras associações.³¹⁹ O movimento de capitais entre as diversas nações ajuda a reforçar a rede de interdependência em que a economia mundial repousa. A direção do fluxo é determinada pelas diferenças nas taxas de lucro e de juros entre os países, que, por sua vez, variam em função do desenvolvimento das forças produtivas. Quanto mais desenvolvido for o país, menor será a sua taxa de lucro e maior o volume de capital excedente. Estas condições encorajam a exportação de capitais. Por outro lado, nos países menos desenvolvidos a taxa de lucro é maior e a composição orgânica do capital menor, fatores que geram uma forte demanda por capitais. Assim, em um pólo domina a tendência à “expulsão” de capitais e, no outro, a tendência à “atração”. Frente a esta formulação, a impressão imediata é que existe apenas um sentido no fluxo de capitais: dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos. No entanto, as diferenças nas taxas de lucro não ocorrem apenas em função da heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento, mas ocorrem também em função das vantagens monopolísticas disponíveis nos demais países do centro. Portanto, além do fluxo para as zonas atrasadas, há também um fluxo transversal, isto é, entre os países desenvolvidos, posto em marcha por capitalistas lutando para obter uma posição monopolista em alguns setores dos mercados dos seus concorrentes.³²⁰

A Rivalidade Internacional e o Imperialismo - Outra característica importante da análise de Bukharin é sua concepção sobre a *forma* de expansão do capitalismo: seguindo Marx, ele

simultaneamente nessas duas direções, *enquanto seu desenvolvimento extensivo se faz principalmente por meio da política de conquistas coloniais das grandes potências.*” *Ibid* p. 27 (grifos meus)

³¹⁸ *cf. ibid* p. 29-32

³¹⁹ *cf. ibid* p. 37-8

³²⁰ Bukharin aprimorou esta dimensão de sua reflexão por oposição à interpretação de Rosa Luxemburgo, com quem manteve uma acirrada polêmica. *cf. Charles BARONE Marxist Thought... cit. p. 35-6;39.*

destaca a tendência intrínseca ao capitalismo de promover a internacionalização do capital, isto é, a subordinar progressivamente *novas regiões* à sua lógica. No entanto, este movimento é acompanhado por outro: a internacionalização engendra também o processo de *nacionalização do capital*, ou melhor, da preservação de sua *identidade nacional*.³²¹ Este fenômeno está diretamente ligado à concentração e à centralização de capitais. A intensificação da concorrência se expressa na redução da competição entre as unidades econômicas menos importantes em prol das unidades maiores, ou melhor, na tendência à combinação de empresas, que formam estruturas crescentemente centralizadas (trustes e cartéis), ligadas aos aparelhos de estado.³²² É exatamente esta contradição entre forças centrífugas e centrípetas que bloqueia a possibilidade da constituição de uma harmonia universal no capitalismo e que, portanto, alimenta a rivalidade internacional e o imperialismo. Assim, com base no que foi exposto, podemos concluir que, para Bukharin, o imperialismo significa a substituição da luta competitiva pelo mercado no plano interno das economias nacionais pela luta internacional entre grupos de capitalistas associados aos seus respectivos estados: “quando a concorrência alcança o seu paroxismo – a concorrência entre trustes capitalistas nacionais – a utilização do poder do estado e das possibilidades que dele decorrem passa a desempenhar papel preponderante. (...) A formação dos trustes capitalistas nacionais faz passar a concorrência, quase inteiramente, ao domínio da concorrência externa. É evidente que, a partir desse momento, os órgãos dessa luta “externa”, e em primeiro lugar o poder governamental, devem reforçar-se ao extremo. (...) Quanto mais tensa a situação na arena mundial – e nossa época caracteriza-se precisamente por uma tensão extrema da concorrência entre grupos capitalistas financeiros nacionais – tanto mais se recorre ao punho de ferro do estado. Os últimos vestígios da antiga ideologia *dolaissez-faire, laissez passer*, desapareceram. Estamos na época do “novo mercantilismo”: o imperialismo.”³²³ Portanto, com a formação dos monopólios em escala nacional, a melhor saída para o capital foi a projeção para o exterior, fato que converteu a economia mundial

³²¹ “O processo de internacionalização dos interesses capitalistas, que descrevemos na Parte Primeira do nosso livro (...) impele, seriamente, à formação de um truste capitalista estatal de âmbito internacional. Seja qual for o seu vigor, esse processo é, entretanto, contrariado por *uma tendência mais forte à nacionalização do capital e ao fechamento das fronteiras*. As vantagens que o grupo nacional da burguesia auferir da continuidade da luta alcançam um valor muito mais alto do que as perdas que dela decorrem.” N. BUKHARIN *Imperialismo...* p. 132

³²² *cf. ibid* p. 115-121

³²³ *Ibid* p. 117

no epicentro da competição entre “corpos econômicos gigantesco”, associados à aparelhos de estado pautados por políticas imperialistas agressivas.

*

Reconstituímos as interpretações clássicas do imperialismo com o intuito de destacar o vínculo entre as primeiras formulações sobre o problema, produzidas no calor dos acontecimentos ou no período imediatamente posterior, com a discussão contemporânea. No entanto, antes de estabelecermos tal vínculo, é importante destacar os contornos que a discussão assumiu depois da década de 1950, época em que, devido à radicalização do clima político mundial - a fase aguda da Guerra Fria - novos elementos foram agregados à discussão. Vários livros importantes sobre o tema foram publicados a partir desta data, fato que elevou substancialmente o número e a variedade de correntes historiográficas e, simultaneamente, exigiu uma revisão das interpretações iniciais. Um aspecto decisivo é a relação entre as implicações políticas do reforço da bipolaridade e sua projeção sobre a discussão sobre o imperialismo. Enquanto as duas superpotências rivais demarcavam suas áreas de influência, o terceiro-mundo - uma categoria construída negativamente - tomava consciência de que o conflito Leste-Oeste, o eixo da segurança, pouco tinha a ver com seus interesses específicos que, na realidade, correspondiam à *luta pelo desenvolvimento econômico*. Esta nova percepção da realidade, ao mesmo tempo em que abriu uma nova frente de batalha para os países “em desenvolvimento”, revelou *formas indiretas* de dominação e ajudou a deslocar as atenções sobre as causas do imperialismo do centro para a “periferia”. A redefinição das perspectivas envolveu também uma nova interpretação sobre a periodização do imperialismo, particularmente no caso do Império britânico: a tese de que a fase intermediária da era vitoriana foi marcada pela indiferença ou pela hostilidade com a expansão imperialista passou a ser questionada. Como veremos em seguida, esta inflexão na trajetória da discussão é importante para situarmos com mais precisão o debate contemporâneo.

3.3 – O Imperialismo do Livre Comércio

A revogação das *Corn Laws* (1846) e dos Atos de Navegação (1849), em conjunto com uma política de encorajamento do livre comércio refletiam a confiança de que os coevos passaram a depositar na economia britânica: o império era, para alguns críticos, *desnecessário* para a prosperidade econômica dos ingleses. A liderança dos “críticos do

império” coube a Richard Cobden, que difundia suas idéias e encontrava seguidores na *Manchester School of Economics*, um dos núcleos de resistência à expansão imperial. Para Cobden, o império não trazia benefícios materiais e, inclusive, *comprometia o desenvolvimento nacional* por desperdiçar recursos que poderiam ser empregados de forma mais produtiva em outros setores. Como destaca Peter Cain, os críticos do império baseavam suas interpretações na distinção entre “sociedades militantes” e “industriais”. No primeiro tipo de sociedade, o predomínio político cabe à aristocracia territorial, de índole autoritária, cuja propensão é a expansão territorial e a guerra. O segundo tipo de sociedade é dominada por instituições liberais, que fundamentam a sua riqueza no desenvolvimento do comércio e da divisão de trabalho, as fontes da interdependência e da compreensão mútua (cooperação). O imperialismo é uma atitude típica das “sociedades militantes” e, portanto, representa um inimigo natural das sociedades “industriais”.³²⁴ Os apologistas do império (Disraeli, Rosebery, J. Chamberlain) questionavam a idéia de que o mercado é capaz de garantir o pleno uso dos recursos (um pressuposto básico dos críticos do império) e, principalmente, afirmavam que a perda do império seria catastrófica, pois as zonas sob domínio imperial regrediriam às condições originais (isto é, cortariam seus laços comerciais com a “economia internacional”) ou seriam conquistadas pelos rivais da Inglaterra, fato que afetaria negativamente o comércio britânico. Além disto, como a economia internacional é essencialmente anárquica e imprevisível, a força de uma nação está visceralmente ligada ao seu grau de *autosuficiência*: o *controle direto* de vastos recursos de poder é, nesta visão, a melhor garantia contra as súbitas e inevitáveis transformações do comércio internacional e da correlação de força entre as potências. Assim, para os defensores do império, uma guerra de grandes proporções afeta principalmente as nações com um menor grau de autarquia, pois a rutura das linhas de comércio internacional iria transformar a interdependência em uma *fonte de fraqueza*.³²⁵

³²⁴ “Os radicais” – escreve Peter CAIN – “temiam que a expansão imperial representasse um retrocesso à belicosidade: eles afirmavam que o império encorajava níveis elevados de gastos com a defesa e com as guerras, fato que elevava as taxas, reduzia a poupança, assim como tornava o gasto em proteção mais atrativo, minando o padrão de vida das ‘classes industriais’ em favor dos tradicionalmente privilegiados.” “Was it Worth Having?” *cit.* p. 352

³²⁵ Esta polêmica é reconstituída e comentada por John Cunningham WOOD em *British Economists and the Empire* Londres: Macmillan, 1983. Para uma síntese precisa das interpretações dos críticos do império, consultar Bernard SEMMEL *The Liberal Ideal and the Demons of Empire* Baltimore: Johns Hopkins U. Press, 1993 p. 17-54

O debate entre estas duas visões distintas dominou a esfera pública na Inglaterra até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. É difícil estabelecer qual das duas vertentes tinha uma influência mais duradoura e intensa sobre os estadistas. No entanto, a historiografia, até 1950, tomou partido dos liberais ao afirmar que, pelo menos a fase intermediária do período vitoriano foi caracterizado por um “desinteresse pelo império”. A evidência disto seria, exatamente, a revogação das Corn Laws e dos Atos de Navegação. John Gallagher e Ronald Robinson questionaram esta visão e ajudaram a alterar, pelo menos momentaneamente, o rumo da historiografia ao afirmarem que o período rotulado como “era do livre comércio” foi, na realidade, um estágio decisivo na expansão ultramarina britânica. Isto por dois motivos: 1) o período foi marcado pela *expansão do império formal*, sobretudo na Ásia e África; 2) a “era do livre comércio” determinou a criação de um vasto *império informal*, isto é, zonas que não eram controladas diretamente pela Inglaterra, mas que estavam sob influência do império britânico. Neste caso, tratava-se de uma forma de dominação extremamente barata, pois os custos eram mínimos e, em grande parte, ficavam a cargo das autoridades locais.

O que singulariza a interpretação destes dois autores é a idéia de que o segredo da vitalidade econômica britânica residia principalmente no *império informal*, mais vasto, mais lucrativo e muito menos custoso. Esta idéia é sintetizada em uma metáfora constantemente citada: para Gallagher e Robinson, na análise do império, o foco exclusivo na zona sobre controle formal é tão enganoso “quanto julgar o tamanho e as qualidades distintivas dos icebergs exclusivamente com base na parte acima da linha d’água.”³²⁶ O império informal, tal como definem estes dois autores, emerge fundamentalmente da integração de novas regiões à economia britânica em expansão. As políticas de promoção do livre comércio envolviam a estabilização de regimes políticos distantes, com o objetivo de reduzir o risco dos investimentos pela promoção da cooperação dos regimes locais com a Inglaterra. Um dos exemplos mais precoces desta política foi o apoio diplomático britânico à independência das nações latino-americanas, que tinha dois motivos básicos: 1) abalar o comércio espanhol, eliminando seu domínio político sobre a América Latina e, deste modo, abrindo estes mercados para os produtos britânicos; 2) conquistar a *supremacia informal* na região, fato que diminuiria os riscos dos negócios e, sobretudo, favoreceria a abertura dos mercados. Por ser indireta, esta forma

³²⁶ John GALLAGHER & Ronald ROBINSON “The Imperialism of Free Trade” *Economic History Review* 6 (1953) p. 1

de domínio era muito menos custosa e, portanto, muito mais lucrativa. Assim, o princípio “trade not rule” que supostamente animava o espírito dos ingleses na época deveria ser traduzido para “comércio com controle informal se possível, comércio com dominação [rule] quando necessário”.³²⁷ O importante a ser destacado é que, nesta formulação, o colonialismo aberto é *tributário* do imperialismo informal: a dominação direta só ocorre quando a região em questão desperta interesse econômico (ou estratégico) e não pode ser dominada indiretamente, via cooptação das elites e das instâncias políticas locais.

A *definição* de imperialismo adotada por Gallagher e Robinson é extremamente ampla e, exatamente por isto, tem sido alvo de críticas. Para estes dois autores, imperialismo é a *função política* do processo de expansão econômica via integração de novas regiões, processo que assume duas formas básicas: o imperialismo formal (colonialismo aberto) e o imperialismo informal. Oliver MacDonagh foi um dos primeiros autores a criticar diretamente a perspectiva de Gallagher & Robinson. Sua objeção está centrada na própria noção de império informal: vaga demais e que, portanto, é aplicável a situação tão díspares que não possui poder explicativo.³²⁸ Além disto, como os autores supracitados *não definiram* o significado preciso do livre-comércio do ponto de vista do discurso e do ponto de vista da sua manifestação política efetiva, a interpretação de Gallagher e Robinson dá uma falsa idéia de uma continuidade incontestada das práticas imperialistas durante o todo o período vitoriano. Influenciado por MacDonagh, D.C.M. Platt sustenta que a intervenção britânica na política interna do suposto “império informal” era moderada - nunca atingiu os níveis sugeridos por Gallagher & Robinson - e não era orientada para o favorecimento dos interesses britânicos. Portanto, talvez hipnotizado pela figura de Richard Cobden, Platt sugere que a diplomacia britânica demandava apenas tratamento justo e igualitário a todas as nações, e não vantagens para o comércio britânico.³²⁹ Assim, para Platt, “nenhum historiador da fase intermediária do período

³²⁷ cf. *ibid* p. 9-13

³²⁸ cf. Oliver MacDONAGH “The Anti-Imperialism of Free Trade” *The Economic History Review* 2nd ser., Vol. XIX, No 1 (1966) p. 489-90. D.C. M. PLATT vai na mesma direção: “falar em imperialismo do livre comércio faz tanto sentido quanto falar em imperialismo do *laissez-faire*.” “The Imperialism of Free Trade: some reservations” *The Economic History Review* 2nd séries Vol. XXI, No. 2 (1968) p. 305

³²⁹ cf. D.C.M. PLATT *Finance, Trade and Politics in British Foreign Policy, 1815-1914* Oxford: Oxford U.Press, 1968 p. 316 e segs. Em artigo publicado no mesmo ano, Platt insiste nesta idéia: “Na América Latina, no Levante e no Extremo Oriente, os governos britânicos tomaram todas as medidas à sua disposição para abrir e manter abertos aqueles mercados. Mas o que eles estavam preparados para fazer era muito diferente da enérgica promoção dos interesses britânicos e intervenção descrita por Gallagher e Robinson, particularmente nos seguintes aspectos: o alcance da ação governamental em benefício do comércio ultramarino na época era extraordinariamente estreito; e as demandas dos oficiais em prol dos interesses

vitoriano pode ignorar o que representou uma das atitudes mais características deste governo: a relutância em estender suas responsabilidades além do mínimo requerido para garantir o livre jogo do mercado, a interação normal da oferta e da demanda.”³³⁰ Além disto, as expectativas econômicas com relação às novas regiões tendiam a ser frustradas rapidamente: tanto na China quanto na América Latina, havia forte resistência dos consumidores locais aos produtos britânicos. Paralelamente a esta resistência mais política, havia *limites intrínsecos* ao potencial econômico destas regiões: o nível de exportação era pequeno demais para poder sustentar a importação dos artigos ingleses e, deste modo, não havia uma base sólida e duradoura para garantir o progresso das relações comerciais. Assim, as expectativas criadas com a independência da América Latina e com a penetração britânica na China logo foram frustradas, de modo que estas regiões foram perdendo o seu peso relativo no comércio britânico, fato que necessariamente reduz a importância do império informal para o desenvolvimento econômico da Inglaterra e, portanto, exige a imposição de fortes restrições à interpretação de Gallagher e Robinson.

De fato, há um certo exagero nas afirmações de Gallagher e Robinson e a sua definição de imperialismo é realmente muito vaga. Contudo, as objeções de Platt são marginais e não abalam fundamentalmente a interpretação centrada no império informal. Em primeiro lugar, a participação dos diplomatas e oficiais britânicos nos assuntos internos de países da América Latina como a Argentina e o Brasil, por exemplo, era intensa e não era imparcial: os interesses dos banqueiros britânicos influenciavam fortemente a condução da política fiscal e econômica nestes países. Quanto à China, o envolvimento britânico na política interna era ainda mais profundo. A abertura do mercado chinês foi orquestrada pelos ingleses, que usaram de todos os meios para obter seus objetivos. Nada ilustra melhor esta estratégia do que a Guerra do Ópio (1839-42), que devastou grande parte das manufaturas chinesas e acabou possibilitando a conquista de Hong Kong. Quanto à redução da importância econômica destas regiões, as análises de Peter Cain e A. Hopkins mostram um cenário diferente: de fato, a importância da América Latina como consumidora de manufaturados britânicos declinou a partir de meados do

ultramarinos britânicos *nunca foram além do tratamento justo e da competição aberta; a não intervenção nos assuntos internos dos estados estrangeiros era um dos mais respeitados princípios da diplomacia britânica; e a força; por vezes usada para proteger os britânicos feridos pela ação dos governos estrangeiros, era rara e excepcionalmente empregada para promover o comércio e os investimentos britânicos.*” D. C.M. PLATT “The Imperialism of Free Trade: some reservations” *cit.* p. 297.

século XIX mas, por outro lado, como receptora de capitais ingleses sua importância cresceu continuamente até a véspera da Primeira Guerra Mundial. Assim, o “erro” de Gallagher e Robinson é de menor magnitude, pois envolve apenas uma má escolha do período em que eles concentraram a sua análise: “O crescimento do setor de serviços, incluindo as instituições financeiras centradas em Londres, foi a influência dominante na presença ultramarina britânica após 1850. Esta influência ficou particularmente evidente entre 1850 e 1914 – um período de rápida expansão – mas também foi sentida com força em condições menos vantajosas após a Primeira Guerra Mundial. Após 1850, o investimento externo não ficou restrito aos entrepostos e às zonas costeiras, e as companhias ferroviárias (muitas com seus escritórios centrais na *City*) começaram a se desenvolver em continentes que até então eram vistos como impenetráveis. Enquanto os industriais provincianos se preocupavam com a competição externa, a *City* londrina estendia seu quadro institucional ao longo do globo para agir como banqueira e portadora do comércio mundial. Os rendimentos invisíveis gerados e o suporte dado ao próprio comércio de exportação, ajudaram a reduzir a queda de competitividade britânica com relação as demais nações industrializadas. *Foi na segunda metade do século dezenove, e especialmente depois de 1870, que a expansão do poder financeiro britânico criou um ‘império invisível’ de dimensões mundiais que compensou a divisão de sua influência econômica com os Estados Unidos e a Europa.*”³³¹ Portanto, o “império informal” começa a surgir por volta de 1850, mas só assume a sua forma mais característica a partir de 1870, no exato momento em que a rivalidade internacional ganha uma intensidade sem precedentes.

Deixaremos momentaneamente este aspecto da discussão de lado. A polêmica aberta por Robinson e Gallagher abriu novos caminhos. Bernard Semmel,³³² manteve um aspecto da interpretação destes dois autores, que é *complementar* à linha de análise desenvolvida por Peter Cain e A. Hopkins: Semmel explora a complexa *relação de continuidade* entre o “imperialismo mercantilista” e o “novo imperialismo” que precedeu a Primeira Guerra Mundial. Nesta visão, a era do *free trade* representou um período intermediário, de *remodelação* das idéias mercantilistas, que preparou o terreno para o

³³⁰ *ibid*

³³¹ P. J. CAIN & A. G. HOPKINS “Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas II: New Imperialism, 1850-1945” *Economic History Review* 2nd. Ser. XL, I (1987) p. 10-1

³³² Bernard SEMMELL *The Rise of Free Trade Imperialism: classical political economy the Empire of Free Trade and Imperialism 1750-1850* 1a. reimp. Cambridge: Cambridge U. Press, 1978 [ed. orig. 1970]

imperialismo contemplado pelas análises de Lênin e Hobson. Só que o *plano da análise* de Semmel é diferente: ele analisa as “teorias” do imperialismo que, implícita ou explicitamente, foram perpretadas pela *crítica* do mercantilismo empreendida pelos economistas clássicos e que se materializaram na política britânica na era vitoriana. O ponto de partida é a análise de Richard Pares. Em 1937, este historiador fez duas observações extremamente importantes: 1) destacou como a industrialização da Inglaterra foi paulatinamente alterando a concepção sobre as funções do império para a economia e para a sociedade britânica; 2) esta mudança de percepção dos contemporâneos foi apenas parcialmente explorada pelos historiadores que o antecederam, que ressaltaram apenas os aspectos *negativos* desta transformação – isto é, puseram em relevo *apenas a rejeição radical do mercantilismo* – sem perceberem que havia uma lado *positivo*: a gestação de uma nova e difusa “teoria” do imperialismo, constituída em torno da indústria britânica e que ajuda a explicar porque a era do *Free Trade* foi também a era da colonização e do comércio colonial.³³³ Partindo destas observações, Semmel explora a herança oculta do mercantilismo em autores como Josiah Tucker, James Mill, Robert Tucker, Ricardo e Wakefield. “Do ponto de vista da ideologia, e portanto, da teoria, da política e não menos das atividades práticas, é possível ver *continuidade* e não um interlúdio anti-imperialista. Realmente, o período marcado pela queda do antigo sistema colonial deve ser visto como a era da ascensão do imperialismo do livre comércio.”³³⁴ A visão dominante entre os críticos do mercantilismo era que o comércio livre internacional seria *a arma decisiva da Inglaterra* para preservar o seu monopólio industrial. Nas deliberações parlamentares de meados do século XIX, , David Ricardo foi apresentado por parlamentares como o teórico dos grandes manufaturas britânicas, que tinham como objetivo conquistar *economicamente* o mundo, através da difusão da teoria das vantagens comparativas. Esta conquista seria materializada com a criação de um sistema comercial mundial que gravitaria em torno da preponderância industrial britânica, a “oficina do mundo”. Para reformar seu argumento, Semmel cita o discurso de uma parlamentar Whig nos debates que antecederam a revogação das Corn Laws: o livre comércio seria o “princípio” pelo qual “as nações estrangeiras seriam convertidas em colônias valorosas para nós, sem imporem sobre nós a responsabilidade

³³³ cf. Richard PARES “The Economic Factors in the History of Empire” *The Economic History Review* Vol. 7 No. 2 (1937) p. 130 e ss.

³³⁴ Bernard SEMMEL *The Rise of Free Trade...* cit. p. 4.

de governá-las.³³⁵ Mesmo no século XVIII estas idéias eram difundidas: Josiah Tucker foi um mercantilista que ficou convencido que o livre-comércio *fazia parte do interesse nacional da Inglaterra*. Portanto, por trás da retórica do *Free Trade*, havia um objetivo mercantilista: transformar a Inglaterra na oficina do mundo e, desse modo, impor relações comerciais vantajosas com o resto do mundo. Foi exatamente contra esta ardil que a escola histórica alemã, liderada por List, se ergueu.³³⁶ Em síntese: toda a reflexão sobre o livre comércio estava subordinada à *promoção dos interesses particulares da Inglaterra* e, neste sentido, a concatenação do liberalismo vitoriano com a *reforço* do colonialismo – sob novas bases – não é paradoxal, mas a expressão da política externa de uma potência que se industrializou em um mundo sem indústrias.

Esta breve digressão foi necessária para situarmos com mais precisão o argumento básico de Peter Cains e A. Hopkins. Como já adiantamos, estes dois autores não só reformularam o argumento básico desenvolvido por Robinson e Gallagher, como adicionaram a ele elementos tomados de Lênin e Hobson, também remodelados. Para Cais e Hopkins, mesmo se endossarmos a idéia de Crafts e Harley de que houve um desenvolvimento apenas setorial da produção manufatureira em meados do século XIX, ainda assim é possível preservar a interpretação de que haviam motivações econômicas decisivas por detrás da expansão imperial britânica (a obra de Semmel reforça ainda mais esta visão). Na realidade, a força aparente do revisionismo sobre a Revolução Industrial e o imperialismo reside em uma análise fora de foco: a preocupação obsessiva com a produção manufatureira obscureceu a ação cada vez mais sistemática de *outras formas se empreendimentos capitalistas*, tais como o setor financeiro e o de serviços, que estavam nas mãos de uma classe que não foi contemplada pelas maioria das análises tradicionais: os capitalistas-fidalgos (*gentlemanly capitalists*), isto é, proprietários fundiários e financistas do sul da Inglaterra que, por frequentarem os mesmos círculos sociais da aristocracia governante, compartilhavam de seus valores e tinham mais influência no governo. Resumindo: o problema não estava nos traços fundamentais da interpretação mais tradicional, mas sim na escolha dos protagonistas: “[n]ão há, é claro,

³³⁵ *Parliamentary Debates* 3rd. Ser., LXXXIII (23 fev. 1846) p. 1399-1400 *apud* Bernard SEMMEL *The Rise... cit.* p. 8

³³⁶ *cf. ibid* p. 7-13. “Ainda que, quando Tucker defendeu um comércio mais livre e quando Pitt e o último Peel seguiram o seu argumento, aquele e estes estavam em grande medida animados pela esperança essencialmente mercantilista de garantir para a Grã-Bretanha o monopólio industrial, a nova e economia liberal parecia evitar o espírito agressivo do passado e, tentava, de um modo geral, conceber o comércio de um modo menos individualista.” *Ibid* p. 9

como negar que, na medida em que a riqueza fundiária declinava em importância, a riqueza industrial mas também a financeira e a comercial cresceram rapidamente. Entretanto, a influência da indústria no governo central e nas políticas econômicas continuou a ser limitada por sua relativa falta de acesso às maiores fontes de poder e de influência. Manufatureiros ainda estavam em grande medida fora do círculo da cultura fidalga e 'não falavam a mesma língua' da elite aristocrático-financeira. E, mesmo quando eles ganhavam alguma influência, qualquer resíduo cobdenita radical tinha de permanecer oculto pela necessidade de alinhar-se aos interesses da fidalguia para defender a propriedade contra as ameaças derivadas do Trade Unismo e da difusão da democracia. Após 1870 houve, por parte dos industriais provincianos e das classes médias, uma contínua debandada do liberalismo Gladstoniano em direção ao partido conservador, que emergiu dos destroços do velho torismo agrícola.³³⁷ Assim, esta estrutura social peculiar acabou vinculando a capacidade de exportação das manufaturas da Inglaterra ao desenvolvimento do setor financeiro que, como já foi indicado, estava por trás da intensificação da presença britânica no comércio ultramarino e do novo estímulo ao imperialismo.

O ponto mais forte e ao mesmo tempo mais polêmico desta interpretação é a reavaliação do significado da Revolução Industrial. Sem desvalorizar a sua importância para o desenvolvimento do capitalismo e, sobretudo, para a história da Inglaterra, Cain e Hopkins tentam *reinterpretar* este fenômeno a luz das discussões recentes sobre o papel do setor de serviços na economia capitalista.³³⁸ Contrapondo-se às definições residuais, que tratam os serviços simplesmente como a somatória de todas as atividades que não são nem primárias e nem secundárias, os dois autores buscam um padrão de referência capaz de identificar positivamente este setor. Hoje existem duas perspectivas básicas para classificar o setor de serviços: do ponto de vista da produção e do ponto de vista do consumo. A primeira perspectiva é muito vasta, pois compreende todos serviços intermediários, enquanto a segunda, por envolver apenas os serviços vinculados à

³³⁷ *Ibid* p. 6

³³⁸ "Esta interpretação colide tanto com a velha e heróica concepção da Revolução Industrial quanto com uma interpretação mais nova, ligada às historiografia desenvolvimentista, que tende a equiparar desenvolvimento com industrialização. Como tentaremos demonstrar, entretanto, nosso argumento é congruente com as especializadas, porém ainda fragmentárias, pesquisas sobre a história britânica que começaram a surgir recentemente. Ela também busca suporte no trabalho dos economistas cujo interesse no setor de serviços foi estimulado pelo problema da desindustrialização, pela emergência das sociedades pós-industriais e pelas perspectivas de desenvolvimento do terceiro-mundo" Peter CAIN & A. G. HOPKINS *British Imperialism: innovation and Expansion 1688-1914* Londres & Nova York: Longman, 1993 p. 20.

demanda final, é mais restrita. Mas todas as análises orientadas em torno da *especificidade* do setor de serviços ressaltam a sua *intangibilidade*. Os serviços satisfazem demandas, mas não são mercadorias físicas e, portanto, não podem ser estocados: os serviços articulam a oferta e a demanda, mas “perecem no exato instante de sua performance” (Adam Smith). Esta definição, que combina as duas perspectivas aludidas, fornece uma “lista substancial de atividades”, tais como seguros, serviços bancários, comunicações, transportes, utilidades públicas etc.³³⁹ O problema desta tipo de definição é que os serviços tendem a ser vistos predominantemente como formas derivadas ou até mesmo parasitárias – i.é., que não geram “valor real” – da produção. Cain e Hopkins concebem o papel dos serviços de forma diferente: “[n]osso argumento trata os serviços mais como elementos dinâmicos do que passivos: vemos o setor de serviços como sendo caracterizado por um processo (...) que permite que os serviços sejam derivados das mercadorias mas que também permite que as mercadorias sejam derivadas dos serviços. Este processo envolve a especialização, ganhos de produtividade e a transformação da produção. A especialização, como veremos, tomou forma através da criação mais ou menos contínua de novos empregos no setor de serviços, que teve início (...) com a ascensão dos novos interesses monetaristas no século XVIII. Os ganhos de produtividade derivaram das inovações tais como letras de câmbio, tabelas atuariais, melhorias nos transportes, companhias legais, imprensa financeira e os cabos submarinos – para citar apenas exemplos variados de uma ampla lista. *A transformação da produção ocorreu de forma mais evidente através da criação de economias exportadoras em várias partes do mundo além da Europa, onde as finanças, os transportes e os serviços comerciais britânicos estiveram em evidência.* A relação entre as finanças e a produção doméstica, particularmente a produção manufatureira, é um problema complexo ao qual nos referiremos posteriormente. *Mas para o momento, podemos adiantar que a City londrina (e em grande medida o setor bancário em geral) exerceu um papel muito maior no financiamento da distribuição dos produtos manufaturados do que na sua produção.* Acompanhar a polêmica sobre o papel efetivo do setor de serviços na economia nos desviaria de nossos propósitos iniciais. O que temos de reter desta interpretação é apenas a *ênfase na variedade de empreendimentos capitalistas* que estavam se desenvolvendo desde o século XVIII de forma distinta mas interrelacionada. Além de sua importância crescente, o setor de serviços tinha uma

³³⁹ cf. *ibid* p. 20-1

peculiaridade: era extremamente atrativo para a fidalguia, que tinha de encontrar uma nova forma de existência social em um mundo em transformação.

O repúdio da nobreza ao trabalho braçal e ao vínculo direto entre trabalho e remuneração pôde ser mitigada pela expansão do setor de serviços, onde os fidalgos podiam obter seus rendimentos sem estabelecerem vínculos diretos com o desprezível mundo da produção. Esta nova aristocracia – isto é, os capitalistas fidalgos – emergiu da fusão entre seu legado “pré-capitalista” (os padrões de conduta nobiliárquicos e os seus círculos de amizades) e os rendimentos provenientes do mercado, inicialmente através da agricultura comercial (tocada por arrendatários) e depois pelo florescimento dos serviços financeiros na *City* e no sul da Inglaterra. Devido à sua origem, os capitalistas fidalgos perservaram sua influência política tradicional, só que agora ela era baseada em atividades progressivamente orientadas para o lucro.³⁴⁰ Assim, a despeito das importantes transformações engendradas no século XVII, a influência das noções feudais de ordem, autoridade, amadorismo e status perduraram por longa data, modelando o comportamento da alta cúpula da sociedade britânica até a Primeira Guerra Mundial. O prestígio ainda era a principal forma de ascensão social: “De fato, os fidalgos podiam usar a poderosa arma da exclusão social, reforçada por sua influência política, para conquistar e monopolizar ocupações aceitáveis, tais como a alta cúpula da Lei, os elevados escalões da Igreja estabelecida, o oficialato das forças armadas, grantindo, como resultado, a obtenção de rendimentos elevados.”³⁴¹ Portanto, a cúpula da sociedade ainda era destinada aos extremamente bem nascidos. Os níveis intermediários e inferiores também tendiam a ser preenchidos de acordo com a variação do prestígio familiar. Quanto mais próximo do contato direto com a produção, menos prestigiosa era a carreira: logo, os grandes industriais não possuíam tanto prestígio ou tanta influência como os banqueiros, por exemplo. Assim, apesar de realmente representar um centro empreendedor, os postos mais elevados da *City* londrina eram dominados pelos capitalistas fidalgos que, enquanto tais, exerciam uma influência desproporcional na vida econômica e na política britânica. O código moral herdado da idade média – a obrigação e a lealdade pessoal – ajustou-se perfeitamente a todas as atividades “ligadas mais ao comando de homens do que de máquinas”. “Os maiores banqueiros e mercadores ficavam na *City*, próximos aos centros de poder político e a natureza de sua ocupação garantia a eles tempo de lazer

³⁴⁰ cf. *ibid* p. 22-25

³⁴¹ *ibid* p. 25

suficiente para desfrutar de um estilo de vida fidalgo que permitia o cultivo de conexões sociais que representavam, ao mesmo tempo, uma fonte vital de sucesso nos negócios.”³⁴² Além de tudo, o topo da fidalguia controlava um recurso decisivo: a informação privilegiada, derivada de suas conexões com os homens que controlavam a máquina do estado. Assim, a prosperidade e o prestígio dos banqueiros e mercadores crescia em função de seu seleto grupo de amizades, por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, por causa do já aludido acesso à informação. Em segundo, pela própria expansão do seu círculo de amizades, fruto da qualidade e do tempo destinado ao lazer e ao convívio social. Uma vez conquistada a confiança da elite, os banqueiros e corretores passavam a administrar a riqueza dos bem nascidos e, deste modo, conseguiam mobilizar recursos muito mais vastos do que o seu próprio capital. Portanto, em um ambiente social com estas características, o principal bem de um banqueiro não é o seu capital mas, sobretudo, o seu prestígio e suas relações pessoais.³⁴³

Além de sua atuação na *City* e no sistema britânico de crédito, a influência dos capitalistas fidalgos era muito forte nas zonas de influência britânica e no mundo colonial, particularmente nos novos territórios colonizados, onde o papel britânico era tão predominante que Cain e Hopkins não hesitam em utilizar o termo *imperialismo econômico*: “a dependência das instituições financeiras, do capital e do comércio britânico na Austrália, Nova Zelândia e na colônia do Cabo, por exemplo, era tão grande que, a despeito das concessões ao governo responsável, estas regiões podiam ser descritas como ‘extensões de uma velha sociedade’, lugares onde, nas palavras de J.S. Mill, a Grã-Bretanha ‘achou conveniente’ conduzi-las de acordo com suas atividades financeiras e comerciais. Parte da América Latina, notadamente a Argentina e o Uruguai, assim como, em menor grau, o Brasil, eram dispostas de forma similar, onde o ritmo de sua vida econômica era dependente do fluxo e refluxo dos fundos de Londres. (...) Mesmo no Canadá, onde a influência dos Estados Unidos era extramamente forte em meados do século, é evidente que a criação de uma América do Norte Britânica independente, entre a década de 1840 e a Confederação em 1867 – assim como a consolidação da

³⁴² *ibid* p. 26

³⁴³ “Com o crescimento da confiança nos seletos banqueiros, eles se imiscuíam na poupança da elite, e esta vantagem lhes garantia uma tal posição nos mercados financeiros que os competidores menos favorecidos não podiam desafiar.(...) Por estas razões, as relações formadas entre a cúpula do mundo financeiro de um lado e a alta sociedade e a alta política do outro eram baseadas mais em contatos face a face e arranjos pessoais do que na competição de mercado perfeita ou da fria racionalidade que Weber associou à burocracia moderna e com a própria modernização.” *Ibid* p. 27

independência com a expansão para o oeste depois de 1870 – não teria sido possível sem o acesso ao mercado de capitais britânico e sem a determinação dos homens de estado britânicos em usar seu poder financeiro, de forma deliberada naquela ocasião.³⁴⁴ Na mesma toada de Robinson e Gallagher, Peter Cain e A. Hopkins afirmam que a penetração britânica nos Estados independentes e nas “zonas atrasadas” *dependia do sucesso da influência política informal* que, por sua vez, era determinada por duas variáveis: ela dependia da correlação de forças entre a Grã-Bretanha e as demais potências que tinham interesse na região e, também, da flexibilidade das culturas “indígenas”. No caso da China e do Oriente Médio, a autoridade britânica era pequena, devido exatamente à intensa rivalidade internacional nesta área e, também, à hostilidade da elite governante local.³⁴⁵ Nas demais regiões, tais como, por exemplo, o Egito, as barreiras à presença britânica eram muito menores e, portanto, os interesses dos capitalistas fidalgos foram impostos sem enfrentar resistências diplomáticas mais sérias. Dentre todos, a Índia representou o caso mais emblemático deste tipo de dominação.³⁴⁶

No entanto, esta interpretação difere da fornecida por Robinson e Gallagher em um aspecto importante. Peter Cain e Hopkins centram a sua análise de forma quase exclusiva na metrópole, particularmente no papel dos capitalistas fidalgos na expansão do império. O foco da análise de Gallagher e Robinson é diferente, em especial no caso da partilha da África: para estes autores, foram os eventos ocorridos no império informal é que, muitas vezes, transformaram o domínio indireto em ocupação efetiva: “Ao examinarem a Europa em busca das causas, os teóricos do imperialismo estavam procurando por respostas no lugar errado. As transformações cruciais que puseram tudo em operação tiveram lugar na própria África.”³⁴⁷ Assim, foram as crises políticas internas dos governos que tinham relações amistosas com as potências europeias é que determinaram a passagem do domínio informal à dominação direta. O principal exemplo usado por Gallagher e Robinson para ilustrar esta idéia é o caso do Egito. Completado em 1869, o canal de Suez tornou-se um ponto estratégico vital para o comércio europeu e, principalmente, para os britânicos. A abertura do canal proporcionou aos ingleses uma via para o Oriente muito mais rápida do que a rota do Cabo e do que as rotas terrestres que

³⁴⁴ *cf. ibid* p. 11

³⁴⁵ *cf. ibid* p. 12

³⁴⁶ *cf. ibid* p. 13-4

atravessavam o Oriente Médio. Tal importância ficou patente já em 1875, quando Disraeli comprou mais de 40% das ações da Companhia do Canal de Suez. Os ingleses eram os que mais utilizavam o canal: por volta de 1880, 80% do tráfego era britânico. No entanto, as boas relações entre a Inglaterra e o Egito se encerraram em 1881, após o sucesso da revolta liderada por Arabi Pasha, que derrubou o antigo governo. Os Ingleses, para preservar seus interesses econômicos e estratégicos, invadiram imediatamente o Egito e ocuparam o Cairo. De acordo com Gallagher e Robinson, motivados pela ação unilateral britânica, os franceses elevaram a sua presença na África ocidental para preservar o equilíbrio de forças e criar meios para, no futuro, forçar a retirada britânica do Egito. Esta tensão, ao envolver as demais potências européias, deu origem à partilha África e, no fim das contas, impulsionou o imperialismo formal. Mas, como nota Simon C. SMITH,³⁴⁸ que escreveu uma boa síntese sobre esta controvérsia, este aspecto da explicação de Robinson e Gallagher não é muito convincente. Isto porque os franceses já estavam elevando a sua influência na África Ocidental desde 1870 e, portanto, não foi a ocupação do Cairo que subitamente despertou a rivalidade anglo-francesa. Além disto, depois de concretizada, os franceses apoiaram diplomaticamente a invasão britânica, pois eles temiam que o novo regime colocasse em risco os investimentos e a vida dos cidadãos franceses situados no Egito.³⁴⁹

Mas a crítica realmente decisiva a este aspecto da interpretação de Gallagher e Robinson veio da pena de Peter Cain e de A. G. Hopkins, em um artigo onde eles expuseram pela primeira vez a sua interpretação: “autores que negam a existência de um forte vínculo entre a economia metropolitana e a expansão ultramarina baseiam seus argumentos fundamentalmente nas críticas a Hobson e a Lênin. Foi deste modo que Gallagher e Robinson inferiram que ‘as tentativas de fazer com que as fases do

³⁴⁷ John GALLAGHER & Ronald ROBINSON “The Partition of Africa” in: F.H. HINSLEY (ed.) *The New Cambridge Modern History* Vol. 2: *Material Progress and world-wide problems*, 1870-1898 Cambridge: Cambridge U. Press, 1962 p. 594.

³⁴⁸ cf *British Imperialism, 1750-1970* Cambridge: Cambridge U. Press, 2000 p. 75-7

³⁴⁹ “O argumento de Gallagher e Robinson” – escreve Simon SMITH – “também ficou enfraquecido pelo aparte de A. G. Hopkins de que os franceses, longe de ficarem desalojados pela ocupação britânica do Egito em 1882, congratularam os britânicos por empreenderem uma ação que protegeu vidas e propriedades dos franceses. Além do mais, é possível sugerir que foi a Conferência de Berlim de 1884-85, a não a ocupação britânica do Egito em 1882, que iniciou uma nova fase agressiva na partilha da África. Realmente, ao estabelecer a doutrina da ‘ocupação efetiva’ a conferência forçou os países que desejavam obter uma parcela da África a estabelecerem uma presença formal, ao invés de se basearem na supremacia informal. O fato de que outras áreas do mundo, mais caracteristicamente o Sudeste Asiático, também estavam sendo partilhadas nesta época, sugere que forças mais amplas estavam operando no fim do século dezenove do que simplesmente aquelas ligadas à ocupação britânica do Egito.” *ibid* p. 77

imperialismo correspondessem diretamente às fases do crescimento econômico da economia metropolitana provaram ter ocorrido em vão'. Esta posição cética produziu dois tipos de explicações alternativas. O primeiro tipo vê o imperialismo mais como consequência dos conflitos na periferia do que das crises na metrópole. O segundo enfatiza aspectos não-econômicos do impulso metropolitano, como por exemplo a ação da 'mente oficial' ou da exportação de 'energia excedente'. Os dois tipos de análise apresentam sérias dificuldades. Teorias 'excêntricas' incorporam com propriedade grande parte das novas e importantes pesquisas sobre a história das regiões fora da Europa. Mas uma periferia sem um centro é incompleta; o foco nas fronteiras turbulentas [David Landes] implica a impossibilidade de conceber a expansão ultramarina como um processo global. Interpretações que consideram a metrópole mas excluem a economia geralmente repousam no insustentável argumento de que as debilidades da teoria de Hobson e de Lênin invalidam *todas* explicações sobre a presença britânica no estrangeiro que se apóiam nos assuntos econômicos internos.³⁵⁰ Toda a força da interpretação de Peter Cain e A. G. Hopkins reside exatamente no forte vínculo entre as transformações no seio da estrutura social britânica durante o século XVIII – época onde os interesses agrários ainda eram muito fortes – e a atuação da metrópole em escala mundial, sem descuidar da correlação de forças entre a Inglaterra e as demais potências: neste prisma, a expansão do império britânico após 1850 é essencialmente explicada pelo *fracasso* da Inglaterra em dominar seus rivais e, sobretudo, de impedir a sua industrialização.³⁵¹ Mas o ataque decisivo à "interpretação periférica" do imperialismo reside na ênfase de um aspecto negligenciado ou inexplicado por todos os adeptos desta corrente: a *coincidência temporal* entre as crises políticas locais, que se manifestavam quase simultaneamente em vários pontos distintos do planeta. Para Peter Cain e A. G. Hopkins o equívoco básico que

³⁵⁰ Peter CAIN & A.G. HOPKINS "The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750-1914" *The Economic History Review* 2nd Ser. Vol 33, No. 4 (1980) p. 463-4

³⁵¹ "O terceiro e final aspecto do nosso argumento é a ênfase na importância de demarcar exemplos particulares da expansão ultramarina em um contexto global. Esta abordagem tem duas vantagens. Por um lado, ela torna possível relacionar diversas e variadas partes do mundo aparentemente desconexas ao desenvolvimento desigual da economia metropolitana. Por outro, ela articula mudanças geográficas da presença ultramarina britânica com o crescimento econômico e com as políticas das potências rivais independentes. A Europa e os Estados Unidos, os principais parceiros comerciais da Inglaterra do final do século XVIII em diante, eram particularmente importantes neste aspecto. Os motivos, a velocidade e a extensão da expansão britânica sobre o mundo não-europeu era determinada grandemente por sua variável habilidade em penetrar nos mercados das demais potências ou em comandar importações de forma independente delas. Neste caso, nós argumentamos que extensão da presença britânica no Ultramar pode ser vista como expressão de seu fracasso em dominar seus principais competidores e, especialmente, em impedir sua industrialização." *ibid* p. 467

deu origem a este tipo de interpretação foi a *confusão entre sintomas e as causas*: a eclosão das crises políticas generalizadas no império informal não foi a *causa do imperialismo*, mas um dos mais importantes sintomas *do declínio britânico frente às novas potências* que emergiram na segunda metade de século XIX, com a difusão do processo de industrialização. O fato das crises surgirem na periferia não quer dizer que a sua origem é periférica. Pelo contrário: a sincronia temporal de crises que ocorreram em regiões geograficamente tão distantes, *onde o único elo comum é a presença britânica*, reforçam a idéia de que a fonte das transformações tinha origem na própria economia metropolitana.³⁵²

*

De toda esta discussão, temos de destacar o seu aspecto mais relevante. Salientar a preservação de elementos mercantilistas durante a era do *Free Trade* é, na realidade, apenas uma tarefa preliminar, que prepara o terreno para o que é realmente decisivo: demonstrar como estes elementos são redefinidos pelo advento da industrialização britânica, este é o evento que encerra definitivamente o Antigo Sistema Colonial e prepara a passagem ao imperialismo. Com a consolidação da Indústria, as colônias remanescentes *mudam a sua função* e transformam-se em bases para a preservação da preponderância industrial britânica, sendo convertidas em produtoras de matérias primas e consumidoras de produtos manufaturados. Exatamente por isto a preocupação básica dos políticos britânicos da era vitoriana foi a *redução da carga fiscal* decorrente do império, obtida através do abrandamento do controle sobre as colônias, as quais elevaram o seu grau de participação política e de abertura do comércio. Este tipo de política para o mundo colonial foi acompanhada pelo reforço da presença informal da Inglaterra sob novas regiões, tais como a América Latina, o Noroeste da África e a Ásia (imperialismo informal). Tal política não poderia ser levada a cabo sem enfrentar resistência das potências de segunda grandeza, que passaram a concentrar seus esforços no desenvolvimento econômico nacional, combinando medidas protecionistas com a abertura seletiva do seu mercado para atrair capitais e produtos manufaturados da “oficina do mundo”. Além do movimento dos demais estados, a própria saturação de alguns setores da economia britânica e os interesses financeiros que se seguiram ao deslocamento do foco de acumulação da indústria têxtil para a indústria de Bens de

³⁵² cf. Peter CAIN & A.G. HOPKINS *British Imperialism: Innovation...* cit. p.10.

Produção³⁵³ favoreciam este tipo de situação. Assim, a primeira onda de industrializações - que é concomitante ao imperialismo do Livre Comércio - começa lentamente a corroer as bases da dominação inglesa. A lentidão relativa deste processo se deve às próprias características do capitalismo concorrencial e, também, ao fato da indução central caber quase exclusivamente à Inglaterra.³⁵⁴ Mas o cenário que se segue à Grande Depressão (1873) - o capitalismo monopolista - altera radicalmente estas condições: as demais potências industriais começam a disputar com a Inglaterra o mercado mundial e, neste novo contexto, a preservação do imperialismo do livre comércio deixa de ser possível. Como vimos, é exatamente neste período que começam a ocorrer "crises políticas" nas várias regiões que se encontravam sob domínio informal da Inglaterra, a qual respondeu com a ocupação direta. Logo, da aparentemente pacífica era do Livre Comércio, surge de seu interior o imperialismo, isto é, a política de conquista territorial empreendida pelas grandes potências *a serviço de suas grandes empresas e do capital financeiro*.

3.4 – O debate contemporâneo: Patrick O'Brien e Immanuel Wallerstein

Para concluirmos este capítulo, como já indicamos, estabeleceremos os vínculos entre a discussão "clássica" sobre o imperialismo e a contenda entre Patrick O'Brien e Immanuel Wallerstein. A influência de Hobson e de Schumpeter sobre o primeiro é evidente. Quanto ao segundo, a questão é um pouco mais complexa, pois Wallerstein combina influências de Bukharin e de Rosa Luxemburgo, dois autores envolvidos em um antagonismo ferrenho que, supostamente, torna as suas interpretações irreconciliáveis.

Patrick O'Brien - Patrick O'Brien concentra praticamente todos os seus esforços na tentativa de demonstrar que o imperialismo não era economicamente vantajoso para a Grã-Bretanha e, por extensão, a nenhuma outra potência imperialista. No entanto, O'Brien não se preocupa em responder explicitamente uma questão crucial: se não havia nenhuma motivação econômica relevante, qual seria então a razão básica que impeliu os principais Estados da Europa Ocidental a conquistarem territórios no ultramar? A sua

³⁵³ cf. João Manuel CARDOSO DE MELLO *O Capitalismo Tardio – contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira* 10ª. Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998 p.49-50

³⁵⁴ "É de se reconhecer" – escreve João Manuel Cardoso de Mello – "no entanto, que o 'poder de difusão' do capitalismo na etapa competitiva, isto é, da Revolução Industrial ao início da "Grande Depressão", se

reflexão sobre as *causas* do imperialismo, sempre subordinada à avaliação dos “custos e benefícios”, não ocupa uma posição central e está dispersa em seus vários artigos e livros.³⁵⁵ Também neste caso, como veremos, a influência de Hobson sobre O’Brien é decisiva. Vimos que, para Hobson, o imperialismo era uma prática estimulada por um setor de investidores financeiros que, por meio de informações distorcidas, influenciava a opinião pública e os membros da burocracia estatal com o intuito de sustentar e expandir o império. Como Gladstone, Hobson argumentava que, além dos custos serem maiores do que os benefícios, os lucros eram repartidos entre uma minoria, enquanto os custos eram divididos por toda nação. Portanto, ao redistribuir *artificialmente* custos e benefícios, o imperialismo *falseava* o mecanismo de mercado que, supostamente, representa a melhor forma de alocar recursos escassos.³⁵⁶

Patrick O’Brien praticamente retoma estes argumentos, só que amparados por exercícios contrafactuais. Como alertou Peter Cain³⁵⁷, quando Patrick O’Brien sugere que, sem o império, os recursos poderiam ser investidos na economia britânica com um rendimento *maior*, ele retoma, implicitamente, a tese de que havia um problema de subconsumo na Inglaterra, derivado da alocação artificial de recursos. Evidentemente, a alocação “natural” seria feita pelo mercado livre: os recursos investidos na própria economia britânica elevariam a taxa de emprego e tornariam ainda menos relevante os mercados externos: “(...) como Hobson observou na virada do século, ao facilitar a exportação de capitais para o Império e para outros lugares, as instituições financeiras britânicas deprimiram os salários, que restringiram o desenvolvimento de um mercado interno de massa para os produtos da nova indústria de bens de consumo corrente. Em algum grau, este efeito foi contrabalançado por importações mais baratas de comida e pelo estímulo às exportações de mercadorias britânicas. Mas este estímulo, no entanto, ficou concentrado nas velhas indústrias de produtos primários, destinadas a declinar após

manteve relativamente restrito, devido , em última instância, às suas próprias limitações, *porque só na Inglaterra havia atingido um estágio relativamente avançado.*” *Ibid* p. 50.

³⁵⁵ Este deslocamento de prioridades, para O’Brien, não é uma peculiaridade pessoal, mas uma tendência da historiografia: “A pesquisa moderna em história econômica desviou-se das preocupações tradicionais com os impulsos por trás do imperialismo para poder avaliar os custos e benefícios para as nações européias mais ativamente envolvidas na conquista do império.” “The Costs and Benefits of British Imperialism” *Past and Present* 120 (1988) p. 195. Esta é uma observação trivial, que só se tornaria importante se acrescida de uma pergunta: porque isto ocorreu? Feliz por navegar a favor da corrente dominante, O’Brien simplesmente ignora os motivos desta mudança de perspectiva e se contenta em atacar o que ele considera os últimos remanescentes da “velha” história econômica.

³⁵⁶ cf. Peter CAIN “Was is Worth Having? The British...” *cit.* p. 352

³⁵⁷ cf. *ibid* p. 355-6

a guerra.”³⁵⁸ Esta passagem é importante porque revela os fundamentos da interpretação de O’Brien sobre o imperialismo. Ele não é concebido apenas como uma forma pouco eficaz de investimento no sentido de ser uma opção de investimento menos vantajosa dentre outras potencialmente mais lucrativas. Nesta formulação, o império representou um *obstáculo* ao desenvolvimento porque, ao garantir mercados seguros a alguns setores da indústria britânica, ele acabou retardando a sua modernização e, deste modo, favoreceu o declínio da Grã-Bretanha.³⁵⁹

Mas, então, qual a *causa* do imperialismo? A resposta é surpreendentemente simples: o imperialismo se explica fundamentalmente pelo *erro de cálculo* dos investidores, que foram *iludidos* pela falsa perspectiva de lucros extraordinários e seguros proporcionado pelo império: “Entretanto, o crescimento do sentimento imperial e da contínua confiança na marinha real criou um clima que influenciou as percepções dos investidores que de outro modo seriam “racionais” e atraiu sua poupança para o ultramar e em crescente proporção para os domínios e para as colônias. *Neste sentido, a propaganda em prol da expansão do império criou ilusões de segurança e falsas expectativas de que lucros elevados seriam obtidos por quem investisse no interior de suas fronteiras.*”³⁶⁰ Assim, como Hobson, Patrick O’Brien explica o investimento no império não como uma *propensão racional do investidor*, mas sim como uma anomalia influenciada por *sentimentos* ligados ao império, tais como, por exemplo, o orgulho nacional e outros impulsos não-econômicos. Além da propaganda, o próprio padrão de comportamento dos investidores britânicos era compatível com os empreendimentos imperiais. A esmagadora maioria dos investidores preferia taxas fixas de rendimento do que arriscar seu dinheiro com taxas voláteis. Portanto, eles eram pouco propensos a investir na indústria nacional, particularmente nas firmas de pequena escala que

³⁵⁸ Patrick O’BRIEN “The costs and benefits...” cit p. 184. No final do texto, ele faz uma alusão ainda mais direta: “Finalmente, a análise de Hobson em 1902 que o império representava um custo crescente se comparado com a possível reforma social e com as transformações estruturais na economia interna pode ser hoje aceita como totalmente percuente.” *Ibid* p. 200.

³⁵⁹ Este raciocínio - onipresente nas formulações do autor – surge com clareza quando ele comenta o efeito do império sobre o comércio de mercadorias: “Finalmente, aqueles que concordam com a visão de Hobsbawm de que, cerca de três ou quatro décadas antes da Primeira Guerra Mundial, os mercados imperiais protegidos e de fácil acesso infelizmente permitiram à indústria britânica postergar os ajustes requeridos pela crescente competição germânica e britânica, também deveriam imaginar que o desengajamento precoce da economia com o comércio imperial poderia ter promovido um crescimento de produtividade mais veloz e garantido as transformações estruturais requeridas pela economia britânica para enfrentar os desafios do século vinte.” *Ibid* p. 170. Em suma: faltou liberalismo aos ingleses. Mas a questão que deveria ser feita em seguida era: os americanos e alemães eram liberais?

³⁶⁰ cf. *ibid* p. 180 (grifo meu).

produziam novas mercadorias com tecnologia inédita. Deste ponto de vista, investir no império era a melhor opção, pois as colônias e protetorados proporcionavam um meio seguro para quem queria investir suas economias para viver de renda.³⁶¹ No entanto, tudo não passou de uma gigantesca má alocação de recursos públicos, em busca de uma quimera: a defesa do império e a hegemonia nos mares. Este erro foi cometido principalmente pelos estadistas, que não perceberam o ponto onde o império tornou-se indefensável e a manutenção da *Pax Brittanica* redundante, pretenciosa e um ato de provocação aos alemães. Abusando dos contrafactuais, O'Brien sugere que teria sido mais barato reduzir o dispêndio militar, abandonando o império e concentrando os esforços onde os alemães foram efetivamente derrotados: no campo de batalha.³⁶²

Immanuel Wallerstein – Não há na obra de Immanuel Wallerstein nenhum desenvolvimento sistemático de uma “teoria do imperialismo”, um esforço que ele julga desnecessário, dada as suas concepções metodológicas totalizantes. O que podemos encontrar são breves alusões ao problema, sempre subordinadas à sua reflexão sobre os ritmos cíclicos e ao ciclo de hegemonias. Este tema é abordado diretamente apenas em “Imperialism and Development”,³⁶³ nos termos apontados. Para Wallerstein, o controle direto de territórios pelos estados mais poderosos é uma tendência praticamente invariante desde a consolidação da economia-mundo capitalista. No entanto, as práticas imperialistas tendem a ocorrer predominantemente nos períodos de *transição hegemônica*. Tais períodos são marcados por grandes conflitos armados entre as principais potências, que lutam para ampliar seu território e sua zona de influência. É no meio desta luta que começa a despontar o novo hegemona que, ao preponderar sobre os rivais, estabiliza a arena interestatal e passa a ser identificado com o *promotor* do interesse geral (maturidade hegemônica). Não há, portanto, nenhuma diferença essencial entre o colonialismo mercantilista, o neocolonialismo e o imperialismo que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Em todos os casos, é o *acirramento da rivalidade internacional*

³⁶¹ cf. *ibid* p. 181. Além disto, estas preferências são explicadas pelo *padrão de organização e controle gerencial* que preponderava na Inglaterra: os empresários não admitiam a participação externa em seus negócios e tendiam a formar redes sociais para manter o controle dos negócios às “famílias fundadoras”, mesmo nas maiores corporações: “mesmo o emergente setor corporativo dos negócios exibia muitas das características fechadas e secretas das formas mais tradicionais de organização dos negócios.” Assim, havia um “divórcio” entre os acionistas e o corpo diretivo das empresas, fato que tornava ainda mais atrativo investir no Ultramar do que no mercado interno. cf. *ibid* p. 181-2.

³⁶² cf. *ibid* p. 199

³⁶³ in: A. BERGSON (Ed.) *Studies of the Modern World-System* Nova York: Academic Press, 1980.

que explica a preponderância do controle direto sobre territórios (isto é, o imperialismo) sobre formas indiretas de dominação e, paralelamente, determina o reescalonamento das zonas que compõe a economia-mundo capitalista. Já o imperialismo informal tem uma atuação mais perene, pois ele se manifesta *na própria estruturação do sistema interestatal*, isto é, na sua divisão em periferia, semi-periferia e centro. Portanto, ao transpor o imperialismo informal também para as relações entre o centro e a semiperiferia, Wallerstein redefine totalmente a interpretação de Gallagher e Robinson, a qual, como já discutimos, envolve apenas relações entre o centro e a periferia.³⁶⁴

Após estas observações gerais, podemos prosseguir. Quanto às interpretações clássicas do imperialismo, a influência mais direta é a de Bukharin, fato explicitamente reconhecido por Wallerstein. Para ele, Bukharin foi um dos primeiros autores marxistas a se *aproximar* da concepção de capitalismo como um sistema-mundo. Neste sentido, Bukharin foi mais longe do que Lênin, Hilferding, Kautsky e Rosa Luxemburgo, por dois motivos: a) o modo como ele articulou as empresas e as economias nacionais à economia mundial; isto é, como uma derivação da tendência ao desenvolvimento desigual das forças produtivas, a qual cria *tipos econômicos diversos* e, portanto, confere uma *dimensão social* à divisão internacional do trabalho; b) a transposição da oposição marxiana entre a cidade e o campo para o plano mundial, ou seja, a preponderância dos países industrializados sobre os países onde predomina a agricultura e a produção de produtos primários. Ao combinar estas duas tendências, Bukharin lançou o embrião das análises ao estilo centro-periferia. Esta linha de análise - ainda de acordo com Wallerstein - foi interrompida principalmente devido às resoluções do P.C. da U.R.S.S. que, em nome da teoria do "socialismo em um só País", acabou por enquadrar a reflexão e a prática política dentro do aparato estados nacionais/sociedades/formações sociais.³⁶⁵ O confronto entre o capítulo 1 deste trabalho e a seção 3.2.2.4 do presente capítulo torna ainda mais explícita esta influência. Qual seria então a inovação de Wallerstein com relação a Bukharin? Em primeiro lugar, poderíamos destacar o refinamento da estruturação da "economia mundial" com a incorporação de uma nova dimensão: a semi-periferia. De fato, como já assinalamos, esta categoria traz implicações importantes para o estudo dos

³⁶⁴ Este procedimento não é novo. Escrevendo praticamente na mesma época em que Wallerstein estava definindo os contornos gerais de sua obra, Sandro SIDERI usou o mesmo procedimento em *Comércio e Poder: colonialismo informal nas relações anglo portuguesas* trad. port., Lisboa: Cosmos, 1978 [ed. Original: 1970].

fluxos de capital e para a dinâmica das relações entre estados que integram o sistema interestatal. Em segundo lugar, ao substituir o termo economia mundial pela categoria economia-mundo, Wallerstein reforça o caráter sistêmico da interpretação de Bukharin e transforma radicalmente a metodologia de análise. Mas, nas entrelinhas, Wallerstein sugere que ele vai além de Bukharin ao articular o tempo e o espaço e, deste modo, coloca em movimento um modelo que é essencialmente estático. Contudo, como já indicamos, a dinâmica da economia-mundo na interpretação de Wallerstein é, no limite, refratária à história e, essencialmente, não comporta movimento algum. Portanto, deste ponto de vista, ele avança bastante mas não supera totalmente Bukharin.

Isto nos leva à segunda dimensão do problema: a relação entre a interpretação de Rosa Luxemburgo e Immanuel Wallerstein. Para entender a influência de Rosa Luxemburgo é necessário retomar a explicação de Wallerstein sobre os motivos que determinam a *expansão da economia-mundo*, da qual o “imperialismo” é uma das várias expressões. Como vimos, o sistema-mundo moderno pode nutrir-se de suas conexões com a arena externa (impérios-mundo como a China antes do domínio europeu, mini-sistemas como as várias zonas econômicas africanas, etc.) e, também, incorporar novas zonas ao eixo de divisão do trabalho que o estrutura. A questão é: o que impele a economia-mundo a crescer e, o que é mais importante, porque ela recentemente atingiu o paroxismo ao englobar praticamente todo o planeta? A tensão entre os estados acima aludida fornece apenas uma parte da explicação. O mecanismo básico de expansão consiste na tendência à queda das taxas de lucro nas economias do centro, onde predomina o salariato, uma forma de remuneração que *impõe restrições à lucratividade* e reforça o poder de barganha dos trabalhadores. A forma mais rentável, para Wallerstein, não é uma cadeia de mercadorias onde *toda* a produção é baseada no trabalho assalariado, mas sim uma cadeia mais complexa, que envolve formas distintas de remuneração do trabalho, tais como as famílias camponesas onde apenas parte dos seus rendimentos é adquirida sob a forma de salário ou, entre os séculos XVI e XIX, com os circuitos econômicos que envolviam a servidão e a escravidão como parte do processo de valorização. A difusão do trabalho assalariado impele, portanto, a ocupação de novas zonas, que devem garantir níveis mais elevados de remuneração ao capital, exatamente por permitir a inclusão de trabalhadores com um regime de remuneração diferente do

³⁶⁵ cf. “world-system” in: Tom BOTTOMORE (Ed.) *A Dictionary of Marxist Thought* 2a. ed. Basil Blackwell, s/d p. 590-1.

salariato. No entanto, o próprio mecanismo que induz à expansão da economia-mundo faz com que, no longo prazo, o salariedade tenda a preponderar também nas novas zonas incorporadas. Assim, a própria expansão desenfreada da economia-mundo esgotou, no século XX, as possibilidades de crescimento extensivo e, por causa disto, o sistema aproxima-se de sua crise final: a progressiva erosão das formas alternativas de remuneração pelo salariedade reduz a rentabilidade do capital e, deste modo, engendrará a crise terminal da economia-mundo capitalista. A proximidade com a concepção de Rosa Luxemburgo é evidente: como vimos, para ela, o imperialismo é engendrado pela luta desesperada entre as potências pelo controle da zona não-capitalista que, uma vez esgotada, traria a ruína do capitalismo.

Por fim, ao subordinar a questão do imperialismo às necessidades de expansão e à estrutura da economia-mundo, Wallerstein se aproxima cautelosamente de Arghiri Emmanuel.³⁶⁶ Segundo Wallerstein, a economia-mundo capitalista só se expande porque suas subunidades – principalmente os estados, mas também as grandes empresas transnacionais – impõe às novas regiões um sistema de *trocas desiguais*: “Se pensarmos as trocas entre o centro e a periferia de um sistema capitalista como uma troca entre produtos de alto valor [high-wage] e produtos de baixo valor [low wage], isto resulta nas ‘trocas desiguais’ tais como concebidas por Emmanuel, onde o trabalhador da periferia precisa trabalhar por várias horas, em um dado nível de produtividade, para obter um produto produzido um trabalhador de uma país central em uma hora. E vice versa. Mas este sistema só apresenta uma propensão *necessária* à expansão do mercado mundial se

³⁶⁶ cf. Arghiri EMMANUEL *Unequal Exchange: A Study of Imperialism of Trade* trad. Ing., Nova York: Monthly Review Press, 1972 [ed. Original: 1969]. Neste livro, Arghiri Emmanuel contesta a teoria das vantagens comparativas desenvolvida por David Ricardo, partindo de cinco premissas básicas: 1) nas relações entre estados, o trabalho é imóvel e o capital é móvel; 2) a mobilidade de capitais gera a *tendência à equalização das taxas de lucro*. 3) Tal equalização nunca se efetiva porque, como o trabalho é imóvel, *os salários acabam se comportando como uma variável independente*; 4) Algumas mercadorias são produzidas apenas por alguns países centrais (consistem, portanto, *valores de uso irredutíveis*); 5) a variação das faixas salariais entre o centro e a periferia é *maior do que a diferença de produtividade*. O aspecto crucial é que, para Emmanuel, esta diferença de salários é *acidental* – isto é, está ligada às peculiaridades locais e à forma com que o capitalismo se difundiu pelo globo. As trocas desiguais entre o centro e a periferia ocorrem porque, apesar das diferenças nas *taxas de exploração* (que é maior na periferia), as trocas internacionais geram a *equalização das taxas de lucro*, fato que, na prática, transfere *valor da periferia para o centro*. Portanto, a verdadeira base das trocas desiguais é a *diferença artificial dos níveis salariais*: “a diferenciação nos salários ocorre devido à competição imperfeita do fator trabalho, causada pelas distâncias e pelas *fronteiras políticas*, e é proporcional à imperfeição desta competição”. *Ibid* p. 163 (grifo meu). Como a redução do valor do trabalho na periferia desencoraja a inovação tecnológica – e o inverso ocorre no centro – as trocas desiguais não só persistem, como tendem a se intensificar, promovendo o crescimento do centro e retardando o desenvolvimento da periferia.

sua consideração primária for o lucro. Sem trocas *desiguais*, não seria *lucrativo* expandir o escopo da divisão do trabalho. E sem esta expansão, não seria lucrativo manter uma economia-mundo capitalista, que neste caso iria se desintegrar ou ser revertida em um império-mundo.”³⁶⁷ Portanto, para Wallerstein, a *sobrevivência da economia-mundo capitalista só foi garantida por sua grande capacidade de expansão*: a constante incorporação de novas áreas evitou que suas contradições internas atingissem o limite. No entanto, a inovação da análise de Wallerstein, que o afasta de Arguiri Emmanuel, diz respeito exatamente ao papel da semi-periferia em um sistema como este: suas relações comerciais atuam *nas duas direções*. Deste modo, a semi-periferia atua como centro em suas relações com a periferia e como periferia em suas relações com o centro. É por poderem recorrer a estas relações de duplo sentido que tais estados se afastam da periferia e conseguem obter níveis de rendimento e margens de lucro intermediárias. Logo, o *ajuste* do comércio exterior – o equilíbrio em suas relações com a periferia e com o centro – é um fator decisivo na performance de um país semi-periférico. A peculiaridade é que, neste caso, o interesse preponderante é a *redução do comércio exterior em favor do seu mercado interno*. Como, nas condições em que se encontram, tais estados não podem elevar a sua participação no mercado mundial ocupando um espaço maior no centro, a sua posição só pode ser mantida (ou melhorada) *reduzindo a sua dependência do mercado mundial*. A elevação desta dependência significaria, para este tipo de estado, nas condições vigentes, a regressão à uma condição periférica. Portanto, nos países semi-periféricos, as suas máquinas de estado encontram menos resistência para *controlar a economia nacional* e, deste modo, desenvolver políticas destinadas a galgar posições e ocupar uma posição central na economia-mundo.³⁶⁸ Mas, como o mercado em um sistema-mundo é essencialmente um jogo de soma-zero, todo estado que “se desenvolve” o faz em detrimento de outros estados ou das demais regiões situadas no interior ou entre estados. Em suma: a existência de estados semi-periféricos atua como uma espécie de amortecedor dos choques entre o centro e a periferia e, exatamente por

³⁶⁷ Immanuel WALLERSTEIN “Dependence in a interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world-economy” *The Capitalist World-Economy* cit. p. 71.

³⁶⁸ Esta menor resistência à ingerência do estado prepondera nos *momentos de contração do sistema-mundo*, onde a luta pela realocação dos papéis se torna mais aguda. A participação do Estado é decisiva tanto na passagem de um Estado semi-periférico ao centro quanto na passagem de um país periférico à semi-periferia: “A ‘politização’ das decisões econômicas é mais operacional para os estados semi-periféricos nos momentos de transformação efetiva de *status*, que são dois: (1) na passagem efetiva de uma condição periférica à semi-periférica (2) no reforço de um país semi-periférico ao ponto onde ele pode reivindicar uma posição entre os membros do centro.” *Ibid* p. 72.

isto, ajuda a preservar a economia-mundo. Ao mesmo tempo, por pressionar continuamente os países do centro, a semi-periferia atua como um importante *indutor* da competição econômica internacional que, nos períodos de contração econômica (fase-b dos ciclos de Kondratieff), se transformar em competição militar.

4 – O Império Português

Portugal, apesar de inaugurar a expansão ultramarina do início da era moderna, não foi capaz de acompanhar os países europeus que foram mais bem sucedidos no estabelecimento de uma economia industrializada e dinâmica. Para Jorge Pedreira, este fato torna bastante peculiar a discussão historiográfica sobre o império português. Este debate está centrado na noção de *decadência*,³⁶⁹ e gravita em torno de dois pólos: a) Portugal não se desenvolveu porque, ao construir o império, as verdadeiras bases da riqueza nacional foram menosprezadas; b) a decadência de Portugal deve-se principalmente ao fato de os vastos recursos derivados do império não terem sido utilizados corretamente. Assim, como as causas da regressão econômica portuguesa representam um dos temas mais discutidos em Portugal, a vinculação deste assunto à avaliação das conseqüências do império é praticamente inevitável.³⁷⁰ Sem ter em mente a polarização acima referida, é, na opinião de Pedreira, impossível compreender o debate sobre a natureza e as conseqüências da construção e da derrocada do império português.

Feita esta observação, podemos prosseguir. O império português começou a ser construído quase um século antes da viagem de Colombo, que simboliza o início da expansão ultramarina. A construção do império inicia-se com a captura de Ceuta (1415),

³⁶⁹ Pedreira, retomando a obra de Vitorino Magalhães Godinho, recorda que a noção de decadência, profundamente enraizada na historiografia portuguesa, origina-se já no século XVI. *cf.* “To Have...” *cit.* p.94. Em um estudo anterior, Jorge Pedreira aprofunda este tema: “Sucessivamente glosado e comentado, assumindo formas diferenciadas, adquirindo fisionomias diversas consoante os tempos, transfigurando-se através de sucessivas apropriações e manipulações, ao sabor dos interesses e circunstâncias, o mito da decadência converteu-se ao longo de séculos um utensílio mental particularmente eficaz para transcrever em termos simbólicos as representações do destino nacional. Numa cultura em que escasseiam utopias que antecipam o futuro, projetou-se no passado a almejada prosperidade, que se confundiu por vezes com uma Idade de Ouro igualmente mítica. Mas nem por isso o mito deixou de ser mobilizador, porque apelava à intervenção social através da idéia de regeneração, que forma o reverso da decadência e funciona como o seu contraponto.” *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Linda a Velha*: Difel, 1994 p. 10-1. Sobre as peculiaridades da noção de decadência e, principalmente, o contraponto entre decadência e *revolução*, consultar José Jobson de Andrade ARRUDA “Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII” *Revista USP* no. 46 (2000) p. 66-9. Retomaremos esta discussão em um momento mais oportuno.

³⁷⁰ *cf.* Jorge PEDREIRA *Estrutura Industrial...* *cit.* p. 95. Mas, ainda de acordo com Pedreira, embora talvez esta vinculação seja mais explícita na historiografia portuguesa, ela está presente na avaliação do papel do império para qualquer economia: “Em primeiro lugar, é necessário lembrar que estas questões [as conseqüências econômicas do império] estão imersas no interminável *debate ideológico* sobre o desenvolvimento das nações. Por exemplo, não é fácil evitar o julgamento dos impérios como inerentemente bons ou maus, e esquivar-se da noção predominante de que eles são estruturas malignas que repousam em um certo tipo de violência, de modo que não é decente que qualquer nação tenha construído sua riqueza com base nele.” *Ibid* p. 93 (grifos meus).

no Marrocos e começa a ganhar traços mais definidos com a ocupação de outras cidades marroquinas, com a conquista e povoamento da Ilha da Madeira, dos Açores e, de forma mais significativa, com as explorações da costa ocidental africana que, em 1487, culminam na dobra do cabo da Boa Esperança. Estas explorações foram acompanhadas pelo estabelecimento de empreendimentos econômicos, tais como o comércio de têxteis, cavalos e cereais, o apresamento de escravos, a introdução da cana de açúcar na Ilha da Madeira, o comércio de marfim, ouro etc. “Muito antes da viagem de Colombo – escreve Pedreira -, portanto, um império ultramarino já havia sido construído pelos portugueses. Um império que já dispunha de uma variedade de estruturas e de modelos que futuramente seriam encontrados em outros impérios europeus: desde as fortalezas erigidas no Marrocos às colônias de povoamento e as *plantations* nas Ilhas Atlânticas; e, abaixo da costa oriental da África, da pilhagem ao comércio de escravos e do comércio de bens luxuosos (pimenta malagueta e marfim) à busca do *bulliôn*. Além do mais, algumas interconexões entre várias partes do império já haviam sido estabelecidas.”³⁷¹ Assim, no final do século XV Portugal já detinha um império relativamente vasto e diversificado. Mas as viagens de Vasco da Gama fizeram com que o comércio direto com a Índia colocasse na penumbra todos os demais empreendimentos comerciais e militares portugueses.

É neste período que a porção oriental do império português começa a consolidar-se e sua estrutura básica a entrar em operação. O comércio de bens de luxo (especiarias, drogas, jóias, etc.) formava a base do império oriental. Estas mercadorias – pagas predominantemente com prata - eram transportadas para Lisboa e redistribuídas pela Europa. Para tentar controlar o comércio com a Índia, os portugueses tiveram de enfrentar os seus rivais (muçulmanos e mercadores europeus), manter uma frota no Oceano Índico e construir fortes e entrepostos em pontos estratégicos situados em uma ampla zona, compreendida entre a costa oriental africana e a China. As esquadras e as bases terrestres compunham o *Estado da Índia*, uma estrutura imperial que visava controlar e taxar todo o comércio e a navegação no Oceano Índico. “Os portugueses – escreve Pedreira - tentaram impor o uso dos entrepostos sob seu controle (onde prestações consuetudinárias eram exigidas) e uma renda foi constituída (que, por meios legais ou pela corrupção, chegava ao Estado e aos Oficiais da Corte) com a venda da proteção a todos os navios que cruzavam o Oceano Índico. Além disto, eles também tentaram colher os frutos do comércio de carreação asiático, organizando viagens comerciais ao longo de

³⁷¹ *Ibid* p. 96.

rotas preestabelecidas (“carreiras”) como, por exemplo, a que ia de Goa a Macau e a Nagasaki.”³⁷² Além deste controle, para que o monopólio português da rota marítima para a Índia fosse preservado, era necessário manter obstruída a rota das especiarias do Levante.

Em meados do século XVI, esta estrutura imperial começou a ruir. Os portugueses, apesar dos seus esforços, jamais conseguiram fechar completamente a rota do Levante, que voltou a fluir no último quartel do século XVI, reabastecendo o comércio mediterrânico de especiarias. Ao mesmo tempo, com ataques aos navios lusitanos, os ingleses e os holandeses começaram a erodir o domínio português sobre a rota marítima para a Índia, até então dominada por Portugal. Para agravar o quadro, apesar do vasto aparato militar-burocrático construído para controlar as transações mercantis na Ásia, os mercadores portugueses conseguiram escapar do controle do Estado e começaram a realizar empreendimentos próprios, vinculando-se às redes mercantis locais. As freqüentes derrotas no mar, a agressiva concorrência das Companhias de Comércio inglesas e holandesas, em conjunto com o incremento da autonomia dos mercadores portugueses engendraram o declínio do império oriental português.³⁷³

Mas, enquanto estes eventos se passavam no Oriente, um novo império, organizado de forma completamente diferente, já estava sendo construído pelos portugueses: não era baseado em entrepostos comerciais e no comércio de bens luxuosos, mas sobretudo na ocupação territorial, no povoamento e na organização da produção por intermédio das *plantations*. Este novo império foi construído no Atlântico, nas regiões até então negligenciadas pela Coroa: “Por mais de meio século após a sua descoberta, o Brasil era uma colônia negligenciada, proporcionando quase nada, exceto pau-brasil. O cultivo da cana de açúcar, que iniciara-se por volta de meados do século XVI, foi difundido depois de 1570. Como a escravização dos nativos esbarrou em várias dificuldades, a escassez de trabalho foi resolvida com a importação de escravos da África. Em 1570, existiam dois ou três mil negros no Brasil. Antecipando melhores condições, plantadores de São Tomé moveram-se para o Brasil. As *plantations* de açúcar, futuramente complementadas com tabaco e com a criação de gado; em conjunto com o comércio de escravos, rapidamente proporcionaram a fundação do novo império atlântico

³⁷² *Ibid* p. 97

³⁷³ *cf. id;ibid* p. 96-8.

português, que uniu o Brasil à Guiné e a Angola".³⁷⁴ Este império, enfrentando guerras dispendiosas (ex.: ocupação do Nordeste do Brasil pelos Holandeses) e crises recorrentes, derivadas da instabilidade da procura pelos gêneros tropicais (ex.: longa recessão de 1668-90), consolidou-se e chegou a se expandir significativamente. A vitalidade do império chega ao auge no final do século XVII, quando a recuperação do comércio envolvendo os produtos coloniais foi suplementada pela descoberta de ouro e de diamantes no Brasil.³⁷⁵

Entretanto, na década de 1760, a situação do império português sofre novas transformações: os indícios de esgotamento do ouro e dos diamantes detonaram uma aguda crise. No entanto, a economia portuguesa conseguiu recuperar-se, intensificando o comércio com a Ásia e, fundamentalmente, apoiando-se na renovação do comércio com o Brasil. A nova expansão da demanda europeia por algodão e açúcar revitalizou a economia portuguesa, e isto estimulou a exportação de produtos portugueses para as suas colônias: para obter os produtos tropicais, os mercadores portugueses, além da reexportação de manufaturados e gêneros alimentícios estrangeiros, passaram a exportar mercadorias lusitanas (industriais e agrícolas). A neutralidade de Portugal nos conflitos europeus gerou um período de prosperidade para o império português. Aproveitando-se da crise enfrentada pelas demais metrópoles, Lisboa voltou a ser um dos principais portos de reexportação de produtos orientais. Ao mesmo tempo, a intensificação da procura dos produtos brasileiros fomentou o tráfico negreiro. Em conjunto, estes eventos reunificaram a malha comercial que punha em contato o Brasil, a África e a Ásia. Mas, como nota Jorge Pedreira, esta prosperidade foi momentânea: "O comércio colonial português (que repousava na neutralidade) operava em uma balança muito delicada. Enfrentando demandas contraditórias da França e da Inglaterra, Portugal foi finalmente invadido e ocupado por tropas francesas em 1807. Durante os próximos anos, constrangido inicialmente pelo bloqueio marítimo britânico e depois pelas calamidades da guerra, o império luso-brasileiro entrou em colapso. A família real, ao desembarcar no Brasil, por necessidade, suspendeu o sistema colonial em 1808, mas ele jamais foi restaurado. Sob a nova estrutura comercial, Portugal não poderia mais servir como o *entrepôt* mandatário

³⁷⁴ *Id; ibid* p. 98

³⁷⁵ "É certo que o Brasil nunca deixou de ser um economia de *plantation* (inicialmente açúcar, tabaco e depois algodão e café), mas durante a primeira metade do século XVIII o ouro tornou-se, de longe, o recurso vital mais importante do império português. O ouro brasileiro, legalmente comercializado ou contrabandeado para a

para a produção do Brasil, e, mesmo com a breve e parcial recuperação engendrada entre 1814 e 1818, a alienação entre Portugal e Brasil tornou-se inevitável: o império tinha chegado ao fim.”³⁷⁶Portugal estava, neste momento, construindo um novo império na África, que, no Congresso de Madri, foi estudado por Pedro Lains. Não entraremos em detalhes sobre este tópico, pois ele extravasa o âmbito do nosso estudo. Temos apenas de ressaltar, nas palavras de Pedreira, que isto confirma a peculiaridade da “via portuguesa”: o papel de pioneiro e a habilidade de construir novas estruturas imperiais sem destruir completamente as anteriores. Estas estruturas – em parte consecutivas, em parte concorrentes – operavam em condições geográficas distintas e com aparatos institucionais diferentes (guerra e pilhagem, povoamento, *plantations*, extração de ouro, organização do comércio de bens luxuosos). Como cada transição sucessiva envolvia múltiplos custos de ajustamento, qualquer avaliação das conseqüências de longo prazo do império teria de levá-las em conta, principalmente porque cada uma destas experiências históricas tiveram implicações econômicas diferentes.

4.1 - As conseqüências econômicas do império português na era do mercantilismo

4.1.1 – A Expansão do Mercado e o suporte do Estado

Apesar dos “custos de ajuste”, a sucessão de estruturas imperiais que descrevemos seguramente favoreceu a integração econômica no âmbito do império e, também, da economia metropolitana tomada isoladamente. As viagens portuguesas abriram diversos mercados novos, que além de servirem de escoadouro para as exportações portuguesas tradicionais (vinho, sal, óleo de oliva, peixe e frutas secas), permitiram o desenvolvimento do comércio oceânico, que formou a base para a construção de uma vasta rede de reexportação, que envolvia a venda de produtos tropicais e asiáticos para algumas nações européias e de produtos europeus para o ultramar. Estas atividades mercantis – particularmente a demanda por gêneros coloniais – certamente ampliaram a inserção de Portugal no espaço econômico de Europa Ocidental. No entanto, a relação entre o império e a divisão social do trabalho é um pouco mais

Europa, foi certamente de importância fundamental para oferta européia (e principalmente britânica) de *bullion* neste período.” *Id;ibid* p. 98

³⁷⁶ *id;ibid* p. 99.

complexa: “Os benefícios deste desenvolvimento do comércio são óbvios. A aquisição de mercadorias a custos menores representava uma economia líquida de recursos, e a abertura de novos mercados e as oportunidades para a integração econômica permitiram o desenvolvimento da divisão do trabalho e da especialização. Entretanto, sobre todo o período em consideração, a promessa da especialização não foi cumprida plenamente. Embora algumas mercadorias e informações fluíssem facilmente entre cidades, países e até mesmo entre continentes, o comércio livre levou muito tempo para emergir, e a circulação esteve sujeita a controles políticos, à interferência do Estado e das outras potências.”³⁷⁷ O controle administrativo e a interferência econômica do Estado, que detinha ou concedia o monopólio dos empreendimentos mais lucrativos pode ter, de fato, constrangido a especialização e obstruído a elevação da produtividade. A figura do fidalgo-mercador ilustra bem como a diferenciação social dos agentes econômicos era incompleta, e, também, como esta característica desencorajava os empreendimentos puramente mercantis. No entanto, é difícil estabelecer uma vinculação causal direta entre o império e a interferência do Estado na economia. É evidente que, sem a participação do Estado, o império não poderia ter sido construído. Contudo, sem o império, é bem possível que a interferência do Estado na economia permanecesse nos mesmos níveis.³⁷⁸

O papel do império na construção e no suporte do Estado é um pouco mais evidente. Pedreira afirma que, pelos menos depois da restauração da independência em 1640, foi o império que garantiu a sobrevivência de Portugal como um Estado independente. A construção do Estado e o desenvolvimento do comércio marítimo, desde o início, estiveram intimamente relacionados. O aparato militar e burocrático estatal comandou a expansão territorial e ultramarina, a qual, por sua vez, forneceu os meios para o fortalecimento do centro político.³⁷⁹ O império oriental, antes da restauração, garantia a maior parte das receitas da Coroa, embora nem toda renda proveniente do comércio marítimo estivesse relacionada ao império. Pedreira, baseando-se em dados fornecidos por Vitorino Magalhães Godinho, estima que em 1518-1519, o comércio marítimo gerava cerca de dois terços dos recursos do Estado. Parte deste montante derivava do comércio costeiro de Portugal com outras nações europeias, mas é importante frisar que, mesmo levando isto em conta, as especiarias asiáticas e o ouro

³⁷⁷ *id; ibid* p. 100.

³⁷⁸ *cf. id; ibid* p. 101.

³⁷⁹ *cf. id; ibid* p. 102

africano geravam mais da metade dos recursos da Coroa.³⁸⁰ No período compreendido entre a segunda metade do século XVII e meados do século XVIII, o Brasil tornou-se a maior fonte de rendimentos do Estado português: na época de Pombal, cerca de 40% dos impostos e tarifas recolhidas pela Coroa derivavam desta colônia.³⁸¹ Mas a importância das colônias e do comércio ultramarino no âmbito do império para a construção e para o fortalecimento do Estado português não fica restrita aos recursos em si: ao externalizar as fontes de financiamento, o aparelho estatal pôde concentrar poder sem ter de barganhar ou entrar em um confronto direto com os “sujeitos mais proeminentes e com as instituições poderosas”.³⁸² Portanto, com base no que já foi exposto, podemos concluir que, para Pedreira, o império exerceu uma influência *positiva* sobre a estrutura estatal portuguesa: “Se a construção do Estado moderno é vista como um fator positivo no desenvolvimento de longo prazo da economia, o império, por sustentar o Estado, certamente contribuiu para a modernização tanto da economia quanto da estrutura política. Mas, em Portugal, o governo não executou este papel com perfeição. Ele restringiu a violência privada e estabeleceu os fundamentos do sistema legal e judicial (que deve ter favorecido a realização dos contratos privados). Ele também forneceu a infraestrutura básica (estaleiros, portos, depósitos, manufaturas), introduziu um certo grau de previsibilidade nas atividades econômicas, e intensificou a confiança na economia (...). Entretanto, ele não restringiu ou não pôde restringir a interferência da Inquisição, que perseguiu mercadores de linhagem judaica e, freqüentemente, confiscou seus bens, forçando muitos a migrarem. O governo português também falhou em eliminar os obstáculos aos empreendimentos privados(...). Além do mais, o fato de o próprio Estado ter agido como um empreendedor e de ter monopolizado os setores do comércio mais lucrativos não promoveu a difusão de mercadores independentes.”³⁸³ Assim, de acordo com Pedreira, os descaminhos da economia e do Estado português não podem ser atribuídos diretamente à existência do império, mas sobretudo às peculiaridades da sociedade portuguesa: foram estas peculiaridades que explicam porque Portugal não

³⁸⁰ cf. *ibid.*

³⁸¹ “Como resultado da crise nas décadas de 1760 e 1770 – escreve Pedreira – esta proporção deve ter sofrido um decréscimo marginal, mas isto não transformou a estrutura fiscal. A importância crítica das colônias e do comércio ultramarino para o suporte do Estado persistiu até o final do império luso-brasileiro.” *ibid.* p. 102-3.

³⁸² “No século XV, enquanto os demais Estados europeus estavam sujeitos a acirrados conflitos domésticos, Portugal desfrutava de um período relativamente pacífico. A relativa estabilidade interna permitiu ao Estado aprimorar suas funções distributivas e ampliar a sua capacidade empreendedora, e pôr alguma ordem na profusão de governantes, grupos de status e de leis, assim como pôde reformar a justiça.” *Id; ibid* p.103

³⁸³ *id; ibid* p. 103-4

conseguiu completar o seu processo de industrialização. Este ponto será retomado logo à frente, onde teremos a oportunidade de relacionar o Congresso de Madri com a historiografia luso-brasileira recente sobre o impacto econômico que a independência do Brasil exerceu em Portugal

4.1.2 - A influência do Império sobre a Agricultura e a Indústria Portuguesa

A produção agrícola lusitana durante o Antigo Regime e o início da era Moderna caracterizou-se pela incapacidade de satisfazer a procura interna de gêneros alimentares essenciais, tais como cereais, farinha, queijo e manteiga. Portanto, este déficit nos gêneros alimentícios tinha de ser contrabalançado com importações da Europa e do Ultramar. Em Portugal, a importação de grãos do Mediterrâneo e do Norte da Europa remonta à Idade Média. A expansão ultramarina influenciou este padrão de duas formas: 1) gerando novas fontes de suprimento, particularmente nas ilhas atlânticas e no sul do Marrocos; 2) gerando fundos, pelo comércio colonial, que permitiram o incremento da importação de alimentos, sustentando desta forma a expansão populacional em Lisboa e preservando as demais características demográfico-sociais lusitanas. Mas, segundo Pedreira, esta linha de desenvolvimento não repousava exclusivamente na expansão do império, pois a maior participação de Portugal no comércio europeu também baseou-se em mercadorias portuguesas tais como vinho e sal, com as quais era possível obter cereais, têxteis, madeira e até mesmo prata.³⁸⁴ Há, entretanto, vínculos mais diretos entre o império e a transformação da agricultura. No século XVI, a introdução do milho no noroeste de Portugal gerou uma série de consequências econômicas importantes.³⁸⁵ Esta

³⁸⁴ cf. *ibid* p. 111. “No longo prazo, – complementa Pedreira – gêneros alimentícios (grãos, peixe, manteiga, queijo) formavam a maior parte das importações portuguesas, e isto expunha as deficiências da produção alimentar nacional. Ao mesmo tempo, o Vinho e o Óleo de Oliva português encontraram novos pontos de saída nos mercados ultramarinos, mas o acréscimo da demanda (embora tenha encorajado a extensão da produção) não gerou transformações estruturais vastas. De fato, a extensão dos vinhedos no Vale do Douro ocorreu muito depois, na segunda metade do século XVII, como resultado da forte conexão com um país europeu (Inglaterra), e não deve nada ao Império, que até o século dezanove ocupava uma parcela muito pequena do mercado de Vinho do Porto” *ibid*

³⁸⁵ Jorge Pedreira apóia-se em Vitorino Magalhães Godinho e em Orlando Ribeiro para contestar a idéia de que a introdução do milho na Europa não desencadeou transformações importantes. Como representantes da tese da irrelevância da introdução do milho, Pedreira cita dois autores: Paul HOHENBERG (“Maize in French Agriculture” *Journal of European Economic History* No. 6 (1977)) e Wolfgang REINARD (“The European discovery of the world and its economic effects on the pre-industrial society. The West: economic change in the Atlantic triangle” in: POHL, H. (ed.) *The European Discovery of the World and its Economic Effects on the Pre-Industrial Society* Stuttgart, 1990).

nova cultura, por gerar um maior nível calórico por lote de terra cultivado, permitiu o acréscimo da densidade populacional na região e, além disto, fomentou a emigração e a concentração da população nas cidades, gerando um novo padrão que, de acordo com Pedreira, perdurou até o século XX.³⁸⁶ No entanto, recorrendo a uma hipótese contrafactual, este autor minimiza o vínculo entre a introdução do milho e o império português: “Esta nova cultura indubitavelmente veio do ultramar. O milho pode ter sido trazido diretamente da África pelos exploradores e mercadores portugueses, mas ele também pode ter vindo da América Espanhola. Assim, a conexão com o império é incerta e, mesmo que a conexão pudesse ser estabelecida com certeza, é perfeitamente plausível imaginar que, caso Portugal não tivesse embarcado na expansão ultramarina, mesmo assim o milho poderia ter sido introduzido pela Espanha”³⁸⁷ Desse modo, de forma apressada, Pedreira conclui que, a despeito da introdução do milho, a agricultura portuguesa *não* foi influenciada profundamente pela expansão ultramarina.

Mas Jorge Pedreira está correto ao afirmar que este é um problema menos relevante, pois o cerne do problema reside na influência do império sobre a indústria. Porém, antes de tratarmos desta questão, é importante retomarmos a descrição de Jorge Pedreira sobre a peculiaridade do processo geral de industrialização em Portugal, analisado em *Estrutura Industrial e Mercado Colonial*. No período retratado pelo autor ocorreram dois grandes surtos manufatureiros, ambos estimulados pela deterioração da situação econômica e das finanças do Estado. O primeiro deles tem início na segunda metade do século XVII e praticamente desaparece por volta de 1690, quando inicia-se um novo período de prosperidade geral. O fim desta fase de prosperidade engendra o segundo surto manufatureiro, que tem início em meados do século XVIII, sob o comando do Marquês de Pombal. Embora incapaz de levar a cabo a industrialização portuguesa, como veremos, este novo impulso teve efeitos muito mais duradouros do que o anterior.

O primeiro surto manufatureiro ganha força a partir de 1668, devido ao colapso das finanças públicas, motivado fundamentalmente pelo declínio dos rendimentos derivados do comércio colonial. A balança de pagamentos portuguesa era onerada pela importação de manufaturados, produtos de luxo (cuja demanda era estimulada pelo consumo conspícuo da aristocracia e do alto clero) e alimentos (como já observamos, a produção portuguesa era insuficiente para satisfazer o mercado interno). Os recursos

³⁸⁶ Cf. PEDREIRA, J. “To Have...” cit. p. 111.

³⁸⁷ *Ibid* p. 111-2

para fechar a balança provinham das exportações de gêneros metropolitanos (vinho, sal, frutos e azeite) e da reexportação para a Europa dos produtos coloniais. Assim, a vitalidade do comércio colonial era crucial para saldar as contas externas e financiar a Coroa portuguesa.³⁸⁸ A crise geral do século XVII afetou seriamente a economia lusitana: em primeiro lugar, a retração dos níveis de consumo na Europa e a dificuldade de conquistar novos mercados – os Estados europeus, frente à crise, reagiram com medidas protecionistas – determinaram a redução das exportações portuguesas. Como agravante, o preço dos produtos coloniais caiu de forma vertiginosa: “Depois de 1668 – escreve Pedreira –, iniciou-se uma fase de descida de preços que teve maior incidência nos gêneros coloniais. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, ‘houve um colapso espetacular’, Com efeito, em vinte anos o valor do açúcar brasileiro quebrou 65% e o do tabaco 41%. *Os estorvos no escoamento destes artigos são a causa direta desta conjuntura depressiva.* O reforço das políticas protecionistas e dos regimes monopolistas dos Pactos Coloniais, inspirado pelo desenvolvimento das orientações mercantilistas, e o primeiro estabelecimento – por holandeses, ingleses e franceses – de economias de plantação nas Índias Ocidentais, vieram expulsar os produtos brasileiros de uma boa parte dos mercados tradicionais. A esfera produtiva (...) defronta os problemas de uma estrutura mal dimensionada (excesso de produtores em relação ao mercado solvente) e da pressão fiscal de um Estado que procura mais e mais receitas”³⁸⁹

Esta conjuntura desfavorável produziu uma aguda crise fiscal e reduziu drasticamente a capacidade de importação dos portugueses. Para combater o desequilíbrio econômico, como era difícil elevar as exportações, o Estado teve de reduzir as importações. Mas esta não era uma tarefa fácil. A importação de gêneros alimentares não poderia ser reduzida de forma rápida: tal medida geraria uma escassez de alimentos que poderia por em risco a ordem social. Fomentar a produção nacional de alimentos também era um procedimento arriscado: além de não render efeitos no curto prazo, esta linha de ação poderia contrariar os interesses da Igreja e da Aristocracia.³⁹⁰ Frente a este quadro, no entender de Pedreira, restou apenas uma alternativa: “Seria portanto mais fácil, e era, de resto, mais concebível, que os governantes procurassem reduzir a entrada de produtos industriais alheios, substituindo por artigos nacionais aqueles que se mostrassem essenciais para o consumo privado mas, antes de mais, para o gasto do

³⁸⁸ cf. Jorge *Estrutura Industrial...* cit. p. 24

³⁸⁹ *ibid.* p. 23

Estado. O traçado das próprias medidas demonstra que o objetivo primacial é, de fato, a contenção das importações. Não se procede à elevação da proteção pautal à produção da indústria nacional – que, nos termos do tratado de 1654, era impossível em relação às manufaturas inglesas, mas aceitável para as de outros países – antes se proíbe pura e simplesmente a partir de 1677, em sucessivas leis, chamadas *pragmáticas*, o uso dos artigos de importação.³⁹¹ As pragmáticas incidiam substancialmente sobre produtos dispensáveis, tais como bens de luxo. Os demais produtos, enquanto não fossem substituídos pela produção nacional, tinham de ser ainda importados. Em suma: a política adotada foi uma combinação de restrição à importação de bens determinados e fomento à produção nacional através de subsídios e até mesmo inversões diretas da Coroa na produção. Deste modo, o projeto só poderia obter resultados duradouros se a economia lusitana respondesse positivamente aos estímulos à industrialização, produzindo em Portugal os bens que oneravam a balança comercial.

A razão de Estado – isto é, de um Estado monárquico e aristocrático³⁹² – determinou os critérios de relevância que estabeleceram os parâmetros que comandaram o processo de fomento manufatureiro: a prioridade era dada aos setores tidos como “estratégicos”. As ferrarias de Figueiró dos Vinhos e de Tomar passaram a produzir munição e peças de artilharia, instituída por um *regimento* decretado em 1655 e comandada por um técnico francês recrutado pela Coroa. A produção de pólvora foi concentrada em Bacarena. Mas os estímulos não ficaram circunscritos apenas às manufaturas ligadas às atividades militares: em Lisboa, em 1670, foi autorizada a construção de uma manufatura de Vidros Venezianos amplamente subsidiada pelo Estado. Nos mesmos termos, a Coroa tentou alavancar a indústria de seda e de chapéis finos, mas os resultados foram modestos. A *cordoaria* foi outro setor estimulado pelas pragmáticas que, segundo Pedreira, não recebeu o merecido destaque na historiografia. Neste caso, foram criados regimentos que estimularam o fornecimento de matéria-prima e a centralização da produção das feitorias de cânhamo-linho de Santarém, Moncorvo e Coimbra. Indiretamente as disposições gerais estimularam a produção domiciliar de panos de linho, que concentrava-se no nordeste de Portugal. Mas, ainda de acordo com

³⁹⁰ cf. *ibid* p. 24-5

³⁹¹ *ibid* p. 25

³⁹² “O fomento manufatureiro – atribuído ao conde de Ericeira e, por vezes, também ao marquês de Fronteira, mas que em parte lhes é anterior – elegeu os setores que ou tinham uma importância fulcral para o

Pedreira, foi “nos lanifícios que o programa manufatureiro exerceu mais vasta influência”. Foram construídas novas unidades na Serra da Estrela e no Alentejo, regiões onde já havia tradição na produção de lã e disponibilidade de matéria-prima. Em Covilhã e Estremoz, sob protesto dos pequenos produtores domiciliares, foram criadas grandes manufaturas centrais e, para escoar a produção de Covilhã, uma loja especializada em Lisboa.³⁹³

Houve, é claro, dificuldades e uma forte oposição ao projeto de fomento manufatureiro. Começaremos pelas dificuldades no âmbito do comércio internacional: as pragmáticas dificultaram ainda mais a penetração do açúcar e do tabaco no mercado europeu. Em um clima de protecionismo generalizado, os demais Estados, muitas vezes, para importar estes produtos de Portugal exigiam como contrapartida compensações – isto é, a remoção plena ou parcial dos obstáculos à penetração em Portugal dos seus produtos - que não podiam ser aceitas sob pena de inviabilizar o processo de reestruturação da produção em curso. Os obstáculos internos também não eram desprezíveis. A aristocracia e o alto clero se sentiram lesados com as restrições à importação dos bens de luxo, pois julgavam que o consumo conspícuo e a ostentação eram parte de seus privilégios e, sobretudo, sinais de sua distinção social. Os pequenos produtores independentes, temendo pelo seu futuro, protestaram contra a criação de grandes unidades de produção. Por fim, como o projeto de fomento manufatureiro envolveu a utilização de capital que pertencia aos Cristãos-Novos, ele acabou por despertar o descontentamento do Tribunal do Santo Ofício. Além destas resistências de cunho social, Pedreira destaca duas dificuldades suplementares que exigiam uma atuação mais ativa do Estado: i) a carência de técnicos especializados em Portugal (fato que obrigava o dispendioso recrutamento de peritos estrangeiros); ii) a resistência dos empreendedores privados em investir nas manufaturas: um ramo considerado de risco e que, para os padrões da época, envolvia a imobilização de grande parte do capital em máquinas e instalações (capital fixo). No entanto, pela própria força das circunstâncias adversas, as resistências ao projeto foram vencidas e as dificuldades, na medida do possível, contornadas.

Mas todas estas transformações no tecido industrial foram revertidas com o fim da crise econômica geral que assolou a Europa e, particularmente, com a revitalização da

robustecimento do Estado, ou fabricavam artigos de luxo, de que não era possível privar inteiramente a aristocracia e os outros grupos poderosos” *ibid* p. 28

economia atlântica, que começa a delinear-se logo no final da década de 1680. De acordo com Pedreira, a nova fase de prosperidade vivida pelos portugueses deveu-se a algumas características: a) exploração de novas áreas geográficas; b) a subida do preço do açúcar e a exploração de novos produtos (o ouro brasileiro, em particular); c) recomposição da força do Estado, que garantiu a eficácia dos monopólios; d) a política de neutralidade portuguesa; e) a retomada da exportação dos vinhos portugueses, particularmente para o mercado britânico que, por motivos políticos, proibia de forma recorrente a entrada de vinhos franceses.³⁹⁴ Nesta conjuntura, as prioridades do Estado mudaram: o projeto de fomento à produção manufatureira foi substituído por uma política de reforço do pacto colonial (controle mais rígido da metrópole por intermédio das Companhias de Comércio, em conjunto com o reforço sobre a fiscalização da mineração no Brasil) e de intensificação da presença lusitana no comércio ultramarino. Assim, a mudança da conjuntura – isto é, a passagem da penúria à “prosperidade fácil da primeira metade de Setecentos” – determinou uma mudança radical de orientação do governo: a proibição sistemática da entrada de manufaturados estrangeiros que marcou o período 1670-80 foi abandonada no início do século XVIII, quando são reduzidas as tarifas aduaneiras e as manufaturas deixam de ocupar o centro das preocupações da Coroa.

Neste caso em particular, Jorge M. Pedreira aceita praticamente sem reservas o famoso – e controverso - modelo proposto por Vitorino Magalhães Godinho sobre a preponderância do investimento industrial durante a queda dos preços. Esta interpretação colide frontalmente com o difundido modelo forjado por E.J. Hamilton em meados do século XX. O único ponto em comum – que, na realidade, deriva de evidências empíricas – é a falta de sincronia entre a flutuação dos salários e o movimento dos preços. Para Hamilton, nas fases de alta acelerada dos preços, devido a rigidez dos salários, a taxa de lucro aumenta (a famosa “inflação dos lucros”) e permite uma maior acumulação de capitais. O acúmulo de capitais engendra um nível maior de investimentos e, portanto, acaba por induzir à difusão de inovações técnicas no processo produtivo. Vitorino Magalhães Godinho, por sua vez, inverte o raciocínio: para ele, a relação entre a alta dos preços e o crescimento dos lucros está correta. Mas não a inferência de que, nesta fase, o acúmulo de capitais favorece a inovação. Muito pelo contrário: isto ocorre principalmente na fase de queda dos preços. Devido à rigidez relativa dos salários,

³⁹³ cf. *ibid* p. 22-30

³⁹⁴ cf. *ibid* p. 31-3

quando os preços caem eles comprimem a taxa de lucro. Nesta situação, a parcela correspondente à mão de obra no custo total da produção aumenta consideravelmente, tornando vantajoso substituir a força de trabalho pela mecanização. Portanto, as inovações tecnológicas ocorrem como uma *reação aos períodos de depressão dos preços*. Este modelo, na opinião de Godinho, é o único que ajuda a explicar a cronologia das quatro tentativas de industrialização portuguesas: 1670/90, 1769/70; 1820/22; 1834/35. A explicação de Godinho pressupõe o comportamento cíclico da economia e, portanto, está ligada à polêmica em torno dos ciclos de longa e média duração que analisamos no capítulo 1. A dinâmica, no entender deste autor, é a seguinte: com a queda dos preços, como vimos, manifesta-se a tendência à inovação tecnológica. A mecanização de produção eleva a produtividade e, deste modo, a queda dos preços é contida. O desemprego – fruto da substituição de parte da força de trabalho por máquinas – reduz o poder de compra geral, invertendo a tendência: os preços, nesta fase, passam a subir. Como os salários não reagem imediatamente à subida dos preços, a taxa de lucro aumenta e permite uma maior acumulação de capitais. Neste ponto, surge a possibilidade de uma nova queda de preços, que dispararia a manifestação de outro ciclo.³⁹⁵

Analisaremos agora o segundo surto manufatureiro. A fase de prosperidade “fácil” do século XVIII não resolveu os principais problemas da economia portuguesa: a

Um esboço deste modelo encontra-se já em “Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro (1670-1770)” *Revista de História* Vol. VII (1953) p.74 e segs. (artigo publicado originalmente em *Vértice* (1951)). A explicação mais detalhada está situada em *Prix et Monnaies au Portugal* Paris: Armand Colin, 1955. Faltou ao autor uma análise mais refinada das peculiaridades do capital mercantil. O primeiro surto, que ele situa entre 1670/90, é típico do movimento do capital comercial: a redução da rentabilidade geral impede a manutenção da separação entre a produção e a circulação. Logo, os grandes empreendedores são forçados a investir diretamente nas atividades manufatureiras. Com a retomada do vigor econômico o capital comercial tende a destacar-se da produção, dominando-a apenas de forma oblíqua (os pequenos e médios produtores, por não contarem com um volume de riquezas suficiente, permanecessem diretamente envolvidos com as atividades produtivas). A explicação dos surtos subsequentes não se encaixa perfeitamente no modelo, por um motivo muito simples: porque o segundo surto (1769/70) é marcado pela consolidação do capital industrial na Grã-Bretanha, fato que altera radicalmente as condições: nesta altura, a era do capital mercantil está muito próxima do seu encerramento definitivo. Exatamente por isto, mesmo em Portugal – fato que, como veremos Jorge Pedreira destaca mas não tira todas as conclusões possíveis - os efeitos são mais duradouros e sobrevivem à “viradeira”. Recentemente, José Jobson de Andrade ARRUDA destacou esta inconsistência na obra de Godinho: “Sem dúvida, a explicação em tela corresponde ao cenário gerado pela crise geral do século XVII que, em Portugal, resulta na tentativa falhada da industrialização do Conde de Ericeira e do Marquês de Frenteira, no século XVII. Ao afirmar que ‘assim acontecera com a política pombalina do terceiro quartel do século XVIII’, Godinho homologiza a explicação repondo, para a segunda metade do século XVIII, o mesmo diagnóstico dado aos eventos relacionados com a crise econômica da segunda metade do século XVII, concomitantemente, reforça o potencial explicativo dos movimentos cíclicos do capitalismo. (...) A crise do século XVIII e a política industrialista que se segue não se inscrevem, meramente, no bojo de uma crise comercial. Seu significado, para Portugal e Brasil, é muito mais profundo.” “Decadência ou crise...” *cit.* p. 68-9

insuficiência da produção de alimentos, a ausência de um setor manufatureiro dinâmico e os déficits crônicos na balança de pagamentos. Na segunda metade do século XVIII, a crise dos rendimentos derivados da exploração colonial voltou a expor as deficiências da economia lusitana: “Depois do terremoto e do incêndio do 1º. De Novembro de 1755 que, entre outras destruições, consumiram a carga da última frota do Brasil que se encontrava ainda nos armazéns de Lisboa, outra vibração veio abalar as estruturas da economia imperial portuguesa. *O sistema do comércio colonial ameaçou ruir.* A quebra das remessas de ouro, sensível a partir de 1760, adquire extrema gravidade depois de 1764. A grande fonte de riqueza que facilitara as importações começava a esgotar-se. A dimensão dos problemas ampliava-se porque, à crise da extração de metal precioso – que, por si só, teria conseqüências funestas –, acresciam as dificuldades de outros eixos do comércio ultramarino: declinava a produção de alguns gêneros coloniais ou restringiam-se as suas possibilidades de colocação nos mercados internacionais.”³⁹⁶ A situação era ainda mais grave: antes mesmo do declínio da mineração, a produção de açúcar no Brasil havia recuado e a concorrência internacional aumentado consideravelmente. Dos produtos coloniais mais importantes, apenas o tabaco escapou da crise geral.

Com a redução do comércio e da entrada de metais preciosos, a circulação monetária sofreu uma forte contração. Algumas casas de negócios – nacionais e estrangeiras – abriram falência e as finanças públicas entraram em colapso, reduzindo brutalmente a capacidade de importação. De acordo com Pedreira, em meados da década de 1760, a entrada de produtos ingleses sofreu uma redução de cerca de 40%, fato que desencadeou protestos dos negociantes britânicos sediados em Lisboa. “A espontânea redução das compras ao estrangeiro não era, porém, suficiente. Determinadas importações – como as de bens alimentares – eram indispensáveis, pois a capacidade de produção agrícola nacional continuava muito deficiente, e outras, sendo aparentemente supérfluas, satisfaziam necessidades sociais essenciais ao estilo de vida dos grupos superiores. Era preciso reorganizar o comércio, aumentar as exportações, estimular a produção manufatureira. *O paralelismo entre esta situação e a que ocorrera um século antes é, assim, verdadeiramente irresistível!*”³⁹⁷ O paralelismo entre as duas situações persiste também na tentativa de superação da depressão: a adoção de medidas

³⁹⁶ J. PEDREIRA *Estrutura Industrial...* cit. p. 44 (grifo meu)

³⁹⁷ *ibid* p. 45 (grifo meu)

fiscais para reorganizar as finanças públicas e a política de fomento à indústria, conduzida agora por José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Esta primeira fase da política pombalina, na opinião de Pedreira, foi *defensiva*: não tanto porque a depressão dos “grandes eixos do comércio imperial” já era visível, mas sobretudo porque pretendia conferir ao Estado uma participação maior no “último fôlego da prosperidade comercial”.³⁹⁸ As medidas fiscais mais importantes foram: a restauração do imposto do quinto sobre a mineração, a remodelação da cobrança das sisas, a criação do Depósito Público e, por fim, um pouco depois, a instituição do Erário Régio e a reforma da cobrança da décima (elevada de 4,5 para 10%, para financiar os preparativos para a Guerra dos Sete Anos). Ao lado destas medidas fiscais, na década de 1750, foi encetada uma política destinada a elevar a rentabilidade dos negócios coloniais e, simultaneamente, incrementar o controle do Estado sobre o império.³⁹⁹ Na economia metropolitana, paralelamente a estes esforços, foi criada a *Companhia das Vinhas do Alto Douro*, destinada sobretudo a solucionar as crises de produção, refrear a concorrência entre os vinhos nacionais e “vigiar a influência inglesa”. Esta companhia, de acordo com Pedreira, fazia parte do projeto pombalino de “nacionalização” da economia portuguesa.⁴⁰⁰

Mas estas medidas – a recomposição do centro político, o ajuste das finanças públicas, a reestruturação da produção e exportação de vinho e o reordenamento da

³⁹⁸ cf. *ibid* p. 45-6

³⁹⁹ “Em 1756, - escreve Pedreira - foi a comercialização do açúcar e do tabaco regulada por diplomas legais que pretendiam torná-la mais fácil e esclarecer as normas fiscais e os procedimentos aduaneiros. Com a fundação de algumas companhias comerciais monopolistas – funcionando em diferentes áreas geográficas – perseguiu-se, depois, um triplo objetivo: a valorização dos gêneros de produção local, o fornecimento regular de escravos e a eliminação do contrabando, impondo uma vigilância mais próxima do Estado. *Por um lado, a reunião dos capitais permitia manter a fluidez das trocas, por outro lado, era mais fácil cobrar impostos e fiscalizar a atividade de algumas companhias do que controlar os negócios de algumas centenas de comerciantes.* Pretendia-se, também, que os estancos fossem efetivos, que os privilégios e exclusivos funcionassem realmente, porque só assim os contratos que deles decorriam gerariam maiores ganhos aos contratadores e, daí, ao Estado, que poderia elevar o preço da arrematação ou obter adiantamentos superiores sobre o seu pagamento.” *Ibid* p. 46 (grifo meu).

⁴⁰⁰ “A companhia corresponde aos objetivos de ‘nacionalização’ da economia perseguidos por Pombal, para o que contava com a criação de organismos, simultaneamente públicos e privados, tutelados pelo governo, que constituíam os seus interlocutores privilegiados. Caberia aqui lançar a interrogação se os movimentos que, em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, dão lugar à formação de companhias não são sempre movimentos de retaguarda, surgindo em períodos de recessão comercial, ou em que se pretende ultrapassar a tibieza do Estado, para definharem logo que a confiança se restabelece e o tráfego volta a fluir com maior velocidade. Durante a crise do último quartel do século XVII não surgiram também algumas companhias comerciais?” *ibid* p. 47 Mais uma vez, Pedreira se inspira no modelo desenvolvido por Vitorino Magalhães Godinho: a crise comercial exige uma resposta específica que, no caso de Portugal, passa pela recomposição do Estado, pelo reforço do pacto colonial e pela promoção do desenvolvimento das manufaturas. Passada a depressão, todos os esforços são revertidos.

comércio ultramarino – não poderiam, por si só, conter a deterioração das contas públicas. As importações tinham de ser reduzidas. Com este objetivo, foram renovados os projetos de fomento à produção manufatureira, só que, desta vez, o projeto concebido foi muito mais amplo e profundo. Novamente coube ao Estado a função de definir e implementar parte das medidas destinadas a promover o desenvolvimento industrial. “As funções de condução política – escreve Pedreira – eram cometidas a novos organismos: à Junta do Comércio (instituição constituída em 1755 para coordenar a promoção do comércio e da indústria e dirigida por delegados dos homens de negócio), e à direção da Real Fábrica das Sedas, criada na sua dependência, que incorporava representantes das companhias monopolistas de comércio com o Brasil. Procurava-se, assim, facilitar as exportações e combater, com maiores possibilidades de êxito, o persistente contrabando francês.”⁴⁰¹ O Estado, através das suas encomendas e da Junta de Comércio, além dos incentivos diretos – isenções fiscais, recrutamento de profissionais estrangeiros qualificados e fornecimento do capital inicial – gerava demanda que, em alguns casos, superava o consumo privado.⁴⁰²

Mas mesmo levando em conta todas estas medidas, Pedreira considera que a superação da crise foi muito lenta. Até 1790 a recuperação foi apenas parcial, embora tenham ocorrido transformações estruturais importantes. A importância das trocas com a Inglaterra foi consideravelmente reduzida: a proporção de navios ingleses com relação ao total de navios do porto de Lisboa caiu de 55% em 1769-73 para 19% em 1779-83. Na cidade de Porto, no mesmo período, a redução foi de 72 para 47%.⁴⁰³ As importações da Inglaterra, no período 1781-90, declinaram a 60% dos níveis de 1756-60. De acordo com Pedreira, esta redução da importância do comércio britânico estava ligada à redução das remessas do ouro brasileiro, mas também à política pombalina de nacionalização do comércio.⁴⁰⁴ O recuo da presença britânica foi preenchido com o envolvimento de Portugal com outros países e regiões. Portugal passou a importar cereais da América,

⁴⁰¹ *Ibid* p. 47.

⁴⁰² “O Estado concedia incentivos, facilidades, estimulava o desenvolvimento das manufaturas pela procura que exercia, quando o gasto dos particulares era insuficiente ou quando, satisfeito pelo autoconsumo ou por uma produção local, não se traduzia na formação de mercados mais amplos. Contudo, o adiantamento de fábricas e a implementação de novos modos de produção impunha-lhe uma intervenção ainda mais profunda, dos domínios da formação de capital e do recrutamento dos indispensáveis técnicos estrangeiros.” *ibid* p. 49

⁴⁰³ Jorge Pedreira usa os números fornecidos por Virginia RAU *O Movimento da Barra Douro durante o século XVIII: uma interpretação* Porto, 1958 (tabela II) e por Jorge Borges de MACEDO *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* Lisboa, 1963 (p. 194).

madeira e ferro da Suécia e linho da Rússia e a exportar, para estas regiões, os seus produtos nacionais (Vinho principalmente). A crise do ouro no Brasil determinou um reordenamento das atividades econômicas em benefício das plantações. A industrialização moderna elevou a procura pelo algodão, fato que estimulou positivamente a economia brasileira: a exportação de algodão em rama cresceu vertiginosamente, particularmente durante a guerra da independência das colônias britânicas da América do Norte. A exportação de açúcar disparou depois de 1789. Até 1790 - e só até 1790, reforça Pedreira⁴⁰⁵ - a metrópole acompanhou a recomposição econômica da colônia: desde o final da década de 1770, as exportações de vinho e de sal crescem significativamente. Assim, a exportação dos produtos metropolitanos acompanhou o aumento do comércio com as nações estrangeiras, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 – Comércio de Portugal com as Nações Estrangeiras (1776-1789)⁴⁰⁶

	Importações	Exportações Totais	Exportações do Reino	Porcentagem do Reino
1776	6.666.598	4.921.208	1.718.819	34,9
1777	6.345.366	4.801.567	2.133.582	44,4
1783	7.102.476	5.743.421	2.473.303	43,1
1789	9.623.838	7.534.548	3.251.142	43,1

Unidade: milhares de Réis

Lentamente as dificuldades foram sendo superadas e uma nova fase de prosperidade surgia no horizonte. Mesmo com as reformas pombalinas, a penetração dos produtos portugueses no mercado internacional ainda era pequena e a indústria lusitana não alimentava de forma significativa as relações mercantis externas.⁴⁰⁷ No entanto, ao contrário do primeiro surto manufatureiro, a inversão da conjuntura que marcou o fim da administração pombalina *não eliminou totalmente os empreendimentos manufatureiros*. A “viradeira” trouxe apenas modificações transitórias,⁴⁰⁸ que não comprometeram o impulso

⁴⁰⁴ Cf. PEDREIRA, J. *Estrutura Industrial...* cit. p. 52. De acordo com o autor, a política de fomento às manufaturas não influenciou esta redução, pois ela “não tivera ainda tempo de produzir resultados.”

⁴⁰⁵ Cf. *Ibid* p. 54

⁴⁰⁶ Fonte: PEDREIRA, Jorge *Estrutura Industrial...* cit. p. 53

⁴⁰⁷ Cf. PEDREIRA, J. *Estrutura Industrial...* cit. p. 54-5

⁴⁰⁸ “Nestas novas diretrizes [isto é, no reinado de D. Maria] quis-se ver o triunfo de concepções menos arraigadamente mercantilistas do que as perfiladas por Pombal, de uma disposição mais liberalizadora, que pretendia colocar as manufaturas perante a realidade da concorrência. Porém, se de fato a administração direta e a assistência financeira pelo Estado se retraíram, nem por isso outros instrumentos de uma política de fomento protecionista – tarifas aduaneiras elevadas, interdições de importação, exclusivos de fabrico, isenções fiscais – foram abandonados. O Estado, é certo, não deparava com a mesma urgente necessidade de instituir

inicial dado por Pombal: “O surto manufatureiro do último quartel do século XVIII reveste-se de um caráter diferente do dos anteriores. Principiando ainda pela resposta a uma conjuntura comercial depressiva e pelo estabelecimento, por iniciativa do centro político ou com o seu patrocínio, de unidades industriais para a substituição de importações de artigos de luxo ou de importância estratégica - sedas, fardamentos – vai-se alargando a outros setores que visam um consumo mais generalizado – botões, Curtumes, chapéus, quinquilharia, algodões estampados – e interessando artífices estrangeiros e negociantes. Alguns capitais gerados na esfera comercial são então encaminhados para a indústria e a capacidade técnica de algumas manufaturas desenvolve-se, não sem dificuldades, pelo recrutamento de especialistas no estrangeiro e pela introdução de novos maquinismos. As exportações de manufaturas nacionais para os domínios, fundamentalmente para o Brasil, são promovidas pela concessão de isenções fiscais (eram já uma das preocupações na remodelação da Real Fábrica de Sedas em 1757) e encontram condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento, numa altura em que os rendimentos coloniais voltam a fluir. *De resto, em 1785, o Pacto Colonial é aprofundado com o reforço do exclusivo da produção industrial metropolitana, e a própria refinação do açúcar fica proibida no Brasil.*”⁴⁰⁹ Assim, o impulso industrial promovido na última fase da administração pombalina rompeu a associação entre surto industrial e conjuntura comercial depressiva que marcou as iniciativas anteriores.⁴¹⁰ Agora as exportações – e não a substituição das importações – passaram a exercer um papel relevante e, com isto, estabeleceram um vínculo positivo entre a economia imperial e o crescimento.

Feitas as devidas relações, podemos agora retornar à questão central: o papel do império na promoção do desenvolvimento econômico português. Desde o início, a expansão portuguesa repousou na indústria bélica (armas e construção naval) que, por sua vez, estimulou empreendimentos ancilares, tais como a tecelagem do linho e a construção de velas para navegação. No entanto, de acordo com Pedreira, a influência deste setor sobre o potencial industrial lusitano não pode ser exagerada. Grande parte das matérias-primas e insumos eram importados e difusão das inovações era limitada:

novas manufaturas, porque era outra a conjuntura e maior a capacidade de importação e procurou, assim, aliviar o peso dessas iniciativas, de início sempre custosas, sobre as finanças públicas. *Encontrou, aliás, numa escala até então desconhecida, homens de negócio – comerciantes de grosso trato – interessados na exploração e desenvolvimento das fábricas, principalmente em ramos que pareciam ter um futuro promissor, como o dos algodões e, em especial, a estampania*”. *Ibid* p. 58 (grifo meu)

⁴⁰⁹ *ibid* p. 60-1 (grifo meu)

⁴¹⁰ *cf. ibid* p. 62

ficaram confinadas a grandes unidades produtivas estatais ou fortemente protegidas pela Coroa. Deste modo, por um longo período de tempo, o fomento às atividades industriais derivado da expansão ultramarina ficou restrito aos setores que proporcionavam insumos básicos à construção do império.⁴¹¹ A abertura de novos mercados e de novas oportunidades de integração econômica também exerceu um impacto limitado no setor manufatureiro. Os setores tradicionais – Pedreira cita a produção de sal – foram realmente estimulados pela expansão do mercado, mas os produtos manufaturados portugueses ocupavam apenas uma pequena parcela do mercado ultramarino. A atividade dos portugueses neste mercado envolvia principalmente a *reexportação* de manufaturados estrangeiros, os quais eram financiados com os rendimentos obtidos com a venda dos produtos coloniais nos entrepostos europeus. Como vimos, as políticas de fomento industrial dirigidas pelo Estado no final do século XVII e na época pombalina ocorreram nos períodos onde a economia imperial encontrava-se enfraquecida.

Feitas estas observações iniciais, Pedreira vai direto ao ponto: qual foi exatamente a contribuição do império para o desenvolvimento da indústria em Portugal? As exportações de manufaturados destinavam-se quase exclusivamente às colônias. No final do antigo sistema colonial, cerca de 94% do total das exportações de manufaturados portugueses destinava-se ao Brasil. A prosperidade colonial gerada pela expansão da demanda européia por algodão e açúcar deu um estímulo adicional ao setor manufatureiro lusitano, que se tornou um dos setores mais dinâmicos do comércio exterior português. Este surto de crescimento, situado no final do século XVIII, desencadeou uma série de *consequências estruturais*: (1) novas unidades industriais foram criadas; (2) a geografia econômica foi alterada: as atividades industriais se concentraram na zona costeira; (3) surgiu um forte estímulo à indústria domiciliar e às pequenas oficinas; (4) o surto de crescimento fomentou a difusão das inovações técnicas e favoreceu o surgimento de novos negócios (como, por exemplo, a tinturaria do algodão).⁴¹² No entanto, toda a prosperidade de Portugal dependia da sua posição de entreposto entre as nações estrangeiras e o Brasil. Exatamente por causa deste modelo de crescimento, as manufaturas portuguesas não conseguiram substituir plenamente as

⁴¹¹ cf. J. PEDREIRA “To Have...” cit. p. 113

⁴¹² cf. *ibid* p. 114-5

importações de produtos manufaturados da Europa e da Ásia e, deste modo, consolidar uma base industrial capaz de sobreviver à derrocada do império atlântico.⁴¹³

4.1.3 – As funções e os Limites do Império Português na era do mercantilismo

O império transformou significativamente a economia e a sociedade portuguesa, mas a sua influência foi muito variável: algumas regiões não tinham contato direto com o império e, portanto, foram pouco afetadas. No entanto, de um ponto de vista geral, o império desencadeou transformações importantes: elevou os níveis de consumo público e familiar, impulsionou a mercantilização da economia, favoreceu a centralização do Estado, permitiu o desenvolvimento de algumas indústrias, possibilitou o crescimento de Lisboa e alterou os padrões de povoamento. Podemos agora discriminar, ainda com base no texto de Pedreira, as 6 “funções” do império português na era do mercantilismo:

- (a) supriu Portugal com gêneros alimentícios (açúcar, café e arroz) e matérias primas (algodão, tabaco, couro etc.).
- (b) proporcionou acesso privilegiado ao mercado para produtos portugueses (manufaturados, vinhos etc.).
- (c) estimulou a integração dos diversos setores comerciais, principalmente por intermédio do trato negroiro.
- (d) formou as bases para o estabelecimento de uma vasta rede de reexportação de gêneros coloniais e de mercadorias estrangeiras para o ultramar
- (e) *permitiu a transferência de rendimentos e de bens privados das colônias para a metrópole.*
- (f) gerou a maior parte dos rendimentos do Estado, que derivavam das tarifas e dos monopólios comerciais.⁴¹⁴

⁴¹³ “Devemos enfatizar – escreve Pedreira – que a o desenvolvimento da indústria portuguesa nos estágios finais do antigo sistema colonial não foi suficiente para situar Portugal na beira da industrialização moderna. Assim, a ruptura deste sistema, tão séria como foi, não pode ser culpada pela falência do país em juntar-se aos *first comes* da industrialização” *ibid* p. 115

⁴¹⁴ *Cf. ibid* p. 115-6 Em *Estrutura Industrial e Mercado colonial* Jorge Pedreira já havia exposto este tema, de forma um pouco diferente: “Na época, o sistema colonial preenchia quatro funções principais para a economia portuguesa: (i) abastecia o território metropolitano de produtos alimentares mais ou menos exóticos (açúcar, café, cacau e arroz) e de matérias-primas (sobretudo peles, algodão, tabaco, drogas e madeiras); (ii) abria mercados privilegiados para alguns dos produtos portugueses (bens manufaturados, vinho, etc.); (iii) estimulava as trocas entre as próprias colônias, principalmente por intermédio do tráfico de escravos; e, por último, (iv) estabelecia a base para um amplo comércio de reexportação de produtos coloniais para as nações

Não há como negligenciar a importância destas “funções”, pois, como afirma Jorge Pedreira, o colapso do império determinou o *retrocesso* da economia portuguesa: as finanças públicas se desequilibraram, os setores manufatureiros – mesmo os mais dinâmicos – foram gravemente abalados com a retração no escoamento de seus produtos para o mercado internacional.⁴¹⁵ “Na divisão internacional do trabalho, Portugal, desde então, ficou confinado ao papel de fornecedor de matérias primas e gêneros alimentícios, produtos cuja demanda internacional não acompanha o crescimento do comércio mundial. Nenhuma oportunidade para a especialização nos setores industriais mais dinâmicos vieram a surgir por um longo tempo. *De outro lado, o padrão econômico fomentado pelo monopólio imperial só pode ser representado explicitamente como nocivo porque o império declinou. Se tivesse persistido, ele poderia ter provado ser benéfico.* Isto não significa que o império teria conduzido a economia portuguesa ao limiar da industrialização, e que esta via foi subitamente comprometida pelo colapso do sistema colonial. Com isto queremos apenas dizer que o colapso colocou Portugal em uma péssima condição para iniciar o desenvolvimento econômico moderno.”⁴¹⁶ Assim, Pedreira não nega que o colapso do império trouxe consequências negativas para a economia portuguesa, situando-a na [semi] periferia da economia-mundo, impedindo que esta nação acompanhasse os países do centro do sistema rumo ao “desenvolvimento econômico moderno”.

Temos de analisar a passagem reproduzida acima com atenção, pois nela reside o cerne da interpretação de Jorge Pedreira. O império, isoladamente, não poderia ter conduzido Portugal rumo à industrialização moderna: devido às peculiaridades da sociedade portuguesa, isto é, às suas *características internas*, o vasto mundo colonial de que dispunham os portugueses não alavancou a industrialização portuguesa mas, pelo contrário, sedimentou a sua estrutura tradicional. Em *Estrutura Industrial e Comércio Colonial*, ao comentar as *condições gerais* para a industrialização, Jorge Pedreira deixa isto bem claro: “Assim sendo, por maior que fosse o estímulo que o comércio ultramarino exercesse junto da indústria nacional, a possibilidade de uma resposta positiva [à

estrangeiras e de produtos estrangeiros para o ultramar. Por todos estes motivos, desempenhava igualmente um papel crucial na estrutura das finanças públicas, através para a sua contribuição para as receitas do Erário” *cit.* p. 270

⁴¹⁵ *cf.* J. PEDREIRA “To have...” *cit.* p. 116.

⁴¹⁶ *id.*; *ibid* (grifos meus).

industrialização] seria sempre determinada pelas configurações internas da economia e da sociedade. Dependeria da constituição de atores sociais dispostos a empreender o processo de industrialização – que, mesmo em circunstâncias favoráveis, não é simples e nem automática – e das condições de concretização de seus intentos, isto é, dos constrangimentos e orientações da ação social e institucional.”⁴¹⁷ Estas condições econômicas e sociais internas favoráveis não existiam – ou existiam apenas de forma muito embrionárias – em Portugal. Foi a própria estrutura da sociedade portuguesa que resistiu à mudança, e não os supostos efeitos negativos do império: ao elevar a capacidade de importação lusitana, suprimindo desta forma a insuficiência da produção agrária nacional, o recurso ao império retardou a ocorrência de transformações no campo que poderiam contrariar os interesses da nobreza fundiária e do alto clero. Por outro lado, os tráfegos coloniais tornaram possível a hipertrofia de Lisboa que, ao contrário de fomentar a economia regional e estabelecer uma malha urbana capaz de integrar o mercado interno e fomentar a industrialização, *sufocou a formação de possíveis pólos regionais*,⁴¹⁸ como, por exemplo, Santarém.⁴¹⁹ A nítida preferência por manufaturas importadas – um obstáculo que dificultou todos os projetos de industrialização orquestrados pelo Estado – não era uma idiosincrasia lusitana, mas fruto da estrutura da sociedade portuguesa: os comerciantes de grosso trato aumentavam suas riquezas reexportando gêneros coloniais para Europa, onde, além dos lucros derivados desta operação, conseguiam obter os meios de pagamento para importar manufaturas e vendê-las – também com uma boa margem de lucro – no mercado português.⁴²⁰

Antes de passarmos à próxima seção, onde exploraremos o acirrado debate em torno do significado econômico da independência do Brasil, é necessário levarmos em conta as considerações de Jorge Pedreira sobre os *limites intrínsecos ao império como força motriz da economia*, os quais não se confundem totalmente com os constrangimentos da estrutura da sociedade portuguesa. Em primeiro lugar, ele

⁴¹⁷ Jorge PEDREIRA *Estrutura Industrial...* cit. p. 378.

⁴¹⁸ Jorge Pedreira define como pólos regionais os centros urbanos que, além “da função de comutadores dos circuitos comerciais, possuísem uma dinâmica própria e onde se concentrasse a capacidade de consumo.” *ibid* p. 393.

⁴¹⁹ “A capital do Império – sufocando com a sua hipertrofia algumas aglomerações mais próximas (...) – *não constrói*, ao contrário de Londres e Amsterdam, um mercado à escala nacional, nem assenta a sua dominação numa rede de cidades intermédias, que pura e simplesmente não existem (...) Esta estrutura macrocéfala e a inexistência de uma hierarquia de cidades ou de um sistema urbano com um mínimo de coerência corresponde a uma fragmentação do espaço econômico nacional.” *Ibid* p. 392

⁴²⁰ cf. *ibid* p. 394 e segs

argumenta que grande parte das receitas derivadas da exploração colonial e do comércio de longa distância eram consumidas na própria manutenção do império. Os custos militares e administrativos envolvidos eram gigantescos: no caso do império oriental, eles se materializavam na construção e na manutenção das fortalezas e dos entrepostos comerciais.⁴²¹ No caso do Brasil, os custos advinham da necessidade de garantir o controle do território. Além disto, uma parcela considerável dos rendimentos produzidos no império não chegavam a Portugal, pois ficavam retidos pelos mercadores, eram retransmitidos para outras nações ou entravam em outros circuitos mercantis (penetrando em redes comerciais estrangeiras ou sendo absorvidos por malhas de comércio locais): “A crescente importância do elemento crioulo e das trocas intercoloniais não deve ser subestimada. Por exemplo, os postos de comércio da África Oriental caíram na órbita das redes comerciais indianas. Na medida em que o comércio de carreação asiático ganhava importância em comparação à rota do Cabo, onde os negócios privados exerciam um papel crescente, o Estado da Índia, com o seu centro em Goa, ganhava uma autonomia considerável. No Atlântico os mercadores portugueses perdiam gradualmente o controle do tráfico de escravos para os negreiros brasileiros e luso-africanos, os quais desfrutavam de condições econômicas mais favoráveis(...)”.⁴²² Em suma: o elevado custo de manutenção e o desvio de recursos representam uma limitação da influência do império sobre a economia metropolitana. Há que se levar em conta também o clima de rivalidade internacional fomentado pelo colonialismo, o qual elevou os custos de transação da economia portuguesa e, simultaneamente, devido à necessidade de estabelecer alianças, possibilitou a transferência de recursos – capitais, matérias primas e gêneros tropicais – de Portugal para outras potências.⁴²³ No entanto, os benefícios obtidos pelos estrangeiros

⁴²¹ Apesar dos custos elevados, Jorge Pedreira reconhece que “contrariamente às visões mais pessimistas, o Estado da Índia proporcionava usualmente um excedente líquido” “To Have...” cit. p. 117. Para fundamentar esta afirmação, Pedreira recorre à estudos de Vitorino Magalhães GODINHO (*Les finances de l'Etat portugais des Indes Orientales*); A.T. MATOS (“The Financial situation of the State of India during the Philippine period, 1581-1635” in: T.R. de SOUZA (ed.) *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions*) e S. SUBRAHMANYAM & THOMAZ L.F. (“Evolution of Empire: the Portuguese in the Indian Ocean during the Sixteenth Century” in: J. TRACY (ed.) *The political Economy of the Merchant Empires*)

⁴²² J. PEDREIRA “To Have...” cit. p. 117

⁴²³ “Por outro lado – escreve Pedreira – realações cooperativas podiam transferir de forma pacífica externalidades do Império Português para outros países europeus. Desde os primeiros passos, mercadores e marinheiros da Itália, Flandres e Castela participaram dos empreendimentos portugueses; parte deles foram assimilados à sociedade portuguesa e o restante não. A navegação e o comércio na rota do Cabo imediatamente atraiu os interesses das grandes casas mercantis da época. Companhias italianas e alemãs foram proeminentes no suprimento das frotas, nos arranjos financeiros para as expedições e no comércio de especiarias na Antuérpia. No que tange ao setor manufatureiro, mantimentos tropicais e matérias primas

do império português foram compensados pelo suprimento de mercadorias, capitais e profissionais qualificados que faltavam em Portugal. Para Jorge Pedreira, as coisas não poderiam ser diferentes: o fato de um pequeno país, com recursos muito restritos, ter sucesso na construção de um império de proporções mundiais só pode ser explicado por sua habilidade em atrair e mobilizar a energia de outros. Isto revela a “contradição inerente” aos impérios: eles são criados fundamentalmente para eliminar a competição internacional, mas a sua existência gera forçosamente externalidades que podem beneficiar os rivais.⁴²⁴

4.2 – O Fim do Império Português na América: o significado econômico da Independência do Brasil

4.2.1 – Interpretações dos Historiadores Portugueses

O debate sobre as conseqüências econômicas da independência do Brasil faz parte de uma controvérsia mais vasta, a qual já fizemos alusão: a decadência de Portugal. Concepções divergentes sobre a importância do Brasil para a economia lusitana caracterizam o debate público em Portugal e no Brasil desde as primeiras manifestações da crise do Antigo Sistema Colonial e, com a independência do Brasil, esta discussão ficou ainda mais acalorada. Deixaremos de lado a discussão dos contemporâneos e concentraremos nossos esforços no debate mais recente. Como ponto de partida, tomaremos a intervenção de Jorge Borges de Macedo. Em *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* o autor - contrapondo-se ao modelo centrado nas tendências seculares proposto por Vitorino Magalhães Godinho – relativiza a vitalidade do crescimento econômico que sucedeu a crise do século XVIII e, também, a magnitude do processo de industrialização comandado pelo Marquês de Pombal. Vamos agora analisar estes dois aspectos que, inclusive, são interligados.

Não houve nenhum “deserto industrial” antes da execução da política pombalina de fomento industrial: haviam diversas oficinas especializadas na produção de linho

oriundos dos domínios portugueses geralmente desembocaram em fábricas e oficinas do Norte da Europa. No século XVI, o açúcar de São Tomé era embarcado para as refinarias da Antuérpia e Amsterdam. No fim do século XVIII, o algodão brasileiro alimentava muito mais a crescente indústria Européia e, particularmente, Britânica, do que a indústria portuguesa, a qual não conseguiu florescer. Nesta época, os mercadores e navios portugueses, engajados no comércio ultramarino como estavam, no qual desfrutavam da proteção que o sistema colonial lhes garantia, exerceram apenas um pequeno papel no comércio com a Europa.” *Ibid* p. 117-8

(Viana do Castelo e Valhelhas), sedas (Tarouca), ferrarias e armarias (Santarém, Sousel, Ródão, Nisa, Estremoz, Espinhel, Monsanto e Alge), panos (Arganil, Almeirim, Beja, Alcobaça e Arronches), papel (Alenquer, Povos e Lousã) e vidros (Covo e Coina).⁴²⁵ Mas, apesar desta considerável atividade “industrial”, as suas bases técnicas eram rudimentares: “A indústria portuguesa existente, quer de lanifícios, quer de tecelagem de sedas ou linho, quer de fabrico de sabão, vidro, couros, transformação de ferro e outros metais, etc., assentava usualmente na oficina. Na tecelagem, a máquina única era o tear manual tradicional que muitas vezes nem em oficina própria trabalhava, mas sim na casa de habitação do artífice, quando o era. A energia utilizada, além da força humana, era a força animal (boi, cavalo, burro) e a energia hidráulica (queda de água, aproveitada por azenhas).”⁴²⁶ Assim, o vínculo com a economia agrária e este padrão energético favoreciam a *dispersão* da atividade industrial, que satisfazia as necessidades de consumo corrente da população rural e urbana que vivia em torno das pequenas unidades produtivas. A única exceção a este quadro - as “unidades industriais mais importantes do que a simples oficina” - era a cordoaria, os lanifícios e a indústria do tabaco, onde “encontrava-se já a manufatura com os seus grandes edifícios, um grande número de oficiais trabalhando num mesmo local”.

Resta agora reconstruir a interpretação de Borges de Macedo sobre o âmbito e os limites do projeto industrializante do Marquês de Pombal. Em primeiro lugar, o autor destaca que a Revolução Industrial inglesa é “em alguns pontos” contemporânea da segunda fase da administração pombalina, mas ela se desenvolve muito depois desta e, o que é mais importante, a técnica britânica era desconhecida no estrangeiro: portanto, nesta época, os portugueses só tinham acesso aos *produtos ingleses*, e não à suas invenções, que eram mantidas em segredo.⁴²⁷ Logo, Pombal não pode ser, de forma alguma, qualificado como o precursor do industrialismo moderno. A base técnica que

⁴²⁴ cf. *ibid* p. 118

⁴²⁵ cf. Jorge Borges de MACEDO *A Situação Econômica na Época de Pombal: alguns aspectos* 3ª. Ed., Lisboa: Gradiva, 1989 p. 170. “Em consequência de tudo isto,” – complementa o autor – “verificamos que a criação pombalina de oficinas industriais, feita debaixo de determinadas preocupações de auto-abastecimento em produtos de luxo e combate à saída do ouro, em baixa produção, veio fazer propor a idéia errônea de deserto industrial português anterior à esta atividade. Se consultarmos as fontes da época, constantemente vemos aparecer certos centros produtores preexistentes mais ou menos importantes, fazendo parte integrante do conjunto agrário português e laborando dentro dele.” *ibid*

⁴²⁶ *ibid* p. 151

⁴²⁷ “A *spinning-jenny* é de 1765, o *water-frame* de 1767, a máquina a vapor é de 1769, mas a laminação do ferro é de 1783, o *pudlage* de 1794, etc. E foram estas invenções que principalmente fizeram a Revolução

estava a sua disposição era tradicional e, portanto, para Borges de Macedo, a suposição de que o fomento industrial pombalino tinha objetivos renovadores não resiste ao confronto com as evidências: além disto, o Marquês quase nunca recorria à criação de manufaturas, pois preferia organizar suas “fábricas” com base “no rendimento técnico tradicional, quase sempre intercalado na ordem corporativa”.⁴²⁸ Assim, a política de fomento industrial não era articulada por nenhum planejamento minucioso e largamente estudado: a falta de sistematização e a impossibilidade de ultrapassar o horizonte técnico da época era fruto do *caráter circunstancial* do empreendimento pombalino, isto é, a superação da crise nas finanças do Estado que acometia a economia portuguesa.⁴²⁹ Em suma: “Técnica tradicional em oficinas dispersas pelas zonas rurais e centros urbanos, concentradas, por sua vez, nas melhores regiões de matéria-prima ou tradicionalmente ligadas a determinada atividade artesanal; assim era maior parte da indústria no tempo de Pombal. Assim era nos tempos anteriores como o foi até muito depois. As várias manufaturas não alteram o panorama. É nesta situação que se realiza a montagem e a ampliação das oficinas na tentativa pombalina de melhorar o equipamento industrial de alguns centros do país. *E outra coisa não comportava nem a época, nem o país.*”⁴³⁰ E um pouco a frente: “Se o fomento industrial pombalino não nasceu no deserto industrial e não se constituiu uma revolução técnica de qualquer natureza, *não foi também o resultado de uma visão antecípada ou um esforço voluntário relacionado com a luzes da Europa.* A raiz do fomento pombalino provém das dificuldades da crise do ouro e da produção colonial que obriga a produção industrial a tentar diminuir essas novas desvantagens da importação estrangeira.”⁴³¹ Deste modo, a prosperidade econômica que se segue à administração pombalina não se explica por nenhuma *transformação radical* da estrutura industrial e dos padrões técnicos da economia portuguesa.

Exposta a visão geral do autor, podemos nos aproximar do aspecto que nos interesse de forma mais direta: ao afirmar que a causa principal das dificuldades vividas por Portugal no princípio do século XIX foi a forte “ofensiva industrial e mercantil inglesa”, Borges de Macedo dilui os efeitos negativos que a perda do controle sobre o mercado brasileiro exerceram sobre Portugal. Para Borges de Macedo, a prosperidade lusitana do

Industrial, cuja data exata de introdução em Portugal não é conhecida, mas que, de qualquer forma, é muito posterior ao chamado período pombalino.” *ibid* p. 150

⁴²⁸ *cf. ibid* p. 152-3

⁴²⁹ *cf. ibid* p. 179-80.

⁴³⁰ *ibid* p. 154 (grifo meu)

final do século XVIII foi comandada principalmente pela economia metropolitana, nos moldes descritos acima, e não se explica apenas pela prosperidade colonial: a elevação dos preços dos artigos brasileiros acompanha um movimento mais geral e, no limite, não é capaz de explicar por si só o vigor da economia lusitana. A favor de seu argumento, ele afirma que a crise portuguesa tem início em 1802, *antes* da abertura dos Portos, e, portanto, decorre de outros fatores. Jorge Borges de Macedo vai além: a abertura dos portos do Brasil *não afetou a função transitária de Lisboa*. Sequer os efeitos imediatos da abertura foram muito intensos, pois as vantagens concedidas às mercadorias transportadas por navios lusitanos amorteceram o impacto da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. Portanto, para Jorge Borges de Macedo, o papel de entreposto desempenhado por Portugal não repousava fundamentalmente nos dispositivos legais do Antigo Sistema Colonial mas, sobretudo, na combinação entre as condições técnicas vigentes – a substituição dos grandes navios por barcos menores, capazes de transportar 100-150 toneladas - e os contornos da costa portuguesa, que favoreciam a navegação dos barcos com menor capacidade de carga.

Se os tratados com Inglaterra e a ruptura do pacto colonial não são suficientes para explicar a crise da economia portuguesa, Borges de Macedo desloca a sua atenção para outro conjunto de determinações, a já aludida pressão britânica:

“Na realidade, o que estava acontecendo em Portugal ultrapassava em muito o fenômeno da invasão [francesa], de um tratado comercial [Methuen] ou de um ciclo econômico regular. Enquanto foi possível enfrentar com os lucros ultramarinos e metropolitanos as condições da concorrência inglesa, o problema não se agravava a secura e amplitude que realmente veio a ter”. O impacto definitivo teve outra fonte: “[a] ofensiva industrial e mercantil inglesa, realizada em condições políticas e militares excepcionalmente favoráveis(...). A indústria portuguesa, que resistira ao contrabando e à guerra dos preços e até à qualidade durante todo o século XVIII, era agora esmagada pela técnica nova da Revolução Industrial”⁴³²

⁴³¹ *ibid* p. 171 (grifo meu)

⁴³² Jorge Borges de MACEDO *Problemas de História...* apud José Jobson de Andrade ARRUDA *O Brasil...* cit. p. 657. Esta idéia é reafirmada em outro estudo do autor: “O choque da invasão militar e a deslocação da corte, com as conseqüências várias e inevitáveis que afinal só precipitou, têm sido aproveitadas como a baliza catastrófica ideal para separar épocas. (...) É ocioso perguntar-se qual teria sido a evolução de Portugal sem as invasões francesas. Uma afirmação parece poder fazer-se: as campanhas napoleônicas não afetaram, por elas mesmas, o conjunto do sistema econômico português, que resistiu vitoriosamente ao duro embate do Bloqueio, encontrando rapidamente formas de o enfrentar, e das quais a militar é apenas um aspecto. Considerou-se o aprofundamento da economia e da posição política autônoma portuguesa depois das invasões francesas como motivado diretamente por elas, quando, na verdade, se desenhava logo a seguir uma recuperação, patente em vários planos. (...) Diga-se que foi muito mais difícil enfrentar a hegemonia econômica da Grã-Bretanha, do que a tentativa de domínio militar francês. A estratégia francesa prejudicou a

Essa passagem é reveladora, num duplo sentido: por sintetizar a visão do autor e, em outro, mais importante, por suas *implicações*. O papel do império na industrialização portuguesa foi irrelevante e, até mesmo, negativo, no sentido de *abafar a mudança*. O recurso a um mercado privilegiado *mascarou* as debilidades da indústria portuguesa que, com a eclosão da Revolução Industrial, ficaram expostas.⁴³³

A interpretação de Valentin Alexandre colide frontalmente com esta, ao salientar que a perda do império brasileiro foi um momento crucial do subdesenvolvimento português.⁴³⁴ Para expor sua tese, o autor ressalta a importância de Lisboa - o principal entreposto do comércio colonial - e o papel marginal (porém não insignificante) das transações portuenses.⁴³⁵ Em seguida, Valentin Alexandre estabelece os marcos temporais que usará como base para a reflexão. Ele recusa a "tentação" de relacionar a queda do comércio português com a abertura dos Portos, simplesmente porque ambos os eventos ocorrem em 1808: em seu julgamento, os índices refletem as vicissitudes do período, engendradas pelos efeitos das guerras napoleônicas. Portanto, só é possível medir o significado da abertura dos portos após 1814, com o restabelecimento da paz na Europa.⁴³⁶ No entanto, argumenta Valentin Alexandre, tomando como base o período 1808-13 ou até mesmo os anos posteriores a 1814, um dos pilares da interpretação de

todos, incluindo a própria França" *O Bloqueio Continental: economia e guerra peninsular* 2ª. Ed. Lisboa: Gradiva, 1990 p. 118-9

⁴³³ Há, além disto, outra razão - também velada - para tal interpretação: "Sob o ponto de vista da recuperação da economia portuguesa, a explicação aventada por J. B. de Macedo tem inclusive uma *certa importância ideológica*, porque atribuir a crise da indústria portuguesa aos problemas técnicos é propor ao mesmo tempo uma solução possível, ao passo que atribuir a crise à perda do mercado brasileiro seria o mesmo que condenar a indústria portuguesa ao ostracismo, pois este mercado os portugueses não recuperariam jamais. Achamos, porém, que tal proposta ficaria bem num economista da época, não num analista contemporâneo" José Jobson de A. ARRUDA *O Brasil no Comércio Colonial* cit. p. 673-4 (grifo meu).

⁴³⁴ O autor expôs originalmente esta idéia em "Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Econômicos da Perda do Império Brasileiro" *Ler História* no. 7 (1986). Valentin Alexandre retoma e desenvolve esta idéia em um trabalho posterior: *Os Sentidos do império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português* Porto: Afrontamento, 1994

⁴³⁵ "Dos vários milhares de contos de produtos provenientes do Brasil vendidos anualmente para o estrangeiro de 1796 a 1807, a grande maioria sai com efeito pelo porto de Lisboa: na generalidade dos anos, a parte que lhe cabe ronda ou ultrapassa os 90%, atingindo 97,7% em 1797, 96,1% em 1799 e 97,2% em 1800; e só caindo abaixo dos 89% em 1796 (81,8%) e em 1803 (86,6%). Este predomínio não conhece qualquer exceção, quer quanto aos países compradores (todos eles se abastecem sobretudo em Lisboa) quer quanto aos produtos (...). Por isso, a evolução do papel de Lisboa como redistribuidor dos gêneros coloniais brasileiros é praticamente idêntica à da exportação do conjunto destes gêneros(...)." Valentin ALEXANDRE *Os Sentidos...* cit. p. 57. No sentido inverso - a remessa de produtos estrangeiros para o Brasil - a situação é muito parecida, apesar da imprecisão dos dados disponíveis nas Balanças de Comércio cf. *ibid* p. 58

⁴³⁶ cf. *ibid*. p. 768-9.

Borges de Macedo não resiste aos números: após a abertura dos Portos, a função transitória de Lisboa *já* foi restaurada, nos dois sentidos: seja na reexportação dos artigos brasileiros para o mercado europeu, seja na via contrária, isto é, na exportação para o Brasil de mercadorias européias (cf. Tabela 21, Tabela 22 e Tabela 23 (p. 277)).

Mas, como destaca Valentin Alexandre, a relação dos portos portugueses com os tráficos coloniais não se confunde apenas com a função de entreposto. Tais portos representam os “nós fundamentais dos circuitos mercantis pelos quais se efetua uma importante exportação de produtos nacionais para o Brasil”.⁴³⁷ Os dois artigos mais importantes da pauta de exportação eram os têxteis de algodão e de linho. A tabela abaixo (Tabela 11) discrimina o volume total das exportações de produtos portugueses ao Brasil.

Tabela 11 - Exportação de Produtos Industriais Port. ao Brasil (1790-1807)⁴³⁸

Anos	Balanças	Retificação	Anos	Balanças	Retificação
1796	1716,1	2534,6	1802	3320,4	3546,8
1797	2790,9	2897,9	1803	2684,7	2864,3
1798	4068,4	4202,3	1804	3251,4	3433,8
1799	5497,9	5609,7	1805	2433,3	2641,4
1800	3715,5	3810,8	1806	1821,9	1973,6
1801	3917,7	4029,3	1807	1101,8	1603,7

Obs: Valores em Contos de Réis

O movimento é nítido: o volume de importações começa a cair em 1800, sobe ligeiramente em 1801, volta a declinar e após 1805 começa a cair consideravelmente. Mas é a série toda que revela o movimento (cf. Gráfico 3, p. 281): há prosperidade de 1796 a 1807, embora os primeiros sintomas de recessão ocorrem em 1805. Valentin Alexandre reconhece que a sua cronologia coincide com a de Vitorino Magalhães Godinho, embora a interpretação dos dados seja diferente: a queda das exportações de 1807 não é uma simples continuação da retração verificada em 1806. Em 1807 ocorre a primeira invasão francesa e, no fim do ano, os ingleses impõe o bloqueio marítimo ao porto de Lisboa. No ano seguinte “todo o sistema imperial é subvertido, com a perda do exclusivo metropolitano no Brasil”.⁴³⁹

⁴³⁷ *Ibid* p. 60

⁴³⁸ Fonte: Valentin Alexandre *ibid* p. 45. Os dados presentes na Cateogria *Balanças* foram retirados das *Balanças de Comércio* (‘Produtos das Fábricas do Reino’). A *Retificação* foi feita de acordo com o polêmico método descrito nas páginas 26-32.

⁴³⁹ cf *ibid*. p. 44-54

Três anos depois da publicação do artigo onde, pela primeira vez, Valentin Alexandre expôs estas idéias, Pedro Lains saiu em defesa do cerne da tese de Borges de Macedo, contrapondo-se às conclusões de Valentin Alexandre. A intervenção de Lains deu origem a um acirrado debate⁴⁴⁰ - travado fundamentalmente nas páginas da revista *Penélope* - que passou a correr ao lado de discussões do mesmo teor, só que envolvendo a Espanha e a Grã-Bretanha.⁴⁴¹ Todas as vertentes deste debate mais amplo acabaram por cruzar-se no *Congresso de Leuven* (1990), ficaram obscurecidas pelas reinterpretações da Revolução Industrial que marcaram o Congresso de Milão e voltaram a se encontrar no *Congresso de Madri* (1997). A crítica de Pedro Lains concentra-se basicamente na metodologia de tratamento dos dados utilizada por Valentin Alexandre. Podemos dividir as objeções em dois tipos: 1) a crítica à análise das flutuações dos preços e dos subperíodos descritos por Valentin Alexandre; 2) uma crítica supostamente mais fundamental, que retoma o argumento básico de Patrick O'Brien, só que aplicado ao caso português: como o peso das exportações para o mercado brasileiro era diminuto (se confrontado ao PIB português), a perda do Brasil não poderia ter sido muito significativa. Neste ponto é que ressurgiu a tese de Borges de Macedo: além do volume relativamente pequeno da demanda brasileira por manufaturados portugueses, a pressão das manufaturas britânicas não poderia ser contida *mesmo com a virtual preservação do Brasil*. A diferença é que Pedro Lains concebe a função transitória de Portugal como uma função econômica *desnecessária e custosa* que, via a intensificação do contrabando ou mediante um choque de custos, acabaria por desaparecer, dissolvida pelo mercado livre. Discutiremos com detalhes estas duas objeções e, também, a réplica de Valentin Alexandre.

Em primeiro lugar, Pedro Lains contesta o comportamento dos valores das exportações de manufaturados portugueses para o Brasil, que fundamenta a

⁴⁴⁰ Os textos fundamentais desta discussão são: Valentin ALEXANDRE "Um momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: efeitos econômicos da Perda do Império Brasileiro" *Ler História* no. 7 (1986); Pedro LAINS "Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do subdesenvolvimento português?" *Penélope* No. 3 (1989); Valentin ALEXANDRE "Um passo em Frente, vários à Retaguarda - resposta à nota crítica de Pedro Lains" *Penélope* No. 3 (1989); Pedro LAINS "Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-Desenvolvimento Português? - II" *Penélope* No. 5 (1991).

⁴⁴¹ O próprio Pedro Lains ressalta este fato, em nota ao artigo que inicia a polêmica: "Como mais recente balanço sobre esta polêmica ver o artigo de Patrick O'Brien 'The Costs and Benefits of British Imperialism, 1846-1914' [cit.] (...). Em prol de alguma atualização, deixo aqui a referência a um trabalho em que se procura responder, *para o caso espanhol*, à pergunta formulada no título desta nota crítica. Trata-se do capítulo 'La perdida de las colonias y la economía española' do recente livro de Leandro Prados de La Escosura: *De*

interpretação de Valentin Alexandre. Ao analisar o gráfico retificado do movimento das exportações (cf. Gráfico 3, *infra* p. 281 e Gráfico 4, *infra* p. 282), Lains supõe estar apto a criticar os fundamentos da idéia de que a Abertura dos Portos e os Tratados de 1810 exerceram um impacto negativo sobre a industrialização portuguesa: ao contrário do que sugere Valentin Alexandre, a série deve ser subdividida em *três subperíodos*. O primeiro, marcado pela *queda significativa das exportações*, tem início em 1799 e termina em 1808. O segundo subperíodo, de recuperação, fica compreendido entre 1808-1818. O subsequente (1808-18) é de contração. Logo, conclui Lains, tendo em vista esta periodização, a Abertura dos Portos e a Independência não exerceram nenhum *efeito decisivo* sobre as exportações de manufaturados portugueses ao Brasil.⁴⁴²

Para Lains, toda a interpretação de Valentin Alexandre repousa em uma *má interpretação* da curva das exportações: “Este autor [Valentin Alexandre] conclui que houve ‘prosperidade durante a maior parte do período de 1796 a 1807; primeiros sintomas de recessão em 1805; recessão geral em 1806-07’, fazendo a estimativa da reta tendencial da série para este curto período e estabelecendo a partir dela a diferença entre os *valores reais* dados pela série em causa e os *valores dados pela tendência*. Os anos em que esta diferença era positiva foram considerados como ‘anos de prosperidade’, sendo apenas os de ‘recessão’ aqueles em que esta diferença teve valor negativo. Deste modo, Valentin Alexandre pôde afirmar que ‘ao contrário do que [Borges de Macedo] afirma, 1802 é um ano positivo, dentro da série de 1796 a 1806, e não o começo da catástrofe’, a qual teria começado quando os desvios referidos passaram de positivos a negativos, isto é, em 1805, 1806 ou 1807.”⁴⁴³ É a determinação correta dos *pontos de inflexão* que, na opinião de Lains, pode pôr abaixo as conclusões de Valentin Alexandre. O ano crítico, isto é, o ponto de passagem de um movimento ascendente para um descendente não pode ser determinado quando o desvio passa de positivo a negativo, *mas quando ele atinge o máximo*. Logo, os anos imediatamente posteriores ao ponto de inflexão podem ficar acima da tendência.⁴⁴⁴

Esta objecção despertou a fúria de Valentin Alexandre, que sempre responde aos seus críticos com veemência e petulância. Eis a resposta de Alexandre ao suposto

império a nação. Crecimiento y atraso económico em España (1780-1930), Madri, Alianza, 1988 (...). “Foi a perda...” cit. p. 101 (grifo meu)

⁴⁴² cf. *ibid* p. 96.

⁴⁴³ *Ibid*

⁴⁴⁴ cf. *ibid* p. 97.

equivoco metodológico (aferição da prosperidade/crise com base na diferença entre os valores reais da série e os valores da tendência): “Este seria de fato um erro crasso de minha parte, revelador de uma extrema incompetência ou mesmo de uma irremediável imbecilidade. Acontece, porém, que nada disso está no artigo. Na verdade, a diferença entre os valores da tendência e os valores reais é invocada unicamente para demonstrar que, dentro da tendência decrescente das exportações, 1802 é um ano positivo e ‘não o começo da catástrofe’”.⁴⁴⁵ De fato, como frisa Alexandre, nesta altura do artigo que deu origem às críticas de Lains, ele não está comentando a tendência geral (a curva de exportações), mas sim a queda do montante total dos diversos grupos de exportações: os tecidos de algodão, de linho, lanifícios, sedas e chapéis. É com base na análise da evolução produto a produto das exportações – que respondem a uma parcela da curva geral – que ele ressalta o caráter negativo da perda do Brasil para a indústria têxtil lusitana.⁴⁴⁶ Assim, a flutuação geral é o ponto de partida da análise, que tem como objetivo explicar tal flutuação através do comportamento peculiar dos vários produtos que integram a pauta de exportações. Mesmo o problema de fundo – que, como veremos, ressurge em *Os Sentidos do Império* – já estava definido no artigo: determinar se a queda da exportação de produtos industriais portugueses que marca o início do século XIX era sinal de uma *crise geral* e, também, encontrar a explicação da recuperação relativa circunscrita entre 1814-18.⁴⁴⁷

Podemos agora passar à segunda objeção de Pedro Lains, a qual nos interessa de forma mais direta, pois está vinculada à discussão empreendida por Patrick O’Brien. O foco é um pouco diferente: não se trata de analisar apenas as conseqüências da queda das exportações de manufaturados portugueses para o Brasil, mas responder à uma questão contrafactual: o que teria ocorrido com o comércio e a navegação de Portugal se o mercado brasileiro permanecesse sob domínio português? Ao contrário do que sugere Valentin Alexandre, Pedro Lains acredita que “a situação alternativa evocada pela pergunta acima formulada não seria melhor para o comércio e a navegação

⁴⁴⁵ Valentin ALEXANDRE “Um passo em Frente...” *cit.* p. 106

⁴⁴⁶ “Na realidade, as conclusões sobre os efeitos, não da independência do Brasil em abstrato, mas dos conflitos graves que na altura ocorreram em várias zonas, sobretudo na Baía e em Pernambuco, têm por base uma análise por produto e por região brasileira importadora(...). *Obstinado em utilizar unicamente a curva global das exportações, Pedro Lains passa estranhamente em claro todas as análises do artigo que vão além dela.*” *ibid* p. 106

⁴⁴⁷ *cf. ibid* p. 105

portugueses.”⁴⁴⁸ Isto porque as forças econômicas preponderantes no Atlântico-Sul no início do século XIX eram completamente desfavoráveis à manutenção da exclusividade de Portugal no comércio com o Brasil: “Desde a década de 1770, pelo menos,” – escreve Pedro Lains – “Portugal servia em larga escala como país de trânsito para as exportações de manufaturas européias para o Brasil, sendo o comércio de retorno ocupado pela reexportação de produtos brasileiros para a Europa.(...) Sendo assim, o papel que Portugal desempenhava era, em termos econômicos, *desnecessário e caro* porque implicava um serviço que onerava o preço dos produtos transacionados. A sua exclusão como entreposto comercial traria certamente benefícios aos comerciantes e consumidores (e até aos tesouros) dos Estados europeus e brasileiro. Compreende-se então que a *posição economicamente artificial de Portugal neste quadro custasse a manter uma vez que as forças tendentes à sua dissolução eram certamente prevaescentes.*”⁴⁴⁹ Que forças eram essas? A “mais evidente” era o contrabando. A supremacia britânica nos mares e a “eficácia” dos comerciantes britânicos – que sabiam aproveitar “as diversas formas de negócio rentável”⁴⁵⁰ – evidenciam a existência de um “contrabando vultoso” durante todo o período de vigência do exclusivo metropolitano. Portanto, é legítimo supor que, se Portugal preservasse o exclusivo metropolitano e os demais portos da América Latina fossem abertos ao comércio internacional, “o contrabando entre Portugal e o Brasil teria aumentado em virtude da maior facilidade dos produtos europeus atingirem portos próximos do Brasil, para depois ai serem introduzidos clandestinamente por via terrestre ou marítima”.⁴⁵¹

A vulnerabilidade ao contrabando britânico, “de crescimento potencial muito forte”, é apenas um aspecto da desvantagem dos Portugueses. O efeito realmente disruptivo – aqui Pedro Lains retoma o argumento básico de Borges de Macedo – viria inexoravelmente das condições econômicas globais que se seguiram à restauração da Paz: a Grã-Bretanha passou a inundar o mercado com seus têxteis de algodão e

⁴⁴⁸ cf. Pedro LAINS “Foi a perda...” cit. p. 97-8

⁴⁴⁹ *ibid* p. 98 (grifo meu)

⁴⁵⁰ “O oportunismo dos comerciantes britânicos”- exemplifica Lains – “é demonstrado (...) num recente artigo de D. M. Williams. Segundo este autor, aqueles comerciantes, para beneficiarem do sistema de direitos preferenciais das pautas da Grã-Bretanha em relação às produções das respectivas colônias, compravam madeiras no Báltico ou café na América do Sul, transportavam-nos respectivamente para o Canadá ou para a África do Sul (na altura das colônias britânicas), para depois os introduzirem no seu país sob direitos preferenciais” *ibid* p. 98. O exemplo invocado é curioso. Lains sugere o seguinte: se os inescrupulosos mercadores ingleses conseguiam enganar até mesmo a Coroa Britânica, seguramente podiam ludibriar os portugueses!

manufaturados a preços cada vez mais baixos. A queda vertiginosa dos preços dos têxteis britânicos impediria a preservação do volume de exportações de tecidos de algodão portugueses para o Brasil: *provavelmente*, a manutenção do exclusivo português elevaria o contrabando e acentuaria o papel de entreposto desempenhado por Portugal, que, nestas condições, passaria a lucrar com a reexportação dos têxteis ingleses para o Brasil, em detrimento da indústria têxtil lusitana. Como evidência adicional, Lains, apoiando-se nos dados fornecidos por Valentin Alexandre, argumenta que as exportações de instrumentos agrícolas não sofreu a mesma evolução negativa sentida pelos tecidos de algodão porque, neste ramo, mesmo na Grã-Bretanha preponderava a produção artesanal. Neste caso, era possível competir com os produtos ingleses, fato que não comprometeu as exportações para o Brasil.⁴⁵² Aqui, como podemos notar, há um claro exagero no emprego dos contrafactuais, além da mais completa falta de embasamento teórico: Lains parece não ter conhecimento das diferenças entre a contrafactualização ontológica e a teoria dos mundos ramificados e, a todo momento, confunde os dois tipos de contrafactualização. O resultado prático é a falta de coerência: nunca sabermos com certeza o que é análise contrafactual e o que não é.⁴⁵³

Mas o argumento central não é este: estas críticas apenas tem a função de abrir caminho para discutir “um ponto central na tese de Valentin Alexandre”: a relação de causa e efeito entre o declínio das exportações nacionais para o Brasil e o subdesenvolvimento industrial português. De forma análoga ao raciocínio de Patrick O'Brien, Pedro Lains argumenta que, para tirar conclusões sobre esta questão é necessário, em primeiro lugar, analisar o peso do mercado brasileiro para a indústria portuguesa: “Dado o atraso dos estudos quantitativos sobre a história econômica portuguesa, não se dispõe ainda de elementos para analisar esta questão com mais rigor. No entanto, não me parece provável que uma parcela significativa – digamos mais de ¼ [!!]- da produção industrial portuguesa fosse exportada para o Brasil.”⁴⁵⁴ Logo, se um mercado capaz de absorver pouco menos de ¼ da produção industrial portuguesa não é

⁴⁵¹ *ibid* p. 98-9 (grifo meu)

⁴⁵² *cf. ibid* p. 99

⁴⁵³ Com relação a isto, Valentin Alexandre é bastante irônico: “A última parte deste argumento não faz sentido: Pedro Lains esquece-se de que está a raciocinar no quadro da hipótese ‘contrafactual’ da continuação do exclusivo mercantil português no Brasil e da inexistência do tratado de 1810 – *caso em que a importação de têxteis de algodão era proibida tanto em na metrópole quanto no ultramar, não podendo por isso Portugal servir-lhes de entreposto.*” “Um passo em frente...” *cit.* p. 108 (grifo meu)

⁴⁵⁴ *ibid* p. 100

decisivo, então, de fato não há mais o que discutir.⁴⁵⁵ Só o que podemos dizer é que este argumento não convenceria nenhum dos mercadores e empresários que, na época, estavam envolvidos neste mercado.

Além do volume supostamente desprezível, Lains afirma que o mercado brasileiro era desinteressante aos fabricantes portugueses por ser *longínquo e instável*. Novamente ele recorre a uma analogia com as relações entre a Grã-Bretanha e a América Latina: do embarque das mercadorias nos portos ingleses até a sua venda na América "podia decorrer até um ano". Assim, a alta taxa de lucro desta transação era diluída, na prática, pela lenta rotação do capital. Além disto, a instabilidade das ligações marítimas dificultava o planejamento dos negócios. Lains, com base nas reflexões de D.C.M. Platt, cita dois exemplos: 1) devido aos atrasos, uma mercadoria destinada a ser usada no verão (vestimentas de algodão, p. ex.) poderia chegar no inverno, onde a demanda é desfavorável, a ponto de trazer prejuízo para o negócio; 2) a irregularidade dos transportes marítimos dificultava a aferição das condições do mercado: vários navios podiam chegar em um curto intervalo de tempo ou, pelo contrário, os portos americanos podiam ficar meses sem que nenhum navio neles atracasse. "Não é de crer" – conclui Lains – "que nestas condições uma parte importante das manufaturas portuguesas fosse pensada, posta em prática ou funcionasse com base na procura *esperada* do mercado brasileiro, longínquo e instável, ainda que protegido. Parece provável que a esmagadora maioria das unidades manufatureiras (ou artesanais) em Portugal trabalhassem com vista a satisfazer o mercado interno, mais certo, mais facilmente conhecido e, segundo Borges de Macedo, mais protegido pelos elevados custos de transporte. Sendo assim, temos de concluir que a análise das conseqüências da perda dos mercados coloniais sobre a produção industrial portuguesa deve, ao contrário do que faz Valentin Alexandre, considerar como diminuto o peso relativo das exportações no total da produção industrial portuguesa."⁴⁵⁶ Portanto, de acordo com o autor, devido a estas características, o subdesenvolvimento de Portugal não pode ser atribuído ao fim do pacto colonial e à independência do Brasil.

⁴⁵⁵ De novo, Valentin Alexandre intervém de forma jocosa: "A parte final da 'nota crítica' introduz uma ordem de considerações inteiramente diferente. Agora trata-se de saber se as exportações de artigos manufaturados portugueses para o Brasil constituíam uma 'parcela significativa' da produção industrial portuguesa – e Pedro Lains conclui de imediato que tal não era o caso. É difícil de acreditar que o nosso crítico esteja ele próprio muito convencido da pertinência desta última observação. Se o estivesse, omitiria toda a parte anterior da sua 'nota': para quê, de fato, passar várias páginas a discutir a evolução de exportações que, afinal pouca importância tinham?" "Um Passo em Frente..." *cit.* p. 108-9

Em sua réplica, Valentin Alexandre critica inicialmente a analogia entre o comércio marítimo da Grã-Bretanha com a América Latina e o do império luso-brasileiro. Trata-se, na opinião deste autor uma analogia desnecessária – “é possível apreender diretamente as condições em que se realizava o comércio luso-brasileiro” – e descabida: o comércio entre Portugal e Brasil era *regular e estável*, pois repousava em circuitos comerciais “solidamente estabelecidos”. Os exportadores portugueses possuíam representantes no Brasil que, mediante estimativas dos resultados das safras de açúcar e algodão (principal determinante da procura por artigos importados), indicavam as condições do mercado brasileiro: “o confronto entre o comércio da Grã-Bretanha com a América Latina e o de Portugal com o Brasil” – acrescenta Valentin Alexandre – “serve precisamente para mostrar a diferença que vai de um tráfico que se faz por contrabando ou que tenteia os primeiros passos na legalidade, desconhecendo os mercados locais, sem apoios seguros, por isso instável e arriscado, e um outro firmemente implantado, seguro e estável. Finalmente, o argumento de Pedro Lains acaba por revelar-se excelente – mas contra a idéia da eficácia do contrabando inglês por ele tão apregoada nas páginas anteriores da ‘nota’”.⁴⁵⁷ De fato, no caso, trata-se de duas formas de comércio bastante diferentes, e a analogia só serve para enfraquecer a argumentação de Pedro Lains. Por fim, Valentin Alexandre reconhece que a inexistência de estimativas confiáveis sobre os montantes globais da produção industrial portuguesa impede a quantificação precisa da importância das exportações. No entanto, “todas as fontes da época, de ordem qualitativa, afirmam inequivocamente a importância do mercado do Brasil para a indústria metropolitana.”⁴⁵⁸

Com base nos elementos discutidos até aqui, podemos prosseguir. Vimos que, para Valentin Alexandre, ao contrário do que sustenta Borges de Macedo (e, de certo modo, Pedro Lains), a indústria portuguesa nos últimos anos do pacto colonial estava visceralmente atrelada à economia brasileira. O vigor de Lisboa dependia de sua função de entreposto comercial entre o Brasil e a Europa, estabelecida artificialmente pela dominação colonial. Além disto, o mercado brasileiro era *determinante* para a indústria portuguesa, particularmente no que diz respeito à tecelagem de algodão e de linho.⁴⁵⁹ A importância de tal mercado para a agricultura portuguesa (vinho principalmente) era relativamente menor, mas longe de ser desprezível. Valentin Alexandre é enfático:

⁴⁵⁶ Pedro LAINS “Foi a Perda...” *cit.* p. 100

⁴⁵⁷ Valentin ALEXANDRE “Um Passo em Frente...” *cit.* p. 109

⁴⁵⁸ *cf. ibid* p. 109-10.

⁴⁵⁹ *cf. ibid* p. 770-1; 790

“No balanço final, não será exagerado classificar de dramáticos os efeitos da ruptura do sistema imperial para a economia portuguesa. Antes de mais, com o colapso do comércio de produtos coloniais *desaparece uma das principais fontes de acumulação de capital*, afetando duramente a burguesia mercantil da praça de Lisboa, tanto portuguesa como estrangeira (não será por acaso que a feitoria inglesa aí estabelecida se extingue por esta altura, enquanto a do Porto, ligada ao comércio direto com a Grã-Bretanha, subsiste de fato, embora não de direito).

Consequências não menos importantes terá tido a perda de um mercado protegido para a indústria portuguesa como era o do Brasil. Neste setor, o ponto de maior relevo está na agonia do têxtil do algodão. Já razoavelmente implantada no país, no começo de oitocentos, favorecida pela proteção absoluta de que gozava tanto no mercado metropolitano como no colonial e pela matéria prima barata de que dispunha, proveniente do Brasil, a indústria algodoeira atravessava então uma fase crítica, em que tanto parece possível um arranque decisivo, a manterem as condições propícias, como o desencadeamento da crise, dada a vulnerabilidade face à concorrência inglesa. Vimos como o têxtil de algodão nacional resistiu bem, a avaliar pelas exportações para o Brasil, *enquanto subsistiram os mecanismos de proteção; e como esta resistência foi aniquilada, quando eles cessaram, pela invasão dos produtos britânicos*. O ponto de viragem, neste caso, não está na abertura dos portos brasileiros (...), mas no tratado de comércio de 1810, que abre aos tecidos de algodão ingleses os mercados de Portugal e do Brasil. *Setor chave da primeira fase da revolução industrial, indústria nascente em Portugal, o têxtil de algodão foi atingido em cheio, mal sobrevivendo nas épocas seguintes. Com ele, é toda a industrialização do país que fica afetada.*”⁴⁶⁰

Portanto, ao perder o controle sobre sua principal colônia, Portugal ficou em uma posição extremamente desfavorável frente às novas condições impostas pelo capitalismo concorrencial do século XIX: acabou ocupando uma posição *dependente* no sistema internacional, isto é, Portugal foi convertido em um simples fornecedor de produtos primários.⁴⁶¹

Esta conclusão aproxima Valentin Alexandre das interpretações de Fernando Novais e de José Jobson de Andrade Arruda. Mas o consenso é atingido apenas neste grau de generalidade, pois diferenças importantes separam aquele desta dupla de historiadores brasileiros. Para entendermos estas diferenças, partiremos da crítica de Valentin Alexandre à concepção de *crise do Antigo Sistema Colonial*, que, como vimos no capítulo 3, foi desenvolvida por Fernando Novais. Tal conceito pressupõe a existência de

⁴⁶⁰ *ibid* p. 792 (grifo meu)

⁴⁶¹ *cf. ibid.* Assim, para Valentin Alexandre, “é em termos de *derrota estratégica*, na luta por um desenvolvimento auto-centrado, que deve pensar-se a ruptura provocada pela abertura dos portos do Brasil e pelo tratado de 1810” *ibid.*

variadas *tensões internas*, que forcejam no sentido do desatamento dos laços coloniais e que, acima de tudo, manifestam-se em todas as esferas da existência social: da econômica à esfera política e cultural. No plano econômico, a crise, fruto da deterioração definitiva do Antigo Regime, advém da diversificação da produção colonial, que torna possível a emergência das contestações políticas ao sistema colonial: as diversas inconfidências que marcaram o final do século XVIII, inspiradas pela crítica iluminista de raiz francesa (e, também, influenciadas pela independência dos EUA). Contrapondo-se a esta tese, Valentin Alexandre afirma que o conceito de *crise global* deve ser circunscrito a situações onde há a “transposição de um certo limiar de tensões, com ameaça de ruptura do sistema, a nível econômico ou político, ou em ambos simultaneamente”; comprovada por um estudo empírico.⁴⁶²

Não é, na visão deste autor, o que ocorre com o império luso-brasileiro. Na esfera econômica, não se pode falar de crise antes de 1808. Além disso, se há crise, ela não advém da deterioração das relações luso-brasileiras, *mas da pressão britânica sobre Portugal*. Do ponto de vista político, a situação é menos evidente mas, mesmo assim, *nunca houve nenhuma contestação séria à dominação portuguesa*. As Inconfidências nunca passaram de agitações locais, isoladas no tempo e no espaço que, em sua maioria, respondiam às tensões da própria sociedade colonial.⁴⁶³ Tanto que, mesmo nas situações mais graves, a metrópole confiou nas formas tradicionais de defesa das colônias, isto é, a repressão posta em marcha pelas forças locais. Logo, para o autor, se não existem tensões internas, não se pode falar em crise do sistema colonial.

⁴⁶² *ibid* p. 78. Para o historiador português, a interpretação de Novais não é científica, no sentido de não poder ser falseada: “Na lógica da tese [de Fernando Novais] não é, na verdade, necessária qualquer comprovação empírica da existência da crise: ela é simplesmente deduzida em abstrato da incompatibilidade entre as estruturas do capitalismo industrial e as do antigo regime colonial. Realidade mais profunda, a crise sobrepor-se-ia à dinâmica aparente de cada sistema, a tudo que se passa aos níveis dos fatos ‘visíveis’, verificáveis. Formulada nestes termos, a teoria torna-se irrefutável pela investigação histórica concreta – mas é também muito duvidoso o seu valor operativo, no quadro desta mesma investigação.” *Ibid*. Jorge PEDREIRA corrobora esta crítica: “No cerne da tese de Fernando Novais encontra-se uma definição de crise que, como já notou Valentin Alexandre, não carece de demonstração. Nesta definição, a crise do antigo sistema colonial português apresentava-se como uma fatalidade, que haveria de decorrer mais tarde ou mais cedo da Revolução Industrial britânica. A inexorável lógica de expansão do novo capitalismo industrial arrastaria o colapso dos impérios coloniais na sua forma mercantil tradicional.(...) Essa interpretação assenta num raciocínio teleológico, que reconstrói os processos e os acontecimentos à luz do conhecimento antecipado do seu desfecho: se o sistema colonial entrou em colapso depois das invasões francesas, então a crise era forçosamente anterior.” *Estrutura Industrial...* cit. p. 305-6

⁴⁶³ *cf. Os sentidos...* cit. p. 80. No julgamento de Valentin Alexandre, em *todas* as inconfidências o componente nacionalista é marginal, principalmente como *elemento ideológico aglutinador*, que serve como cimento para ocultar as tensões sociais mediante a polarização com um inimigo externo.

Não há, portanto, nem crise nem decadência do império. Então, como ele ruiu? Por “forças externas”: as guerras napoleônicas comprometeram o sistema europeu de equilíbrio de poder, impossibilitando a preservação da política portuguesa de neutralidade. Trocando em miúdos: os efeitos das guerras napoleônicas destroçaram o império português. Assim, a desagregação do império é fruto de sua *vulnerabilidade estrutural*.⁴⁶⁴ Toda a política do Estado português girava em torno de 4 vetores estratégicos:

- (1) A defesa da metrópole perante a “vontade expansionista” espanhola, particularmente depois da aproximação deste reino com a França (tratado de Utrecht (1713)).
- (2) Proteção dos tráficos coloniais, um elemento vital para a economia lusitana.
- (3) Fixação de limites territoriais favoráveis para o Brasil. Nesta caso, era fundamental impedir a penetração francesa na Amazônia, a partir da Guiana e, também, consolidar o extremo sul, às margens do Rio da Prata.
- (4) Preservação, na África, dos pontos de suprimento de cativos, “a mola real de todo o sistema”.

Devido às dimensões de Portugal, esta estratégia não poderia ser posta em prática sem “apoios externos”, cuja fonte principal era a Grã-Bretanha, basicamente a partir dos acordos firmados no século XVII, que configuravam uma realidade em constante transformação, fato que exigia constantes ajustes diplomáticos.

Portanto, em última análise, *tudo repousava em torno da preservação da aliança anglo-portuguesa*, que dependia de três condições principais: (1) a permanência do interesse britânico pela preservação do sistema imperial português. Inicialmente, este interesse era garantido pela importância do mercado brasileiro para os ingleses. Contudo, no fim do século XVIII, com o esgotamento das minas de ouro no Brasil e, também, pelo fato de os tecidos de algodão terem ficado de fora dos privilégios acordados pelo tratado de Methuen, o interesse pela preservação do império luso-brasileiro ganhou uma dimensão prioritariamente *estratégica*, isto é, evitar a preponderância francesa na península ibérica. Os portos portugueses eram vitais para a marinha britânica; (2) do lado

⁴⁶⁴ “É o conceito de vulnerabilidade, e não o de crise, o que nos parece melhor exprimir a situação do império português sul-atlântico e o tipo de dificuldades com que se defronta – uma vulnerabilidade permanente, estrutural, que já vem da origem do sistema, no século XVII, revelando-se mais claramente em todas as épocas de conflito internacional aberto à escala europeia, e que se acentua no início do século XIX, levando ao colapso de 1807” *ibid* p. 93.

português, a aliança destinava-se sobretudo para proteger o império e a metrópole da Espanha e da França; (3) a correlação global de forças no teatro europeu. O fortalecimento da França poderia por tudo a perder, por motivos óbvios. Mas, “paradoxalmente”, a hegemonia britânica também era uma ameaça, pois poderia desvalorizar a importância de Portugal para a Grã-Bretanha.⁴⁶⁵ Entretanto, a situação imediatamente anterior à Revolução Francesa era favorável para Portugal. A aliança inglesa sobreviveu e as malhas de dependência política e econômica que dela derivavam foram momentaneamente afrouxadas. Simultaneamente, o “perigo espanhol” foi abrandado.⁴⁶⁶ Além disto, como já vimos em diversas ocasiões, o comércio externo português mostrava sinais de franco progresso. Tratava-se de um quadro favorável, mas que não eliminava a vulnerabilidade estrutural do império português. Tudo mudou com a ascensão de Napoleão e, em 1807 o ponto crítico foi atingido. Ao consolidar sua posição na Europa Central e estabilizar suas forças no leste (Tratado de Tilsitt), os franceses puderam concentrar suas atenções na península ibérica. Rapidamente as bases da política de neutralidade – possível por causa da posição marginal de Portugal no teatro estratégico europeu – foram destruídas. Assim, de acordo com Valentin Alexandre, é este quadro geral – e não uma crise global – que desencadeou a transferência da Corte para o Brasil e o fim do império luso-brasileiro.

4.2.2 - Do outro lado do Atlântico: as interpretações dos historiadores brasileiros

Antes de discutirmos a perspectiva de Fernando Novais e de José Jobson de Andrade Arruda, faremos um breve balanço do que foi analisado até aqui. O único ponto consensual é a existência de uma fase de crescimento mercantil na passagem do século XVIII ao XIX. Não há acordo sobre a periodização e, sobretudo, sobre a *natureza* deste

⁴⁶⁵ cf. *ibid* p. 93-5. Para o autor, quanto ao perigo da hegemonia britânica alterar a estratégia dos ingleses, que, neste caso, poderiam ver com bons olhos a destruição do império lusitano, “não se trata de uma hipótese de escola: veremos que algo de muito semelhante terá lugar em começos do século XIX; e, ainda no século XVIII, a situação criada pela vitória britânica na guerra dos Sete Anos aproximar-se-ia da que delineamos, pelo menos aos olhos dos governantes de Lisboa – no caso concreto, o marquês de Pombal que, impressionado pelas ações militares inglesas contra os domínios franceses e espanhóis e sugestionado por informações facultadas pelo governo de Madri sobre os planos de comandos navais de Londres para a América do Sul, chegou a temer seriamente um ataque direto da Grã-Bretanha ao Brasil, e em particular ao Rio de Janeiro.” *Ibid* p. 94-5

⁴⁶⁶ O tratado de Santo Idelfonso (1777) pôs um fim provisório ao litígio na Bacia do Prata, abriu margem para os acordos de “amizade e garantia” e até mesmo possibilitou o incremento do comércio entre os impérios

crescimento: se foi artificial e momentâneo, isto é, fruto de uma conjuntura favorável ao império português ou, pelo contrário, se o crescimento esteve apoiado em mecanismos mais profundos, que atestam uma transformação estrutural em curso.⁴⁶⁷ Frente a esta questão, numa primeira aproximação do problema, podemos situar Borges de Macedo, Valentin Alexandre, Jobson Arruda e Fernando Novais do mesmo lado. No entanto, apesar de destacar os elementos mais duradouros em detrimento dos aspectos conjunturais, Borges de Macedo *nega* que o crescimento mercantil português poderia completar o processo de industrialização lusitano (conclusão que, como vimos no início deste capítulo, por outros meios, Jorge Pedreira endossa). Valentin Alexandre, pelo contrário, sugere que a desintegração do império luso-brasileiro teve como consequência a “derrota estratégica” do Estado português rumo a um “desenvolvimento auto-centrado”. A implicação é que, mantida a unidade do império, Portugal poderia ter levado a cabo o seu processo de industrialização e conquistado uma posição privilegiada na economia mundial.⁴⁶⁸ José Jobson de Andrade Arruda, *neste ponto em particular*, concorda com Valentin Alexandre:⁴⁶⁹ a preservação do mercado brasileiro “poderia levar Portugal aos umbrais da Revolução Industrial”. Fernando Novais, como vimos no capítulo 3, em outro ambiente intelectual, já havia exposto esta idéia nos artigos que antecederam a publicação de *Portugal e Brasil e a Crise do Antigo Sistema Colonial*.

rivais. Os casamentos de 1785 - que ligaram as casas reais de Madri e Lisboa - não eliminaram o perigo espanhol, mas postergaram esta ameaça “para um futuro mais ou menos longínquo” *cf. ibid* p. 95-7.

⁴⁶⁷ A investigação sobre a *natureza* do crescimento mercantil do final do século XVIII demorou a ganhar destaque na historiografia lusitana, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde ela sempre ocupou um papel importante *cf.* Jorge PEDREIRA *Estrutura Industrial...* cit. p. 368. Não há espaço para desenvolver o tema aqui. Faremos apenas um balanço sumário da discussão, o qual deve muito à minuciosa discussão empreendida por José Jobson ARRUDA (*cf. O Brasil no Comércio...* p.) Como é notório, Roberto Simonsen chega a *negar* a existência de tal crescimento. Celso Furtado vê apenas uma prosperidade aparente (“falsa euforia”), explicada fundamentalmente por fatores conjunturais (o que o aproxima da primeira visão supracitada). Caio Prado Jr, ao combinar os efeitos conjunturais com as transformações mais profundas (Revolução Industrial, redução no custo dos transportes, cultura do algodão no Brasil etc.), imprime uma nova direção à discussão e inaugura a linha seguida por Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda: a expansão comercial era o reflexo de transformações estruturais profundas, que selaram definitivamente o destino do Antigo Regime.

⁴⁶⁸ Jorge PEDREIRA ressalta este aspecto: “Efetivamente, o problema central levantado pelo estudo de Valentin Alexandre, que originou o debate com Pedro Lains, não estava na dimensão do colapso, na medida da quantificação dos prejuízos, mas na idéia – *que em termos lógicos é independente desta medida* – de que na perda do império brasileiro residiria ‘um momento crucial do subdesenvolvimento português’ (...) Nesta argumentação está subentendida a premissa de que a não ter acontecido esta ruptura, Portugal achar-se-ia em condições de encetar a caminhada para o desenvolvimento econômico moderno. Em causa está também, portanto, a natureza da prosperidade anterior.” *Estrutura Industrial...* cit. p. 366-7

⁴⁶⁹ *cf.* J. Jobson de Andrade ARRUDA “Decadência ou crise...” cit. p. 72

Já discutimos os parâmetros básicos do Antigo Sistema Colonial. Resta agora articular a discussão geral com o problema específico que nos ocupamos nas últimas páginas: a expansão do comércio colonial luso-brasileiro que marcou o final do século XVIII. Para dar conta deste tema é fundamental atentarmos para o *novo padrão de colonização* que, sem romper com os fundamentos do Antigo Sistema Colonial, começa a tomar forma neste período. Do ponto de vista da economia colonial, a grande questão é explicar o que determinou a elevação das exportações a partir de 1796, já que ouro começava a declinar e o açúcar passava por uma leve ascensão, mas que não era suficiente para explicar o comportamento econômico verificado. Para Jobson Arruda, só há uma resposta: a diversificação da produção colonial e a rearticulação das relações entre a colônia e a metrópole, um processo imbricado que produz efeitos diversos – porém complementares – na metrópole e na colônia.⁴⁷⁰

A diversificação da produção colonial envolveu o *renascimento agrícola*: a pauta de exportações amplia-se consideravelmente (chegando a um total de 125 produtos diferentes) e novos gêneros começam a ganhar importância com relação à categoria *alimentos* (cujo carro chefe era, exatamente, o açúcar).⁴⁷¹ Portanto, o que estava ocorrendo era uma *reestruturação da economia brasileira*: a diversificação na produção agrícola estava preenchendo paulatinamente o espaço antes ocupado pela mineração, que “deixara de ser a mola mestra da economia portuguesa”.⁴⁷² Jobson recusa, portanto, a imagem de um crescimento econômico artificial e momentâneo: as transformações na economia colonial (e metropolitana) são uma resposta às transformações estruturais: a Revolução Industrial, o crescimento demográfico europeu e a melhoria das condições de transporte marítimo.⁴⁷³ Assim, de acordo com Jobson Arruda, todos os efeitos conjunturais agem “nos limites do condicionamento estrutural”.

⁴⁷⁰ cf. J. Jobson de Andrade ARRUDA “Decadência ou crise...” cit. p. 77

⁴⁷¹ cf. J. Jobson de Andrade ARRUDA *O Brasil...* cit. p. 612-6. Fernando Novais (*Portugal e Brasil...* cit. p. 260 e segs) e Jobson (no livro supracitado) destacam a apologia da agricultura que marca os testemunhos dos contemporâneos a partir da década de 1790, a qual combina-se com o crescente descrédito do ouro como fonte de riqueza.

⁴⁷² “Como é sabido, – escreve Jobson ARRUDA – da preponderância açucareira e aurífera passamos à hegemonia do café. Se insistimos que à crise aurífera e declínio açucareiro seguiu-se uma diversificação, podemos mostrar também que o declínio da diversificação é seguido por uma nova preponderância representada pelo café. *O que também se constitui numa prova de diversificação.*” *O Brasil no Comércio...* cit. p. 621 (grifo meu). Na conclusão do livro, Jobson retoma este argumento: “se adotássemos o esquema tradicional de repartir a economia brasileira em ciclos, seríamos obrigados a insistir para que fosse incluído um novo ciclo, o da diversificação agrícola, entre o ouro e o café” (p.677)

⁴⁷³ cf. *ibid* p. 636

Resta agora explorarmos o *novo vínculo* entre Portugal e Brasil, que está na base de todas estas transformações. A diversificação da produção agrária e, particularmente, a produção brasileira de algodão foi, seguramente, uma resposta aos estímulos da industrialização britânica e ao crescimento populacional europeu, fatores que transformaram os padrões de consumo que vigoravam no Antigo Regime. Mas este quadro geral encobre um aspecto importante: a diversificação na agricultura respondia também à demanda da nascente indústria portuguesa, fato que se consubstanciou na alteração das relações bilaterais Brasil-Portugal: *sem abrir mão do exclusivo*, Portugal passa a consumir matérias-primas e alimentos produzidos na colônia, a qual, por sua vez, torna-se um mercado privilegiado – porque protegido artificialmente – para o consumo da produção industrial lusitana. Com isto, de acordo com Arruda, os mercados integram-se *interna e externamente*: a metrópole concentra a atividade industrial e a colônia diversifica sua produção agrícola. “O novo modelo *não rompe o antigo sistema colonial*. Pelo contrário, fortalece os liames entre a metrópole e a colônia, pré-anunciando a articulação que se tornaria dominante na segunda metade do século XIX, no quadro histórico do neocolonialismo, que tem por atores privilegiados os países industrializados, de um lado, e as colônias afro-asiáticas, do outro. *Significa, portanto, que presenciamos o nascimento histórico de um novo padrão de colonização, que emerge do âmago do antigo sistema, o que talvez explique os entraves estruturais para o seu completo desenvolvimento*”⁴⁷⁴ Este ponto precisa ficar bem claro. A essência do sistema produtivo permaneceu inalterada: ainda predominava a tríade monocultura, latifúndio e escravidão; só que a relevância das pequenas e médias propriedades para a atividade econômica aumentou consideravelmente. A diferença repousa exatamente na relação metrópole-colônia, comandada agora por um *projeto* de industrialização.

A crescente simbiose entre a agricultura brasileira e as fábricas portuguesas foi amparada pela criação das Companhias de Comércio, cuja finalidade básica era, exatamente, “unir os espaços agrícolas e industrial” e, deste modo, possibilitar o desenvolvimento da economia portuguesa. Os resultados não demoraram a surgir: pela primeira vez, Portugal conseguiu inclinar a seu favor a balança comercial com a Inglaterra, causando o espanto dos ingleses.⁴⁷⁵ É exatamente nesta conjuntura que o mercado brasileiro mostrava-se essencial para o projeto lusitano de industrialização: a

⁴⁷⁴ José Jobson de Andrade ARRUDA “Decadência ou crise...” cit. p. 77 (grifo meu)

⁴⁷⁵ cf. *ibid* p. 70

colônia garantia o fluxo regular de matérias-primas e alimentos para Portugal e, na outra via, absorvia os manufaturados portugueses, que, devido ao estágio tecnológico em que se encontravam as fábricas em Portugal, eram de qualidade inferior e preços mais elevados. Em um mercado livre, estas indústrias não poderiam sobreviver. Assim, foi o domínio político imposto ao mercado brasileiro que possibilitou aos portugueses darem os primeiros passos rumo à industrialização. “Destarte,” – escreve Jobson Arruda – “a indústria portuguesa possuía condições para suportar o estágio de desenvolvimento técnico mais avançado da indústria inglesa e resistir à competição. No fundo, o diferencial de desenvolvimento entre as duas indústrias somente se revelaria desastroso para Portugal, no momento em que perdesse a exclusividade do mercado colonial brasileiro. Portanto, considerada esta realidade efetiva, não seria insensato supor que, retido o exclusivo colonial, os entraves existentes em Portugal para a transformação completa do sistema produtivo pudessem ser superados.”⁴⁷⁶ Formulando deste modo a questão, a idéia de que a preservação do sistema colonial *poderia* completar o processo de industrialização português não é descabida.

Haviam, é claro, obstáculos à continuidade destas transformações. Jorge Pedreira, apoiando-se em Vitorino Magalhães Godinho, tem uma certa dose de razão ao destacar a estrutura da sociedade portuguesa como um fator de constrangimento à industrialização: a agricultura portuguesa era ineficiente, o mercado interno era pouco dinâmico; o desenvolvimento tecnológico era incipiente e a mão-de-obra industrial era escassa e, geralmente, recrutada do exterior a peso de ouro. Além disto, o Estado era extremamente autoritário e tinha pouca capacidade de investimento, pois grande parte de seus recursos era consumido para alimentar a rede parasitária que vivia em torno dos cargos públicos.⁴⁷⁷ Mas, como destaca Jobson Arruda, não podemos nos esquecer que Brasil e Portugal formavam um *espaço territorial unificado*: é impossível separar a onda de industrialização que se manifesta em Portugal das transformações ocorridas no Brasil. A continuidade do processo *poderia* transformar a estrutura social portuguesa, do mesmo modo que estava transformando profundamente a economia colonial: no final do século XVIII começaram a surgir pequenas e médias propriedades, o trabalho livre e semi-livre

⁴⁷⁶ *ibid* p. 70. Neste ponto, Jobson Arruda rebate as críticas de Jorge Pedreira, que rechaça este argumento por ser contrafactual: “trata-se de um raciocínio hipotético, assentado em condições históricas concretas. Hipotético, igualmente, seria afirmar que a revolução industrial não ocorreria em Portugal, mesmo que retivesse o domínio sobre o Brasil” *ibid*. Ver também p. 76

⁴⁷⁷ cf. Jorge PEDREIRA *Estrutura Industrial...* cit. Cap. VI

começava a ganhar destaque e os escravos passaram a ser usados na economia mercantil de subsistência.⁴⁷⁸ Tudo apontava para a reestruturação completa da economia colonial, que estava se adaptando à sua nova função: servir de suporte à consolidação definitiva da indústria portuguesa. Mesmo se deixarmos de lado a discussão em torno do *futuro potencial* da economia lusitana, o fato de Portugal não ter conseguido levar a cabo o seu processo de industrialização não invalida os parâmetros básicos do Antigo Sistema Colonial: “Como, entretanto, a colonização se processou dentro de um quadro de aguda competição internacional - a assimilação dos estímulos advindos da exploração do Ultramar caía na arena das competições econômicas e políticas, *podendo os estímulos transferir-se de umas para outras das metrópoles colonizadoras.*”⁴⁷⁹ Portanto, o fracasso de Portugal em ocupar uma posição central na economia-mundo – ou, para usar a expressão de Valentin Alexandre, a “derrota estratégica do Estado português” – não nega os estímulos econômicos provenientes da exploração do Brasil. Isso simplesmente nos obriga a olhar em outra direção: nas relações de Portugal com as demais potências, particularmente com a Inglaterra, que, indiretamente, conseguiu canalizar para dentro de seu território as vantagens derivadas do pacto colonial.⁴⁸⁰

Resta agora tratarmos de um tema nevrálgico: realmente ocorreu uma *crise* – no sentido conferido por Fernando Novais ao termo – do Antigo Sistema Colonial ou, pelo contrário, o Império Português entrou em *decadência*, a qual foi influenciada por elementos internos, mas cujas determinações fundamentais derivaram das transformações do sistema de equilíbrio europeu de poder? No sentido tradicional não podemos falar de *decadência*, pois, como vimos alhures, o crescimento econômico do império não foi meramente conjuntural, pois o período envolveu transformações

⁴⁷⁸ cf. José Jobson de Andrade ARRUDA “Decadência ou Crise...” cit. p. 76

⁴⁷⁹ Fernando NOVAIS “As Dimensões...” cit. p. 25 (grifo meu)

⁴⁸⁰ Neste ponto, Fernando Novais é incisivo: “Alguns autores portugueses e brasileiros assumem, ao esdard a formação brasileira, uma postura fundamentalmente inversa da perspectiva aqui assumida; *o Brasil nunca teria sido colônia, sistema colonial é um fantasma.* Tal visão prende-se, por um lado, à identificação de certas peculiaridades da colonização portuguesa, (...) que são reais, mas que não anulam as linhas mestras do antigo sistema colonial (...), antes devem ser compreendidas a partir destas linhas mestras. Por outro lado, sobretudo em autores posrtugueses de linhagem tradicionalista, esse enfoque resulta da constatação de que Portugal não acompanhou, na época mercantilista, o ritmo de desenvolvimento econômico das principais potências européias: em suma, posto que detentor de extensas colônias, não assimilou os estímulos econômicos para desneceadar no fim do período um processo de industrialização. Ora esse é exatamente um dos problemas capitais da história portuguesa: identificar os fatores pelos quais, apesar da exploração colonial, retrasou-se a metrópole em relação ao conjunto da economia européia. Mas a historiografia conservadora prefere sair do problema negando-o: *é que Portugal não explorava as colônias, ou mesmo quiçá nem tinha colônias.*” *Ibid* p. 18

estruturais importantes, que culminaram com a consolidação do capital industrial na Inglaterra e com a reconfiguração da economia mundial. A solução intermediária – nem crise nem decadência – proposta por Valentin Alexandre não é satisfatória: sua discussão sobre a vulnerabilidade do Império Português à alteração da correlação de forças no sistema de equilíbrio de poder não é, como veremos, suficiente para erradicar o conceito de crise geral da colonização mercantil.

A idéia de crise geral não suplanta a investigação histórica concreta. Muito pelo contrário: ao acentuar a *ruptura*, a investigação torna-se essencialmente *diacrônica* e, neste sentido, somente apreensível por uma perspectiva *totalizante*. O passo inicial é, através da análise da decomposição do antigo sistema, delimitar o *feixe de possibilidades* que se abre à ação humana. Neste estágio da investigação é que se estabelece o *recorte lógico*, o qual delimita o âmbito da investigação e *conduz* os demais: o recorte cronológico e o espacial. Somente desta forma é possível captar o movimento das estruturas e *evitar o anacronismo e a teleologia*. Este raciocínio, que permeia toda a obra de Fernando Novais, foi exposto com clareza pela primeira vez em "Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica" e foi plenamente desenvolvido em *Portugal e Brasil e a Crise do Antigo Sistema Colonial*. Já fizemos uma breve alusão a este procedimento no capítulo 3 deste trabalho, mas este é o momento mais oportuno para desenvolvê-lo. Como vimos, o recorte básico, que norteia a investigação de Fernando Novais é o processo de colonização européia nos quadros da formação do capitalismo. Trata-se de um fenômeno *global*, que envolve todas as esferas da existência social: a colonização não é *exclusivamente* um fenômeno cultural, político, demográfico e econômico, pois ela envolve a transformação quase simultânea de todas estas esferas. O *Antigo Sistema Colonial* é, portanto, um subconjunto deste fenômeno mais geral, que está diretamente ligado à acumulação primitiva de capitais. É dentro desta ordem que se deve circunscrever as diferenças entre os *tipos de colônia do novo mundo* – exploração e povoamento – e sobre a colonização da Ásia e da África, por exemplo, onde *não se produz para o mercado*: as feitorias européias incrustadas ao longo da costa afro-asiática simplesmente mediavam circuitos econômicos distintos. Não se trata, portanto, de *suprimir as provas empíricas*, como sugerem Valentin Alexandre e Jorge Pedreira. O trabalho do historiador é, exatamente, estabelecer as *mediações* entre o geral e o

particular, isto é, circunscrever as manifestações concretas ao quadro geral do qual elas fazem parte.⁴⁸¹

É dentro deste quadro que o problema da *crise do Antigo Sistema Colonial* deve ser pensado. O mecanismo básico da crise já foi explorado no capítulo 3. Resta agora aprofundar a discussão, tendo em vista as objeções de Jorge Pedreira e Valentin Alexandre. Em primeiro lugar, como já foi indicado, o sistema colonial do Antigo Regime é uma estrutura global "subjacente a todo o processo de colonização da época moderna" e, portanto, não consiste apenas nas relações de cada metrópole com as suas colônias. O estudo isolado destas relações é que dá margem a críticas como a de Valentin Alexandre: "Nestas relações particulares – ou, como se diz, nos sistemas coloniais português, espanhol, francês etc. – a crise dá sempre *impressão de vir de fora, porque na realidade procede do desequilíbrio do todo*. Assim, é para os mecanismos profundos da estrutura que devemos voltar-nos primeiramente, para depois irmos nos aproximando com segurança dos casos particulares."⁴⁸² Isto não significa que *todos os fenômenos* estão contidos ou são moldados por esta estrutura: a realidade histórica, por sua riqueza, extravasa os seus limites. As colônias de povoamento, como já mencionamos, "discrepam da tendência geral". Mas tal fato não ocorre somente neste caso: "Mesmo nas colônias de exploração, *que são as típicas*, nem todas as manifestações da vida econômica, política, religiosa etc. exprimem-se segundo as linhas de força do colonialismo mercantilista. Basta pensar em certos aspectos da colonização dos países ibéricos, como, por exemplo, a catequese. *De qualquer modo, o que sustentamos é que a partir do sentido mais profundo do fenômeno, que o esquema interpretativo procura descrever, que se pode analisar e compreender as variações, e não o contrário*."⁴⁸³ Portanto, devido a esta riqueza, o sistema não precisa esgotar suas possibilidades antes de entrar em crise e sofrer uma transformação. Nem todas as metrópoles precisam completar industrialização para que o colonialismo mercantilista entre em processo de desagregação. A concretização da industrialização britânica já foi suficiente para disparar as tensões estruturais que demoliram o capitalismo comercial. Este fenômeno teve uma contrapartida quase

⁴⁸¹ "Nunca será demais insistir" – escreve Fernando NOVAIS – "que esse esquema interpretativo [o Antigo Sistema Colonial] não se propõe como sucedâneo dos estudos monográficos que devem iluminar cada processo específico; nem como modelo adaptável a toda e qualquer circunstância. Antes se apresenta como marco para as reflexões, *ponto de partida e não de chegada*. A tarefa decisiva, já o indicamos, consiste no estabelecimento das mediações que articulam a estrutura fundamental com a flutuação dos eventos." "As Dimensões..." cit. p. 24 (grifo meu)

⁴⁸² Fernando NOVAIS "As Dimensões..." cit. p. 20

imediate do outro lado do Atlântico: uma vez assegurada a hegemonia no teatro europeu, os ingleses tentaram enquadrar as colônias da Nova Inglaterra – “até então bafejadas pela tolerância metropolitana” – nos quadros da colonização mercantilista, fato que despertou o movimento pela independência. A industrialização de uma metrópole e a Independência dos Estados Unidos inauguraram a crise definitiva do Antigo Sistema Colonial, pois estes fenômenos *ultrapassaram completamente o quadro de possibilidades do sistema*.⁴⁸⁴ Animados por este movimento do conjunto, cada processo de desagregação dos laços coloniais irá ganhar um colorido peculiar. Até mesmo os *desvios* só podem ser compreendidos a partir do quadro geral.

Neste ponto, temos de retornar às determinações fundamentais: a estrutura social do Antigo Regime, marcada pela *persistência da sociedade estamental*. Neste caso, a hierarquia social é ainda definida com base no *privilegio*. No entanto, o terceiro estado caracteriza-se por uma *crescente diferenciação de classes*.⁴⁸⁵ Este tipo de estratificação social, que não é mais feudal, mais ainda não é burguesa, só pode ser articulada por uma forma *ultracentralizada* de poder: “A centralização absolutista e a teorização da origem extra-social do poder (direito divino) aparecem como a única possibilidade de manter-se a coesão numa sociedade tão essencialmente heterogênea, porque estruturada a partir de princípios distintos; a *monarquia de direito divino absolutista se funda exatamente neste relativo equilíbrio político de forças sociais, e o pressupõe*.”⁴⁸⁶ O funcionamento do Antigo Sistema Colonial, que, inicialmente, representou uma das bases do poder dos Estados modernos em formação, vai paulatinamente destruindo este equilíbrio precário. A colonização mercantilista favorece o desenvolvimento da burguesia mercantil metropolitana, fortemente tributada pelo Estado. Além disto, devido a natureza do capital mercantil, os rendimentos desta classe são provenientes da circulação: no capitalismo comercial a burguesia *não domina a produção*. O Estado Absolutista, que encorajou este desenvolvimento para aumentar sua base de tributação e preservar a nobreza palaciana (um produto do Rei), com o andamento do processo, passa a ser visto como um empecilho à nova classe: fortemente tributada e tolhida pela forte influência do Estado na economia, os burgueses começam a tomar consciência de seus interesse comuns e, no

⁴⁸³ *ibid* p. 25

⁴⁸⁴ *cf. ibid* p. 25-6

⁴⁸⁵ O Antigo Regime “não é uma sociedade de classes, mas contém classes em seu bojo” *ibid* p. 21

⁴⁸⁶ *ibid*

limite, podem enfrentar o Rei e a aristocracia que gravitava a sua volta,⁴⁸⁷ desencadeando com isto a onda de Revoluções Burguesas e a sua alternativa: as reformas.

Neste sentido é perfeitamente possível falar em *crise geral do Antigo Regime* e, dentro deste quadro mais vasto, situar a desintegração do império luso-brasileiro. Mesmo se admitirmos que a fase final do Antigo Sistema Colonial não promoveria a industrialização portuguesa de acordo com os padrões gerados pela Revolução Industrial britânica, é inegável que a perda do Brasil teve repercussões econômicas importantes em Portugal, as quais *ajudam* a explicar o seu atraso. E, além disto, a própria manifestação da crise revela as características do Antigo Sistema Colonial, na exata medida em que *ela se processa de forma diferente em cada um dos pólos da relação*. José Jobson de Andrade Arruda resume bem a questão: “Em Portugal o que temos, efetivamente, é uma crise de crescimento que se transforma em crise de retração e conduz à reificação nostálgica do mito da decadência, acompanhado pela sensação de um tempo perdido. No Brasil, a crise de crescimento conduz à ruptura do estatuto colonial e a gradativa transformação de sua condição política, rumo à constituição do Estado nacional.”⁴⁸⁸ Este desenvolvimento divergente - que na realidade é típico das contradições do Antigo Sistema Colonial - se expressa no movimento dos preços: o Brasil não acompanha a tendência à queda dos preços experimentada por Portugal e pela economia européia. Isto nos leva a outra dimensão do problema: João Luis Fragoso e Manolo Florentino, membros mais destacados do que se convencionou chamar de escola do Rio de Janeiro, interpretam que este descompasso revela que, ao contrário do que sustentam Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda, o mercado interno da colônia possuía um *dinamismo próprio*, que lhe garantia certa independência da demanda européia.

4.2.2.1 – A polêmica em torno da relevância do Mercado Interno Colonial

Até o momento, privilegiamos uma visão mais abrangente, que parte das características estruturais do Antigo Regime para as peculiaridades do Império Português na era do mercantilismo, onde discutimos as características básicas da economia metropolitana. A partir daqui restringiremos um pouco mais o foco: analisaremos a polêmica em torno do grau de autonomia da economia colonial brasileira. De partida já

⁴⁸⁷ cf. *ibid* p. 22-4

⁴⁸⁸ “Decadência ou crise...” *cit.* p. 78

esbarramos em um problema espinhoso: as sociedades construídas na América resultaram da expansão ultramarina que inaugurou a época moderna. Logo, a sua história só ganha pleno sentido se referida a este quadro mais amplo. Mas, como já apontamos, ao invadir a esfera da produção no Novo Mundo, o capital mercantil acabou criando estruturas sociais progressivamente complexas, cujo comportamento não pode ser reduzido exclusivamente às suas conexões com as metrópoles. Como analisar estas estruturas? Até que ponto – e, devemos acrescentar, *a partir de quando* – a sua reprodução *independe* dos ditames das metrópoles? Na realidade, todas as interpretações relevantes da economia colonial brasileira tocam nesta dupla dimensão do problema, porém a ênfase repousa em um dos extremos: na proeminência do conjunto ou no grau de autonomia da colônia. Recentemente, João Luis Fragoso e Manolo Florentino reabriram esta discussão ao criticarem *todas as interpretações fundamentadas na extroversão da economia colonial*, argumentando que era possível realizar *acumulações endógenas* no espaço colonial, a partir do mercado interno.⁴⁸⁹

Para classificar as interpretações sobre a economia colonial, inicialmente, João Fragoso e Manolo Florentino criam 2 categorias: 1) Interpretações baseadas no Antigo Sistema Colonial (Caio Prado Jr, Celso Furtado, Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello, José Jobson Arruda) e 2) Interpretações baseados no Modo de Produção Escravista (Ciro F. S. Cardoso e Jacob Gorender). Mas, a despeito das diferenças no interior de cada grupo e, sobretudo, entre os dois grupos, todas estas interpretações partilham de alguns pontos em comum: 1) a reduzida relevância do mercado interno; 2) a estreita margem de manobra da economia colonial, cujo comportamento era determinado fundamentalmente pela economia mundial. No caso dos adeptos do Antigo Sistema

⁴⁸⁹ No entender de Maria Yedda Leite LINHARES, José Luis Fragoso é um dos frutos da “década de ouro [os anos 80] da pesquisa histórica realizada a partir das universidades federais sediadas no Rio de Janeiro. Naquele momento reativava-se, em novas bases, a disposição de rever as explicações relativas aos fundamentos da sociedade brasileira, como se estivéssemos tentando dar por encerrado o debate de idéias sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil, debate esse que prevaleceu nos anos 50 e 60. No final dos anos 70, levavam-se em conta propostas concretas de investigação científica [que] (...) em pouco tempo, dez anos talvez, foram postos à prova esquemas explicativos vigorantes de longa data. Entre eles, o de penetração mais profunda nas mentalidades coletivas tinha como ponto inicial a noção, exposta por Caio Prado Junior, e difundida nos meios acadêmicos paulistas por Fernando Antônio Novais, de que o Brasil nascera sob a égide do *capitalismo mercantil*, tendo sido desde seus primórdios determinado de fora para dentro. [A visão de Fragoso é diferente]. Essa visão interiorizada da colônia não passa pela rejeição simples das explicações anteriores, nem tem pretensões messiânicas. O que nosso autor faz é conduzir o leitor para uma percepção ampla do quadro colonial no qual fomos gerados. (...) O quadro apontado é o da colônia que se move, com seus comerciantes e sua lógica própria, forjando mecanismos de acumulação compatíveis com o seu

Colonial, estes traços aparem com mais clareza. Isto não deveria acontecer com os modelos fundados no Modo de Produção Escravista pois um modo de produção precisa possuir base própria, isto é, mecanismos internos que garantam a sua reprodução. Mas, para Ciro Cardoso, o modo de produção escravista colonial é atípico, pois além de suas contradições internas, ele envolve a dimensão da *dependência* (pois é um modo de produção *colonial*), que se materializa na contínua transferência de excedente para a metrópole. As características centrais deste modo de produção podem ser descritas do seguinte modo:

- (1) Coexistência de *dois setores agrícolas*: o sistema escravista dominante, que produz gêneros exportáveis e o setor “camponês”, que é exercido *pelos próprios escravos*, nos dias em que não estão sendo utilizados na produção para exportação.
- (2) As forças produtivas tem um baixo grau de desenvolvimento. O crescimento econômico é fundamentalmente *extensivo*.
- (3) O capital mercantil comanda a lógica do sistema no nível macroeconômico
- (4) A rentabilidade da empresa escravista dependia da sua capacidade redução dos custos de produção (mão-de-obra e insumos), por isto buscava-se a autarquia
- (5) A reprodução do modo de produção dependia do tráfico regular de escravos e envolvia fatores extra-econômicos.

Assim, como podemos ver, o modo de produção escravista colonial, na visão de Ciro Cardoso, não é capaz de reprodução endógena: ele não gera a sua própria força de trabalho – os cativos são capturados em outros sistemas econômicos – e o circuito econômico extravasa os limites da formação econômico social. Jacob Gorender dá um sentido diferente ao adjetivo colonial: não se trata de nenhuma forma de dependência estrutural das economias metropolitanas. Pelo contrário: o mercado interno colonial não é *compatível* com o nível das forças produtivas da empresa colonial. Logo, a produção colonial só pode ser realizada no exterior, isto é, em outros modos de produção. O ponto destacado por Fragoso e Florentino é o seguinte: em todos os casos, a irrelevância do mercado interno colonial e a extroversão da economia é um traço comum.

A partir daí podemos abordar de forma direta a interpretação de Fragoso e Florentino. O primeiro, em *Homens de Grossa Aventura*, faz referência à assincronia entre

os preços do Brasil e da economia colonial com que finalizamos a seção anterior: “O período por nós abordado (1789 a 1840) situa-se em um ciclo de Kondratieff, marcado por uma fase positiva (A), de 1792 a 1815, e por uma outra negativa (B), que se estende de 1815 a 1850. A primeira fase, em meio a guerras e bloqueios, foi marcada, tanto na Inglaterra como na França, pela concentração urbana, por mudanças nos padrões de vida, nos de produção industrial e agrícola, e pela ampliação do comércio. Para o Brasil, essa fase representou uma melhoria da situação internacional de seus produtos agrícolas, especialmente açúcar e algodão, traduzindo-se em uma tendência de alta de preços. Desse modo, pode-se dizer que, na fase A, o Brasil acompanha o ciclo internacional. Entretanto, o mesmo não pode ser dito para o período seguinte (1815-1850), que, em termos de conjuntura internacional (leia-se européia), se traduziria na fase B do ciclo.”⁴⁹⁰ Como a economia brasileira supostamente *não acompanha* a conjuntura mundial, Fragoso julga possível concluir que o grau de autonomia do mercado interno colonial é maior do que usualmente se pensa. Fragoso cita algumas evidências adicionais: (1) havia a possibilidade de o setor agroexportador manter receitas positivas em épocas marcadas pela *queda* dos preços internacionais;⁴⁹¹ (2) o comportamento da economia colonial não pode ser medido apenas pelo setor agroexportador.⁴⁹²

Estas duas características combinadas *possibilitam a acumulação* no âmbito da colônia, através do mercado interno. O eixo dominante é o *escravismo colonial* – isto é, a escravidão presente na *plantation* – que, ao reproduzir-se, engendra *formas não capitalistas de produção*, tais como a produção “camponesa”, o trabalho livre não assalariado, a estância gaúcha e a produção escravista de alimentos. Esta diversidade configura uma *formação econômico-social* que, vista deste ângulo, introduz três categorias:

“*acumulação endógena*: movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção de do seu trabalho excedente no interior da economia colonial;

mercado interno: locus em que se dariam as acumulações endógenas e parte da reprodução da agroexportação. Em razão das relações sociais de produção que lhe dão vida (escravismo, campesinato etc.), esse mercado possui

⁴⁹⁰ João Luis FRAGOSO *Homens de Grossa...* cit. p. 16

⁴⁹¹ Entre 1821 e 31 os preços do açúcar caem a uma taxa anual de 3,1%, mas as receitas de exportação sobem a uma taxa de 2,7% ao ano cf. *ibid* p. 19

⁴⁹² O charque e a farinha – produtos consumidos no mercado interno – atingiram preços superiores ao do açúcar branco, *mesmo antes da transferência da Corte para o Rio de Janeiro* cf. *ibid* p. 19-20

uma natureza não-capitalista. Essa natureza (...) daria ao mercado considerado um caráter restrito e imperfeito;

capital mercantil colonial residente: elemento mediador dos processos de reprodução acima referidos. Essas operações, por se realizarem em meio a um mercado interno, possibilitariam a gestação de um grupo mercantil residente na economia apreendida".⁴⁹³

Outro aspecto importante, destacado em *O Arcaísmo como Projeto*, é a ênfase de Fragoso e Florentino sobre o papel do *mercado atlântico* na preservação do escravismo no Brasil. Este mercado desempenhava uma *papel estrutural nos dois lados do oceano*. Durante todo o período de vigência do tráfico de escravos, os europeus raramente apresaram os cativos. Esta tarefa ficava a cargo de Estados africanos que se constituíram em torno desta atividade: a escravidão doméstica preexistente adquiriu traços mercantis, fato que alterou profundamente a evolução do continente africano e gerou um espaço econômico complementar no Atlântico Sul: o "tráfico atlântico era, por definição, afro-americano não porque significava uma migração forçada de africanos para a América, mas sim principalmente porque *desempenhava funções estruturais nos dois continentes*".⁴⁹⁴

Mas um dos aspectos centrais da explicação dos dois autores reside na *peculiaridade de Portugal*: uma sociedade "arcaica" até mesmo para os padrões do Antigo Regime. Com base nas reflexões de Vitorino Magalhães Godinho (*Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*), Fragoso destaca a estrutura social atípica de Portugal: os camponeses representavam apenas 1/3 da população – divergindo do padrão demográfico predominante na Europa Ocidental. Os 2/3 restantes eram compostos pelo clero, fidalgos, mercadores (1/3); artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores e ociosos (1/3). Desse modo, como Jorge Pedreira e Borges de Macedo, Fragoso concluiu que a expansão ultramarina foi gestada para *preservar esta estrutura arcaica, refratária à mudança num sentido capitalista*. "Vemos que se a economia tinha por objetivo propiciar a acumulação prévia na metrópole, não foi esse o seu papel em Portugal. Se tomarmos o século XVIII, veremos uma Inglaterra em pleno *take off* contraposta a uma economia portuguesa que, apesar do polêmico projeto pombalino, parece caminhar na direção oposta, ou seja, do não-capitalismo. Neste século, encontramos em Portugal o predomínio de mundo agrário, em princípio típico do Antigo

⁴⁹³ *ibid* p. 26-7.

Regime, onde a aristocracia detém metade das terras, e seus pares eclesiásticos outro terço. A cidade, por seu turno, não se desenvolve mantendo suas funções eminentemente mercantis e administrativas. Ali, a indústria ainda sinônimo de produção artesanal, assentada em pequenas e médias oficinas, sendo a manufatura mais complexa uma exceção. *Singular situação, tratando-se do primeiro estado nacional europeu, da economia pioneira na expansão marítima do século XV, que, por conseguinte, conheceu muito precocemente o desenvolvimento do capital mercantil*⁴⁹⁵ Portanto, o papel da transferência da renda colonial para Metrópole não foi engendrar o capitalismo, mas sim alterar a sociedade portuguesa para preservá-la no tempo, isto é, a colonização serviu para garantir a “hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo.”

Toda esta estrutura social – esse “panorama parasitário”, nas palavras de Fragoso – gravitava em torno do Estado, que ocupa um espaço privilegiado na atividade comercial: no século XVI, mais da metade da renda do Estado dependia do comércio marítimo, fato que não mudou até a segunda metade do século XVIII. Portanto, o Estado *não dependia da renda fundiária*, fato que tornava possível a concentração das terras nas mãos da nobreza e do clero e o conseqüente reforço da estrutura agrária tradicional. Porém, como a forte presença do Estado na economia *inibia a iniciativa privada*⁴⁹⁶ e estimulava o crescimento da burocracia e do consumo conspícuo, “o Estado surge como variável fundamental para a própria reprodução da sociedade pré-capitalista”. Mas tudo isto tem uma *raiz interna*: as alianças das facções dominantes da estrutura agrária e os comerciantes. A figura que ilustra tal ajuste é o *fidalgo-mercador*, que permite que a aristocracia agrária – direta ou indiretamente – participe da exploração do comércio ultramarino.⁴⁹⁷ Logo, a realidade portuguesa era permeada pelo predomínio de uma

⁴⁹⁴ cf. João Luis FRAGOSO & Manolo FLORENTINO *O Arcaísmo como Projeto* 4ª.ed (revista e ampliada) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 p. 132-48

⁴⁹⁵ João Luis FRAGOSO *Homens de Grossa...* cit. p. 80 (grifo meu)

⁴⁹⁶ João Fragoso argumenta que a presença do estado na economia engendra uma contradição: “por depender do imposto sobre as atividades econômicas, sua prosperidade se assentava no crescimento destas. Ao atuar como empresário, o Estado restringia a sua própria capacidade de captação de impostos, isso sem contar a decorrente inibição de uma acumulação mercantil privada” *ibid*

⁴⁹⁷ “Claro está” – escreve Fragoso – “que na base deste Estado encontramos uma categoria peculiar à Península Ibérica, qual seja, a figura do fidalgo-mercador. Sua origem remonta à Expansão Marítima do século XV, que, do ponto de vista da aristocracia fundiária em crise, servia para contrbalançar a queda das rendas agrícolas em função da depressão agrária. *A passar para o século XVIII, vemos a sedimentação dessa categoria do fidalgo-mercador.* Já então a tividade agrária era, por si só, incapaz de manter a aristocracia enquanto grupo dominante, pelo que a participação deste grupo (...) na exploração do comércio ultramarino deixará de ser eventual para se transformar em condição *sine qua non* para sua sobrevivência.” *ibid* p. 82

mentalidade pré-capitalista, onde ascender socialmente implica tornar-se membro da aristocracia e que, portanto, transferia recursos da atividade mercantil para “atividades de cunho senhorial, que muitas vezes se esterilizam”. Esta estrutura social modela a colonização: “A partir deste quadro geral, torna-se claro o contorno que, do ponto de vista das elites portuguesas, deveria ser assumido pela colônia brasileira. Se temos em conta que tal tipo de sociedade começa a se definir em Portugal na virada do século XV para o seguinte, tanto a hegemonia lusa sobre o comércio com o Oriente quanto, logo depois, a própria colonização brasileira passam a ter um novo significado. Estes são fenômenos que, antes de mais nada, devem prover a economia e a sociedade portuguesas daqueles recursos capazes de sedimentar tal estrutura parasitária, vista agora não mais como anacronismo, mas sim como projeto social.”⁴⁹⁸ Assim, como já indicamos, o argumento básico é o mesmo usado por Jorge Pedreira: *não haviam condições internas favoráveis à gestação do capitalismo em Portugal*. Quanto mais sólido o sistema colonial, mais rígida a estrutura arcaica da sociedade portuguesa.

Esta mentalidade arcaizante projeta-se para a colônia, a ponto de *impedir* que a estrutura econômica da formação social brasileira possa ser compreendida de forma autônoma, isto é, destacada dos aspectos não econômicos que determinam o seu funcionamento: a reprodução do sistema econômico está visceralmente ligada à reiteração de uma hierarquia extremamente excludente, que nutre-se dos empreendimentos coloniais fundamentalmente para preservar a sua posição social. O lucro não era o único objetivo do investimento: “tornar-se senhor de terras e de homens representava também adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada”.⁴⁹⁹ Assim, o capital mercantil era, dentro desta estrutura, uma forma subsidiária de obtenção de *status*: “Se é certo que o capital mercantil é uma categoria antediluviana, e está presente em toda e qualquer economia onde existe produção e circulação de mercadorias, é certo também que os comerciantes, enquanto grupo social, não possuem exatamente essa existência “a-histórica”. Isto é, os comerciantes compõem sempre um grupo social historicamente definido, ou melhor, redefinido pela estrutura econômica e social em que vivem. *Desse modo, no escravismo colonial, esses negociantes estão*

⁴⁹⁸ *ibid* p. 83.

⁴⁹⁹ *cf. ibid* p. 35. Sobre a formação desta elite, consultar João Luis FRAGOSO “A Formação da Economia Colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite colonial (séc. XVI e XVII)” in: Maria Fernanda BICALHO, J. FRAGOSO & Maria de Fátima GOUVÊA (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

inseridos em uma sociedade onde as relações de poder assumem o papel de relações de produção e na qual a mobilidade significa tornar-se senhor de homens. A partir disso, torna-se mais fácil perceber a possibilidade de retorno do lucro mercantil (extraído da circulação) à produção, na forma de sistemas agrários escravistas, ou seja, em uma agricultura onde o trabalhador direto se apresenta enquanto homem de outro homem. Tal movimento permite a reiteração física do trabalho não-remunerado. Para o mercador, esse mesmo movimento significa a ascensão social, o transformar-se em senhor de homens e de terras; não obstante, com isso, ele perca dinheiro e deixe de integrar a elite econômica.”⁵⁰⁰ Portanto, por contar com o acesso às redes de tráfico construídas no Atlântico-Sul, a sociedade estruturada na “formação econômico-social do sudeste brasileiro” era ainda mais resistente à mudança do que a sociedade lusitana. Os homens de grossa aventura – o setor social que concentrava o capital residente – investiam continuamente em meios políticos destinados a criar barreiras sociais capazes de congelar o arcaísmo da sociedade brasileira.

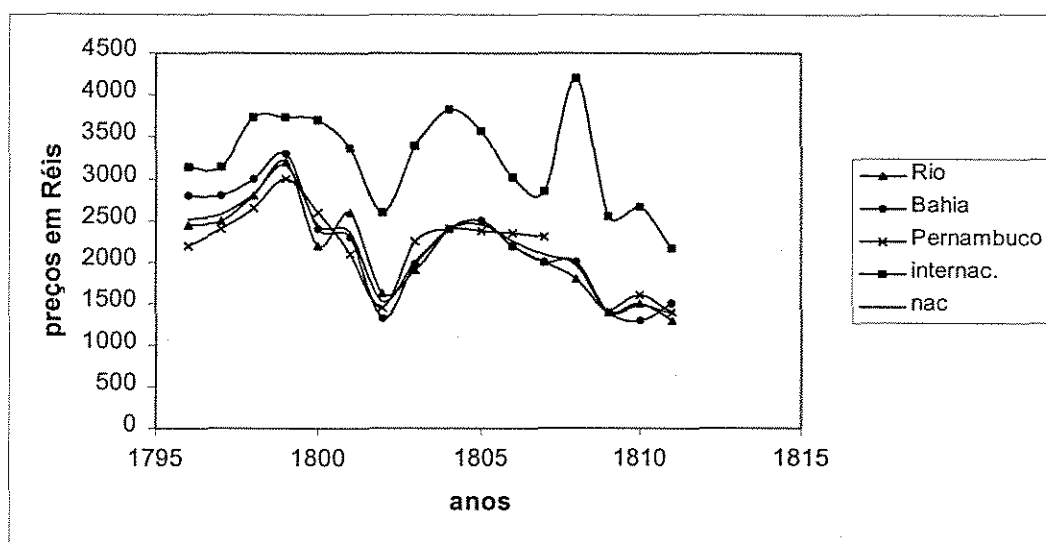
Na realidade, toda a interpretação geral de Fragoso e Florentino repousa em dois pilares: as séries de preços do açúcar e do café que, supostamente, demonstram a autonomia dos ciclos econômicos do Brasil e a justificativa sobre a *representatividade* do período (1790-1830) e da região estudada (a praça mercantil do Rio de Janeiro). Quanto ao primeiro aspecto, é possível apresentar diversas objeções. A primeira delas diz respeito ao início e às características da série utilizada por Fragoso em *Homens de Grossa Aventura*. De acordo com os números fornecidos por este autor, os preços do açúcar no Brasil entre 1821 e 1831 *caem a uma taxa de 3,1% ao ano*, enquanto as receitas deste produto sobem a uma taxa de 2,7% a.a. (o volume aumenta em 5,6% a.a.). O café, no mesmo período, apresenta uma queda nos preços a uma taxa de 7.4% por ano, enquanto o volume apresentou um acréscimo de 13,8% ao ano. O açúcar exportado pelo Rio de Janeiro entre 1799 e 1811 apresenta os seguintes índices: Preço- 5,7 a.a.; Receitas -19,9% a.a.; Volume -23,2% a.a.⁵⁰¹ Mas o procedimento adotado por Fragoso para chegar a estes números é bastante incomum: a série de dados se inicia em 1796 e não há nenhuma justificativa, teórica ou mesmo prática, para partir de 1799. Se a os três anos anteriores fossem incluídos, *a queda na taxa seria menos pronunciada*, e o

⁵⁰⁰ João Luís FRAGOSO *Homens de Grossa...* cit. p. 36

⁵⁰¹ cf. José Luis FRAGOSO *Homens de Grossa ...* cit. p. 19-20

argumento em prol da assincronia dos ritmos teria um base de sustentação menor.⁵⁰² Mas o problema não reside apenas nisto: a atribuição de uma taxa única e constante ao longo do tempo *não é um bom índice para representar o movimento dos preços*.⁵⁰³ Na realidade, levando em conta a variação dos preços em uma escala de tempo maior, o único período que, a primeira vista, poderia dar alguma sustentação ao argumento de Fragoso e Florentino foi o biênio 1808-9, onde os preços europeus subiram e os preços no Brasil caíram. Mas isto não deveria surpreender ninguém, já que nesta época o Bloqueio Continental gerou escassez de açúcar na Europa e abundância na América (ver Gráfico 2).⁵⁰⁴

Gráfico 2 – Variação dos Preços de Açúcar Branco entre diversas regiões (1796-1811)⁵⁰⁵



O segundo pilar da interpretação destes dois autores também não é muito sólido. Em primeiro lugar, a praça mercantil fluminense era o *principal porto da América do Sul*, o que impede tirar conclusões sobre a economia colonial brasileira como um todo a partir de uma região tão peculiar. O período da análise também não é dos mais favoráveis:

⁵⁰² cf. Eduardo Barros MARIUTTI; Luiz Paulo F. NOGUERÓL & Mário Danieli NETO “Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino” *Estudos Econômicos* Vol. 31 No. 2 (2001) p. 375-6.

⁵⁰³ “A atribuição de uma taxa única e constante ao longo do tempo nos parece equivocada por duas razões: em primeiro lugar, porque, para o produtor, supondo que as variações chegassem a ele e, portanto, não fossem amortecidas pela atuação do capital mercantil, não havia motivos para supor que a queda se manteria indefinidamente. Em segundo lugar, porque a taxa constante se supõe representativa dos movimentos de preço quando de fato não o é. Para que fosse, seria necessário que houvesse, a nosso juízo, uma distância vertical menor entre os valores reais e aqueles derivados da taxa mencionada.” *Ibid* p. 376.

⁵⁰⁴ cf. *Ibid* p. 381

Fragoso e Florentino escolheram exatamente a fase derradeira do Antigo Sistema Colonial como marco para as suas reflexões sobre a natureza da economia colonial! 1808 marca não só o fim do Antigo Sistema Colonial (Abertura dos Portos) como também a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, fato que *multiplicou a demanda* e favoreceu o mercado interno. Além de tudo isto, como ressaltou Stuart Schwartz, o rápido desenvolvimento da agricultura que se seguiu à Revolta de São Domingos (1792) alavancou as exportações brasileiras, estimulou o comércio de escravos que, por sua vez, aqueceu o mercado interno. Não bastassem estas razões, Schwartz adiciona outra, igualmente importante: a política pombalina de estímulo ao comércio luso-brasileiro contribuiu positivamente para o fortalecimento dos comerciantes cariocas. “Fragoso enxerga” – conclui Schwartz – “os padrões inerentes à situação que descreve mais como características estruturais do Brasil colonial do que como aspectos de uma conjuntura cronologicamente limitada. Como resultado, ele superestima a predominância de longo-prazo do capital mercantil e do mercado interno na história colonial situando a década de 1790 em um passado remoto, interpretando-a como se fosse representativa da época anterior”.⁵⁰⁶

Há uma última observação a ser feita. A insistência de Fragoso e Florentino em salientar a autonomia dos ritmos da economia colonial e, com base nisto, tentar demonstrar que havia capacidade de acumulação interna aproxima estes historiadores da vertente hoje dominante na historiografia portuguesa: a difundida idéia que, *pelo menos no caso português*, não houve exploração colonial. É evidente que Fragoso e Florentino tentam matizar estas implicações mas, na prática, eles fornecem argumentos adicionais que se encaixam perfeitamente na interpretação de Borges de Macedo e Pedro Lains. Como vimos, para estes dois autores, o mercado brasileiro era praticamente *irrelevante* para a reprodução da economia lusitana, pois alimentava artificialmente a função transitória de Lisboa, uma atividade “cara e desnecessária”. A possibilidade de

⁵⁰⁵ Gráfico publicado originalmente em *ibid* p. 381.

⁵⁰⁶ Stuart B. SCHWARTZ “Somebodies and Nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil” *Latin American Research Review* v. 31, No.1 (1996) p. 32. Além de deixar de lado todos estes importantes elementos, Fragoso usa um argumento bastante questionável para legitimar a a representatividade de seu estudo: os elementos constitutivos da economia colonial que fundamentam as interpretações clássicas são preservados no século XIX e inclusive ultrapassam 1830, o marco final de seu estudo. O efeito é oposto ao esperado: *todos os interpretes clássicos, cada um a seu modo, destacam as peculiaridades do século XIX*. Assim, a linha divisória entre estas interpretações e a posição de Fragoso e Florentino é imaginária e artificial cf. MARIUTTI, Eduardo B., NOGUERÓL, Luiz Paulo F. & NETO, Mário Danieli “Mercado Interno Colonial...” *cit.* p. 383-4; 387-9.

acumulação endógena na colônia complementa este raciocínio, pois dá mais sustentação à tese de que não havia uma *conexão estrutural* entre a metrópole e a colônia. Conjugando as duas interpretações, chegaríamos à conclusão que a articulação entre Brasil e Portugal não era estruturada em torno do Antigo Sistema Colonial (no sentido conferido por Fernando Novais ao termo), mas por um sistema de comércio baseado no sistema de *entrepósitos*, onde os parcos lucros de Portugal vinham principalmente da *redistribuição* dos gêneros produzidos no Brasil, artificialmente monopolizados pelo porto de Lisboa (esta é, exatamente, a posição de Borges de Macedo). Nesta concepção, a abertura dos Portos não teve um efeito muito disruptivo, pois não havia nenhuma interpenetração mais significativa dos dois espaços econômicos.

4.2.3 – Rumo à semi-periferia

Neste momento tentaremos conjugar as questões gerais discutidas ao longo deste trabalho com a reflexão sobre o Império Português. Praticamente toda a discussão no âmbito da História Econômica sobre a colonização portuguesa está vinculada ao seu resultado econômico final: a *incapacidade* de promover o desenvolvimento industrial lusitano. Geralmente esta é a base das interpretações que sustentam a inexistência da exploração colonial. Mas o fato de Portugal não ter completado o seu processo de industrialização não nega necessariamente a vigência do Antigo Sistema Colonial e, portanto, a exploração, que é a sua base. Isto porque a posição de Portugal no sistema de equilíbrio de poder Europeu sempre foi precária,⁵⁰⁷ fato que *impediu* que os portugueses colhessem todos os frutos derivados do seu sistema colonial. Assim, a preservação da aliança com a Inglaterra - que desde 1640 foi a condição para a preservação da autonomia política lusitana – permitiu que os rendimentos provenientes do império português fossem canalizados para *outra metrópole* que, além de deter um vasto e diversificado império, passou a ter acesso aos recursos gerados nas colônias portuguesas *sem o ônus de administrá-las*. Isto *acelerou a acumulação primitiva de capitais* e ajudou a promover a industrialização britânica. A consolidação da Revolução Industrial comprometeu ainda mais a posição de Portugal na economia-mundo capitalista. A sua importância estratégica para a Grã-Bretanha foi drasticamente reduzida, fato que *diminuiu* sua capacidade de barganha. A invasão francesa simplesmente precipitou os acontecimentos, que já estavam cada vez mais nítidos. Além disto, após a derrota de

Napoleão, os ingleses, de acordo com as suas novas prioridades, passaram a pressionar a abertura dos mercados e a minar os resquícios do Antigo Sistema Colonial. O próprio sistema colonial britânico foi substancialmente transformado: as colônias ganharam maior autonomia política e passaram a gravitar em torno da fusão entre os interesses financeiros e industriais, postos em prática pelos “capitalistas fidalgos.”

Neste sentido, o conceito de semi-periferia cunhado por Wallerstein é extremamente útil para descrever os limites que moldaram a atuação de Portugal na arena interestatal. Como vimos, a semi-periferia possui uma função estrutural na economia-mundo capitalista: por pressionar constantemente o centro, ela acirra a rivalidade internacional e, deste modo, ajuda a estimular as forças produtivas (este é, exatamente, o aspecto ressaltado por Braudel, que diz a mesma coisa usando outra terminologia). Além disto, a semi-periferia atenua os choques entre as máquinas de estado mais poderosas e a periferia. Como? Simplesmente por operar como centro em suas relações com a periferia e como periferia em suas relações com os estados mais poderosos. Foi exatamente este o papel desempenhado por Portugal durante todo o século XVIII e XIX e que, com a independência do Brasil, não pôde mais ser alterado. Ao perder sua principal colônia, *no meio do processo de transformação do Antigo Sistema Colonial*, o processo de industrialização inspirado pelas reformas pombalinas ficou seriamente abalado e, sem contar com o até então protegido mercado brasileiro, não teve forças para resistir à ofensiva da indústria britânica.

Assim, tendo em vista este quadro geral, o fato de Portugal não ter conseguido completar o seu processo de industrialização não nega o Antigo Sistema Colonial, principalmente porque o mecanismo de exploração não envolve exclusivamente a exploração entre Estados ou regiões, mas sobretudo a exploração *entre classes*. Como já indicamos no capítulo 3, do ponto de vista da estratificação social, o quadro delineado durante o Antigo Sistema Colonial é extremamente complexo e variado, pois permite um número muito grande de alianças e coalizões que envolvem praticamente todos os estratos intermediários e superiores. Mas é a *burguesia metropolitana* que concentra a maior parte dos rendimentos derivados do colonialismo mercantilista e, deste modo, progressivamente, se afasta dos demais setores do Terceiro Estado e, principalmente da Nobreza. Mas além desta luta *no interior do aparelho de Estado metropolitano*, a burguesia precisa impor seus interesses no cenário mundial, onde colide com outros

⁵⁰⁷ Toda a análise desenvolvida recentemente por Valentin Alexandre corrobora esta idéia, que não é nova.

estados e outras facções burguesas. Portanto, neste jogo mais amplo, a posição de um determinado Estado no sistema interestatal ajuda a definir os limites de atuação da sua burguesia. Foi num cenário extremamente adverso que a burguesia portuguesa teve de atuar. Além de enfrentar, em Portugal, uma nobreza fortemente estabelecida em torno do estado, dos municípios e que detinha a maior parte das terras aráveis, teve de enfrentar facções burguesas situadas em máquinas de estado mais poderosas do que a portuguesa. Além disto, na última etapa do Antigo Sistema Colonial, com o reforço dos interesses dos colonos – fruto da necessidade de desenvolver as colônias para melhor explorá-las – a posição da burguesia portuguesa ficou muito mais debilitada e, com a Abertura dos Portos, recebeu o tiro de misericórdia.

Se retirarmos as classes do centro da análise, todos os mecanismos de exploração desaparecem. É exatamente por fazer isto que a crítica liberal ao colonialismo e ao imperialismo sustenta que estas atividades não dão lucro. Quanto ao mercantilismo, desde Adam Smith os liberais argumentam que o Estado Mercantilista não promovia o desenvolvimento porque, ao interferir sistematicamente na economia, concentrava os rendimentos nas mãos de poucos em detrimento da maioria da população. Mas este argumento está fora do eixo: o Estado moderno constituiu-se não para promover um suposto interesse geral, mas sobretudo para conter a desagregação da sociedade feudal, inaugurada com a contração do século XIV e ameaçada pelas revoltas camponesas e pelos conflitos intersenhoriais que daí eclodiram de forma mais sistemática. A centralização do poder foi uma tentativa desesperada de preservar a estratificação social, que só pôde ser posta em prática destituindo a nobreza do recurso direto à violência, substituindo a dominação direta por uma poderosa estrutura de repressão capaz de vergar setores da classe dominante e suprimir as revoltas camponesas. Como esta máquina era alimentada por tributos, o fomento ao desenvolvimento econômico fazia parte dos interesses mais imediatos do Estado que, ao agir desse modo, favoreceu a criação da burguesia. Para provar que o estado mercantilista era uma aberração, os liberais deveriam demonstrar que a sua ação *não* favoreceu a criação da burguesia e, deste modo, *não* teve um papel decisivo na formação do capitalismo. Mas o argumento liberal é apresentado às avessas: a crítica ao papel do Estado mercantilista repousa exatamente na sua política sistemática de concentração de renda pelo poder político, um dos mecanismos centrais da acumulação primitiva! O mesmo pode se dizer da crítica liberal ao imperialismo. Gladstone, Cobden e Hobson passaram a maior parte de sua vida

pública denunciando que o imperialismo concentrava os lucros em poucas mãos e distribuía os custos a todos os contribuintes. Ora, mas não foi exatamente para favorecer *determinados setores da burguesia nacional* em um mundo atravessado pela intensa rivalidade internacional que as políticas imperialistas foram postas em prática? Nos dois casos os argumentos mobilizados pelos liberais são baseados em uma sociedade imaginária, sem classes, que não possui nenhum vínculo com a realidade.

Conclusão

O tema central deste trabalho é a relação entre o centro e a periferia na formação do capitalismo. No entanto, esta questão só pode ser pensada com base na distinção entre história econômica e retrospectiva econométrica. Isto porque a intensa e multifacetada polêmica sobre a formação do capitalismo não deriva apenas da complexidade do fenômeno, mas, em muitos casos, também é alimentada pela *indistinção* entre estes dois tipos fundamentalmente diferentes de análise. Demarcar esta diferença não implica denegrir a retrospectiva econométrica em prol da história econômica ou vice-versa. Trata-se de criar um critério – um tanto vago e imperfeito, é importante reconhecer – para possibilitar um diálogo entre estas duas modalidades de reflexão e, também, para aferir até que ponto a discussão está dentro ou fora do eixo analítico ao qual pertence. Neste sentido é impossível, por exemplo, criticar *diretamente* a obra de Patrick O'Brien através da interpretação de Immanuel Wallerstein. O primeiro passo é estabelecer as bases em que as duas interpretações repousam. Em seguida, investigar se há uma correspondência entre estas bases e as respectivas análises. Somente depois de concluídas estas etapas é possível confrontar as duas posições, tendo sempre em mente as suas peculiaridades.

A crítica mais evidente que se pode fazer às interpretações que preponderaram no Congresso de Madri é o extravasamento do campo analítico em que elas estão situadas. A análise econométrica sobre os custos e benefícios do imperialismo, amparada ou não por análises contrafactuais, só faz sentido se mantida dentro dos quadros da cliometria: a análise envolve e diz respeito apenas aos *comportamentos econômicos* do homem que podem ser *medidos*. Logo, este tipo de análise tem muito pouco a oferecer para quem está interessado em analisar questões como a formação do capitalismo e, até mesmo, para quem pretende responder a uma questão correlata, porém mais específica: *como* explicar a desigualdade entre as classes e entre as nações? Como argutamente destacou Hobsbawm, quando tentam responder a este tipo de questão *preservando como base a perspectiva da cliometria*, os economistas estão, na verdade, descrevendo como o mundo seria caso as teorias econômicas neoclássicas fossem corretas. Tentar provar que o mercantilismo e o Antigo Sistema Colonial foram um fardo para a Europa porque, se existisse na época um mercado livre e homens totalmente orientados para a maximização dos rendimentos, os recursos escassos teriam sido alocados de forma mais racional não

faz o menor sentido nem para o historiador, nem para economista interessado em uma análise histórica da economia. Somente os cliometristas – uma versão extremada da econometria retrospectiva – formulam nestes termos o problema. Com isso não queremos dizer que a análise econométrica do passado é irrelevante. Muito pelo contrário. As hipóteses e os métodos de mensuração desenvolvidos pelos cliometristas revolucionaram a econometria retrospectiva, a teoria econômica e também a história econômica. Mas, apesar desta contribuição, há limites intrínsecos a esta forma de conhecimento: o seu horizonte é a ciência econômica que, mesmo quando projetada para o passado, *deve preservar os limites do seu objeto*. É perfeitamente possível respeitar estes limites e, simultaneamente, estabelecer um diálogo com a História Econômica: basta *historicizar os conceitos*. Com este procedimento a análise econômica do passado pode evitar o anacronismo e formular com mais precisão os seus problemas. Para retornarmos ao nosso exemplo: não faz sentido definir o mercantilismo por oposição ao mercado livre e auto-regulado. O que deveria interessar ao economista é, exatamente, saber porque os homens naquela época refletiam sobre os problemas que hoje classificamos como econômicos através de uma perspectiva que combinava economia e política de forma inextricável.

A obra de Immanuel Wallerstein está situada em outro plano analítico. Não necessariamente melhor, mas diferente. Wallerstein, dentre os autores envolvidos diretamente na polêmica que retratamos, é o que mais se aproxima da história econômica. A História, como já aludimos, por envolver necessariamente a reconstrução do passado, mesmo quando especializada (a história econômica *ênfatisa a esfera econômica*, mas não exclui as demais), é sempre total. Mas, além disto, a História, por ser total, envolve necessariamente o estudo da mudança. Isto aparece com clareza nas primeiras páginas de *The Modern World-System I*, onde Wallerstein afirma categoricamente que a *mudança social* só pode ser compreendida no plano da totalidade. Neste sentido, o conceito de economia-mundo é crucial. Por meio desta categoria é possível articular o espaço ao tempo e, deste modo, apreender as transformações em seu interior, abrindo margem também para medir as influências *externas*. Mas, como vimos, apesar disto, a totalidade concebida por Wallerstein é, essencialmente, imóvel, pois a sua periodização envolve fundamentalmente a expansão *territorial* do sistema-mundo moderno. Tamanha é a ênfase na continuidade que Wallerstein, como os revisionistas, anula o conceito de Revolução Industrial e concebe a Revolução Francesa apenas como

um “ajuste” da superestrutura política às bases da economia-mundo: a revolução criou o vocabulário e definiu os parâmetros centrais da geocultura do sistema-mundo capitalista, mas não envolveu nenhuma transformação significativa. O distanciamento da História se aprofunda quando Wallerstein, influenciado pela teoria da complexidade, afirma categoricamente que as transições são *intrinsecamente imprevisíveis* e, deste modo, não podem ser analiticamente reconstituídas. Esta idéia retira da História o seu parâmetro fundamental: a análise da mudança. Os períodos de transição são, deste ponto de vista, caóticos e, portanto, só podem ser *descritos* – história acontecimental – já que não possuem nenhuma dinâmica discernível. Assim, esta concepção de totalidade tem um efeito oposto ao esperado: ela *impede* a percepção da mudança. As implicações políticas disto são claras: não é possível tentar superar o capitalismo – ou qualquer outro sistema social – pela revolução ou até mesmo pela via reformista. Nos períodos transitórios, a única possibilidade de *tentar* direcionar a mudança envolve uma reflexão ordenada em torno da *racionalidade substantiva*, amparada em uma análise “realista” do grau (ou falta) de estrangimentos à ação humana: com o fim da coação das estruturas, o homem fica livre para se orientar em torno de valores morais. Na realidade, nada garante que toda e qualquer transição possui alguma dinâmica peculiar. Mas, por outro lado, não podemos ter certeza que as transições são necessariamente caóticas. Não há uma solução teórica universal para este tipo de problema. Contudo, no caso concreto da transição do feudalismo ao capitalismo é perfeitamente possível identificar uma dinâmica por detrás da desordem aparente: o complexo movimento do capital comercial autônomo, imbricado à profunda transformação da estrutura de classes do Antigo Regime é que comandou as transformações que culminaram na Revolução Industrial.

Apesar das limitações da obra de Wallerstein que apontamos, não podemos descartar este autor, pois a sua obra é fundamental para a compreensão da formação do capitalismo. Ao invés de nos atermos às suas debilidades, temos de destacar a sua força: para compreender a transição ao capitalismo, é imprescindível preservar a categoria economia-mundo e, particularmente, a concepção de *semi-periferia* como um dos componentes essenciais do sistema interestatal. A importância desta categoria surge para ilustrar um caso peculiar: a trajetória do império português. Ao contrário do que sustentam os adeptos da perspectiva capitaneada por Patrick O’Brien, o fracasso do processo de industrialização de Portugal ocorreu não pela inexistência de exploração colonial mas, sobretudo, porque a autonomia política do Reino só pôde ser garantida nos momentos

decisivos com base nas alianças com a Inglaterra que, em troca, conseguiu canalizar grande parte dos rendimentos provenientes do sistema colonial português para a sua economia, sem arcar com os custos inerentes à administração colonial. Logo, Portugal ficou confinado à uma posição *semi-periférica*. Neste sentido, a época pombalina foi um período crucial da história portuguesa, pois foi neste momento que surgiu a *possibilidade* de alterar esta situação e ocupar uma posição central na economia-mundo capitalista. Mas a invasão francesa interrompeu bruscamente este processo, não pela transferência da corte para a colônia, mas sobretudo pela necessidade de abrir os portos brasileiros ao comércio internacional, fato que *encerrou definitivamente o Antigo Sistema Colonial* e, deste modo, selou o destino dos portugueses. Se há um limite na interpretação de Valentin Alexandre é o seu repúdio à idéia de *crise* do Antigo Sistema Colonial. O fato da pressão britânica ter acelerado a desintegração do império luso-brasileiro não invalida por si só o conceito de crise, tal como ele foi formulado por Fernando Novais. Muito pelo contrário. O novo padrão de colonização que vinha se delineando desde o final do século XVIII estava, na realidade, *intensificando as tensões estruturais* que apontavam para a desintegração do sistema, exatamente por sustentar a industrialização da metrópole e, simultaneamente, engendrar a diversificação da produção na colônia. A Abertura dos Portos destruiu este mecanismo e alterou o sentido da tensão entre a metrópole e a colônia, particularmente depois da derrota de Napoleão: os portugueses tentaram, a todo custo, restaurar o exclusivo metropolitano, só que esbarraram na resistência das elites brasileiras que, além da elevação do país à condição de Reino Unido (1815), foram beneficiadas com as transformações econômicas derivadas da Abertura dos Portos e da presença da Corte no Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

1) Congresso de Madri

- BUTEL, Paul & CROUZET, François "Empire and economic growth: the case of 18th Century France", in: *The Costs and Benefits of European Imperialism from the conquest of Ceuta, 1415 to the Treaty of Lusaka, 1974* - 120. Congresso Internacional de História Econômica, *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- CAIN, Peter "Was is worth having? The british empire 1850-1950" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- CROUZET, F. & DORMOIS, Jean-Pierre "The significance of the French Colonial Empire for French economic development (1815-1960)" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- EMMER, Pieter C. "The Economic impact of the Dutch expansion Overseas, 1570-1870" *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- ENGERMAN, Stanley L. "British imperialism in a Mercantilist Age, 1492-1849: conceptual issues and empirical problems" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- ESCRIBANO, Álvaro & FRAILE, Pedro "The Spanish 1898 disaster: the drifts towards national-proteccionism" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- FEDERICO, Giovanni "Italy's late Unprofitable forays int empire" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- LAINS, Pedro "An account of the Portuguese African Empire, 1885-1975" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- O'BRIEN, Patrick K. & PRADOS DE LA ESCOSURA, L. "The costs and benefits for europeans from their empires overseas" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- PEDREIRA, Jorge M. "To have and to have not: the economic consequences of Empire. Portugal (1415-1822)" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998
- VAN DER ENG, Pierre "Exploring exploitation: the Netherlands and colonial Indonesia 1870-1940" in: *Revista de Historia Económica*, No.1, 1998

2) Dicionários e enciclopédias

- BOTTOMORE, Tom (ed.) *A Dictionary of Marxist Thought* 2a. ed., Basil Blackwell
- SILLS, David L. (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences* Macmillan Co & Free Press

3) Bibliografia Geral

- ABU-LUGHOD, Janet *Before European Hegemony: the world system A. D. 1250-1350* Oxford: Oxford U. Press, 1989
- ANDERSON, Perry *Passages from Antiquity to feudalism* Londres: New Left Books, 1974
- ANDERSON, Perry *Lineages of the Absolutist State* Londres: Verso, 1979
- AMIN, Samir, ARRIGHI, G., FRANK, A.G. & WALLERSTEIN, I. *Dinâmica de la crisis global* trad.esp., México: Siglo Veintiuno, 1983
- AMIN, Samir *Imperialism and Unequal Developmenent* trad.ing., Nova York: Monthly Review Press, 1977
- "The Ancient World-Systems versus the Modern Capitalist World-System" *Review* XIV,3
- ARON, Raymond *Paz e Guerra entre as Nações* Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002
- ARRIGHI, Giovanni (1990) "The Three Hegemonies of Historical Capitalism" *Review* XIII,3
- "The World According to Andre Gunder Frank" *Review* XVII,3 (1999)

- O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do nosso tempo* trad. port., São Paulo: Unesp, 1996
- "Capitalism and the Modern World-System: rethinking the nondebates of the 1970's" *Review XXI*, No. 1 (1998)
- ARRIGHI, G., AHMAD, I. & SHIH, Miin-wen "Beyond Western Hegemonies" *Papers – Fernand Braudel Center*, 1997
- ARRIGHI, G. & SILVER, B.J. *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial* trad. port. Rio de Janeiro: Contraponto & UFRJ, 2001
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no Comércio Colonial* São Paulo: Ática, 1980
- A Grande Revolução Inglesa 1640-1780* São Paulo: Hucitec, 1996
- "Colonies as Mercantile Investments: the Luzo-Brazilian Empire, 1500-1808" in: TRACY, James D. *The Political Economy of Merchant Empires* Cambridge: Cambridge U.P., 1997
- "David Landes, um historiador desacorrentado" *Economia e Sociedade* No. 12 (1999)
- "Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do Século XVIII" *Revista USP* n. 46 (2000)
- "Exploração Colonial e Capital Mercantil" in: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) 2ª. Ed. *História Econômica do Período Colonial* São Paulo: ABPHE, Edusp, Hucitec, Imprensa Oficial, 2002
- ASTON, T.H. & PHILPIN, C.H.E. *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe* Cambridge: Cambridge U. Press, 1987
- BAECHLER, Jean; HALL, John A. & MANN, Michael (eds.) *Europe and the Rise of Capitalism* Oxford: Basil Blackwell, 1988
- BAIROCH, Paul "Geographical Structure and Trade Balance of European Foreign Trade" *Journal of European Economic History*, III (1974)
- Economics and World History: myths and paradoxes* Exeter: Hvaersther Wheatsheaf, 1993
- BARONE, Charles A. *Marxist thought on imperialism: survey and critique* Londres: Macmillan Press, 1985
- BARR, Kenneth "Long Waves: a Selective, Annotated Bibliography" *Review II*, 4 (1979)
- BARRACLOUGH, Geoffrey *Introdução à História Contemporânea* trad. port. São Paulo: Zahar, s/d
- BERG, Maxine & HUDSON, Pat "Rehabilitating the Industrial Revolution" *Economic History Review XLV*, 1 (1992)
- BERGSEN, Albert "A Inversão da Teoria do Sistema Mundial" in: FEATHERSTONE, Mike *Cultura Global* trad. port. 3ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 1999
- "The Emerging Science of the World-System" *International Social Science Journal* No. 34 (1982)
- BERGSON, A. (ed.) *Studies of the Modern World-System* Nova York: Academic Press, 1980
- BICALHO, M. F.; FRAGOSO, João L. & GOUVÊA, Maria de Fatima (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- BIRKEN, Lawrence "Chaos theory and 'Western Civilization'" *Review XXII*, 1 (1999)
- BOUSQUET, Nicole "Esquisse d'une théorie de l'alternance de périodes de concurrence et d'hégémonie au centre de l'économie-monde capitaliste" *Review 2*, 4 (1979)
- BRAUDEL, Fernand & SPOONER, Frank "Prices in Europe from 1450 to 1750" in: *Cambridge Economic History of Europe (the)* Vol. IV – The Economy of Expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Centuries, 2ª Edição, Cambridge: Cambridge University Press, 1971
- BRAUDEL, Fernand "A Model for the Analysis of the Decline of Italy" *Review II*, 4 (1979)
- Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII* (3 volumes) tradução portuguesa, São Paulo: Martins Fontes, 1997
- BRENNER, Robert "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism" *New Left Review* No. 104 (1977)
- "The Economics of Global Turbulence" in: *New Left Review* (ed. especial) no. 229 (1998)
- BREWER, John *The Sinews of Power: War, Money and the English State 1688-1783* Londres: Century Hutchinson, 1988

- BUKHARIN, Nikolai I. *A Economia Mundial e o Imperialismo* trad. port. São Paulo: Abril Cultural, 1984
- BULL, Hedley A *Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial* trad. port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2001
- BUSH, Michael L. (ed.) *Serfdom and Slavery: Studies in Legal Bondage* 2^o reimp., Londres & N.York: Longman, 1999
- CAIN, P.J. "Professor McCloskey on British Free Trade, 1841-1881: some Comments" *Explorations in Economic History*, 19 (1982)
- CAIN, P. J. & HOPKINS, A.G. "Gentlemanly capitalism and British expansion overseas II: new imperialism, 1815-1945" in: *The Economic History Review*, 2nd Series, Vol. XL, 1987
 "The political economy of British Expansion Overseas, 1750-1914" in: *The Economic History Review*, 2nd Series, Vol. XXXIII, No.4, 1980
British Imperialism: Innovation and Expansion 1688-1914 Londres: Longman, 1993
- Cambridge Economic History of Europe (the) - Vol I: The agrarian life of the middle ages*, 2^a Edição, Cambridge: Cambridge University Press, 1971
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel *O Capitalismo Tardio – contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira* 10^a. Ed., Campinas: IE/Unicamp, 1998
- CECCO, Marcello de *Money and Empire: the international Gold Standard, 1890-1914* trad, inglesa, Oxford: Basil Blackwell, 1974
- CERVO, Amado & MAGALHÃES, José Calvet de *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil 1808-2000* Brasília: Ed. UNB, 2000
- CHASE-DUNN, Christopher "The Comparative Study of World-Systems" *Review* XV, 3 (1992)
Global Formation. Structures of World Economy Oxford: Basil Blackwell, 1989
- COGGIOLA, Osvaldo *O Capital Contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea* São Paulo: Xamã, 2002
Questões de História Contemporânea Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991
- COHEN, Benjamin A *A Questão do Imperialismo: a Economia Política da Dominação e Dependência* trad. port. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- CRAFTS, N.F.R. "National Income Estimates and the British Standard of Living Debate: a reappraisal of 1801-1831" *Explorations in Economic History* Vol 17, No. 2 (1980)
 "Exogenous or Endogenous Growth? The Industrial Revolution Reconsidered" *The Journal of Economic History* Vol. 55, No. 4 (1995)
- CROUZET, François "Toward an Export Economy: British Exports during the Industrial Revolution" *Explorations in Economic History* Vo. 17, No.1 (1980)
The First Industrialists: The Problem of Origins Cambridge: Cambridge U.P., 1985
- CURTIN, Philip D. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: essays in atlantic history* 2^o reimp., Cambridge, Mass: Cambridge U. Press, 1995
- DAUNTON, M.J. "Gentlemanly capitalism and British Industry 1820-1914" in: *Past & Present*, No. 122, 1989
- DAVIES, Ralph *The Rise of the Atlantic Economies* Ithaca: Cornell Univ. Press, 1973
- DAVIS, L. & HUTTENBACK, R.A. *Mamon and the Pursuit of Empire: the political economy of British Imperialism, 1860-1912* Cambridge: Cambridge U. Press, 1986
- DOBB, Maurice *Economia Política e Capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica* trad. port. Rio de Janeiro: Graal, 1978
- DUIJIN, J. J. Van *The Long Wave in Economic Life*, Londres: Allen & Unwin, 1983
- EDELSTEIN, M. "Realised Rates of Return on U.K. Home and Overseas portfolio Investment in the Age of High Imperialism" *Explorations in Economic History* 13 (1976)
Overseas Investment in the Age of High Imperialism: the United Kingdom, 1850- 1914 Nova York: Columbia U. Press, 1982
 "Imperialism: Cost and Benefit" in: FLOUD,R. & McCLOSKEY, D. (eds.) *The Economic History of Britain Since 1700*, Vol.2 Cambridge: Cambridge University Press, 1994
- EKELAND, Ivar "What is Chaos Theory?" *Review* XXI, 2 (1998)

- ELSTER, Jon *Logic and Society: contradictions and possible worlds* UMI: Books on demand, Michigan, 1993 (fac-simile autorizado da edição original (John Wiley & Sons, 1978))
- ELTIS, David & ENGERMAN, Stanley "The Importance of Slavery and the Slave Trade to Industrializing Britain" *The Journal of Economic History* Vol. 60, No. 1 (2000)
- EMMANUEL, Arghiri *Unequal Exchange: A Study of Imperialism of Trade* trad. Ing., Nova York: Monthly Review Press, 1972
- FALCON, Francisco C. & NOVAIS, Fernando A. "A Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Econômica Pombalina" Separata dos *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História* São Paulo, 1973
- FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina – política econômica e monarquia ilustrada* 2ª. Ed., São Paulo: Ática, 1982
- FERNANDES, Luis *URSS ascensão e queda* São Paulo: Anita Garibaldi, 1991
- FEINSTEIN, C.H. "Capital Formation in Great Britain" in: *The Cambridge Economic History of Europe* Vol. VII Cambridge: Cambridge U.P., 1978
- FIELDHOUSE, D.K. "Imperialism: an historiographical revision" in: *The Economic History Review*, 2nd Series, Vol. XIV, No.2, 1961
- FONTANA, J. *Historia: análisis del pasado y proyecto social* Barcelona: Grijalbo, 1982
(ed.) *La Economía Española al final del Antiguo Régimen – III. Comercio y Colonias* Madri: Alianza/ Banco de España, 1982
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-1840* 4ª. Ed. (revista e ampliada) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- FRAGOSO, João Luis *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830* 2ª. Ed. (revista) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998
- FRANK, Andre G. & GILLS, Barry K. "World System Cycles, Crises, and Hegemonial Shifts" in: *Review* XV, No.4 (1992)
- FRANK, A.G. & GILS, B. (eds.) *The World System: five hundred years or five thousand?* Londres & Nova York: Routledge, 1999
- FRANK, Andre Gunder *A Acumulação Mundial 1492-1789* trad. portuguesa, Rio de Janeiro: Zahar, 1977
"Transitional Ideological Modes: Feudalism, Capitalism, Socialism" (mimeo), s/d
"A Theoretical Introduction to 5000 Years of World System History" *Review*, XIII, No. 2 (1990)
Reorient: global economy in the Asian Age Los Angeles: Univ.of California Press, 1998
- FREEMAN, Christopher (ed.) *Long Wave Theory* Cheltenham: Elgar Publishing Co., 1996
- GALENSON, David "The slave trade to the English West Indies, 1673-1724" in: *The Economic History Review*, Vol. XXXII, No.2, 1979
- GALLAGHER, John & ROBINSON, R. "The Imperialism of Free Trade" *Economic History Review* 6 (1953)
"The Partition of Africa" in: F.H. HINSLEY (ed.) *The New Cambridge Modern History* Vol. 2: *Material Progress and world-wide problems, 1870-1898* Cambridge: Cambridge U. Press, 1962
- GODINHO, Vitorino Magalhães "Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro (1670-1770)" *Revista de História* (São Paulo) Vol. VII (1953)
"A Historiografia Portuguesa: orientações, problemas, perspectivas" *Revista de História* no. 21/22 (1955)
Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850 Paris: Armand Colin, 1955
A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa Lisboa: Aecádia, 1971
Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar – séculos XIII-XVIII Lisboa: Difel, 1990
Os Descobrimentos e a Economia Mundial (4 vol.) 2ª. Ed., Lisboa: Presença, 1991
- HILFERDING, Rudolf *Finance Capital: a study of the Latest Phase of Capitalist Development* trad. Ing., Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981
O capital financeiro trad. portuguesa, São Paulo: Nova Cultural, 1985

- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* trad. portuguesa, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990
A Era do Capital 1848-1875 trad. portuguesa, 5ª ed.(revista), São Paulo: Paz e Terra, 1997
A Era dos Impérios 1875-1914 trad. portuguesa, 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
Sobre História trad. portuguesa, 1ª reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 1998
A Era das Revoluções: Europa 1789-1848 trad. portuguesa, 12ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000
- HOBSON, John A. *A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada* trad. port., São Paulo: Nova Cultural, 1985
Imperialism: a study Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1987 (reedição do original (1902))
Writings on Imperialism and Internationalism Londres: Routledge/Thoemmes Press, 1992 (Editado e organizado por Peter Cain)
- HOPKINS, Terence K. "Note on the concept of hegemony" in: *Review* Vol. XIII, No. 3 (1990)
- IANNI, Octavio (1999) "As Economias-Mundo" in: *Teorias da Globalização* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IRVIN, D.A. "Free Trade and Protection in Nineteenth Century Britain and France Revisited: a Comment on Nye" *Journal of Economic History*, 53 (1993)
- KENNEDY, P. "The costs and benefits of British imperialism 1846-1914: comment" in: *Past & Present*, no. 125, 1989
- KEYNES, John Maynard *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* trad. port. São Paulo: Abril Cultural, 1986
- KIERNAN, V. G. *Marxism and Imperialism* New York: St.Martin's Press, 1974
- KLEINKNECHT, A.; MANDEL, E., WALLERSTEIN, I (eds.) *New Findings in Long-Wave Research* Nova York: st Martin's Press, 1992
- KNOTTER, Ad "A New teory of Merchant Capitalism?" *Review* XX, No.2 (1997)
 "Afterword: Parasitic and Dynamic Elements in Merchant Capitalism" *Review* XX, No.2 (1997)
- KOEBNER, R. "The concept of Imperialism" in: *Economic History Review*, 2nd Series, Vol. II, no.1
- KONDRATIEFF, N.D. "The Long Waves of Economic Life" *Review* II,4 (1979)
- KULA, Witold *Problemas y Métodos de la História Económica* trad. esp., 2ª ed., Barcelona: Peninsula ed., 1974
- LAINS, Pedro "Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do Subdesenvolvimento Português?" *Penélope* No. 3 (1989)
 "Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do Subdesenvolvimento Português? – II" *Penélope* No. 5 (1991)
- LANDES, David S. "Some thoughts on the nature of economic imperialism" *Journal of Economic History* vol. 21 (1961)
A Riqueza e a Pobreza das Nações trad. port. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998
- LEE, Richard "Reading's in the 'New Science': a selective annotated bibliography" *Review* XV,1 (1992)
 "Cultural Studies as *Geisteswissenschaften*? Time, Objectivity, and the Future of Social Science" *Papers* - Fernand Braudel Center (1997)
- LENIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo* trad. portuguesa, São Paulo: Global, 1987
- LIS, Catarina & SOLY, Hugo "Different Paths of Development: capitalism in the Northern and Southern Netherlands during the Late Middle Ages and the Early Modern Period" *Review* XX, No. 2 (1997)
- LOVE, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil* trad. port., São Paulo: Paz e Terra, 1998
- LUXEMBURGO, Rosa *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo* trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1985
- MacDONAGH, Oliver "The Anti-Imperialism of Free Trade" *The Economic History Review* 2nd ser.Vol. XIX no. 1 (1966)
- MACEDO, Jorge Borges de *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII* Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1962

- A Situação Econômica no Tempo de Pombal: alguns aspectos* 3ª. Ed. Lisboa: Gradiva, 1989
- O Bloqueio Continental: economia e guerra peninsular* 2ª. Ed. (revista) Lisboa: Gradiva, 1990
- MANDEL, Ernest *O Capitalismo Tardio* trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1982
- MARGOLIS, Carolyn & VIOLA, Herman (eds.) *Seeds of Change: a quincennial commemoration* Smithsonian Institution Press: Washington, 1992
- MARIUTTI, Eduardo Barros *A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um balanço do debate* Dissertação de Mestrado em História Econômica, IE/Unicamp, 2001
- MARIUTTI, E.B., NETO, M. Danieli & NOGUERÓL, L.P.F. "Mercado Interno e Grau de Autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino" *Estudos Econômicos* Vol. 31 No.2 (2001)
- MATHIAS, Peter *The First Industrial Nation: an economic history of Britain 1700-1914* 2a.ed. Londres & Nova York: Routledge, 1983
- MAURO, F. "Towards and international Model: European Overseas expansion between 1500 and 1800" in: *The Economic History Review*, 2nd Series, Vol. XIV, No.1, 1961
- Expansão Européia (1600-1870)* trad. portuguesa, São Paulo: Pioneira & EDUSP, 1980
- McCLOSKEY, Donald "Magnanimous Albion: Free Trade and British National Income, 1841-1881" *Explorations in Economic History* Vol. 17, No. 3 (1980)
- McDONAGH, Oliver "The anti-imperialism of free trade" *The Economic History Review* 2nd. Series, Vol. 14 (1962)
- McCUSKER, John J. & MENARD, Russel R. *The Economy of British America 1607-1789* 1ª. Reimp. Chapel Hill, 1986
- MITCHELLS, Wesley C. *O Ciclo Econômico e suas Causas* trad. Port., São Paulo: Nova Cultural, 1987
- MODELSKI, G. *Long Cycles in World Politics* Seattle: University of Washington Press, 1987 [ed.original: 1978]
- "Kondratieff Waves" mimeo (s/d)
- MODELSKI, G. & POZNANSKI, Kazimierz "Evolutionary Paradigms in the Social Sciences" *International Studies Quarterly* Vol. 40 no. 3 (1996).
- MODELSKI, G. & THOMPSON, W.R. *Leading Sectors and World Powers: the coevolution of Global Economics and Politics* Columbia: University of South Carolina Press, 1996
- MOMMSEN, Wolfgang J. *Theories of Imperialism* trad., Chicago: Chicago U. Press, 1982
- MOMMSEN, Wolfgang J. & OSTERHAMMAL, Jurgen (eds.) *Imperialism and After: continuities and discontinuities* Londres: Allen & Unwin, 1986
- MOORE, D.C. "The Corn Laws and High Farming" *Economic History Review* 18 (1965)
- MOORE, Wilbert E. "Global Sociology: the world as a singular system" *American Journal of Sociology* Vol. 71, no. 5 (1966)
- MORAES, José G. V. de & REGO, José M. *Conversas com os Historiadores Brasileiros* São Paulo: Editora 34, 2002
- MUKHIA, Harbans "Was there feudalism in Indian History?" in: *Journal of Peasant Studies* VIII, No. 3 (1981)
- NOVAIS, Fernando Antonio & ARRUDA, José Jobson de Andrade "Introdução" in: LISBOA, José da Silva, Visconde de Cairu. *Observações sobre a Franqueza da Indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil* Brasília: Senado Federal, 1999
- NOVAIS, Fernando Antonio *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777-1808)* 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1996
- Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986
- "Passagens para o Novo Mundo" *Novos Estudos: Cebrap* No. 9 (1984)
- "Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento" *Separata Estudos Históricos* no. 9, Marília (1973)
- "Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica" *Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História* São Paulo, 1969

- "A Proibição das Manufaturas no Brasil e a Política Econômica Portuguesa no Fim do Século XVIII" *Revista de História*, no. 67 (1967)
- NYE, J.V. "The Myth of Free Trade Britain and Fortress France: Tariffs and Trade in the Nineteenth Century" *Journal of Economic History*, 51 (1991)
- O'BRIEN, Patrick & QUINAULT, Roland (ed.) *The industrial revolution and British Society*, Cambridge: Cambridge U. Press, 1995
- O'BRIEN, Patrick. "Balance sheets for the acquisition, retention and loss of european empires overseas" in: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica* - Curitiba, PR, 1999
- "European Economic Development: a reply" in: *The Economic History Review*, No.4 (1983)
- "The costs and benefits of British imperialism 1846-1914: Reply" in: *Past & Present*, no. 125 (1989)
- "The Impact of the Revolutionary and Napoleonic Wars, 1793-1815, on the Long-Run Growth of the British Economy" *Review* XII,3 (1989)
- "The costs and benefits of British imperialism 1846-1914" in: *Past & Present*, No. 120 (1988)
- "Agriculture and the Home Market for English Industry" *English Historical Review*, 1985
- "European Economic Development: a reply" in: *The Economic History Review*, No.4 (1983)
- "European Economic Development: the contribution of the periphery" in: *The Economic History Review* Vol. XXXV, No. 1 (1982)
- OFFER, Avner "The British empire, 1870-1914: a waste of money?" in: *The Economic History Review*, Vol. XLVI, No.2, 1993
- ORTIZ, Renato *Mundialização e Cultura* 3ª. Reimp., São Paulo: Brasiliense, 1998
- PALA, Gianfranco "Economia Nazionale e Mercato Mondiale: la fase transnazionale dell'imperialismo" *Laboratório Político, Napoli*, 1995 (mimeo)
- PARES, Richard "The economic factors in the History of the Empire" in: *The economic History Review*, Vol II, No.2, 1936
- PASSARELLI, Bruno A. *Colonialismo y acumulación capitalista en la Europa moderna* Buenos Aires: Pleamar, 1973
- PEDREIRA, Jorge Miguel "Os Negociantes de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII: Padrões de Recrutamento e Percursos Sociais", *Análise Social*, 116-117, 4ª. série, vol. XXVII, 1992
- Estrutura Industrial e Mercado Colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)* Linda a Velha:: Difel, 1994
- PEREIRA, Miriam Halpern *Política e Economia: Portugal nos séculos XIX e XX* Lisboa: Horizonte, 1979
- PLATT, D.C.M. *Finance, Trade and Politics in British Foreign Policy, 1815-1914* Oxford: Oxford U. Press, 1968
- "The Imperialism of free-trade: some reservations" *The Economic History Review* 2nd. Series, Vol. 21 (1968)
- "Further Objections to an 'Imperialism of Free-Trade', 1830-1860" *The Economic History Review* Vol. 26 (1973)
- PRIGOGINE, Ilya "The Laws of Chaos" *Review* XIX,1 (1996)
- As Leis do Caos* trad. Port., São Paulo: Unesp, 2002
- POLANYI, Karl *A Grande Transformação: as origens da nossa época* trad. portuguesa, Rio de Janeiro: Campus, 1980
- POMIAN, Krzysztof "The Secular Evolution of the Concept of Cycles" *Review* II, 4 (1979)
- PRONI, M. W. "História do Capitalismo: uma visão panorâmica" *Cadernos do CESIT* - IE/UNICAMP, No. 25 (1997)
- Research Working Group on Cyclical Rhythms and Secular Trends* . "Cyclical Rhythms and Secular Trends of the Capitalist World-Economy: some premises, hypotheses and questions" *Review* II, 4 (1979) [Grupo de Estudos sobre Ritmos Cíclicos e Tendências Seculares]
- RENARD, G. & WEULERSSE, G. *Life and Work in Modern Europe (XV-XVIII)* Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co., 1926

- RHODES, Robert L. (ed.) *Imperialism and underdevelopment* 2ª reimp., Nova York & Londres: Monthly Review, 1970
- SANTOS, Maria Helena C. dos (coord.) *Pombal Revisitado: Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º. Centenário da Morte do Marquês de Pombal* (2 volumes) Lisboa: Estampa, 1984
- SCAMMELL, G. V. *The First Imperial Age: European Overseas Expansion c. 1400-1715* Reimp. Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1997
- SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais* tradução portuguesa, Rio de Janeiro: Zahar, 1961
Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the Capitalist process II Vol., Reimp. (ed. de 1939 (McGraw-Hill)) Filadélfia: Porcupine Press, 1982
- SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James A *América Latina na época colonial* trad. port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- SCKOCPOL, Theda "Wallerstein's World Capitalist System: a theoretical and historical critique" *American Journal of Sociology* 82, No. 5 (1977)
- SEMMELE, Bernard *Imperialism and Social Reform* Londres: Allen & Unwin, 1960
The Rise of Free Trade Imperialism: classical political economy of the Empire of Free Trade and Imperialism, 1750-1850 1a. reimp. Cambridge: Cambridge U. Press, 1978 [ed. Original: 1970]
The Liberal Ideal and the Demons of Empire: theories of Imperialism from Adam Smith to Lenin Baltimore: Johns Hopkins U. Press, 1993
- SODRÉ, Nelson Werneck *As Razões da Independência* 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia política marxista* trad. portuguesa, São Paulo: Abril Cultural, 1983
- TEMIN, Peter (ed) *New Economic History: selected readings* Harmondsworth: Penguin Books, 1973
 "Two Views of the British Industrial Revolution" *The Journal of Economic History* Vol. 57, No.1 (1997)
- THOMAS, R. P. "The sugar colonies of the Old Empire: profit or loss for Great Britain" in: *The Economic History Review*, Vol XXXV, no.1, 1982
- THOMPSON, William R. *On Global War: Historical-Structural approaches to World Politics* Columbia: University of South Carolina Press, 1988
- TRACY, James D. (ed.) *The Political Economy of Merchant Empires*, Cambridge: Cambridge U. Press, 1991
- TYLECOTE, Andrew "Towards an Explanation of the Long Wave, 1780-2000" *Review* VII,4 (1984)
The Long Wave in the World Economy: the current crisis in Historical Perspective Londres & Nova York: Routledge, 1993
- VRIES, Jean de "The Industrial Revolution and the Industrious Revolution" *The Journal of Economic History* Vol. 54, No. 2 (1994)
- VRIES, Jean de & WOUDE Ad Van der *The First Modern Economy: success, failure and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815* Cambridge: Cambridge U.P., 1997
- WALLERSTEIN, Immanuel *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century* Nova York & Londres: Academic Press, 1974
 "The Tasks of Historical Social Science: an Editorial" *Review* I,1 (1977)
The Capitalist World-Economy Cambridge: Cambridge U. Press, 1979
The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy 1600-1750 Nova York & Londres: Academic Press, 1980
 "European Economic Development: a comment on O'brien" in: *The Economic History Review*, No.4, 1983
 "Long Waves as Capitalist Process" *Review* VII, No. 4 (1984)
 "Typology of Crises in the World-System" *Review* XI, 4 (1988)
The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist-world economy, 1730-1840's Nova York & Londres: Academic Press, 1980

- Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms* Cambridge, Mass.: Polity Press, 1991
- "The Challenge of Maturity: whither Social Science" *Review* XV, 1(1992)
- "The West, Capitalism, and the modern world-system" in: *Review* XV, No.4 (1992)
- After Liberalism* Nova York: New Press, 1995
- "The Modern World System and Evolution" *Journal of World-Systems Research* Vol. 1, No. 19 (1995)
- "History in search of science" *Review* XIX,1 (1996)
- "The Time of Space and the Space of Time: the future of social science" *Papers – Fernand Braudel Center* ((1997) *Lecture* apresentada na *University of Newcastle upon Tyne* (22 fev. 96). Também publicado em *Political Geography*, XVII,1 (1998))
- "Time and Duration: the unexcluded middle" *Papers – Fernand Braudel Center* (1997) – Conferência proferida na *Université Libre de Bruxelles* (25 set./96). Também publicado em *Thesis Eleven* No. 54 (1998)
- "Merchant, Dutch, or Historical Capitalism?" *Review* XX, No. 2 (1997)
- Utopistics – or historical choices of the Twenty-first century* Nova York: New Press, 1998
- "The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis" *Review* XXI, No. 1(1998)
- "Commentary on papers for Session A1 – XIIth International Economic History Congress" *Papers – Fernand Braudel Center*, 1999
- The Essential Wallerstein* Nova York: The New Press, 2000
- The Politics of the World-Economy: the states, the movements and the civilizations* Reimp. Nova York & Paris: Cambridge U. Press & Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2000 (ed. Original: 1984)
- Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista* trad., Rio de Janeiro:Contraponto, 2001
- WARD, J.R. "The industrial revolution and British imperialism, 1750-1850" *The Economic History Review*, XLVII, No.1 (1994)
- WIGHT, Martin A *Política do Poder* Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI,UNB, Imprensa Oficial, 2002
- WOOD, John Cunningham *British Economists and the Empire* Londres: Macmillan, 1983
- ZANDEN, Jan Luiten van "Do We Need a Theory of Merchant Capitalism?" *Review* XX, No. 2 (1997)

Apêndice

1 – Dados, Tabelas e Figuras

1.1 – Dados e tabelas utilizados por Kondratieff

Tabela 12 - Data dos ciclos: Países e Séries⁵⁰⁸

Países e Séries	Ciclo 1		Ciclo 2		Ciclo 3	
	Início da Ascensão	Início do Declínio	Início da Ascensão	Início do Declínio	Início da Ascensão	Início do Declínio
<i>França</i>						
1-Preços	-	-	-	1873	1896	1920
2- Taxas de Juros	-	1816 [#]	1844	1872	1894	1921
3 - Portfólio do Banco da França	-	1810 [#]	1851	1873	1902	1914
4 - Depósitos em Bancos de Poupança	-	-	1844	1874	1892	-
5 - Salários dos mineiros de carvão	-	-	1849	1874	1895	-
6 – Importações	-	-	1848	1880	1896	1914
7 – Exportações	-	-	1848	1872	1894	1914
8 - Comércio Exterior Total	-	-	1848	1873	1896	1914
9 - Consumo de Carvão	-	-	1849	1873	1896	1914
10 - Acres de Carvalho ^a	-	-	1850 [#]	1875	1892	1915
<i>Inglaterra</i>						
1- Preços	1789	1814	1849	1873	1896	1920
2- Taxas de Juros	1790	1816	1844	1874	1897	1921
3 - Salários dos Trab. Rurais	1790	1812-17	1844	1875	1889	-
4- Salários dos Trab. Têxteis	-	1810 [#]	1850	1874	1890	-
5 - Comércio Exterior	-	1810 [#]	1842	1873	1894	1914
6 - Produção de Carvão	-	-	1850 [#]	1873	1893	1914
7 - Produção de Ferro-Gusa	-	-		1871	1891	1914
8 – Produção de Chumbo	-	-		1870	1892	1914
<i>E.U.A.</i>						
1 – Preços	1790	1814	1849	1866	1896	1920
2 – Prod. Ferro-Gusa	-	-	-	1875-80	1900	1920
3 - Produção de Carvão	-	-	-	1893	1896	1918
4 - Acres de Algodão	-	-	-	1874-81	1892-95	1915
<i>Alemanha</i>						
Produção de Carvão	-	-	-	1873	1895	1915
<i>Mundo Todo</i> ^b						
1 – Prod. Ferro-Gusa	-	-	-	1872	1894	1914
2 – Prod. Carvão				1873	1896	1914

Notas de Kondratieff:

a – Ciclos Revertidos

- Datas Aproximadas

b – Os dados que se referem ao mundo todo não foram corrigidos para mudanças da população

⁵⁰⁸ Fonte: KONDRATIEFF, N.D. “Long Waves...” cit. p. 533-4.

* Corrigido. O erro está na tradução da *Review*, onde aparece 1973. No primeira tradução para o Inglês (*The Review of Economic Statistics* XVII, 6 (1935)), que não é integral, o dado está correto (cf. p.110)

Tabela 13 - Estatísticas Seleccionadas: Mineração no Transvaal (1890-1913)⁵⁰⁹

Anos	Custo de Produção	Lucro
	Por tonelada de minério	
1890	42 sh. 2 d.	7 sh. 2 d.
1895	33 sh. 5 d.	11 sh. 11 d.
1899	28 sh. 0 d.	14 sh. 3 d.
1903	24 sh. 9 d.	14 sh. 11 d.
1906	22 sh. 2 d.	11 sh. 6 d.
1913	17 sh. 11 d.	9 sh. 10 d.

Tabela 14 - Produção de Ouro (Unidade: Milhares de Onças)⁵¹⁰

	Produção Mundial.	Transvaal	EUA	Austrália	Rússia	Canadá	México	Índia
1890	5.749	440	1.589	1.588	1.135	65	737	9
1895	9.615	2.017	2.255	2.356	1.338	101	290	230
1900	14.838	3.638	3.437	4.461	1.072	1.029	411	412

⁵⁰⁹ Fonte: *Ibid* p. 541⁵¹⁰ Fonte: *Ibid* p. 542-3.

1.1.1 - A Obra de Nikolai Kondratieff

1. *A Economia Mundial e suas Condições Durante e Após a Guerra* (1922) – Publicado somente em russo. (título: *Mirovoe khoziaistvo i ego kon' inkury vo vremia i posle voiny*). Contém o embrião da teoria das ondas “longas” e a primeira tentativa de datá-las.
2. “Algumas questões controversas sobre a economia mundial e a crise” (1923). Publicado exclusivamente em russo (em *Sotsialiticheskoe Khoziastvo* No. 4-5). Neste artigo, Kondratieff responde às críticas feitas à sua obra anterior.
3. “Sobre a noção de estática, dinâmica e flutuações econômicas” (1924). A versão integral foi publicada somente em russo (*Sotsialiticheskoe Khoziastvo* no. 2). Parte do artigo foi traduzido para o inglês (“The Static and the Dinamic view of economics” *Quarterly Journal of Economics* 39 (1925).
4. “Os Grandes Ciclos Econômicos” in: *Voprosi Conjunktury* 1 (1925). Este texto, o mais famoso de Kondratieff fora da União Soviética, foi a base da tradução alemã (“Die Langen Wellen der Konjunktur” *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 56 (1926). Em seguida, uma versão reduzida deste texto foi traduzida para o inglês e publicada em *Review of Economics Statistics* no. 17 (1935), com o título “The Long Waves in Economic Life”; posteriormente republicada em *Review* II, 4 (1979) e traduzida para diversas línguas.
5. “O Problema das Previsões” (1926) *Voprosi Conjunktury* 2. Traduzido parcialmente em alemão (1927).
6. “Os Grandes Ciclos Econômicos” (1928). Escrito em conjunto com D.I. OPARIN. Trata-se da publicação de uma apresentação proferida em 1926 no *Instituto Econômico de Moscou*.
7. “Sobre a dinâmica dos preços industriais e agrícolas” (1928) in: *Voprosi Conjunktury* 4. Kondratieff retoma as questões exploradas em “O Problema das Previsões”, articulando os movimentos dos preços industriais e agrários ao movimento geral da atividade econômica. Traduzido parcialmente em alemão (1928)

* Fontes: BARR, Kenneth “Long Waves: a Selective, Annotated Bibliography” *Review* II, 4 (1979); DUIJIN, J.J. Van *The Long Wave...* cit.

1.2 – Dados Gerais

Tabela 15 – O Desenvolvimento do Império Britânico (1700-1913)⁵¹¹

	Reino Unido População	População Colonial	Pop. Colônias em Porcentagens da pop. Reino Unido
1700	9	1	10
1750	10	2	20
1800	16	75	370
1830	24	225	830
1860	29	260	800
1900	41	360	780
1913	46	390	750

Unidade: milhões de Habitantes. Obs: incluindo Austrália, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul

Tabela 16 – Distribuição das exportações do terceiro mundo (1815-1914)⁵¹²

Matérias Primas	27,9
P/ Indústria Têxtil	16,9
P/ Indústria de Metais	2,3
Energia	0,9
Demais produtos não alimentícios	4,9
Produtos Alimentícios	48,2
Produtos Manufaturados	9,1
Outros	9,9
Ópio	2,8
Ouro e Prata	3,8

Tabela 17 – Porcentagem das exportações dos Países Desenvolvidos aos Países do Terceiro Mundo

	1900	1938	1955	1970	1980	1990
Parcela do Terceiro Mundo nas Exportações totais de:						
∑ países ocidentais desenvolvidos	13,5	22,7	27,7	18,4	23,3	18,7
Europa Ocidental	14,2	21,4	25,5	13,7	17,3	11,7
Estados Unidos	11,2	26,8	37,3	29,6	36,2	33,9
Japão	30,0	49,1	57,7	40,0	45,4	39,5
∑ países desenvolvidos: parcela de algumas exportações do terceiro mundo						
Comida, Bebidas	-	-	21,2	18,0	24,1	21,0
Cereais	-	-	-	30,4	33,5	45,8
Manufaturados (total)	-	-	32,6	19,8	25,2	19,3
Prod. Químicos	-	-	36,8	23,0	25,1	22,2
Maquinaria e equip. transporte	-	-	35,4	21,8	29,3	21,3
Outros manufaturados	-	-	29,5	16,3	20,8	16,7

⁵¹¹ Fonte: BAIROCH, P. *Economics and World History* cit. p. 81

⁵¹² Fonte: BAIROCH, P. *Economics and World History* cit. p. 69

1.2.1 – Dados e implicações da Interpretação de C. K. Harley e N.F. Crafts

Tabela 18 – Contribuição p/ o crescimento da produtividade nacional, 1780-1860 (Grã-Bret.)⁵¹³

Setor	McCloskey	Crafts	Harley
Algodão	0,18	0,18	0,13
Fios	0,06	0,06	0,05
Lãs	0,03	0,03	0,02
Ferros	0,02	0,02	0,02
Canais e Estradas de Ferro	0,09	0,09	0,09
Navegação	0,14	0,14	0,03
Σ dos set. modernizados	0,52	0,52	0,34
Agricultura	0,12	0,12	0,19
Demais setores	0,12	0,07	0,02
Total	1,19	0,71	0,55

Como destaca Peter Temin, os números de Crafts criam um paradoxo (reconhecido pelo próprio autor): se, como um todo, o setor manufatureiro britânico era atrasado, e a agricultura britânica era adiantada, como a Grã-Bretanha conseguia exportar, no século XIX, manufaturados e importar gêneros agrícolas, já que, com base nestas evidências, o contrário deveria ocorrer?⁵¹⁴ Para Crafts, a Grã-Bretanha só conseguia manter este padrão de exportações/importações por causa de suas vantagens comparativas substanciais nos setores manufatureiros decisivos – ferro, têxteis e transportes. Nos demais setores, não havia vantagem comparativa, por isto não havia exportações. A implicação disto é que, *em conjunto com os bens agrícolas*, a Inglaterra deveria estar importando manufaturados dos setores onde sua economia não possuía vantagens comparativas (todos os demais!).⁵¹⁵ Mas nem sempre isto ocorria. Neste caso, a única saída para salvar o modelo de Crafts-Harley é assumir que os demais manufaturados partiram de uma posição de elevada vantagem comparativa, que foi sendo erodida pelo progresso técnico concentrado no setor de metais, têxteis e até na agricultura. Mas, como não existem dados suficientes sobre várias indústrias no início do século XIX para construir receitas nacionais agregadas, o problema não pode ser solucionado.⁵¹⁶ Exatamente por causa da falta de dados, Peter Temin e Maxine Berg & Pat Hudson⁵¹⁷ tentaram imprimir novas direções ao debate e, por vias distintas, nos dois casos o resultado foi uma *reaproximação* da interpretação “tradicional”, isto é, a idéia de que, embora não tenha sido *uniforme*, o progresso técnico na Primeira Revolução Industrial foi difundido por vários setores fabris.

⁵¹³ Reprodução do quadro desenvolvido por Peter TEMIN em “Two views of the British Industrial Revolution” *The Journal of Economic History* Vol 57 No.1 (1997) p. 65. Nesta mesma página, Temin comenta a metodologia usada por McCloskey e Crafts para chegar a estes números.

⁵¹⁴ cf. *ibid* p. 66; N.F. CRAFTS “British Industrialization in an International Context” *Journal of Interdisciplinary History* 19 No. 3 (1989) p. 425

⁵¹⁵ cf. Peter TEMIN “Two views...” p. 67

⁵¹⁶ cf. Patrick K. O'BRIEN “Introduction: Modern Conceptions of the Industrial Revolution” in: Patrick O'BRIEN & Roland QUINAULT *The Industrial Revolution and British Society* Cambridge: Cambridge U. Press, 1993 p. 7-11

⁵¹⁷ Maxine BERG & Pat HUDSON “Rehabilitating the Industrial Revolution” *Economic History Review* 45 No. 4 (1992)

1.3 - Dados e Tabelas sobre o Império Português

Tabela 19 – Exportações para o Exterior (1796-1807)⁵¹⁸

Anos	Produtos do Reino	Produtos do Brasil	Produtos da Ásia	Reexport.	Total
1796	3911,7	9883,9	277,9	1928,2	16013,3
1797	3572,0	6789,4	300,8	1152,5	11822,9
1798	4727,8	8881,5	-	-	-
1799	4878,9	10202,5	451,2	2138,2	17688,1
1800	4077,6	14173,4	458,2	1953,6	20684,8
1801	7176,4	15092,9	1189,1	1629,3	25103,7
1802	5318,9	14538,3	443,4	1095,8	21405,3
1803	7231,0	11831,1	660	1789,6	21528,3
1804	4821,1	13167,9	914,2	2151,8	21060,9
1805	5998,4	13893,1	442,2	2302,2	22654,2
1806	6080,2	14506,0	624,9	2010,2	23255,5
1807	7229,6	11434,5	625,9	1695,6	20999,5

Valores em contos de Réis

Tabela 20 – Exportação de Açúcar e Algodão para o Exterior (1796-1807)⁵¹⁹

Exportação de Açúcar			Exportação de Algodão	
Anos	Quant.	Valor	Quant.	Valor
1796	2089635	5865,7	320910,5	2586,7
1797	1128925,5	3210,6	275188,5	2643,1
1798	-	-	-	3300
1799	1208886	4083,9	306651	4171
1800	2513921	8049,9	303638	3935,4
1801	2951534	8862,3	293335	3529,4
1802	2398164	5730,5	604988,5	6194,5
1803	1372932,75	4245	489707,5	5170,5
1804	1048585,5	3384,5	610271	6200,3
1805	1401252,5	4498,1	523276,75	5698,9
1806	1372198,5	3650,7	573176	5944,7
1807	1040304	2656,7	524906,5	5757,3

⁵¹⁸ Fonte: Valentin ALEXANDRE *Os Sentidos... cit.* p. 33

⁵¹⁹ Fonte: *ibid* p. 33

Tabela 21 – Exportação de Produtos Industriais Portugueses para o Brasil (1808-1831)⁵²⁰

Anos	Balanças	Retificação	Anos	Balanças	Retificação
1808	220	-	1820	966,1	1531,3
1809	436,6	979	1821	1095,7	1722,9
1810	413,1	881,4	1822	828	1274,9
1811	379,8	1228,8	1823	506,1	994,4
1812	376,2	924,4	1824	578,6	1046
1813	540,9	1096,6	1825	918,6	1364,5
1814	703,8	1244,2	1826	651,6	1034,8
1815	884	1552,1	1827	575	923,8
1816	1129,9	1869,3	1828	519,3	897,5
1817	1068,7	1878,9	1829	713,2	1180,2
1818	1265,3	2415,2	1830	692,6	1098,2
1819	1170	1904,8	1831	265,5	456

Valores em contos de Réis

Tabela 22 – Exportação de Algodão para o Exterior (1808-1831)⁵²¹

Anos	Quant.	Valor	Anos	Quant.	Valor
1808	-	-	1820	137014	1154,1
1809	94241	886,9	1821	64058,5	466,5
1810	167113	1725,0	1822	90134,5	591,8
1811	29762,5	216,2	1823	79377	494,6
1812	33992	205,6	1824	107464,5	697,7
1813	17293	149,4	1825	69582	640,9
1814	234976	2631,7	1826	28030,5	160,4
1815	261448,5	2970	1827	36170,5	206,8
1816	186483	2297,4	1828	58248,75	285,3
1817	243761	2658,6	1829	39454	181,6
1818	212235,5	2442,6	1830	75877,5	361,7
1819	147523,5	14851,1	1831	41627	202,5

Tabela 23 – Exportação de Açúcar para o Exterior (1808-1831)⁵²²

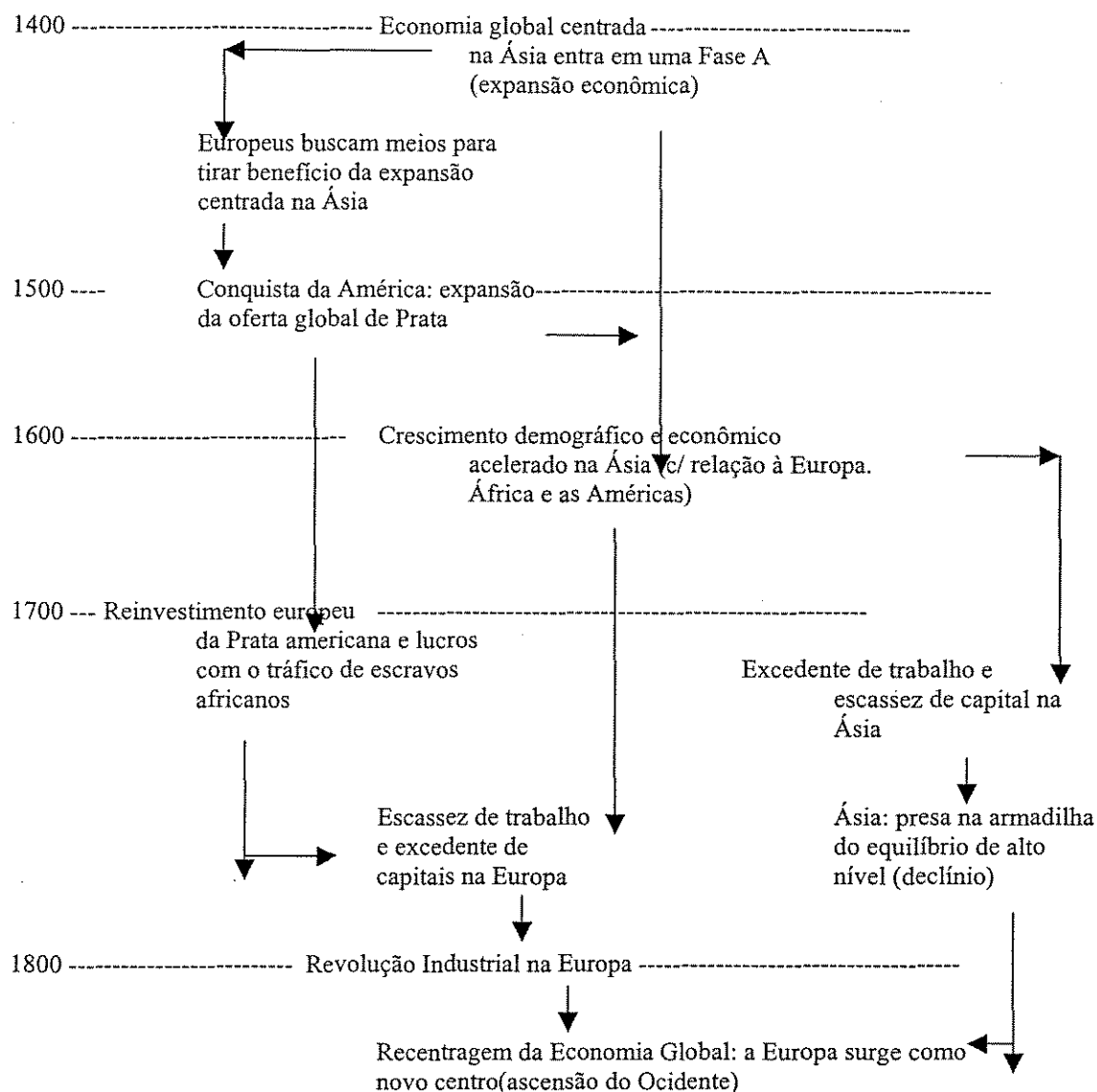
Anos	Quant.	Valor	Anos	Quant.	Valor
1808	-	-	1820	1123990	2482,7
1809	63936	129,9	1821	728441	1657,2
1810	81916	180,9	1822	677888	1222,9
1811	16420	31,9	1823	369468	849,6
1812	58256	134,8	1824	177328,5	361,6
1813	48849	120,9	1825	67356	174,0
1814	1028237,5	3522,8	1826	243804,5	549,8
1815	807631,5	2856,6	1827	339413	821,1
1816	1195753	3643,9	1828	145196,5	343,8
1817	1255466	3408,3	1829	83480,5	162,2
1818	995190	2951,9	1830	495898	781,3
1819	718297,5	1721,8	1831	294905,5	424

Nas duas tabelas acima: quantidade em Arrobas

⁵²⁰ Fonte: Valentin ALEXANDRE *Os Sentidos...* cit. p. 781⁵²¹ Fonte: *ibid* p. 770

1.4 – Gráficos e Figuras

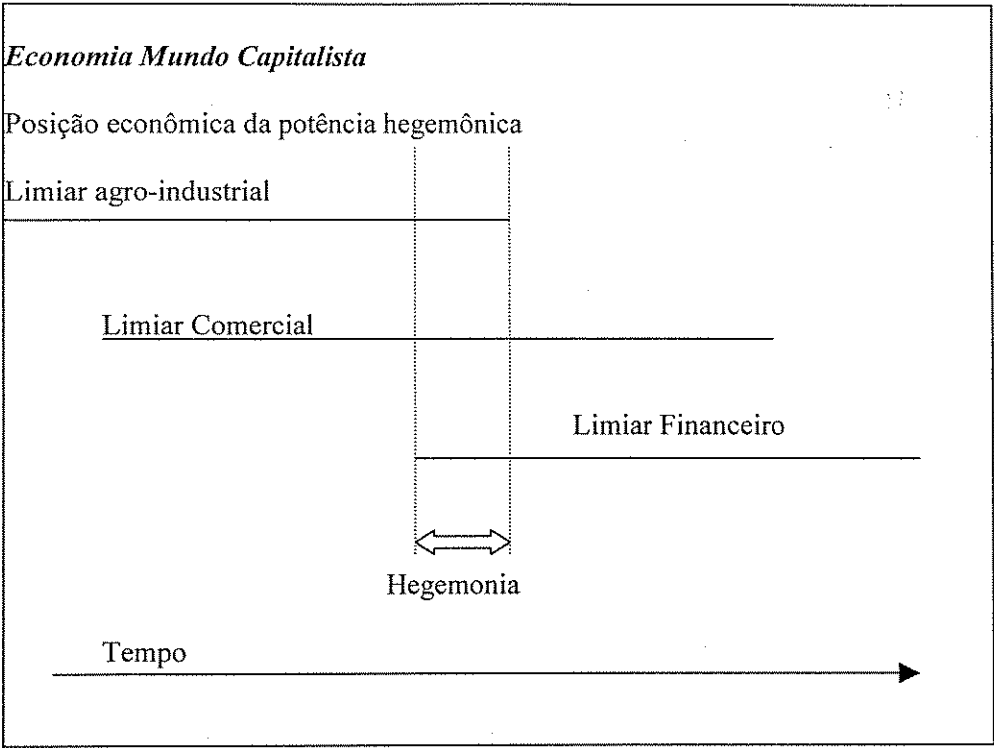
Figura 2 – O Declínio do Oriente e a Ascensão do Ocidente na visão de Andre Gunder Frank⁵²³



⁵²² Fonte: *ibid*

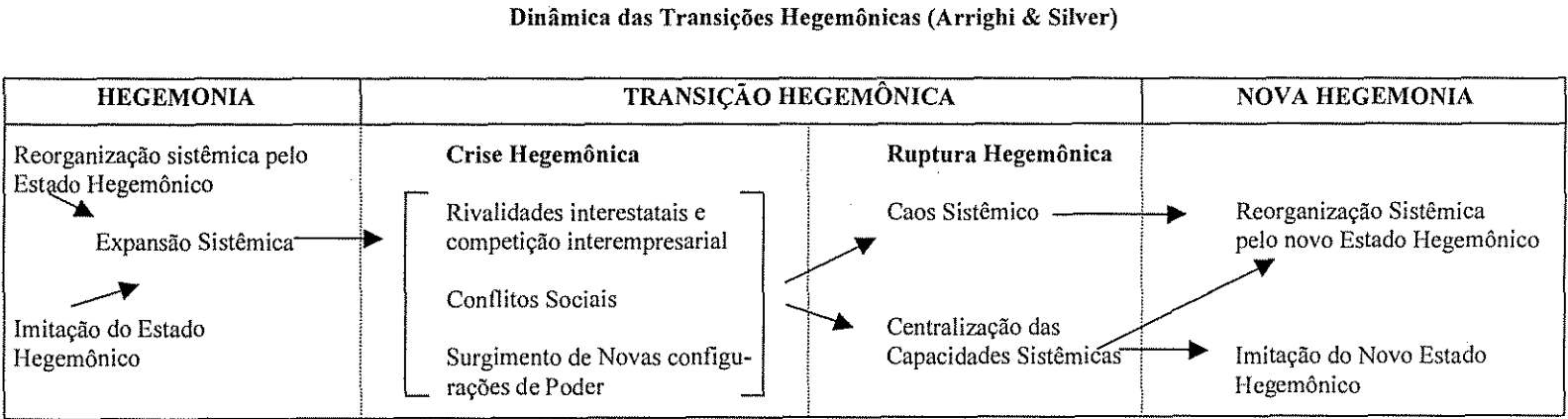
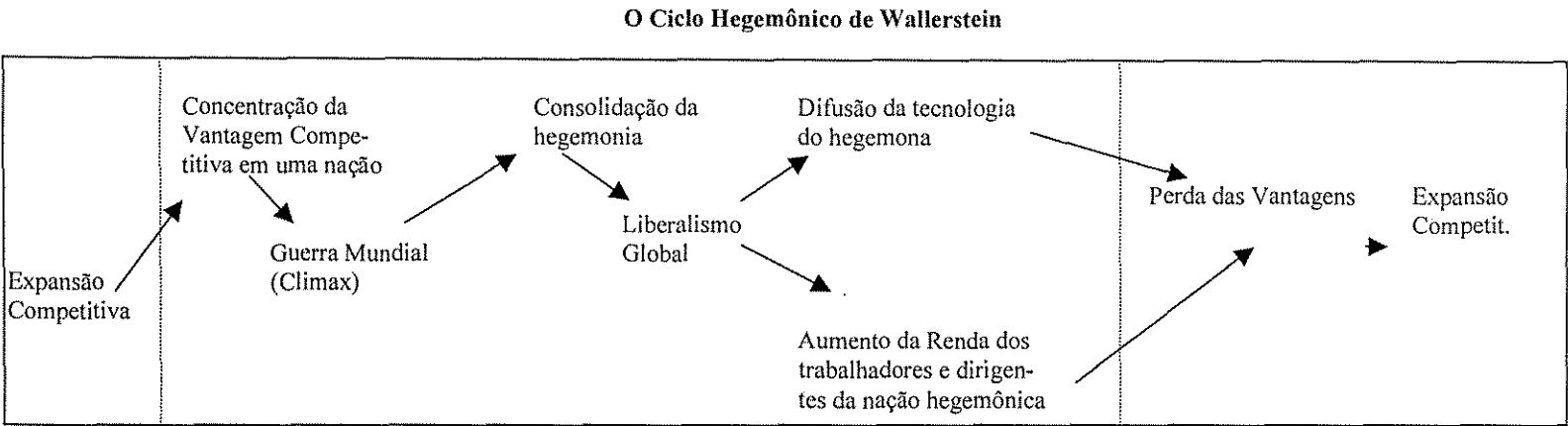
⁵²³ Adaptado de ARRIGHI, G. "The World According..." cit. p; 334.

Figura 3 – Situação Hegemônica⁵²⁴



⁵²⁴ Adaptado de Immanuel WALLERSTEIN "The Tree Instances..." cit. p. 256

Figura 4 – Representação Gráfica dos Ciclos Hegemônicos (Wallerstein, Arrighi & Silver)⁵²⁵



⁵²⁵ Adaptado de G. ARRIGHI & B. SILVER *Caos e Governabilidade...* cit. p. 34; 39.

Gráfico 3 – Exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil



Obs: Preços Correntes. Escala Semi-Logarítmica

Fonte: Valentin ALEXANDRE "Um momento..." cit. (quadro I).

Gráfico 4 – Exportações de Manuf. Port. Para o Brasil: Valores Retificados



Fonte: Valentin ALEXANDRE *cit.* (Quadro II)